

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA**  
**POLÍTICA**

**Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado  
Federal nas eleições de 2010**

*Bruno Bolognesi*

**SÃO CARLOS**  
**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA  
POLÍTICA**

**Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado  
Federal nas eleições de 2010**

*Bruno Bolognesi*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Ciência Política.

**Orientadora: Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga**

**SÃO CARLOS**

**2013**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da  
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B693cp

Bolognesi, Bruno.

Caminhos para o poder : a seleção de candidatos a  
Deputado Federal nas eleições de 2010 / Bruno Bolognesi. -  
- São Carlos : UFSCar, 2013.  
229 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,  
2013.

1. Ciência política. 2. Seleção de candidatos. 3. Partidos  
políticos. 4. Recrutamento político. 5. Organização  
partidária. I. Título.

CDD: 320 (20<sup>a</sup>)



Alcionea e  
amran

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE  
Bruno Bolognesi**

29/07/2013

---

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga  
Orientadora e Presidente  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

---

Profa. Dra. Rachel Meneguello  
Unicamp/Campinas

---

Prof. Dr. Timothy Joseph Power  
University of Oxford/ Reino Unido

---

Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto  
UFPR/Curitiba

---

Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro  
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública  
Realizada às 14:00h no dia 29/07/2013.

Banca Examinadora:  
Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga  
Profa. Dra. Rachel Meneguello  
Prof. Dr. Timothy Joseph Power  
Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto  
Prof. Dr. Pedro Floriano Ribeiro

Homologado na CPG-PPGPOL na  
29<sup>a</sup>. Reunião no dia  
09/09/2013

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade  
Coordenador do PPGPOL.

*Para Little*

## **Agradecimentos**

Tento elencar abaixo as pessoas e instituições que foram fundamentais para que eu pudesse concluir meu doutorado e redigir esta tese. Obviamente não serei capaz de recordar de todos que de alguma forma colaboraram com minha formação, seja com sugestões ou críticas ou com ombros amigos e conforto.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida durante os anos de doutoramento e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa sanduíche concedida. Sem o auxílio financeiro e a experiência internacional, esta tese não teria o mesmo resultado.

Agradeço também à Claudinha, secretária do programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que sempre foi solícita e amável, mesmo diante de nós burocráticos e urgências acadêmicas. Do mesmo modo sou grato aos funcionários do Latin American Centre da University of Oxford, Elvira e David por toda compreensão durante minha estadia por lá, pela sempre pronta resposta e gentileza.

Obrigado aos candidatos dos partidos que se dispuseram responder os questionários aplicados em franca campanha eleitoral, dispondo de tempo e boa vontade para que pudéssemos realizar nossa pesquisa.

Sou grato aos colegas do Centro de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos (CEPLA) que sempre estiveram prontos para um bom debate acadêmico. Também aos alunos e pesquisadores do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) pela ajuda com os procedimentos de pesquisa e levantamento de dados.

Alguns professores mesmo que não diretamente, foram responsáveis por pequenas orientações, ajuda com a pesquisa e esclarecimentos que gostaria de também agradecer. A Eduardo Noronha, Luciana Veiga, Emerson Cervi, Flávio Heinz, Wilson Oliveira, Maria Luzia Álvares e André Freire, obrigado.

Muito especialmente, sou grato à minha orientadora, Maria do Socorro Braga, não só pela pacienzosa colaboração com minha formação. Mas também pelas parcerias, eventos, ótimas conversas e bons momentos. Além de uma conduta científica exemplar, Socorro foi capaz de ajudar também nos passos lentos da carreira com pontuações sempre pertinentes sobre a vida acadêmica e as nuances que só alguém como ela poderia perceber do nosso pequeno universo.

O mesmo posso dizer de Timothy Power que foi capaz de ouvir e conversar sobre os projetos de um doutorando, quando estive realizando meu sanduíche, com a mesma calma e atenção que dedica aos grandes debates, além de junto à Valéria, ter nos recebido em Oxford como se fossemos velhos amigos fazendo diminuir a sensação de *homesickness*.

À Rachel Meneguello e Pedro Floriano Ribeiro pela atenta leitura e excelentes sugestões quando da qualificação desta tese, colaborando em muito para que o resultado final fosse melhorado. E é claro, os erros cometidos aqui são de inteira responsabilidade do autor.

Aos colegas que passaram os intervalos para café e idas aos *pubs* discutindo ideias, algumas acadêmicas, outras nem tanto, quando estivemos trabalhando juntos no LAC: Jairo Pimentel, Andréa Freitas e Oswaldo Amaral.

Agradeço também aos amigos André Kaysel Velasco e Cruz e Camila Rocha, pelo companheirismo e força que demonstraram assim que nos conhecemos em Foz do Iguaçu.

No mesmo espírito preciso agradecer Renato Monseff Perissinotto e estas palavras serão insuficientes. Desde minha graduação, passando pelo mestrado, doutorado sanduíche e culminando com a defesa de minha tese, como amigo foi capaz de mostrar rigorosidade e seriedade tanto para realizarmos pesquisas e trabalharmos em parceria, quanto para tomarmos uma *pint* a mais. Os tempos que passamos em Oxford em companhia dele e da Paulinha foram dos melhores de minha vida e estou certo que não o seriam sem a presença deles por lá.

Ao Adriano Codato também não poderia expressar aqui o tamanho dos meus agradecimentos. O apoio em minha carreira, a fé depositada nos nossos projetos, as

oportunidades oferecidas e os inúmeros jantares intermináveis que fizemos só foram ainda mais importantes para mostrar como é bom ter amigos.

Desde a graduação André Ziegmann, Luiz Domingos Costa e Lucas Massimo acompanham minha vida. Distantes em alguns momentos, mais próximos em outros, foram capazes de relevar, conversar, compreender, criticar, perdoar, mas, acima de tudo, apoiar. Isso não foi só importante, mas tem sido fundamental.

André e Domingos foram muito mais do que amigos. Compadres, eles foram como irmãos, estando presente nos momentos difíceis e nas festas em família, encontrando meios para ‘salvar’ o Brasil e também para ajudá-lo com nossa moral duvidosa, reuniões de pesquisas e conversas com sal e brasa. Mas partilhando sempre de valores e sentimentos que não conheci com outros amigos.

Durante o doutorado em São Carlos, o fim do estranhamento e a melhoria no convívio no novo ambiente só foram possíveis pela amizade sincera de Ivan Ervolino e pelo ótimo tempo que passamos também com a Elis. Sou grato por tê-lo como amigo e poder ainda dividir angústias, revoltas e alegrias em tantas oportunidades que tivemos e teremos.

Sem essas amigadas o gostinho de finalizar um trabalho, uma etapa, não teria o mesmo sabor.

Aos meus irmãos, Thaís e Vinícius, obrigado por todo carinho e compreensão. Tão diferentes entre si, algumas vezes irmãos não se dão tão bem. Porém, tive a imensa sorte de contar com dois pilares do meu afeto. Eles foram muito mais importantes do que imaginam para que, pouco a pouco, eu fosse aprendendo a respeitar, aceitar e admirá-los. E assim, me tornasse, espero uma pessoa melhor.

À Nadida, a quem dedico esta tese, o agradecimento é maior não só pelo comprometimento, apoio, convívio, pelo dia-a-dia juntos. Mas por ter também suportado crises de mau humor, destemperos emocionais, horas escrevendo sem dar atenção ao que falava ou fazia, pelo esforço em estar sempre ao meu lado como amiga, companheira e confidente. Não acredito que isso poderia ter sido feito sem amor, portanto, o agradecimento maior aqui é por deixar que eu possa amar você.



Por fim, agradeço aos meus pais, Marcus e Elizabeth. Não foram só os anos investidos em minha formação profissional e pessoal. Não só por ser exemplo de pessoas simples de caráter incontestável. Não só por sempre estarem dispostos a escutar, conversar, acreditar e incentivar. Mas simplesmente por terem me dado a oportunidade de aprender tanto, conviver sempre e querer amá-los intensamente.

## RESUMO

O objetivo central desta tese é analisar o processo de seleção de candidatos a Deputado Federal no Brasil durante as eleições de 2010 em quatro partidos: DEM; PMDB; PSDB e PT. Até então, os estudos sobre seleção de candidatos em nosso país privilegiaram aspectos formais da seleção, como análise dos estatutos de partidos ou processos regionais. Por outro lado, salvo algumas exceções, o enfoque para as conclusões sobre a seleção de candidatos esteve sempre nos impactos do desenho institucional brasileiro, subvalorizando os partidos como unidades autônomas no processo. Assim, a partir de dados das candidaturas fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral e de um *survey* aplicado a cento e vinte candidatos, buscamos traçar o processo de seleção privilegiando a arena intrapartidária. As conclusões sugerem que os partidos são capazes de contornar o sistema de incentivos institucionais e selecionar seus candidatos por processos diferenciados entre si tendo em vista sua força e direção de institucionalização e que produzem consequências importantes para os perfis dos candidatos, bem como para os partidos em si.

**Palavras-chave:** seleção de candidatos, partidos políticos, recrutamento político, institucionalização partidária, organização partidária.

## **ABSTRACT**

The main purpose in this thesis is to analyse the candidate selection process for Federal Deputy in Brazil in the 2010 elections within four parties: DEM, PMDB, PSDB e PT. Heretofore, the study of candidate selection in our country have privileged the formal dimension of selection, like party's statutes analysis or regional dynamics. In the other hand, except for some exceptions, the conclusions pointed out the impact of brazilian institutional design in candidate selection, undervaluing parties as autonomus units in the process. Therefore, from data about candidacy gathered at the Electoral Supreme Court and a survey applied to one hundred and twenty candidates, we tried to sketch the candidate selection process at the intra-party arena. The conclusions suggests that political parties are capable in divert from institucional incentives and choose candidates by different methods regarding the strenght and direction of the institutionalization. Hence, the different methods bring relevant consequences for the candidates profiles as well for the parties themselves.

**Key-words:** candidate selection, political parties, political recruitment, party institutionalization, party organization.

## **Lista de Figuras**

Figura 01 – Inclusividade na Candidatura.....	127
Figura 02 – Selectorate Partidário.....	134
Figura 03 – Representação Gráfica dos Métodos Complexos de Seleção de Candidatos.....	135
Figura 04 – Distribuição dos Partidos no Continuum de Inclusividade do Selectorate nas Eleições de 2010.....	138
Figura 05 – Esquema de Análise Geral.....	169

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 01 – Descentralização Social e Organizacional na Seleção de Candidatos.....	143
Gráfico 02 - Institucionalização Partidária em 2010.....	166
Gráfico 03 – Correspondência entre Partidos e Objetivo do Processo de Seleção de Candidatos nas Eleições de 2012.....	171
Gráfico 04 – Análise de Correspondência: Partidos por Razão para Candidatura.....	177

## Lista de Quadros

Quadro 01 – Modelos Teóricos de Partidos e Seleção de Candidatos.....	59
Quadro 02 – Descentralização Organizativa na Seleção de Candidatos em 2010 por Partido Político.....	142
Quadro 03 – Dimensões da Institucionalização Partidária.....	159
Quadro 04 – Modelo de Institucionalização Partidária para os Partidos Brasileiros...	162
Quadro 05 - Sumarização de <i>scores</i> para democracia interna nos partidos políticos...	184

## Lista de Tabelas

Tabela 2.1 - Proporção de candidatos por Partido Político (1994-2010).....	80
Tabela 2.2 - Potencial Eleitoral Candidatos 2010.....	84
Tabela 2.3 - Potencial Eleitoral Candidatos Reais por Partido Político 2010.....	85
Tabela 2.4 - Motivação para candidatura para deputado federal no Brasil em 2010.....	87
Tabela 2.5 - Partidos e Estratégia Partidária nas eleições de 2010.....	89
Tabela 2.6 – Índice de Competitividade por Distrito nas Eleições Legislativas Federais (2010).....	92
Tabela 2.7 –Crosstabs: Potencial Eleitoral de Candidatos Reais por Índice de Competitividade Distrital (2010).....	94
Tabela 2.8–Índice de Competitividade Distrital Agregado por Potencial Eleitoral por Partido Político nas Eleições Legislativas de 2010.....	97
Tabela 2.9 - Razão para a Candidatura Legislativa Federal em 2010.....	101
Tabela 2.10 - Principais Características para ser Eleito – 2010.....	103
Tabela 2.11 - Como o eleitor vota: auto percepção dos candidatos nas eleições de 2010.....	104
Tabela 2.12 - Expectativa de voto por Partido Político em 2010: auto percepção dos candidatos.....	105
Tabela 2.13 – Como se dá o Processo de Seleção de Candidatos: Classificação por Partido Político nas Eleições de 2010.....	110
Tabela 3.1 - Requisitos Informais Percebidos para Candidatura Legislativa Federal em 2010.....	125
Tabela 3.2 - Proporção de Candidatos à Reeleição por Partido em 2010.....	130
Tabela 3.3 – Análise Descritiva da Quantidade de Vezes como Candidato a Deputado Federal por Partido Político antes de 2010.....	131
Tabela 3.4 - Quem Selecionou os Candidatos nos Partidos em 2010.....	136
Tabela 3.5 - Descentralização Social na Seleção de Candidatos nas Eleições de 2010.....	141
Tabela 3.6 - Forma de Escolha por Partido na Seleção de Candidatos em 2010.....	145

Tabela 3.7 - Apoio recebidos pelos candidatos para disputar as eleições em 2010.....	148
Tabela 3.8 - Expectativa de recurso partidário dos candidatos nas eleições de 2010 por partido político.....	149
Tabela 4.1 - Sistemática dos Partidos.....	164
Tabela 4.2 - Autonomia Decisiva dos Partidos Políticos.....	164
Tabela 4.3 - Infusão de Valores nos Partidos Políticos.....	164
Tabela 4.4 - Reificação dos Partidos Políticos.....	165
Tabela 4.5 - Índice de Institucionalização Partidária.....	165
Tabela 4.6 - Divergência Política e Comportamento Eleitoral por Partido Político em 2010.....	174
Tabela 4.7 - Média percentual da personalização <i>versus</i> partidarização dos mandatos por bancada.....	175
Tabela 4.8 - Representatividade de Mulheres.....	186
Tabela 4.9 – <i>Aspirants Index</i> – 2010.....	189



## **Lista de Siglas e Abreviações**

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

DEM – Democratas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

## Sumário

Introdução.....	19
Hipóteses e Conceitos.....	27
Materiais e Métodos.....	33
A estrutura da tese.....	36
Capítulo 1 - Seleção de candidatos: de variável dependente à independente.....	39
1.1 Contexto democrático e estrutural social como determinantes dos processos de recrutamento político.....	40
1.2 O desenho institucional como variável independente na seleção de candidatos: Brasil e as possíveis variações nos processos.....	47
1.3 A seleção de candidatos como variável dependente é inerente à organização partidária.....	56
1.4 Conclusões parciais.....	73
Capítulo 2 – O sistema político no Brasil e as consequências para a seleção de candidatos.....	75
2.1 Os pressupostos do sistema: lista aberta, magnitude distrital, federalismo e reeleição.....	76
2.1.1 A magnitude distrital e a formação das listas eleitorais.....	91
2.2 A reeleição.....	100
2.3 A organização geográfica e o federalismo no Brasil.....	107
2.4 Conclusões parciais.....	112
Capítulo 3 – A seleção de candidatos nos partidos políticos: a organização partidária como variável interveniente.....	115
3.1 A seleção de candidatos nos partidos políticos.....	119
3.2 Quem pode ser candidato: requisitos formais e informais nos partidos políticos.....	122
3.2.1 Exigências adicionais para a candidatura.....	129
3.3 O <i>selectorate</i> : quem seleciona os candidatos.....	132
3.4 Descentralização: entre organização e representação política.....	140
3.5: Como são escolhidos os candidatos: voto ou indicação.....	145

3.6 Recursos e lealdade política: os apoios recebidos pelos candidatos.....	147
3.7 Conclusões parciais.....	151
Capítulo 4 – Causas e consequências da seleção de candidatos.....	154
4.1 A não-linearidade da institucionalização dos partidos políticos.....	156
4.1.1 Resumo dos indicadores para PT, PMDB, DEM e PSDB.....	164
4.1.2 Institucionalização e seleção de candidatos.....	167
4.2 Os candidatos e os partidos: representação e disciplina como uma <i>proxy</i> de lealdade política.....	169
4.3 A seleção de candidatos como um indicador para democracia interna dos partidos políticos.....	180
4.4 O conteúdo democrático das democracias internas: representatividade e competitividade nos partidos políticos.....	184
4.5 Conclusões parciais.....	190
Capítulo 5 – Considerações finais e sugestões de uma agenda de pesquisa.....	192
Referências Bibliográficas.....	196
Anexo I.....	208
Anexo II.....	225

## **Introdução**

Após mais de vinte e cinco anos da democracia brasileira restaurada, muitos dos cientistas políticos que antes estavam alicerçando seus esforços no funcionamento do regime, nas relações entre os poderes e nas funções das instituições, começam a esboçar um debate mais fino, buscando atender não somente à adequação de nossa poliarquia a modelos conceituais como democracia delegativa ou democracia participativa, mas tratando de passos adiante, quais sejam: o conteúdo e o resultado – as consequências – de nosso arranjo democrático. Essas preocupações focam justamente nos micro processos que constituem as funções dos partidos políticos, casas legislativas, composição das coalizões no Executivo e outras instituições políticas em geral.

No prefácio de Siavelis e Morgenstern (2009), essa mudança se dá em dois níveis. Primeiramente no político, com a consolidação democrática dos regimes latino-americanos. No segundo, teoricamente, privilegiando instituições como objetos de estudo, e não mais comportamentos e processos históricos de transição democrática ou socialização política.

Saber em quais circunstâncias se dá a troca nos postos de comando, a relação entre poderes e a estrutura dos elementos do sistema político é tarefa ainda inacabada.

Porém, isso não diminui a necessidade em avançarmos para pontos mais específicos e que revelam a natureza da interação entre a sociedade e a política. Para os teóricos do recrutamento político, o processo de formação dos quadros representativos é chave no sentido de realizar a ligação entre o representado e o representante, servindo ora como espelho da sociedade – e suas distorções -, ora como termômetro para as mudanças sociais (Putnam, 1976). Diante desta perspectiva, a seleção de candidaturas seria o momento privilegiado onde podemos observar e analisar os 'filtros' que operam nas estruturas políticas limitando ou restringindo as oportunidades do sistema (Taylor, 2000: 02).

O estudo de seleção de candidatos possui ainda, de saída, a vantagem da exigência de um modelo de pesquisa que contemple tanto as bases sociais, quanto o impacto da estrutura formal para a conformação da classe política. É justamente sob esta distinção entre *background* social e instituições que os principais estudos sobre o tema foram conduzidos (Norris, 1997; Gallagher e Marsh, 1988). Poucos foram os autores que conseguiram mobilizar empiricamente a seleção de candidatos, tendo em vista os determinantes e as consequências desse processo. Talvez o modelo de análise mais completo que capacita esse tipo de processo seja o de Norris (1997).

O elemento macroestrutural apresenta os estudos sobre seleção de candidatos tomados como variável dependente mostrando que diferentes arranjos (como a comparação entre o presidencialismo norte americano e o parlamentarismo britânico, presente em Ranney (1965)) determinam em alguma medida tanto o modo como os partidos escolhem seus futuros representantes, como o *output* dessa seleção, resultando em casas representativas ora mais autônomas, ora mais dependentes dos eleitores e do executivo<sup>1</sup>. Outros autores, como Field e Siavelis (2009), trataram de entender as diferentes silhuetas da seleção de candidatos em momentos de transição democrática comparados à democracias consolidadas, por exemplo<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup>Evidentemente, os textos que fazem comparação entre os sistemas americano e britânico são fruto do debate ocorrido entre a adequação da democracia no pós-guerra. Porém, este tema não foi retomado desde então. Os estudos sobre seleção de candidatos tem focado os partidos políticos e contextos de países específicos, em detrimento à variáveis estruturais do sistema político como presidencialismo ou parlamentarismo.

<sup>2</sup>A tese central é que no início das democracias, como por exemplo, na década de 1970 em Portugal e na de 1980 na Argentina, segundo os autores, as escolhas se dão de maneira mais fechada e com maior controle por parte das elites partidárias, promovendo assim um menor *turnover* e um regime menos plural.

Um pouco mais distante do marco estrutural, porém ainda tendo a seleção de candidatos como variável dependente, Siavelis e Morgenstern (2009)<sup>3</sup> pontuam que o sistema político e suas características afetam intrinsecamente o modo como são montadas as listas eleitorais. Por exemplo, Samuels (2008), a partir das características do sistema político brasileiro – lista aberta, baixo carreirismo e partidos legislativos fracos, aponta os perfis dominantes de candidatos eleitos nos partidos políticos. Ou seja, mesmo suprimindo a forma com que os mesmos são escolhidos, o autor conclui elementos importantes sobre o conteúdo da representação dando ênfase ao elemento personalista dos candidatos e a fragilidade dos partidos políticos em controlarem os representantes. A diferença que se pontua aqui é entre os estudos que prezam por uma análise institucionalista clássica, em contraposição ao neo-institucionalismo de escolha racional, levando em conta não só os aspectos do sistema e seus resultados, mas as instituições que formam o sistema. Enquanto o neo-institucionalismo de escolha racional ligou diretamente dois elementos do sistema político, como por exemplo, a relação entre sistema eleitoral e comportamento dos legisladores, ignorou importantes processos que ocorriam no interior das instituições que mediaram esta relação, por exemplo, os partidos políticos.

Outro leque de estudos têm apontado a seleção de candidatos como um microcosmos do funcionamento dos partidos políticos (Ware, 1996: 396). A este procedimento atribuem-se estudos que o qualificam como o coração do partido político, derivando a partir dele, indicadores sobre a democracia interna dos mesmos, a ligação entre eleitos e eleitores e a direção da lealdade entre partido e legislador. Em resumo, a micropolítica analisa esta etapa como variável independente, capaz de impactar o funcionamento das organizações e também o possível comportamento dos candidatos em relação aos representados e dos legisladores em relação aos partidos políticos.

Dado que o Brasil é uma democracia consolidada e que os estudos sobre impacto estrutural exigem metodologia comparativa, esta tese versará sobre dois aspectos da seleção de deputados federais nas eleições brasileiras de 2010. Inicialmente levaremos em consideração o impacto do federalismo brasileiro, especificamente o arranjo dos distritos políticos e suas consequências para o controle dos partidos políticos sobre os

---

<sup>3</sup>Os autores possuem uma versão do mesmo texto datada de 2004. Optamos por usar a de 2009 sugerindo que esta está mais bem acabada em relação à terminologia e a separação clara entre recrutamento político e seleção de candidatos. Distinção esta que faremos mais adiante.

candidatos e a estratégia político-eleitoral. Junto a este último, traremos alguma contribuição sobre a dinâmica da competição eleitoral, porém não estamos considerando a interação dos partidos políticos como um elemento de sistema<sup>4</sup> ou analisando padrões de competitividade nas eleições legislativas. Nossa intenção é demonstrar que a competição política e o impacto dos níveis de competitividade distritais possa ter relação com a estratégia que os partidos políticos elaboram suas listas e lançam candidatos.

É importante salientar que não se trata aqui de fazer um estudo sobre o sistema político. As variáveis formais serão trabalhadas na medida em que a literatura aponta tendências de impacto sob partidos e candidatos. Uma análise dos níveis de competição distrital (elaborada a partir da relação entre candidatos e vagas disponíveis) e da distribuição de candidatos por seu potencial eleitoral (elaborado através da votação nominal dos mesmos e do quociente partidário) permitirá compreender os artifícios que os partidos mobilizam para equilibrar suas listas eleitorais e conquistar cadeiras no parlamento.

Os aspectos formais do sistema político brasileiro são elementos também para a análise do curso da seleção de candidatos em si. A literatura aponta as possíveis interações entre o sistema político, a seleção de candidatos, as eleições e o perfil do legislador (Nicolau, 2007: 97). Usaremos as variáveis do sistema político de forma estática, partindo dos pressupostos colocados em teoria sobre os elementos formais e suas possíveis consequências para o comportamento político e conteúdo democrático<sup>5</sup>. Assim os achados empíricos do neo-institucionalismo de escolha racional, apresentado com frequência nos estudos eleitorais e legislativos, servirá como base para testarmos empiricamente a forma como os partidos brasileiros coordenam suas listas e escolhem os concorrentes ao pleito eleitoral.

O segundo aspecto da seleção que apontaremos é entender o processo de nomeação em si. Este processo só pode ser compreendido se lançamos nossos esforços para as dinâmicas presentes no interior dos partidos políticos, entendidos aqui como

---

<sup>4</sup> Como sugere por exemplo a teoria da cartelização dos sistemas partidários a qual advoga que a ampliação da participação nos processos de seleção de candidatos não se revela em democratização, mas sim num processo de liberdade de manobra das lideranças legitimado pela aprovação dispersa da base (Katz, 2001; Mair, 2003).

<sup>5</sup> Mesmo sabendo que o sistema eleitoral brasileiro possui densidade teórica sobre suas consequências, pouco foi escrito **especificamente** para a seleção de candidatos. Exceção a isto são os textos de Nicolau (2007) e Samuels (2008).

organizações capazes de interagir de formas diferentes em relação aos determinantes do sistema político. Não é possível compreender a seleção dos candidatos sem que analisemos a forma com que os partidos políticos conduzem esse processo, sabendo que os candidatos não estão ‘avulsos’ no sistema político, mas sim atrelados às disposições e estruturas dos partidos políticos.

A partir deste prólogo, o objetivo principal desta pesquisa é analisar o processo de seleção de candidatos no Brasil a partir dos modelos de Siavelis e Morgenstern (2009) e Hazan e Rahat (2010). A hipótese central é a de que a organização partidária tenha mais autonomia para contornar os determinantes do sistema partidário e eleitoral de acordo com os diferentes graus e direções da institucionalização. Ou seja, os partidos políticos são entendidos como variável interveniente no processo<sup>6</sup>, alterando ou aceitando as determinações da variável independente. Como objetivo secundário e, dependente do primeiro, a seleção de candidatos assume o papel de variável independente capaz de promover diferentes níveis de competição intrapartidária e representatividade política, gerando assim, diferentes tipos de candidaturas a partir de um mesmo marco institucional (Hazan e Rahat, 2010: 35).

A tipologia de Siavelis e Morgenstern apresenta algumas vantagens sobre os demais *frameworks* para o estudo da seleção de candidatos. A primeira delas é conjugar, ao menos teoricamente, o sistema eleitoral e os processos internos dos partidos numa mesma chave de explicação. A segunda é a capacidade em entender que a posição do objeto em relação à pergunta de pesquisa depende necessariamente do objetivo do proposto. Por fim, a proposta dos autores atende qualitativamente os sistemas eleitorais na América Latina. Enquanto que muitos indicadores de Hazan e Rahat são para listas fechadas, por exemplo, a tipologia latino-americana prevê a existência de listas abertas.

Para Siavelis e Morgenstern, a seleção de candidatos seria responsável por estabelecer uma importante relação de lealdade<sup>7</sup> entre o selecionado e o selecionador. O conceito de lealdade está claramente ligado a um processo de recrutamento que foge ao determinismo analítico que recorta esta pesquisa. Siavelis e Morgenstern (2009: 91)

---

<sup>6</sup> Entendemos aqui variável interveniente baseada no proposto por Rosenberg (1976: 71): ‘*ela é encarada como consequência da variável independente e como determinante da variável dependente*’, ou seja, é dependente do sistema político, mas determina a seleção de candidatos.

<sup>7</sup> Como discutiremos ao final deste modelo, a lealdade será entendida aqui como um sinônimo de ‘confiança política’ que o partido impõe aos seus membros e por ele é aceita e reconhecida como legítima.



lembram que o recorte científico não exime os estudos sobre seleção de candidatos a olhar para os processos de recrutamento legislativo, porém, para os fins propostos podemos supor a seleção de candidatos, um processo único e posicionado no tempo, como um *turnover* entre escolhidos e excluídos que pode levar à consequências importantes para o funcionamento democrático e dos partidos políticos.

Além disso, o texto de Siavelis e Morgenstern, entendido como *research design*, supõe quatro caminhos diferentes para que possamos encontrar diferentes perfis de candidatos. As variáveis legais estão divididas em: magnitude de distrito; tipo de lista eleitoral; possibilidade de reeleição; organização geográfica e; força legislativa. Já as partidárias são: centralização; inclusividade; organização partidária e; tipo de financiamento. Ao longo dos capítulos, analisaremos detidamente cada uma destas variáveis e refinaremos a análise para as variáveis de partido através do modelo de pesquisa proposto por Hazan e Rahat (2010)<sup>8</sup>. A utilização de dois modelos de análise complementares tem de ser explicada. Enquanto Siavelis e Morgenstern apresentam um modelo mais enxuto e, ao mesmo tempo mais vago, Hazan e Rahat elaboram indicadores e referenciais que podemos mobilizar para analisar as variáveis partidárias. Por exemplo, enquanto Siavelis e Morgenstern fazem a diferenciação entre processos burocratizados e não burocratizados ao descrever *como* são selecionados os candidatos, Hazan e Rahat apontam uma série de diferenças entre processos de votação e indicação, participação de delegados eleitos ou líderes não-eleitos, etc. Nuances que enriquecem a análise e são necessários para não cair na falta de critérios para a análise dos dados.

A combinação entre as variáveis formais – do sistema eleitoral – com as partidárias seria capaz de produzir tipos ideais de candidatos que teriam comportamentos específicos. Candidatos escolhidos por instâncias partidárias, como delegados por exemplo, tendem a ser leais aos partidos políticos. Já candidatos indicados por um líder único, tendem a ser leais a este líder. Além disso, Hazan e Rahat mostram que a forma

---

<sup>8</sup> É preciso informar que não estamos levando em consideração aqui as coligações eleitorais e as políticas de alianças ao estudar a seleção de candidatos. Entendemos que as alianças políticas podem fazer parte do cálculo para a seleção dos candidatos, mas a seleção é feita exclusivamente pelos partidos políticos como unidades autônomas e posteriormente à formação das listas eleitorais para disputa são costuradas as coligações. Ainda, o escopo de candidatos tanto de um partido único, quanto de partidos coligados é tão grande que permite que os partidos realizem procedimentos individuais independente de quem serão os seus coligados. Por exemplo, para 2010, os candidatos a deputado federal ocuparam apenas 44% das vagas disponíveis nas listas coligadas ou não (CERVI, 2012: 10). Ou seja, a margem de manobra que cada partido desfruta individualmente para elaborar suas listas, faz com que as coligações eleitorais sejam firmadas tendo em vista estratégias para angariar recursos de campanha e não formar as listas.

com que ocorre a seleção de candidato impacta também em níveis de democracia interna dos partidos, servindo como um bom indicador desse elemento.

Por hora, basta saber que, conforme indica os tipos ideais cunhados por Siavelis e Morgenstern (2009)<sup>9</sup>, a combinação entre magnitude distrital moderada, listas fechadas, possibilidade de reeleição, unitarismo, poder legislativo forte, partidos centralizados, pouco inclusivos, burocráticos e que controlam o financiamento produziriam candidatos (e, **teoricamente**, legisladores) *leais ao partido*. O segundo tipo de candidaturas, os *servidores de distrito*, seriam fruto de baixa magnitude (de uma a três cadeiras), qualquer tipo de lista, passíveis de reeleição, em países federados, com legislativos fortes, que selecionam de forma local, muito inclusivos, pouco burocratizados e com candidatos autofinanciados. Alta magnitude combinada com lista aberta onde os candidatos não podem disputar reeleição em países federados e com legislativo fraco levaria a candidatos do tipo *empresários*, se os mesmos fossem auto selecionados, os partidos pouco organizados e sem controle sobre o financiamento dos candidatos. Por fim, o último tipo ideal de candidatos: o *delegado de grupo* predominaria em países onde a combinação entre possibilidade de reeleição, candidatos autofinanciados, escolhidos por grupos sociais nos partidos e organização partidária faccionada apresentasse qualquer uma dos outros determinantes institucionais.

Como uma tipologia teórica, Siavelis e Morgenstern deixam as ferramentas de análise em falta de indicadores específicos. Para o caso brasileiro, Samuels (2008) traz alguns achados importantes, porém as suposições teóricas sobre o sistema eleitoral são tomadas como axiomas e o processo de seleção de candidatos em si é ignorado. Entretanto, qualquer estudo que tenha no horizonte do desenho de pesquisa tipologias e tipo ideais deve saber que ambos os conceitos são diferentes e que são um exagero da realidade, para usar a terminologia weberiana. Especificamente sobre uma tipologia para análise, o processo de seleção de candidatos é muito mais complexo do que os passos que o pesquisador pretende, os tipos ideais interagem uns com os outros e não servem para explicações de que não acabem por cometer falácia ecológica. Ou seja, partir de evidências pontuadas na realidade não nos permite fazer inferência acerca de um sistema de seleção de candidatos no Brasil, apenas compará-lo entre os partidos e traçar conclusões somente para os casos estudados (Hazan e Rahat, 2010).

---

<sup>9</sup> Na página 103 da referência citada é possível encontrar um quadro resumo sobre a tipologia.

A seleção de candidatos a partir do prisma neo-institucionalista de escolha racional é encarada como um resultado imediato das estratégias dos atores políticos, a partir da instrumentalização, junto das interações entre as celebradas características dos sistemas eleitoral e partidário. Por outro lado, os modelos sociológicos apontam os processos de seleção de candidatos como um resultado que absorve as estruturas e descompassos sociais para representar as clivagens sociais. A proposta teórica que sustentamos é que ambos os aspectos sejam abandonados tendo em vista a primazia da autonomia dos partidos políticos (Panebianco, 2005). Se partidos diferentes, que partilham de um mesmo arranjo institucional e de variáveis ambientais semelhantes podem ter condutas e resultados dos processos de seleção de candidatos diferentes, não podemos aceitar as explicações dadas sem uma investigação que privilegie a arena partidária.

Não estamos defendendo um estudo que leve em conta apenas o partido como responsável pelos *outputs* do recrutamento, até mesmo porquê são regidos por um aparato institucional comum. Mas alguns elementos devem ser pensados de forma desagregada, dando vazão a uma série de variáveis que ainda foram pouco trabalhados, especificamente para o Brasil. Muito se sabe sobre o comportamento dos políticos e os impactos do sistema eleitoral, porém pouco foi explicado sobre os partidos que possuem diferenças importantes e influenciam a lógica do sistema, como reconhece Samuels (2008) ao estabelecer uma diferenciação entre partidos legislativos e não legislativos.

Ainda, a dicotomia estabelecida entre partidos fracos versus partidos fortes, candidatos personalistas versus candidatos partidários, deixou passar uma série de lacunas sobre o funcionamento da democracia e o conteúdo desta. Não basta dizer que estudos sobre sistemas de lista fechada apontam fortalecimento dos partidos ou diminuem o personalismo político. É preciso conduzir pesquisas que deem conta do conteúdo dos processos políticos e nisso reside à vantagem em mobilizar a tipologia de Siavelis e Morgentern, que, de saída, ao elaborar quatro tipos ideais de candidatos, reconhecem a política não separada da realidade – por mais que isso seja inescapável – a fim de atender axiomas teóricos de teses não comprovadas (Guarnieri, 2004).

É possível supor que cada variável ou conjunto de variáveis tenha um impacto individual diferente sobre os partidos políticos e sobre as lealdades dos candidatos. Para evitar um emaranhado de explicações e interpretações, os caminhos pré-desenhados servem como um guia para constranger as possibilidades dos tipos ideais em

compartilharem pressupostos teóricos e de mudarem seu comportamento em relação à pré-disposição do ambiente externo (Siavelis e Morgenstern, 2009: 95).

Em resumo, a pergunta que orienta este trabalho pode ser elaborada da seguinte forma: a partir de uma mesma estrutura institucional, quais são as variáveis que levam os partidos políticos a produzirem diferentes tipos ideais de candidatos? Ou seja, os partidos brasileiros são capazes de realizar escolhas, a partir de procedimentos de seleção de candidatos próprios, que acarretam em perfis de candidatos diferentes de outros partidos? E, quais seriam então as variáveis responsáveis por gerar estes perfis?

### **Hipóteses e conceitos**

A fim de testar empiricamente a conjunção entre a tipologia sugerida por Siavelis e Morgenstern e o estudo da seleção de candidatos adicionando as propostas de Hazan e Rahat testaremos algumas hipóteses. A primeira hipótese testa a relação entre a alegada fragilidade dos partidos políticos e sua capacidade em controlar seus candidatos ao traçar estratégias de listas no pleito eleitoral (Mainwaring, 1991; Samuels, 2008). Segundo esta vertente, a fragilidade dos partidos brasileiros faria com que não houvesse seleção de candidatos. Haveria sim um processo de inclusão de todos os interessados a fim de maximizar o desempenho eleitoral (Ware, 1996).

A intenção é verificar em que medida os partidos mais inclinados a apresentar listas que visem apenas maximização eleitoral o fazem em função da relação entre partido e sistema eleitoral. É preciso determinar se o personalismo político predominante nas eleições brasileiras é fruto direto do arranjo institucional ou se esses são resultados de partidos fracos. Mais do que isso, a contraposição entre personalismo e partidarismo não nos parece suficiente para encerrar o conteúdo da representação política. Outras formas de representação de interesses, grupos sociais, regiões geográficas, devem ser levados em conta para não simplificar a análise e as conclusões acerca da democracia brasileira.

A segunda hipótese inverte a relação em que a seleção é variável dependente e passa a utilizá-la como elemento autônomo que pode acarretar perspectivas diferenciadas entre si tendo em vista o grau e direção da institucionalização dos partidos

políticos. Supomos que os partidos mais institucionalizados são mais capazes de contornar ou ter mais autonomia em relação ao sistema eleitoral. Por outro lado, partidos com níveis inferiores de institucionalização tendem a sucumbir aos determinantes do sistema eleitoral. O resultado da interação entre institucionalização partidária e sistema eleitoral nos forneceria indicadores capazes de mensurar democracia interna dos partidos, a representatividade fruto dos processos de seleção e diferentes níveis de competitividade que encontramos nos partidos. Ou seja, partidos mais institucionalizados apresentam seleção de candidatos mais autônomas em relação aos constrangimentos sistêmicos. Por conta disto, espera-se que os indicadores de representação e competitividade das listas eleitorais estejam associados também com a força e a direção da institucionalização partidária.

Por fim, a última hipótese apresentada deve revelar o possível impacto de diferentes tipos de seleção para o partido político em si, demonstrando a direção da lealdade resultante deste processo e extrapolando ligeiramente para consequências sobre o comportamento dos candidatos durante as eleições. A direção da lealdade seria também responsável pelo comportamento dos candidatos em relação aos eleitores e aos partidos, seja para sua conduta disciplinada ou pela busca de recursos eleitorais. Não iremos, por outro lado, confrontar esta hipótese com o comportamento legislativo dos partidos ou eleitos. Para tanto, seria preciso uma análise que levasse em conta o arcabouço institucional em que operam os deputados, algo que não o faremos.

Abaixo resumimos as três hipótese que norteiam a pesquisa proposta:

**Hipótese 1:** os partidos políticos, diante do alto grau de personalismo, fragmentação territorial e do enfraquecido legislativo, não controlam ou controlam muito pouco o processo de escolha de candidatos (hipótese causal).

**Hipótese 2:** os processos de seleção de candidatos diferenciam-se entre os partidos políticos brasileiros tendo em vista a institucionalização partidária – seu grau e direção, fornecendo maior ou menor capacidade para os partidos controlarem a formação das listas eleitorais (hipótese causal).

**Hipótese 3:** diferentes processos de seleção produzem tipologias de candidatos dotadas de lealdades diferentes e os primeiros trazem consequências para a vida intra-partidária e para a democracia interna dos partidos (hipótese não-causal<sup>10</sup>).

É preciso então definir os conceitos que irão compor o fulcro das hipóteses principais a serem submetidas à prova. Entendemos que a seleção de candidatos seja um elemento capaz de revelar as tensões dentro do partido e trazer contribuições fundamentais para o funcionamento da democracia como um todo. Entendemos também a seleção de candidatos em concordância com Gallagher e Marsh (1988), afirmando que é o elemento de maior importância para os partidos políticos, pois, através dela, é que os partidos realizam as disputas entre as elites, projetam o arranjo organizativo entre as bases e exercem controle sobre os membros – filiados e candidatos – atendendo às exigências do sistema partidário-eleitoral.

A seleção de candidatos seria então o momento privilegiado onde apenas os indivíduos certificados avançam uma posição dentro do partido e passam da posição de *aspirantes* para *candidatos* (Gallagher e Marsh, 1988: 18 e Ranney, 1965: 93). É importante, entretanto, realizar uma distinção analítica: a passagem de candidato em potencial ao posto de candidato oficial não refere-se ao que Norris (1997) ou Camp (1995) classificam como recrutamento político. Estes dois autores levantaram a questão do recrutamento de forma mais restrita aos aspectos institucionais e a oferta de candidatos, diferente do modelo holístico que propõe Czudnowski (1975), por exemplo. Mesmo elaborando um modelo sobre como indivíduos atingem a classe política e de quais extratos sociais estes indivíduos advêm, pouco foi dito pelos estudiosos do recrutamento acerca dos processos internos realizados nos partidos políticos ao formarem suas listas eleitorais.

Como definem Siavelis e Morgenstern (2009) o estudo de recrutamento contém o estudo de seleção de candidatos<sup>11</sup>. Não obstante, tratam-se de duas dimensões em

---

<sup>10</sup> Uma hipótese não-causal é aquela onde eventos correlacionados decorrem de um fenômeno independente, porém não há causalidade entre os dois primeiros eventos. Acredito que esse seja o caso da seleção de candidatos e suas consequências. Como demonstraremos adiante, a seleção de candidatos e as consequências intrapartidárias podem ser ambos frutos da interação do partido com o sistema político, porém sem que uma seja causa das outras (Figueiredo Filho, D.; *Et. Ali.*, 2011). Para o caso específico brasileiro, veremos que o mesmo pode ser interpretado como o que Taylor (2000: 06) classifica como caso de “interações bidirecionais” (*dyadic relationships*).

<sup>11</sup> Os autores afirmam que os dois tipos de análise são sobrepostas (*overlapping processes*). Entendemos que para a compreensão sobre o recrutamento da classe política, os padrões de carreira e os condicionantes sociológicos das elites, seja preciso entender a forma com que essas são processadas

separado, tanto analítica quanto empiricamente. Ligados à tradição comportamentalista da sociologia política, os estudos de recrutamento procuram identificar os processos sociais e políticos que conduzem os indivíduos aos cargos políticos ou posições de comando. Por outro lado, e mais próxima da matriz institucionalista, a seleção de candidatos é, antes de tudo, um processo partidário, dotado de formalismos próprios e que confere maior autonomia às organizações políticas do que os condicionantes amplos presentes nos estudos de recrutamento e carreiras políticas. Algumas esferas como o sistema de partidos, as exigências para concorrer em eleições e a estrutura do voto podem ser comuns a ambos os eventos, seleção e recrutamento de candidatos. Por outro lado, os mesmos Siavelis e Morgenstern (2009: 09) apontam que algumas esferas são típicas da seleção de candidatos e não se justapõem ao recrutamento. As exigências formais de cada partido político, as preferências dos líderes, a forma com que os candidatos são nominados, o local onde isso ocorre, quais as instâncias do partido envolvidas e a estrutura interna de oportunidades estabelecida por eles, são algumas delas. Em resumo, a seleção de candidatos ocupa um tempo específico na política partidária e eleitoral e possui dinâmica própria em cada partido.

Metodologicamente, a seleção de candidatos deve ser levada a cabo tendo em vista o partido político como unidade de análise em um momento específico do tempo (Rahat e Hazan, 2001: 298). Isso certamente não impede a comparação entre partidos ou comparações longitudinais ao longo do tempo. Porém, focaremos aqui apenas nas eleições brasileiras de 2010 para a Câmara dos Deputados nos quatro grandes partidos: PSDB, PT, PMDB e DEM. A escolha destes partidos se deve basicamente a três fatores: i) são celebrados na literatura como os quatro maiores partidos do Brasil (Veiga, 2007); ii) são os partidos que mais lançam candidatos desde as eleições de 1996 (Braga; Veiga; Miriade; 2009); iii) são os quatro partidos que conseguiram nas últimas eleições conquistar, cada um, mais de 10% dos votos do eleitorado (Braga e Bourdoukan, 2009: 124). Os dois critérios finais, são, na verdade, justificativas empíricas para o primeiro. Portanto, podemos tomar este como um critério satisfatório para nossa pesquisa.

Os partidos políticos são definidos procurando aliar dois aspectos desta instituição peculiar às democracias contemporâneas. Não é o objetivo realizar um

---

dentro das instituições políticas e sociais. Porém, discordamos que exista uma sobreposição entre os processos, a seleção de candidatos é um processo que reflete impactos dos processos de recrutamento, mas ocorre independente das condições estruturais tornando-se um evento ímpar e frequentemente inerente aos partidos políticos.

debate sobre a definição de partido político e tampouco demonstrar quais são as possíveis definições que a literatura contempla. A definição de partido deve, segundo nosso entendimento, abarcar de um lado o aspecto organizacional das legendas, privilegiando os elementos da vida interna dessas instituições e, de outro, entender que estas mesmas são capazes de canalizar as demandas sociais com o objetivo de implantá-las na forma de políticas públicas por meio da disputa eleitoral e da negociação nas arenas governativas. Assim, entendendo que existe um debate intenso que segue desde Weber até Panebianco, passando por Sartori, utilizamos a seguinte definição de partido:

*“[...] organizações que competem em eleições para ocupar o governo e o legislativo, atuam em diferentes frentes, desenvolvendo relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários e, ainda, disputam com outras associações pela canalização de interesses dos diversos grupos que conformam a sociedade civil.” (Braga, 2010: 49).*

A definição apresentada por Maria do Socorro Braga revela uma síntese do debate que cerca os estudos sobre partidos políticos. Por um lado apresenta o partido como uma organização fazendo alusão clara a linha de estudos inaugurada por Robert Michels em *Sociologia dos Partidos Políticos* e consolidada por Ângelo Panebianco em sua publicação brasileira de 1995. A vida interna do partido, entretanto, não pode ser desvinculada das atribuições eleitorais (Mainwaring e Torcal, 2005) e muito menos dos partidos como instituição historicamente responsável por apresentar demandas da sociedade de forma organizada por seus candidatos e face pública (Sartori, 2005)<sup>12</sup>.

Para dar corpo as segunda e terceira hipóteses é preciso demarcar o que entendemos por institucionalização dos partidos políticos. Partindo de uma definição mais minimalista, podemos entender que institucionalização refere-se aos processos de rotinização e regularidade de procedimentos, independentes dos agentes, que criam estabilidade para ação destes a médio e longo prazo (Katz e Mair, 1994; Polsby, 2008; Huntington, 1975; Ghunter e Hopkin, 2007). Isso incluiria as duas esferas dos partidos políticos, tanto a organizacional quanto a eleitoral<sup>13</sup>. Ora, portanto entendemos que a

---

<sup>12</sup> A opção adotada foi a de utilizar uma definição mais completa de partido político sem que precisássemos recorrer ao debate sobre o tema.

<sup>13</sup> Sobre as teorias das três faces dos partidos políticos (Katz and Mair, 1994 e Ström and Mueller, 1999) desconsideramos aqui a face do partido no governo. Isso se deve, principalmente, ao fato de que ambos os textos elaboram a inserção do partido como coadjuvante no governo em sistemas parlamentaristas, disputando as eleições do ponto de vista a aperfeiçoar as preferências. No caso do Brasil, o sistema



institucionalização revela práticas regulares quando o partido concorre eleitoralmente e também em relação a sua vida interna. A institucionalização dos partidos políticos sempre foi associada com fenômenos como burocratização, infusão de valores e estabilidade organizativa e eleitoral (Janda, 1980; O'Donnell, 1994). Por outro lado, as análises sobre esse aspecto estiveram sempre focadas em uma dimensão ou em outra, o que acarretaria em conclusões parciais sobre a institucionalização dos mesmos (Levitsky, 2009: 316). Assim, o modelo de institucionalização que aqui propomos carrega consigo a idéia de que os partidos podem apresentar níveis ou graus de institucionalização em diferentes dimensões e nem por isso são pouco ou fracamente institucionalizados (Randall e Svasand, 2002; Basedau e Stroh, 2008). Podemos imaginar que um determinado partido seja institucionalizado em sua face pública, como coloca Levitsky, porém pouco organizado internamente. Nem por isso este partido seria parcamente institucionalizado. O que ocorreria seria um desequilíbrio institucional e não um enfraquecimento. Por outro lado, podemos ter partidos com dimensões equilibradas quanto à institucionalização, contudo ambas serem frágeis, o que revela baixa institucionalização ainda que em pé de igualdade entre as esferas.

Não são poucos os trabalhos que apontam a fragilidade dos partidos brasileiros por conta do arranjo do sistema eleitoral (Mainwaring, 1991; Ames, 2003; Carey e Shugart, 1995; Desposato, 2006). A partir de indicadores utilizados comumente para a mensuração da institucionalização dos sistemas de partidos – como o de volatilidade eleitoral, os partidos políticos foram avaliados como pouco capazes de controlarem seus candidatos. Isso isentou os pesquisadores em responder atualmente o motivo pelo qual os partidos brasileiros perduraram ao longo do tempo e conseguiram estabelecer padrões de governabilidade e democracia condizentes com sistemas democráticos avançados, apresentando indicadores positivos de estabilidade eleitoral (Braga; Ribeiro e Amaral, 2012) e recrutando e lançando candidatos com regularidade desde a restauração da democracia. Trabalhos mais recentes como Braga (2010), Tarouco (2010) e Peres, Ricci e Guarnieri (2012) sugerem que os aspectos organizacionais dos partidos seriam um bom indicativo para medir a institucionalização partidária e, por conseguinte, a institucionalização do sistema de partidos. Os partidos, nessa

---

presidencialista exige o ganho de uma parcela alta de cadeiras no legislativo nacional para daí então compor o governo.

perspectiva, seriam como orienta Mainwaring (1991), um elemento que prescinde estudo para compreender o sistema de partidos como um todo.

A cristalização dos procedimentos de conduta em relação a outros atores sociais (Tarouco, 2010: 171), a internalização de valores e a rotinização promoveriam processos institucionalizadores nos partidos políticos. Mainwaring e Scully (1997) apresentaram um indicador contínuo que fugiria da dicotomia sartoriana entre partidos institucionalizados ou não institucionalizados, mas não oferecem suporte para o estudo da institucionalização dos partidos políticos em si (Tarouco, 2010: 172). Até então, grande parte das análises acerca de institucionalização específica de partidos políticos leva em conta suas arenas de atuação de forma separada analiticamente. Assumindo que a organização não está dissociada da arena eleitoral ou das bases sociais do partido, esta interação teria foco multidimensional para mensurar níveis de institucionalização das agremiações partidárias. Tentando dar conta de aliar estas duas dimensões, as hipóteses aqui presentes que tomam a institucionalização partidária como variável independente apresentarão dados para posicionar os partidos de acordo com seus níveis de institucionalização e relacioná-los com os processos de seleção de candidatos.

## **Materiais e Métodos**

A coleta de dados foi realizada de três modos diferentes para consolidarmos os achados aqui apresentados. A primeira coleta foi realizada de forma mais simples acessando os dados sócio eleitorais dos candidatos que disputaram o pleito nacional de 2010. Esta primeira base de dados nos forneceu informações sobre a composição social dos candidatos dos quatro partidos estudados, a escolaridade dos candidatos, o partido ao qual pertenciam, a idade do candidato no ano da pesquisa e a votação nominal de cada candidato.

O segundo procedimento foi a aplicação de um *survey* a uma amostra de candidatos em cinco estados brasileiros: Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe e Pará<sup>14</sup>. Para tanto, utilizamos uma amostra probabilística aleatória estratificada que

---

<sup>14</sup> Não seria possível concluir a coleta destes dados sem a ajuda dos seguintes colegas: Renato Perissinotto, Luciana Veiga e Emerson Cervi da UFPR; Wilson Oliveira e Ernesto Seidl da UFS; Flávio Heinz da PUC-RS e; Maria Luzia Miranda Álvares da UFPA. Aproveito para agradecer a todos os alunos

representasse a proporção de candidatos em cada estado analisado, ou seja, para cada distrito aplicamos a quantidade de questionários compatível com a proporção de candidatos lançados pelos partidos<sup>15</sup>. A estrutura do questionário contemplava um bloco inicial destinado a mapear dados de identificação e de *background* social e político dos candidatos. A segunda parte tratou exatamente do processo de seleção de candidatos em si, questionando as razões que levaram os indivíduos a lançarem suas candidaturas, bem como a experiência pela qual passaram durante o processo de formação das listas eleitorais. Ainda dentro da seção sobre o processo de seleção, estávamos interessados nas motivações que levaram os candidatos a ingressarem na vida política e nas razões pelas quais o partido havia o escolhido para ser candidato naquele ano. Por fim, um último bloco tratou das possíveis consequências do processo de seleção, como qual seria a natureza da representação se eleito e como o indivíduo se comportaria durante a campanha eleitoral.

Como o universo de candidatos para deputado federal no Brasil ultrapassa seguramente a casa de três mil candidatos, era preciso que realizássemos uma amostra que representasse minimamente esta população e que desse consistência estatística para cada partido. O total da amostra foi de cento e vinte entrevistas, sendo trinta delas para cada partido político estudado. As entrevistas foram realizadas durante os meses de julho, agosto e setembro de 2010, evitando que os respondentes estivessem em posições diferentes uns dos outros, ou seja, todos estivessem como candidatos oficiais de seus partidos, em franca campanha eleitoral e longe do crivo das urnas<sup>16</sup>.

Utilizamos uma série de dados secundários para mensurar essencialmente a institucionalização partidária. Uma discussão sobre a institucionalização dos partidos foge ao escopo proposto pela temática e a adoção de achados de segunda mão nos

---

dos grupos de pesquisa que ajudaram na coleta dos dados, bem como aos colegas Ivan Ervolino e Lucas Massimo que auxiliaram nas entrevistas no estado de São Paulo.

<sup>15</sup> Isso supõe que: a amostra foi coletada de forma que cada indivíduo da população apresentava chances iguais em relação aos seus pares em ser selecionado; que a amostra foi feita por sorteio e livre de qualquer critério objetivo ou subjetivo por parte dos pesquisadores e; que a mesma foi aplicada respeitando as divisões entre os estados, bem como a razão da distribuição dos candidatos respondentes.

<sup>16</sup> A fonte dos dados é a pesquisa *Como se faz um deputado: a seleção de candidatos para Deputado Federal nas Eleições de 2010*, da qual participaram as seguintes universidades: UFSCar, UFPR, UFS, PUC-RS, UFPA. Foram 120 candidatos à deputado federal do Paraná, São Paulo, Sergipe, Pará e Rio Grande do Sul que responderam este *survey* respeitando a proporção de candidatos total de cada estado. A amostra é estatisticamente representativa para os quatro partidos analisados, contando com um ‘n’ mínimo de 30 questionários para cada um, porém não é representativa para o Brasil tomado como um todo. O ‘n’ da amostra deve ser encarado como um *estudo de caso*, o que não nos permite extrapolações estatísticas para toda a população de candidatos nas eleições legislativas para a Câmara Federal em 2010.

parece suficiente para o teste das hipóteses. Por absoluto controle metodológico, nossos achados sobre institucionalização estão fortemente baseados no *paper* que apresentamos no encontro anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, em 2012.

Aliar dados de montas diferentes traz problemas metodológicos severos que inspiram cautela por parte do pesquisador. Em primeiro lugar, os dados do TSE são fornecidos pelos próprios partidos e/ou candidatos o que pode tornar essa fonte mais ou menos distante da realidade dos dados ali contidos. Porém, a vantagem em se contar com o universo dos dados quantitativos para todos os candidatos a deputado federal dos partidos é suficiente para suprir os pormenores da fonte. Supondo que o 'ruído' seja distribuído igualmente, a veracidade da fonte não parece estar comprometida. Além disso, os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) trazem uma quantidade de informações muito abaixo do necessário para que possamos entender a forma como são feitas as escolhas durante a seleção de candidatos nos partidos políticos brasileiros. Do lado oposto, a amplitude revelada pelos dados nos oferta um cabedal empírico do qual a aplicação de questionários ou pesquisas prosopográficas são incapazes de fornecer.

A aplicação de um *survey* aos candidatos parecia então uma estratégia **complementar**<sup>17</sup> ideal para que pudéssemos entender de que forma as interações e interdependências ocorriam (Kuehn and Rohlfing, 2010: 05). As entrevistas diretas ou indiretas trazem vantagens metodológicas inúmeras. Conseguimos captar as percepções dos candidatos sem a interferência de ordens diretas das elites, fugir dos levantamentos estatutários que trazem pouco sobre a realidade no interior dos partidos e respostas de indivíduos que experimentam as instituições de diferentes modos. Ainda, o *survey* traz a vantagem de compreender um fenômeno com a menor quantidade de variáveis possíveis e passíveis de serem medidas (Babbie, 2001). Por outro lado, realizar entrevistas afeta o objeto de pesquisa simplesmente pela presença do entrevistador no ambiente de coleta. As respostas podem ser distorcidas pela aplicação do questionário com nuances pequenas, perguntas são sempre sujeitas à interpretação de cada respondente e o efeito

---

<sup>17</sup> É importante salientar o advérbio. A grande discussão sobre a utilização de dados quantitativos e qualitativos hoje se dá em torno da **triangulação** de achados para a confrontação e confirmação dos mesmos. Não é o caso aqui. Utilizamos dois métodos que se complementam entre si e compreendem etapas diferentes da pesquisa. A ausência de dados passíveis de observância e mensuração de fontes frias nos obriga a recorrer à metodologias alternativas e com maiores problemas. Poderíamos escolher entre muitas delas, como observação participante, entrevistas em profundidade, prosopografias, etc. Para uma referência sobre este debate ver: Ahram, 2009.

expectativa de acerto, a percepção em colaborar do entrevistado para com o entrevistador, pode criar algum viés na utilização de metodologia de *survey*<sup>18</sup>.

Os partidos políticos escolhidos servem como variáveis organizativas e a unidade de análise observação sobre os candidatos em si. Diferente do que sugerem Hazan e Rahat (2010), a *unidade de observação* aqui não são os partidos políticos num ponto específico do tempo. O estudo dos partidos políticos os transforma em unidade de análise, qual seja o lócus privilegiado onde se coletam os dados e contém a unidade de amostra, neste caso coincidente com a unidade de observação (Triola, 2008). Não obstante, não se trata de realizar uma inferência para o caso nacional a partir dos quatro partidos abordados. Este estudo possui a limitação estatística e teórica de não ser passível de generalizações para o Brasil e, por isso, deve ser encarado como um **estudo de caso**. Porém, a vantagem de realizar o caminho inverso, qual seja, experimentar, validar ou refutar generalizações feitas ao caso específico dos partidos e as possíveis consequências de seus comportamentos para a qualidade democrática.

### **A estrutura da tese**

Grosso modo, esta tese está dividida em quatro partes a fim de dar cabo da interação entre sistema eleitoral, partidos e seleção de candidatos. A primeira parte realiza um esforço no sentido de apresentar a literatura sobre seleção de candidatos, partindo desde uma introdução sobre os estudos sobre recrutamento político, até os estudos mais recentes que colocam a seleção de candidatos como um ponto específico temporal e estruturalmente dentro do processo de formação de elites políticas.

No primeiro capítulo optamos por fazer uma discussão que vai da seleção de candidatos como variável dependente a variável independente. Não iremos abordar todos os elementos e constrangimentos teóricos para testes empíricos ao longo do texto, mas a ideia é fornecer uma trilha de argumentos que leva ao entendimento de como a seleção foi tratada pela literatura até o ponto em que nos dispusemos a preencher as lacunas que nos parecem ainda sem resposta.

---

<sup>18</sup> Sobre isso especificamente, gostaria de agradecer a colega Sandra Avi dos Santos (UFPR) que foi a pesquisadora responsável por dar treinamento aos entrevistadores que coletaram os dados nesta pesquisa. Aproveito também para agradecer a todos os dispostos em ajudar na coleta e que a publicação dos resultados seja um alento para os que trabalharam nesta etapa.

O segundo capítulo elabora a primeira parte das variáveis da tipologia proposta por Siavelis e Morgenstern (2009). Apresentamos as variáveis legais e contrapomos com os dados quantitativos advindos do TSE e algumas inclinações do *survey*. Serão trabalhadas as questões que relacionam o sistema eleitoral no Brasil e as expectativas em relação a como os partidos formam suas listas eleitorais e o conteúdo das mesmas. A argumentação deste capítulo defende que são os partidos políticos que conseguem controlar a formação de suas listas a partir de variáveis do sistema eleitoral, como lista aberta e competição distrital. A contraposição com a literatura mostra que os partidos não aparentam ser tão frágeis como se queira acreditar, mas, ao mesmo tempo, tem de atender às demandas do sistema eleitoral para conquistar cadeiras.

O terceiro capítulo introduz as variáveis partidárias elaboradas a partir, principalmente, do *survey* conduzido. Nesta parte a seleção de candidatos encerra-se como variável dependente, passando assim para independente. Mesmo seguindo as sugestões de Siavelis e Morgenstern, adaptamos os indicadores oferecidos através das dimensões elaboradas por Hazan e Rahat (2010). A centralização, inclusividade, financiamento e organização partidária se somam ao *selectorate*, às restrições para candidatura e a diferença entre sistemas de votação ou indicação.

No momento que a seleção de candidatos assume o papel de variável independente, somos capazes de auferir que a mesma seja responsável por produzir resultados independente do sistema eleitoral, ou seja, “contornar” os determinantes desse arranjo e produzir diferentes perfis de candidatos de acordo com as estruturas dos partidos políticos.

O quarto capítulo aborda a tipologia de candidatos estabelecida por Siavelis e Morgenstern (2009) e as consequências para a vida partidária. Serão examinadas as possíveis conexões entre institucionalização dos partidos políticos, seleção de candidatos e competição intrapartidária, representatividade partidária e comportamento eleitoral, conforme indicadores elaborados por Rahat, Hazan e Katz (2008) e uma sugestão de interpretação de comportamento eleitoral a partir das auto percepções dos candidatos. A tese deste capítulo é a de que a seleção de candidatos tem consequências tanto para como os partidos formam suas listas de candidatos, resultando em tipos ideais diferentes e também de que modo o processo de seleção pode dar importantes

indicativos sobre o funcionamento dos partidos políticos sendo útil para mensurarmos limites de democracia interna, nível de representatividade e de competição.

O quinto capítulo apresenta as principais conclusões, bem como debate os limites da pesquisa empírica, as lacunas deixadas pelo texto e as sugestões para pesquisas comparadas sobre sistema político, partidos políticos e seleção de candidatos.

Fica implícita aqui a pretensão para que outros pesquisadores possam utilizar-se do desenho de pesquisa e de possíveis melhorias em relação aos indicadores mobilizados.

## **Capítulo 1. Seleção de candidatos: de variável dependente à independente**

O objetivo deste capítulo é oferecer ao leitor uma abordagem teórico-metodológica sobre a seleção de candidatos. A seleção de candidatos em muitos estudos é colocada como sinônimo ou apenas mais um processo do recrutamento legislativo. Tentaremos aqui demonstrar basicamente duas teses teóricas. Seleção de candidatos é um processo autônomo metodologicamente e temporalmente, o que exige recortes teóricos e conceituais. A segunda tese é que, a depender do olhar analítico, é possível tratar a seleção de candidatos como variável dependente ou independente. Portanto, para uma compreensão do recrutamento político com um todo, isto é, uma perspectiva holística da formação de elites políticas, o estudo do processo de escolha de candidatos é peça fundamental e, mais ainda, só se chega a bom termo utilizando-o como variável dependente e independente. A seleção de candidatos deve ser entendida, a depender da



pergunta que se coloca o pesquisador, ora como independente, acarretando em consequências específicas de acordo com os diferentes processos, ora como fruto de arranjos superiores que determinam em alguma medida o modo como os candidatos ao legislativo são escolhidos<sup>19</sup>.

Mesmo assumindo que durante o decorrer deste trabalho não iremos fazer uso de todas as abordagens a respeito da seleção de candidatos, é importante realizar a ressalva teórica expondo ao leitor as vertentes que nos levaram à escolha de uma disposição suficiente para testes de modelos empíricos e objetos acessíveis.

Assim, a primeira parte do capítulo traz a seleção de candidatos como variável dependente da estrutura sócio-política e das mudanças democráticas. Uma discussão introdutória sobre como diferentes autores trabalharam essa temática nos dá uma perspectiva dos principais problemas e achados desta abordagem.

Em seguida fazemos um levantamento sobre como as variáveis formais podem afetar o processo de escolha de candidatos, sobretudo os pontos apontados como preponderantes do sistema eleitoral e das estruturas dos partidos.

Por fim, mostramos de que modo, a partir dessas duas linhas de trabalho, chegamos a seleção de candidatos como capaz de produzir resultados importantes para os partidos e para o comportamento político de candidatos e eleitos. Aqui vemos a seleção de candidatos como variável independente e os motivos que levaram os principais teóricos dessa linha a considerá-la como tal.

### **1.1 Contexto democrático e estrutural social como determinantes dos processos de recrutamento político**

Desde Weber (2002: 137) os partidos políticos são apontados como entidades capazes de absorver as demandas sociais e, nos termos do autor, ‘planificar’ metas programáticas em torno de objetivos coletivos. A fim de transformar estas metas em ações, os partidos precisam recrutar quadros que atendam ao programa partidário, seja

---

<sup>19</sup> Siavelis e Morgenstern (2009) apontam caminhos também para o estudo da seleção de candidatos ao poder executivo, porém as implicações específicas da teoria para estas posições políticas não iremos abordar.

ele em torno de objetivos coletivos ou individuais. Colocado desta forma, o recrutamento político aparece como uma função do partido que realiza a ligação entre a sociedade e o Estado, visão da qual compartilha também Sartori (2005). Mais do que escolher nomes para a disputa eleitoral e representação social, os partidos atuam como filtro de demandas específicas com objetivo em transformá-las em políticas públicas.

Durante esse processo de absorção de demanda, os partidos devem, necessariamente, levar em consideração dois aspectos: a) a estrutura social e histórica em que estão inseridos (Field e Siavelis, 2009; Norris, 1997) e; b) o contexto organizativo e eleitoral, arenas que somente os partidos tem legitimidade para atuar simultaneamente (Panebianco, 2005).

Outros autores clássicos como Robert Michels (1911) e Moisei Ostrogorski (1907) já abordaram a formação de elites como um dos aspectos centrais para entender não somente os partidos políticos, como o funcionamento dos regimes democráticos. Porém, com mais especificidade, trabalhos recentes tem demonstrado preocupações com a nomeação de candidatos como um processo capaz de revelar a essência dos partidos políticos, o coração das legendas, como apontam Gallagher e Marsh (1988). Esse esforço em sistematizar os achados sobre a seleção de candidatos tem ligação com a inquietação de que os partidos não só são centrais para a democracia, como a democracia é central para os partidos políticos. Os partidos são vistos como instituições históricas sem as quais o sistema democrático representativo é incapaz de operar e estabelecer as demandas dispersas na população (Sartori, 2005) e se estamos preocupados em processar tais demandas, a forma como isso é realizado, se mais ou menos democrática, parece ser também importante. Rahat e Hazan (2007) mostram que os recentes movimentos de democratização interna dos partidos políticos tem ganhado força na Europa e Oriente Médio, o que desvenda nova frente de análises para a forma pela qual os representantes são escolhidos. Ou seja, é a seleção de candidatos um dos possíveis lócus de lastro empírico para um investimento na teoria das organizações democráticas. Não obstante a democracia interna possa ser mensurada de outras maneiras, como sugere Billie (2001), a seleção de candidatos é um momento privilegiado por fazer justamente o processamento das demandas sociais selecionando alguns indivíduos em detrimento de outros (Freidenberg, 2003).

Se os partidos processam demandas sociais ou contingentes sociais específicos, espera-se que a oferta de candidatos advindos dessas demandas seja um traço importante do modo como os partidos operam suas escolhas (Norris, 1997). Nas palavras de Czudnowski: “... o recrutamento deve ser entendido como uma sequência de seleções, em que cada estágio elimina uma larga proporção dos ‘aspirantes’ e conduz os ‘sobreviventes’ no estágio seguinte.” (1975: 177). Entendemos que um desses estágios do recrutamento seja a estrutura social como um todo, com desigualdades sociais que compelem a ausência de determinados setores à participação política.

Por exemplo, podemos imaginar que no caso do Brasil os negros representam uma minoria social muito flagrante, bastando verificar que nos postos legislativos encontramos poucos representantes com esta origem. Isso não se traduz, **automaticamente**, num bloqueio partidário ou institucional aos negros. É possível, e passível de investigação, que não haja condições sociais mais elementares que qualifiquem negros para atividade política nos moldes exigidos pela democracia representativa liberal. Em resumo, a estrutura social pode ser, antes de qualquer outro, um impedimento feroz ao processo de seleção de candidatos como um todo. Do mesmo modo, podemos pensar que uma sociedade marcada pelo machismo ofereça poucas oportunidades para mulheres engajarem-se politicamente. Não podemos assumir que mulheres não se elegem porque os partidos não permitem. Passo anterior é saber se elas chegam ou não a se candidatarem e o motivo da negativa (Norris e Lovenduski, 1995).

Por outro lado, sociedades em constantes mudanças tendem a inserir em suas fileiras representantes de novos segmentos sociais. Em Israel, após uma onda de escândalos políticos de corrupção, os partidos reformaram suas formas de selecionar buscando atingir maior parcela da população além de incluir demandas sociais como cotas para candidatos de origem árabe. A aliança entre um acontecimento não regular (como escândalos políticos) e demandas sociais intensas, fatores ambientais, é entendida como um catalizador para partidos modificarem seu *modus operandi*. Casos como esses se mostram como um processo social pode interferir na forma com que os partidos são influenciados pela estrutura social e respondem aos constrangimentos ambientais (Barnea e Rahat, 2007: 390).

A ‘filtragem’ de candidatos pode ocorrer de fato muito anteriormente à chegada ao partido. A diferença entre a composição social da população em geral e os aspirantes

a cargos políticos seria uma evidência de como fatores extra institucionais determinariam as condutas na seleção de candidatos. Ranney (1965) ao examinar a formação dos quadros legislativos nos Estados Unidos, observa que a diferença entre aspirantes – aqueles interessados em tornarem-se candidatos, mais ainda não selecionados pelos partidos – e candidatos exprime a essência da exclusão social operada pelos partidos. No momento subsequente, na diferença entre a população em geral e o *pool* de candidatos, poderíamos encontrar traços da demanda social que sequer chega ao posto de aspirante.

Por outro lado, sociedades muito estáveis – iguais ou desiguais - tendem a produzir mudanças mais lentas na absorção de demandas sociais. No caso brasileiro, especificamente, apenas com a chegada do PT ao governo nota-se uma mudança na composição social da classe política (Rodrigues, 2006). Desde o primeiro período democrático – 1946 a 64 – vemos que os deputados são majoritariamente oriundos de posições sociais reconhecidas, apresentado uma variação pequena em sua gama de ocupações, geralmente composta por bacharéis, engenheiros, médicos e empresários. Santos (2000) observa que o advento da ditadura militar promoveu uma mudança no conteúdo da representação política. Os partidos, atendendo a uma exigência da estrutura burocrática, passaram a apresentar em seus quadros maior incidência de profissões técnicas, mas ainda sim, longe de uma mudança com vistas a popularizar minimamente o legislativo nacional, como a ocorrida com a eleição de 2002. Desse modo, está implícito que uma mudança na estrutura do governo pode fazer com que os partidos busquem atrair para seus quadros diferentes segmentos sociais, ora respondendo às demandas sociais, ora às mudanças na relação das agremiações políticas com o Estado.

Nosso trabalho não versará sobre as mudanças sociais ou de estrutura do Estado que levam a diferentes conteúdos do processo de recrutamento político. Estas teses exigiriam um trabalho com perspectiva comparada no tempo e não dedicada somente a seleção de candidatos como um procedimento independente e pontuado no eixo temporal. Em pesquisas futuras, esperamos que os condicionantes sociais da escolha de candidatos possam ser abordados a fim de compreender não somente tal escolha determinada por aparatos institucionais, como foi aqui prometido.

De outro modo, colapsos institucionais podem levar à mudança não só no conteúdo das listas de candidatos, mas também na forma com que os partidos elaboram

este conteúdo. A malfadada crise de legitimidade que assolou os partidos europeus nas décadas de 1980 e 1990 culminou em processos de ampliação das bases dos partidos e do escopo de atuação em busca de votos e filiados para a sobrevivência da organização. Scarrow (2000) aponta alguns fatores como a midiaticização da política, o esvaziamento dos partidos como instituições socializadoras, devido ao advento do estado de bem estar social europeu, a massificação do voto e o surgimento de novos partidos<sup>20</sup>. Esses fatores fizeram com que os partidos passassem a ser vistos descolados de suas bases sociais e seus eleitores.

A resposta dos partidos políticos a estes fenômenos foi a democratização dos processos de seleção de candidatos. Ampliou-se a participação incluindo novos membros no processo, aumentou-se a quantidade dos membros ativos e descentralizaram-se os processos de seleção. Segundo Pennings e Hazan (2001: 268) a democratização dos processos de seleção surge, em primeiro lugar, como uma resposta para conferir legitimidade aos partidos políticos. Incluindo uma diversidade e quantidade maior de indivíduos no processo de escolha de candidatos, os partidos esperavam uma maior aderência dos eleitores ao partido que refletir-se-ia em votos nas eleições. Em segundo lugar, a abertura faz com que as escolhas tomadas sejam legitimadas tanto no interior quanto no exterior do partido, estreitando os laços entre a organização e eleitores. A citação abaixo resume a argumentação dos autores:

*“Aumentando o número daqueles que tem voz na nomeação e seleção de candidatos, os partidos podem tentar fortalecer o sentimento de envolvimento tanto de membros quanto de eleitores. Isso pode ser feito através de variados graus de participação de filiados, desde o voto indireto até a participação irrestrita.”<sup>21</sup> (Idem).*

Exemplos onde este fenômeno ocorreu se concentram em países como Dinamarca, Suécia, Israel e Canadá. Em outros casos, como Bélgica e Irlanda, observamos que mesmo diante da crise de legitimidade dos partidos, a seleção de candidatos permaneceu centralizada e pouco inclusiva. A explicação para essa

---

<sup>20</sup> Cabe menção o surgimento intenso dos chamados ‘partidos de nicho’, que representam interesses sociais muito específicos, como ambientalistas, defensores de liberdade de criação e difusão de obras artísticas, etc.

<sup>21</sup> “By enlarging the number of those who have a say in the nomination and selection of candidates, parties can try to strengthen the sense of involvement of either members or voters. This can be done through varying degrees of membership participation, ranging from a mediated indirect party vote to unrestricted participation.”

variedade de posturas está calcada, segundo os autores, na autonomia que os partidos dos países do primeiro bloco desfrutam em relação às leis nacionais que regem as normas e procedimentos partidários, a exemplo do que acontece nos estados norte-americanos.

Diferentemente, reformas no processo de seleção de candidatos ocorreram por causas que não foram oriundas de demandas sociais ou crises institucionais. Aumentos na competição política fizeram com que os partidos também democratizassem suas nomeações de candidatos (Barnea e Rahat, 2007: 378). Quando do surgimento de novos partidos ou um aumento da competição direta entre candidatos, os partidos mais uma vez ampliam o escopo de participação do *selectorate*. O aumento da competição pode ocorrer em três diferentes níveis: i) uma mudança no equilíbrio de poder entre os partidos, quando surgem novas agremiações ou um partido lidera mudanças sociais ou políticas intensas, este nível corresponderia ao do sistema político; ii) mudanças no nível do sistema de partidos, quando algum partido sofre uma derrota marcante ou quando escândalos assolam a agremiação e; iii) mudanças no nível interno do partido, como novas lideranças partidárias ou ocorrem fusões com outros partidos (*Idem*).

Nestes três níveis de mudanças podemos pensar que cada um deles, ou a interação entre os três, acabe por aumentar as chances com que os partidos democratizem seus processos de escolha de candidatos. Por democratização, entendemos que isso refere-se essencialmente à inserção de uma maior quantidade de membros no corpo selecionador, e essencialmente, uma mudança na forma de como os candidatos são escolhidos. Se havia, anteriormente, uma escolha sendo realizada por indicação e por um grupo seletivo de membros, a democratização do processo de seleção levaria, por exemplo, à seleção de candidatos por todos os filiados do partido por um sistema de votação.

A reforma da formação das listas eleitorais visa sanar os problemas causadores da própria reforma. Se ocorrer por conta de um escândalo político, a democratização da seleção de candidatos visa conferir legitimidade ao partido, antes perdida pela exposição dos fatos. Se existe uma mudança social em curso, como a ampliação de um setor econômico específico, o partido abre suas portas a fim de conquistar esse novo eleitorado e, junto com ele, amealhar votos para seus candidatos. Por fim, se a reforma ocorre na esfera interna do partido, os líderes utilizam processos democráticos para legitimar a nova elite ou o novo partido (*idem*: 379).

Esta vertente institucional, a qual determina os processos de seleção de candidatos, ou ao menos, a mudança deles, sugere que os partidos estão inseridos num ambiente institucional capaz de promover adaptações para manterem-se vivos e competitivos, por um lado. Por outro lado, o contexto e o acaso são eventos que podem servir de estopim para determinar como são nomeados os candidatos nas democracias representativas.

Uma outra vertente, mais próxima das mudanças macro institucionais apresenta aspectos também mais gerais com os quais os partidos lidam para escolher seus representantes.

Em recente texto, Field e Siavelis (2009) analisam os processos de seleção de candidatos em regimes de transição política. Os autores assumem, de saída, que os partidos políticos, responsáveis pela escolha dos candidatos, são afetados diretamente pelo ambiente em que estão inseridos. Essa justificativa parece válida tendo em vista o que o clássico texto de Panebianco (2005) já apontava a respeito do ambiente como dimensão central na consolidação institucional das organizações políticas, bem como na distribuição de poder no interior das mesmas.

Partindo desse pressuposto, Field e Siavelis (2009: 634) resumem que, ao comparar sistemas políticos institucionalizados com sistemas políticos em transição, os partidos políticos apresentam diferentes formas para selecionar seus candidatos de acordo com a estabilidade dos sistemas. Além disso, regimes pós-autoritários apresentam diferenças significativas de sistemas de transição. Quando há estabilidade política, os partidos tendem a apresentar uma postura mais inclusiva para escolher seus candidatos. Em sistemas onde a previsibilidade das regras e condutas é menor, os líderes partidários detém o processo de seleção tendo em vista garantir o pacto institucional recém-atingido ou ainda aumentar a estabilidade do sistema de transição. Além disso, a forma como se iniciam a formação de elites políticas nos partidos acaba por afetar o curso organizativo dos partidos, sugerindo assim um elemento de *path-dependence* entre seleção de candidatos e organização dos partidos políticos.

Assim, percebemos que não só mudanças institucionais nos subsistemas políticos, como partidos e sistemas partidários, mas também na macro política, como a passagem de um regime autoritário para a democracia, podem afetar diretamente o modo como se selecionam candidatos no interior das legendas. Esses movimentos são de cunho mais amplo e calcados na macro política, que não de forma oposta, mas de

forma complementar, deixam os micro fundamentos da política relegados aos estudos das esferas internas e processos que tem no indivíduo ou nos partidos o principal foco.

Até então, todos os elementos aqui abordados sugerem que existam variáveis independentes capazes de influenciar diretamente a seleção de candidatos. Porém, todas as dimensões colocadas, social e institucional, são movimentos que influenciam mais os menos a seleção de candidatos. Ou seja, é a mudança nas variáveis externas ao partido a principal força motriz para que a seleção de candidatos seja fruto de outra esfera que não a dinâmica interna. Fica claro que mesmo diante de abordagens teóricas mais amplas, como a sociologia política, onde os elementos da estrutura social são capazes de determinar o conteúdo da seleção de candidatos, ou o estruturalismo, onde as mudanças institucionais podem afetar também a vida interna dos partidos, pouco foi dito sobre as consequências que os arranjos sistêmicos específicos representam para a escolha de candidatos. Para isso, utilizaremos o escrutínio do sistema político brasileiro como exemplo na seção seguinte, realizando comparações com variáveis de outros tipos de sistemas para ilustrar as possíveis diferenças esperadas.

## **1.2 O desenho institucional como variável independente na seleção de candidatos: Brasil e as possíveis variações nos processos**

Quando não há quadro de mudança em curso, ao menos em médio prazo, os estudos comparados apresentam ganhos consideráveis em relação aos não comparados para que possamos compreender de que modo as regras do jogo influenciam a seleção de candidatos, atividade esta, restrita ao escrutínio privado – e na maior parte das vezes extralegal (Hazan, 2002: 75) – no interior dos partidos.

Poucos estudos trazem dados sobre o processo de seleção de candidatos comparado entre países<sup>22</sup>. A maior parte destes elabora análises em profundidade sobre a morfologia das elites políticas e sobre as mudanças no perfil representativo dos parlamentos mobilizando o prisma teórico da sociologia política (Rodrigues, 2002; 2006; Marengo dos Santos, 2001). Os impactos do sistema eleitoral sobre o recrutamento político ficam direcionados, em sua maior parte, aos *outputs* dos processos de seleção e oferecem poucas conclusões sobre o procedimento em si.

---

<sup>22</sup> O esforço de Gallagher e Marsh (1988) e de Siavelis e Morgenstern (2008) não é entendido como um estudo comparativo na medida em que não são comparados países ou sistemas políticos. O que estes autores fazem, e com destreza acadêmica, é elaborar um quadro analítico que possa ser aplicado em diferentes contextos e, a partir deste, chegam à algumas conclusões.



Norris (2004) lembra que focar nos resultados dos processos de seleção de candidatos pode trazer conclusões equivocadas em dois aspectos distintos e complementares entre si: i) supor que o conteúdo e a composição social das instituições revele o seu funcionamento<sup>23</sup> e; ii) que o produto final do processo de nomeação de candidatos, qual seja, o filtro eleitoral, seja capaz de desvendar quais são os grupos aliados e quais os privilegiados.

Entretanto, algumas suposições sobre o possível impacto dos sistemas eleitorais foram estabelecidas a partir de estudos que não focam primariamente a seleção de candidatos, mas a dinâmica legislativa (por exemplo, Samuels, 2008), estudos de gênero (como Norris e Lovenduski, 1995), comportamento eleitoral (por exemplo, Nicolau, 2007; Mainwaring, 1991) e engenharia eleitoral (a exemplo de Norris, 2004), podemos traçar algumas hipóteses estabelecidas – e algumas já testadas – sobre como se daria a formação de listas partidárias em diferentes sistemas eleitorais.

A primeira suposição que se coloca é a diferença entre sistemas majoritários e proporcionais. Se, por um lado, os países de representação proporcional conferem maior pluralidade e legitimidade na representação política, por outro lado, os níveis de *accountability* e de controle por parte dos partidos sugerem ser inferiores daqueles onde operam sistemas eleitorais majoritários (Norris, 2006: 96). Sistemas majoritários aliados a distritos de magnitude eleitoral baixa ou uninominais proporcionariam ainda maior controle por parte das organizações políticas durante o processo de seleção de candidatos. Já representação proporcional com altas magnitudes confere aos candidatos um papel privilegiado frente aos partidos, dando maior espaço para que traços personalistas destaquem os candidatos uns dos outros – como o Brasil (Siavelis e Morgenstern, 2009).

Comumente, os estudos dos impactos do sistema eleitoral tem encontrado pouca evidência acerca desta relação, ou determinação, para a seleção de candidatos. Lundell (2004) testa variáveis do sistema político parlamentarista para partidos de toda Europa Ocidental e não encontra evidência de impacto dos sistemas eleitorais sobre a centralização ou a inclusividade nos processo de seleção de candidatos nos partidos. Pippa Norris (2004: 13) aponta ainda um fator que não pode ser atribuído

---

<sup>23</sup> Fato que Panebianco (2005) chama também a atenção ao tratar da *falácia sociológica* dos partidos políticos. Ou seja, não é possível estabelecer a natureza dos partidos a partir da composição social de seus membros sem que se olhe para as relações de poder que a organização entre estes estabelece.

exclusivamente à engenharia institucional – para usar a terminologia da autora. Se os partidos enxergam a conformação dos parlamentos, conseguem interpretar a morfologia dos eleitos como uma *proxy* da vontade eleitoral, teriam um parâmetro razoável para coordenação eleitoral, ou seja, interessaria aos líderes de partido reproduzirem o *status quo* estabelecido a fim de garantir cadeiras. Esse movimento esconde a fonte das decisões dos partidos, se reside na leitura do sistema eleitoral ou na preservação da organização partidária tal como é. Apenas em momentos onde exista mudança na configuração dos parlamentos ou das normas eleitorais que conseguimos entender a dinâmica entre as legendas e o sistema político como um todo. Em momentos de conservação das composições parlamentares, não é possível estabelecer se são os partidos que preservam as casas legislativas, ou se são estas que confinam as agremiações políticas à reprodução social. Isso nos levaria a adentrar num debate sobre a natureza da representação política, tema do qual Pippa Norris, traduz como poucos. Porém, não há conclusão firmada sobre quais são os filtros que determinam essas conformações representativas, se partidos, organizações políticas de natureza diversa ou se os próprios parlamentos.

Outra importante evidência de que os sistemas eleitorais importam pouco para determinar como os partidos tomam decisões internas seria exemplificada pela multiplicidade de métodos de seleção encontrados dentro de um mesmo país. Tais diferenças sugerem que o partido político ou outras variáveis, que não o sistema eleitoral ou os constrangimentos do desenho institucional, possam ter mais peso sobre a seleção de candidatos. Mesmo Samuels (2008) que atesta uma homogeneidade para os candidatos brasileiros, aponta que o PT produz candidaturas voltadas ao partido e não centradas em si mesmas. O que nos leva perguntar: se o PT é capaz de produzir tais perfis, o sistema eleitoral proporcional com lista aberta é de fato a variável mais importante para a conformação dos concorrentes? Ou, admitindo que o PT possa ser uma exceção num caso clássico de incentivo ao personalismo como o Brasil, é preciso desvendar os movimentos que levam ao desvio da regra.

Segundo Norris (2004: 135) dois polos determinam o candidato centrismo, a valorização de atributos pessoais em oposição aos pertencimentos e valores compartilhados em termos institucionais, no que se refere ao sistema eleitoral: *sistemas proporcionais de lista aberta* seriam os mais propensos ao candidato centrismo e à valorização da reputação pessoal, enquanto que *sistemas proporcionais de listas fechadas* permitiriam maior controle por parte dos partidos políticos, bem

como a valorização das legendas em relação aos indivíduos. Essas duas posições opostas levariam também a consequências importantes para a seleção de candidatos. Onde o controle dos partidos é menor, nas listas abertas e em sistemas distritais de baixa ou de grande magnitude, a nomeação dos candidatos tende a ser menos centralizada e mais inclusiva, predominando participação ampla de membros do partido e ocorrência nas esferas locais dos partidos. Já em sistemas de lista fechada, os líderes tenderiam a centralizar o processo de formação das listas eleitorais e concentrar nas instâncias superiores do partido o poder de decisão para a escolha dos pleiteantes (Gallagher e Marsh, 1988). É claro que a diversidade de partidos e as combinações deles com os sistemas eleitorais e o arranjo institucional leva a processos de centralização intermediários e muitas vezes distantes do que a teoria predita. Não obstante, ter no horizonte os supostos do arranjo institucional é frutífero no sentido que aponta hipóteses e suposições a serem verificadas empiricamente.

Infelizmente, poucos são os achados que relacionam o sistema eleitoral e partidário com os processos de seleção de candidatos. Exceções feitas acima, a maior parte dos estudos parte do pressuposto do institucionalismo de escolha racional e vê no sistema eleitoral a estruturação na qual os partidos devem atingir metas na conquista de votos e cadeiras nos parlamentos. Esta vertente neo-institucionalista valoriza os atributos de carreira centrados na ambição política tanto para as esferas internas do partido, quanto para o seu comportamento legislativo e eleitoral. Fala-se muito em como o eleitor vota, ou em como o partido age durante as campanhas eleitorais, porém nada é dito acerca da forma como os partidos organizam estrategicamente suas listas. Além da centralização dos processos de seleção, não se esperam correlações entre os sistemas e a seleção de candidatos. Mesmo admitindo que possa existir uma relação fraca entre sistema e seleção de candidatos – como sugere Czudnowski (1975) – essa relação pouco diz sobre como os partidos elaboram a escolha de seus candidatos, apenas aponta que a estrutura eleitoral do país é sobreposta com a centralização e controle da tomada de decisão (Norris, 1997; Rahat e Hazan 2001; Hazan e Rahat, 2010). Num exemplo, mesmo onde não teríamos países federados, como apontado por Norris (1996: 201), a fracionalização do território acaba por descentralizar a seleção de candidatos. A comparação entre França e Reino Unido mostra que em ambos, que contam com um sistema unitário, na França é onde os candidatos são selecionados por líderes partidários nacionais. Por outro lado, no Reino Unido, o papel da seleção dos candidatos é feito majoritariamente por lideranças locais.

A principal limitação das macro análises sobre a seleção de candidatos é que elas não esmiúçam o processo em si, ou seja, não discutem como ocorre, quais as etapas, os filtros internos dos partidos e nem o modo como são feitas as escolhas. Afirmar que a descentralização acompanha a estrutura do sistema eleitoral parece dizer respeito apenas ao sistema eleitoral e não à seleção em si. Não podemos assumir que uma seleção realizada por lideranças locais seja mais inclusiva ou mais democrática do que a realizada por líderes regionais. Num exemplo hipotético, podemos pensar numa seleção local que seja controlada por um único líder capaz de indicar todos os candidatos daquele distrito para formar a lista de candidatos. Por outro lado, podemos imaginar uma seleção nacional que conte com a participação de delegados através do voto, onde, certamente encontraríamos mais inclusividade ao mesmo tempo em que centralização.

Para que possamos estabelecer uma relação (ou uma associação) entre sistema eleitoral é preciso que direcionemos nossos olhares para os estudos que apresentam conclusões comparadas. Como bem colocam Gallagher e Marsh (1988), a seleção de candidatos é uma atividade quase que exclusivamente restrita à regulação pelos partidos políticos. O reforço desta afirmação é metodológico de modo que qualquer estudo que aponte conclusões sobre a seleção de candidatos e não o faça tendo como foco os partidos individualizados, toma a consequência pela causa. Contudo, o grau de participação dos *gatekeepers*<sup>24</sup> pode ser em larga medida determinado pelas diferentes configurações do sistema eleitoral. Segundo Cross (2008) o fundamental é o poder que se confere aos eleitores para escolher candidatos. Na maioria dos países a seleção de candidatos é realizada nos 'jardins secretos' dos partidos políticos e o eleitor tem pouca ou nenhuma chance em determinar quem serão os concorrentes na eleição (Gallagher e Marsh, 1988). Desse modo, quando não ocorre voto preferencial ou quando da existência de primárias (abertas ou fechadas), o eleitor acaba apenas por referendar escolhas realizadas pelos partidos. A consequência desse processo é que as composições parlamentares são decididas pelas lideranças partidárias e não pelo eleitor (Lundell, 2004; Cross, 2008). Assim, podemos supor que em sistemas de voto não preferencial ou sem prévias, a seleção de candidatos adotada pelos partidos seja muito menos inclusiva do que nos casos onde há escolha do eleitor na ordenação da lista (Teixeira e Freire, 2011). Porém, esse suposto não pode ser generalizado.

---

<sup>24</sup> Termo utilizado na literatura para designar aqueles que são os responsáveis por salvaguardar à entrada dos aspirantes nas listas de candidatos.

Segundo Teixeira e Freire, países onde o eleitor tem pouco poder de decisão para selecionar os candidatos podem abrir o processo de seleção de candidatos para dar legitimidade as suas escolhas. O problema central da proposta de Teixeira e Freire seria o que se entende por primárias, visto que a participação de um largo corpo de filiados em convenções continua apenas atestando as decisões da elite do partido, como no modelo de partido cartel.

Segundo Cross (2008: 602) em sistemas de lista fechada o sistema eleitoral importa menos, na medida em que os partidos importam mais para selecionarem seus candidatos. Isso se deve justamente ao fato de que os partidos, neste contexto, necessitam estabelecer estratégias de maior controle anteriormente à eleição. Na medida em que caminhamos para sistemas de lista aberta, as características do sistema eleitoral tem menor determinação nos processos de nomeação de candidatos. Numa frase: os partidos dispõem de maior autonomia em listas abertas. A possibilidade que o eleitor desfruta em sistemas de lista aberta, faz com que os partidos atendam às demandas eleitorais em detrimento às organizacionais, caso o queira. Já sistemas de lista fechada conferem maior importância à disputa dentro das legendas, deixando a cargo do eleitor apenas referendar escolhas prévias.

Se partirmos do ponto de vista oposto, qual seja o do candidato e não o do partido, podemos pensar que os candidatos valorizem os processos de seleção e cumpram seus requisitos formais e informais na medida em que enxerguem neste legitimidade e poder de agenda. Segundo Cross (*idem*: 615) nos processos onde a eleição determina as composições dos parlamentos, podemos esperar que os aspirantes estivessem mais preocupados com o funcionamento do sistema eleitoral do que em cumprir exigências partidárias. Especificamente, em sistemas proporcionais de lista aberta como no Brasil, podemos esperar que o sistema eleitoral tenha um peso maior no *outcome* da seleção de candidatos. Por outro lado, sistemas mais centralizados, dotados de listas fechadas ou distritos uninominais, tendem a ter entre seus candidatos indivíduos mais leais aos predicativos do partido ou de sua base eleitoral.

Outra variável, para além do sistema de distribuição de cadeiras e fórmula de votação, o que preocupa os analistas é a magnitude distrital. Podemos pensar que a magnitude distrital afeta em muito a competitividade partidária entre os partidos e dentro dos partidos. A alta magnitude distrital em sistemas de lista aberta teria como

resultado candidatos personalistas e com lealdades em longo prazo<sup>25</sup> voltadas aos eleitores ou aos líderes e distante dos partidos políticos. Em artigo clássico sobre o Brasil, Carey e Shugart (1996) anotam que a reputação pessoal é altamente valorizada nesse tipo de arranjo institucional, deixando pouco espaço para que os partidos controlem seus candidatos e as campanhas eleitorais. Seguindo a mesma linha, as hipóteses levantadas por Siavelis e Morgenstern (2009: 98) apontam algumas diferenças importantes no que toca à formula do voto, se em lista aberta ou fechada, e sua relação com a magnitude eleitoral para estabelecer conexões com a seleção de candidatos. Os autores mostram que sistemas de lista fechada e baixa magnitude tendem a apresentar candidatos mais voltados para suas *constituencies*, já que os mesmos tendem a representar determinados grupos ou regiões geográficas específicas. Isso ocorreria já que a diferenciação entre os candidatos fica muito mais evidente quando apelam para atributos pessoais do que para partidários. Por outro lado, sistemas de lista fechada que contam com magnitude alta se mostram mais receptivos ao controle por parte do partido, dado que a diferenciação entre os candidatos é mais importante para o partido, que ordena as posições na lista, do que para o eleitor.

Podemos notar o salto de qualidade analítica que Siavelis e Morgenstern trazem para a seleção de candidatos em relação ao modelo de pesquisa, bem como em relação ao resultado da seleção e suas possíveis consequências. Enquanto a maior parte dos estudos (Crotty, 1968; Epstein, 1967; Ranney, 1965; Gallagher, 1980; Carey e Shugart, 1995; Lundell, 2004; Nicolau, 2007; Cross, 2008) debruçou-se sobre o diapasão candidato e partido centrismo (Carey e Shugart, 1995; Samuels, 1999), os autores trazem outras duas categorias de análise - os candidatos *servidores de distrito* e os *delegados de grupo* - que eram antes mobilizadas apenas nos estudos legislativos e de conexão eleitoral. Além de reconhecer outros tipos de laços entre candidatos e o *selectorate*, o modelo proposto por eles é um dos poucos que aponta o caminho para a conduta de pesquisa, com indicação das variáveis mais comuns na literatura a fim de conjugar sistema eleitoral e partidos políticos.

Exemplo que pode contradizer às determinações é apresentado por Teixeira e Freire (2011: 19), a magnitude distrital pode afetar o modo como os partidos selecionam seus candidatos. Mas, em direção oposta ao que apontam Carey e Shugart,

---

<sup>25</sup> É importante frisar o termo “longo prazo”. Siavelis e Morgenstern (2009) não o fazem, mas sempre que referem-se a lealdades políticas fazem questão de colocar o advérbio certamente para fugir de definições contextuais e conjunturas eleitorais específicas no tempo.

os autores afirmam que quanto maior a magnitude, maior o controle que os partidos devem ter de seus candidatos. A razão deste alto controle sob as listas partidárias está na diluição da informação política em distritos grandes, fazendo assim com que os partidos sejam obrigados a assumir preponderância na coordenação das listas. O problema, como já apontado acima, é que essa assertiva não leva em conta o tipo de lista com que os partidos concorrem nos distritos, se aberta ou fechada. Desse ponto de vista, concordamos com o que estabelece Cross ao afirmar que a lista aberta permite que a arena eleitoral possa ter um peso mais importante para os candidatos e seus partidos do que em listas fechadas, onde a organização partidária ganha traços mais robustos.

Contudo, isso não quer dizer que o foco eleitoral faz com que os partidos se eximam da tarefa de controlar a seleção de candidatos. Assumir a postura, já aventada por clássicos como Mainwaring (1991) e Ames (2003), de que o sistema eleitoral de lista aberta levaria a um total descontrole dos partidos sob seus candidatos deve ser questionada. Presumir que o resultado do sistema eleitoral, qual seja o personalismo político e campanhas eleitorais candidato-centradas (Samuels, 1999), é decorrente de organizações políticas frágeis incorre em dois erros: i) tomar o resultado como evidência de um processo, sem estudá-lo e; ii) atribuir ao sistema eleitoral determinações que, a partir de axiomas teóricos e não de investigações empíricas, levaram a *gap* de compreensão do motivo pelo qual os partidos brasileiros perduram. Mesmo que aceitemos que temos em média apenas trinta anos de partidos estáveis, os partidos políticos na América Latina como um todo, e no Brasil em específico, não devem ser ignorados metodologicamente. Antes de traçarmos conclusões sobre os mesmos a partir de duas pontas do processo político, sistema eleitoral e comportamento, é preciso reconhecer que os partidos estão inseridos como intermediadores dessa relação e não podem ser ignorados.

Se mudarmos o ponto de partida das conclusões sobre o sistema político brasileiro, indo em direção ao resultado, vemos que alguns equívocos pontuais e conceituais foram cometidos. Ao afirmar que partidos brasileiros são frouxos e não controlam candidatos e legisladores presumimos que a autonomia dos parlamentares é enorme em relação às lideranças de partido. Pereira e Mueller (2003) mostraram evidências contundentes sobre a disciplina legislativa no Brasil e sobre o personalismo disseminado nas eleições. Segundo os autores, a disciplina dos candidatos quando eleitos se deve exclusivamente às questões alheias aos partidos políticos. Afirmam que

o que mantém a ordem legislativa são estruturas de centralização da Câmara dos Deputados e poderes de barganha do Executivo com os líderes de partido. Ou seja, a explicação sobre a disciplina legislativa no Brasil não está calcada em elementos organizacionais dos partidos anteriores à entrada dos vitoriosos para a legislatura corrente. Some-se a esse quadro que os legisladores brasileiros tendem a procurar o poder Executivo como destino de suas carreiras sempre que possível (Santos, 2000; Samuels, 2001), que mesmo a migração partidária ainda ocorre com as janelas para a criação de novos partidos e fusões (Desposato, 2006) e que a renovação da Câmara dos Deputados gira na casa de 50% (Cervi, 2012) podemos supor que não há incentivos para estabelecimento de lealdades com aqueles que conduziram o candidato à posse, mas sim em relação aos que o levarão ao próximo cargo. Se isso é verdade, os partidos políticos fracos eleitoralmente não teriam incentivos para controlarem seus candidatos, visto que o resultado final dessa escolha seria determinado em primeiro lugar pelo cálculo do eleitor e, em segundo lugar, pelo padrão de carreira progressiva dos legisladores.

Do mesmo modo, supor que padrões de carreira legislativa levem os partidos a diminuir seu interesse no pleito eleitoral é dizer que os partidos não procuram atingir o pressuposto teórico da teoria que sustenta essa linha de pesquisa, qual seja, ganhar votos e cadeiras para implementar políticas públicas para manutenção no poder (Downs, 1997). A falta de lastro empírico sobre o controle partidário de suas lideranças nos leva a perguntar: seria possível que os partidos, manejando a competição eleitoral e o comportamento do eleitor, optassem por candidatos personalistas a fim de maximizar seus ganhos? E em seguida, optar por esse perfil de candidatos se traduz em dizer que os partidos não conseguem controlar seus candidatos? Para tanto, é preciso que se verifique, durante o processo de seleção de candidatos – e talvez no processo mais amplo de recrutamento político, a natureza da relação entre líderes, partidos políticos e candidatos. A dúvida é saber se o personalismo eleitoral é fruto de um ‘acaso’ sistêmico ou se desejo dos partidos para cumprirem seus objetivos. Ou ainda, se não há espaço para diferentes tipos de estratégia política em sistemas que incentivam a preponderância de atributos individuais.

Outro argumento que recai sobre a fragilidade dos partidos políticos em controlar seus candidatos está na organização política do país. Em sistemas unitários a centralização tende a ser maior e os líderes nacionais exercerem poder de decisão nas



arenas internas dos partidos. Por outro lado, sistemas federados tendem a produzir disputas locais lideradas por ‘caciques’, para citar Mainwaring (1991), que tendem a reproduzir em seus partidos lógicas locais e pouco interessadas nas diretrizes nacionais das legendas. Até o momento, o que encontramos é que em países federados, por exemplo, a Argentina, outras variáveis como o tamanho do partido ou a celebração de alianças afetam a seleção de candidatos (Luca; *et. al.*, 2002: 433). Não é exatamente a disposição federativa que determina a adoção desta ou daquela forma de seleção de candidatos então<sup>26</sup>.

É preciso enfatizar que a descentralização geográfica produzida pelo federalismo é distinta da organizacional. Segundo Siavelis e Morgenstern (2009) a descentralização partidária se refere justamente ao afastamento do local de decisão das esferas nacionais do partido. Seria mais provável que isso ocorresse em sistemas federativos. Porém, é preciso delimitar em que medida o partido tem a capacidade de reproduzir sua estrutura de decisão nas esferas regionais ou distritais. Se o partido possui o que Panebianco (2005) classifica como *inflexão territorial da organização*, ou seja, a capacidade de replicar em esferas inferiores a relação de poder da esfera nacional, poderíamos supor que a descentralização tem natureza apenas geográfica e não organizacional.

Parece que quase todos os argumentos que sustentam a influência ou determinação dos sistemas eleitorais sob a seleção de candidatos tiveram dois focos: o primeiro no resultado dessa seleção, promovendo candidatos mais ou menos autocentrados; o segundo na centralização ou não do processo de seleção. A literatura não levanta hipóteses no que concerne ao processo de seleção em todas as suas dimensões. Ficam de fora a inclusividade dos selecionadores, os critérios para ser candidato e a forma como os candidatos são selecionados (Hazan e Rahat, 2010). Se assumirmos que a nomeação é um procedimento interno aos partidos e varia entre partidos sob um mesmo sistema eleitoral, é preciso que olhemos para como cada partido responde às possíveis pressões do sistema político, ora com maior liberdade, ora com menor e, claro, as prováveis causas dessas diferenças.

---

<sup>26</sup> É preciso lembrar que os sistema federativo leva a seleção de candidatos a acompanhar esta estrutura. Os candidatos que representam os estados são escolhidos em âmbito estadual, já os que representam os municípios, em municipal. O mesmo ocorre para a presidência, que conta com uma organização muito mais centralizada na esfera nacional por parte dos partidos políticos.

### 1.3 A seleção de candidatos como variável independente é inerente à organização partidária

De saída a literatura política traz uma importante contribuição ao associar os procedimentos de seleção de candidatos com os modelos de partidos políticos. Derivada de uma escola que valoriza a organização do partido em interação com o entorno, os partidos seriam capazes de produzir diferenças por si mesmos. Diferente dos estudos sobre recrutamento político que estavam inseridos na tradição *behaviorista*, a seleção de candidatos aparece num contexto em que as instituições em si desfrutam de autonomia relativa para conduzir suas preferências. Essa associação tem por detrás a ideia de que os partidos em si são suficientes para estruturar e diferenciar como são formadas as listas eleitorais (Ware, 1996).

Quando do advento dos *partidos de quadros* na Europa Ocidental, composto por notáveis parlamentares, podemos pensar que uma estrutura organizacional era quase inexistente, predominando processos informais de negociação intra-elite que valorizavam os atributos dos líderes como critério de auto seleção (Teixeira e Freire, 2011: 20). Já os chamados *partidos de massas* passam a elaborar uma estrutura organizada e formal, contando com apoio de bases sociais e estrutura altamente centralizada e hierarquizada. Dessa forma a seleção de candidatos: “*passa a ser não apenas controlada pelos partidos políticos, como tende a assumir também um caráter formal e bastante centralizado.*” (*idem*). Com a decadência dos partidos europeus de massa e o surgimento dos partidos do tipo *catch-all* (Kirchheimer, 2012) e dos partidos *cartel* (Katz e Mair, 1994) o equilíbrio de poder entre líderes e seguidores sofre severa mudança e a seleção de candidatos passa a visar muito mais os predicados eleitorais do que à organização partidária. Segundo Katz e Mair (2004) há um deslocamento das lideranças que desfrutam de maior liberdade de manobra e uma pulverização do poder antes dado às bases do partido, como sugere o modelo de partido cartel.

Diferentemente do que se entende por democratização dos processos de seleção de candidatos (Lucca, *et. al.*, 2002; Pennings e Hazan, 2001), o modelo cartel de partidos políticos entende que a suposta democratização da seleção de candidatos tem por objetivo pulverizar o poder de barganha dos membros do partido e aumentar a autonomia das lideranças. Segundo Katz (2001) a abertura para que filiados participem dos processos de seleção internos dos partidos através de primárias fechadas, contando

com a participação apenas de filiados, serve muito mais para marginalizar a base do que para incluí-la num procedimento democrático. Assim as primárias servem como referendo de decisões tomadas pelas elites e garantem legitimidade a elas. Sobre isso, citamos especificamente Teixeira e Freire (2011: 21).

*“Precisamente porque ao introduzir o sistema de “um membro – um voto”, o “partido cartel” contribui bastante mais para reforçar o poder e a autonomia dos líderes nacionais do que para aumentar a efetiva participação dos membros da base. Com efeito, ao promover não apenas a sua clara atomização (passando estes a fazer as suas escolhas não pela via tradicional dos delegados aos congressos, mas sim numa espécie de “vazio social”), mas também o enfraquecimento dos quadros e dos ativistas intermédios (que constituem frequentemente os potenciais rivais e desafidores das lideranças estabelecidas), os “partidos cartel” mais não fazem do que reforçar a autonomia dos líderes”.*

As modificações que a Europa sofreu com a massificação da política mediaticizada e o afastamento dos filiados das bases partidárias forçou os partidos a contar com uma participação atômica, calcada em sentimentos de participação que legitimam o poder das elites que controlam o partido (Katz e Mair, 1994).

Por outro lado, Panebianco (2005), apresenta um modelo de organização partidária que tenta conjugar tanto os aspectos organizacionais dos partidos, como os eleitorais. A tentativa do autor é superar uma distinção que parece não fazer sentido entre o partido como instituição política e o partido como empresa eleitoral. O modelo de partido como *organização* proposto por Panebianco inaugura uma forma nova de ver os partidos políticos. Mesmo admitindo sua inspiração na sociologia política weberiana e micheliana dos partidos, o autor não deixa de lado que a relação entre o partido e os desempenhos eleitorais constitui o fulcro de equilíbrio organizativo das legendas políticas. A fim de superar a dicotomia entre a esfera interna, a organização, e a face externa, a relação com a sociedade e as eleições, o proposto de Panebianco é mais condizente com as atividades dos partidos políticos modernos. Diferente do que afirma Scarrow (2000), não podemos supor que os partidos estão em franco declínio quando estes ainda exercem um papel central ao escolher candidatos e disputar eleições. Segundo Daalder (2007: 69) as evidências acerca do declínio dos partidos são apriorísticas e necessitam de estudos comparados que se coloquem à prova a suposta perda de função agregadora -para usar termos sartorianos- dos mesmos. Ou seja,

mesmo que aceitemos assumir um ou outro pressuposto, é preciso que os mesmos sejam comprovados por dados científicos que validem as teorias sobre o controle ou não dos partidos sob suas funções básicas.

O quadro resumo abaixo, aponta os principais elementos sobre o debate entre seleção de candidatos e modelos teóricos de partidos políticos.

Quadro 01 – Modelos Teóricos de Partidos e Seleção de Candidatos<sup>27</sup>

Corrente Teórica	Pressuposto Partidário	Modelo de Partido	Seleção de Candidatos	Comportamento Político
Sociológica	Partidos como entidades que mediam as demandas sociais das relações entre sociedade e Estado	Partidos de Massas versus Partidos de Quadros	Consequência das estruturas sociais e determinada pela oferta disponível (V.D.)	Candidatos orientados para os eleitores e para as bases do partido
Escolha Racional	Partidos como maximizadores de votos	<i>Catch-all</i> ; Cartel	Aberta com alta incidência participativa, porém com poder concentrado nas elites e disperso na base (V.I.)	Voltado para progressão da carreira, lealdade progressiva em relação às posições de poder
Institucionalismo	Partidos como arena privilegiada para atuação tanto na arena eleitoral quanto organizacional	Partidos como organizações profissionais-eleitorais	Determinada pela estrutura partidária e pela relação com o sistema político (V.D. ou V.I.)	Determinada pela estrutura de oportunidades resultante da relação organização - eleições

Elaboração: o autor a partir da literatura.

A valorização dos modelos de partido parte do suposto de que estes são o fulcro dos estudos sobre seleção de candidatos. No limite, interessa apenas o sistema político em sua relação com os partidos.

Certamente uma das linhas de trabalho mais proeminentes sobre seleção de candidatos é a inaugurada por Reuven Hazan e Gideon Rahat. Os autores elaboram um modelo empiricamente verificável que leva em consideração as principais variáveis para a compreensão desta função partidária. Segundo os autores, a seleção de candidatos serviria principalmente como um momento privilegiado para entender as relações de poder intrapartidárias. Norris (1997) nota que o recrutamento político seria capaz de fornecer importantes evidências sobre quais são os filtros institucionais e

<sup>27</sup> Mesmo que involuntariamente, o quadro apresentado carrega uma sensação de um evolucionismo das teorias e modelos de partidos. Não é essa a intenção ao elaborar o quadro resumo, tal impressão é apenas casuística e fruto do modo como a literatura foi abordada. Não sustentamos que essa linearidade de pensamento exista, ou seja, corrente no debate que cerca os partidos políticos. Mais ainda, é preciso que os partidos sejam avaliados a partir da sua arena de atuação. Na América Latina, os partidos sugerem terem sido criados muito mais diante de dicotomia duvergeniana entre partidos de massa e partidos de quadro ou então no que Duverger viria a classificar como '*partidos intermediários*' (1968: 368-9).

sociais que permitem ao indivíduo chegar aos postos da elite política. A análise que compara os recursos necessários para candidatura e também a demanda política por parte dos *gatekeepers* dos partidos mostra que existem diferenças não só quanto a estrutura social, – como argumentado pela sociologia política – mas os partidos políticos contam muito em definir suas próprias estratégias (Norris e Lovenduski, 1995). Se os partidos são capazes de determinar com liberdade quais os procedimentos internos que regem a seleção de candidatos, é preciso que se elabore uma referência analítica para tanto.

Os primeiros levantamentos que levam em conta a dimensão interna dos partidos políticos apenas apontam que existe uma diferença importante quanto a forma organizacional das agremiações e o perfil de seus candidatos. Como colocamos no quadro 01, os partidos de massa estariam mais preocupados em representar seus integrantes e sua base social, valorizando o recrutamento social e a coesão organizacional, numa tentativa de impor uma agenda de atuação política articulada com a morfologia da organização e sua origem (Duverger, 1968). Já os partidos *catch-all* e cartel, estariam mais preocupados em fazer parte do estado e contar com bons indicadores eleitorais. Assim a seleção de candidatos depende menos da base social ou de filiados do partido e mais das estratégias calculadas pelas elites para maximizar votos e conquistar cadeiras (Katz, 2001). Os partidos profissionais-eleitorais, ou partidos tomados como organização, não ignoram nenhuma das arenas de atuação do partido. O que se busca, é um equilíbrio entre a conquista de votos e sobrevivência da organização (Panebianco, 2005).

Do ponto de vista da ideologia, partidos mais à esquerda teriam como procedimento de seleção apelos aos membros do partido e de carreiras consolidadas em que se pese o tempo de dedicação e a participação em atividades e instituições relacionadas ao partido (Hazan e Rahat, 2010). Já partidos de direita e de centro estariam mais dispostos a ter entre seus candidatos indivíduos dotados de capital político pessoal alto e pouco envolvimento com as esferas partidárias. A princípio, podemos dizer que a ideologia seria um fator a ser levado em conta para que possamos comparar achados e desenhar pesquisas neste campo.

O tamanho do partido para a perspectiva institucionalista, segundo Lundell (2004), seria o fator de maior peso para determinar a centralização da seleção de candidatos. Partidos maiores contariam com processos de seleção mais centralizados e menos inclusivos, dando maior ênfase a coloração partidária. Partidos pequenos, por

seu turno, optariam por mobilizar métodos de seleção altamente inclusivos e descentralizados, dando vazão a aspectos mais individuais para a diferenciação eleitoral. Essa estratégia, conforme colocam Teixeira e Freire (2011: 22), estaria ligada a capacidade que os grandes partidos possuem em imprimir o peso da legenda em sistemas competitivos, já partidos pequenos optam por apelar às reputações individuais visto que o partido não possui ferramentas capazes de promover reputação institucional.

A idade do partido também traria impacto para a inclusividade. Partidos mais novos tendem a atender à demanda por democracia interna, ampliando o *selectorate* e conferindo maior legitimidade as suas escolhas. Partidos com mais idade tendem a ser menos inclusivos dando maior ênfase às escolhas da elite que controla o partido (*idem*: 21).

Essas duas variáveis (tamanho e idade), apesar de partidárias, dizem pouco sobre a vida interna dos partidos. Panebianco (2005) lembra que variáveis de tempo e de tamanho podem se relacionar com outras, como ambiente ou posição política do partido, se dentro ou fora do governo, por exemplo. Portanto, devemos direcionar nossos esforços para aquelas que compõem o escrutínio de atividades cotidianas e funcionais das legendas. Mesmo reconhecendo que a organização partidária seria fundamental para a seleção de candidatos, a maior parte dos autores não elabora detidamente as etapas desse processo nem as variáveis que estariam envolvidas.

É o artigo de Rahat e Hazan (2001) “*Candidate Selection Methods: an analytical framework*” que dá o tom de como as pesquisas de seleção de candidatos deveriam ser conduzidas levando em conta o partido político em si e comparações entre partidos políticos e diferentes pontos no tempo. Segundo os autores, os partidos são importantes evidências para entender o funcionamento dos sistemas, consequentemente, a seleção de candidatos é evidência do funcionamento dos partidos políticos (*idem*: 298). Os autores elaboram uma ferramenta importante para que possamos entender os partidos através da seleção de candidatos e estabelecem possíveis consequências dos processos de seleção para o comportamento político.

De modo semelhante, Siavelis e Morgenstern (2009), elaboram outra tipologia de análise que, através do conceito central de lealdade, coloca em diálogo os partidos políticos e o sistema político. Os estudos realizados a partir da tipologia dos autores não chegam a conclusão definitiva sobre o impacto de cada conjunto de variáveis sob a seleção de candidatos, se o sistema é mais importante ou se a organização partidária.

Como afirmamos na introdução, supomos que a interação entre esses dois elementos é que seria o fundamental para entendermos esse processo. Em resumo: do ponto de vista do modelo teórico de partido, pensamos que a perspectiva do partido como organização é a que melhor responde os problemas postos pela seleção de candidatos. É durante esse processo que podemos observar de que modo o partido recorre às dimensões internas para formar suas listas ou em que medida atende ao apelo do mercado eleitoral. Por outro lado, não concordamos com Rahat e Hazan (2001) de que o sistema eleitoral e arranjo institucional são apenas uma ‘moldura’ onde os partidos atuam. As diferentes formas de interação entre estas duas instituições, partido e sistema político, é que gera o *output* da seleção de candidatos.

Ao fusionar a tipologia de Rahat e Hazan com a de Siavelis e Morgenstern temos um bom exemplo de como conduzir teórica e empiricamente uma pesquisa neste tema. Enquanto Siavelis e Morgenstern oferecem poucos indicadores mensuráveis da seleção de candidatos, pois essa não é a preocupação principal deles, Rahat e Hazan elaboram uma cuidadosa lista para que estudiosos desse fenômeno possam conduzir suas pesquisas, particularmente quando a organização partidária é uma unidade analítica crucial para a compreensão do processo de seleção.

O simples movimento de ter em conta não só os impactos da estrutura social e do sistema político e focar nos partidos políticos já mostra que a preocupação dos autores tem nas organizações seu principal foco. Mesmo reconhecendo que Panebianco (2005) seja o principal responsável pelo resgate recente do partido como organização política, são as tipologias citadas que trazem a maior contribuição para entender a seleção de candidatos em consonância com esta teoria. As duas tipologias abordam aspectos da organização partidária que impactam diretamente sob a seleção de candidatos, sob o perfil de candidatos e interação entre si a fim de determinar as tipologias e consequências da seleção.

Em primeiro lugar, abordaremos a tipologia de Rahat e Hazan em seu texto mais acabado, o livro publicado em 2010 que refina os achados e contribuições do trabalho iniciado em 2001.

Segundo os autores, o estudo de seleção de candidatos deve levar em conta quatro dimensões fundamentais: i) quem pode ser candidato; ii) quem escolhe os candidatos; iii) onde são feitas as escolhas e; iv) como se escolhem os candidatos. Essas quatro dimensões seriam capazes de fornecer evidências que levariam a um

comportamento ora mais ligado ao partido, ora mais voltado a indisciplina e individualismo.

A primeira dimensão, quem pode ser candidato, é também encontrada quando olhamos para as legislações eleitorais e partidárias nos países específicos ou nos estados, como no caso dos Estados Unidos. A maioria dos países oferece algumas limitações ou exigências para candidatura, mas como bem lembram Gallagher e Marsh (1988), essas limitações legais são na maior parte das vezes preenchidas pela maioria dos possíveis candidatos, então pouco tem a acrescentar sobre os filtros que operam no processo. Ainda sim, importantes contribuições nesse sentido foram trazidas sobre a legislação que é o primeiro elemento de *quem* pode ser candidato.

Braga e Bolognesi (2013) e Teixeira e Freire (2011) fazem um apanhado geral sobre os dispostos institucionais que limitam as candidaturas no Brasil e em Portugal, respectivamente. Em ambos os textos não encontramos evidências fortes que nos fazem crer que tais exigências seriam capazes de limitar em muito o perfil e a quantidade de candidatos disponíveis para as eleições. Usualmente aspectos mais gerais são tratados pela legislação como ter mais de dezoito anos, ter nacionalidade do país pelo qual se disputa eleição, estar filiado a algum partido político por determinado tempo (no Brasil o tempo é de doze meses) e residir no distrito em que concorre.

Os filtros são mais uma vez centrados no interior dos partidos que desfrutam de autonomia para nomear seus candidatos. No caso brasileiro observamos que em geral o órgão legalmente destinado para a seleção dos candidatos, a convecção partidária (conforme lei 9.504/97), é apenas um instrumento de homologação de escolhas realizadas por líderes ou outras esferas do partido. Mesmo reconhecendo que no caso específico do Partido dos Trabalhadores as exigências para candidatura são mais severas, é preciso investigar de que forma os procedimentos anteriores à convenção determinam a lista que será ali referendada.

Norris (1997) ao elaborar o modelo de oferta e demanda para a análise do recrutamento político não deixa claro se as demandas dos partidos para escolherem seus candidatos são do partido ou dos líderes do partido. Entretanto, podemos perceber que, ao longo do argumento por ela sustentado, essas demandas vão além da percepção dos *gatekeepers* e estão atreladas quanto mais ao partido na medida em que o mesmo possui organização formal. O peso da organização partidária ganha contornos mais grossos na medida em que o partido possui um corpo burocrático capaz de selecionar os candidatos. Essa demanda institucional, que interage e lida diretamente com a



composição social de um dado país e com os desejos dos eleitores, seria o que separa os aspirantes dos candidatos dando vazão à estrutura partidária para montar suas listas eleitorais.

Seria interessante que os estudos sobre seleção de candidatos pudessem captar o momento imediatamente anterior à entrada na carreira política como candidato. Esse momento, segundo Czudnowski (1975: 229), é que revelaria a diferença real dos filtros que conduzem os indivíduos acima na carreira política. Como demonstra Norris (1997), a diferença entre candidatos e eleitos é pequena no que tange seu *background* social, a maior diferença estaria entre aspirantes e eleitos. Ou seja, são os procedimentos após a formação das listas partidárias que fariam a diferença para o sucesso eleitoral. A distribuição de recursos e posições na lista revelam-se dois elementos que aliados ao apoio do partido promovem o candidato a parlamentar, segundo essa abordagem.

Entre as diferenças que separam os partidos políticos de outras agremiações, é selecionar candidatos uma delas. Mesmo que organizações que fazem parte do partido, como sindicatos, grupos de interesses ou movimentos sociais, cabe ao partido a decisão final de inserir dentre seus quadros este ou aquele indivíduo, julgando a pertinência de sua participação com critérios que dependem de uma configuração específica que só os partidos manejam: o voto e o Estado. A seleção seria o momento privilegiado onde podemos observar a relação entre sociedade, partido e Estado. Segundo Hazan e Rahat (2010: 6):

*“Selecionar candidatos é uma das primeiras coisas que os partidos devem fazer para disputarem uma eleição. A seleção de candidatos é também uma das funções definidoras de um partido político em uma democracia pluralista e talvez seja a função que separe os partidos de outras organizações. [...] Além do mais, um candidato do partido vai colaborar com a definição de suas características – demográfica, geográfica e ideologicamente – mais do que sua organização ou seu programa<sup>28</sup>”.*

Mais do que simplesmente colocar em pauta quem são os nomes que disputam a eleição, a seleção de candidatos é capaz de revelar a natureza das relações de poder dentro do partido. Segundo Shattsschneider (1942) o processo de seleção mostra quem é

---

<sup>28</sup> *Selecting candidates is one of the first things that political parties must do prior to an election. Candidate selection is also one of the defining functions of a political party in a pluralist democracy and maybe **the** function that separates parties from other organizations. [...] Moreover, a party’s candidates will help define its characteristics – demographically, geographically and ideologically – more than its organization or even its manifesto*

o dono do partido. Quando não há processo de seleção e os candidatos são autoneameados, os partidos pertencem aos candidatos. Ou seja, entender *quem* participa do processo de nomeação nos dá pistas importantes sobre a interação entre as diferentes esferas do partido e quem as controla.

Classificada por *candidacy* na obra de Hazan e Rahat, esse primeiro elemento da análise partidária da seleção de candidatos deve ser levada em conta tendo em vista o seu grau de inclusividade. Para tanto, os autores estabelecem que no polo mais inclusivo da seleção de candidatos poderiam ser candidatos todos os eleitores e no outro polo, completamente exclusivo, teríamos uma série de requisitos legais partidários que limitariam o escopo de aspirantes a alguns poucos nomes.

Quando pensamos o modelo de análise com os modelos de partido, podemos imaginar que partidos do tipo *catch-all* perseguiriam opções mais inclusivas de seleção, dando espaço para todos os tipos de eleitores participarem a fim de ampliar o espectro de atuação eleitoral. Por outro lado, partidos programáticos (ou ideológicos, termo utilizado por Hazan e Rahat, 2010: 21) teriam processos de seleção mais exclusivos dotados de maiores constrangimentos para os candidatos. Além dos requisitos básicos como idade mínima e filiação partidária, vemos que os partidos podem solicitar alguns requerimentos adicionais como dinheiro, participação nas associações ligadas ao partido, assinatura do jornal do partido ou comprar nas cooperativas do partido (por exemplo, no caso do Partido Socialista Belga). Já nos partidos irlandeses, encontramos alguns requisitos simbólicos, como um compromisso de lealdade (*idem*: 26).

Um elemento poderoso com os quais os partidos tem de lidar é a reeleição. Se por um lado *incumbents* tendem a possuir um capital político mais elevado (Shugart e Carey, 1992; Mainwaring, 1991) e facilidade para se eleger, por outro, a repetição de nomes nas listas eleitorais pode ser um problema para o partido, visto que não demonstra renovação e pode conquistar a apatia do eleitor. O equilíbrio entre a proporção de candidatos a reeleição e desafiantes parece ser o caminho ideal para a manutenção do poder e a legitimidade eleitoral (Hazan e Rahat, 2010: 29).

Dados esses requisitos de *quem* pode ser candidato de uma forma mais geral, *quem seleciona* os candidatos passa a ser a dimensão mais importante para o processo. Se compararmos com o modelo de oferta e demanda, vemos que essas duas opções *quem pode ser candidato* e *quem seleciona* são justamente as anunciadas. A definição mais usual do *selectorate* é dada pelo corpo responsável por intermediar a organização partidária, os grupos de interesse e o Estado ao formar o possível escopo de nomes que

irá representar os distritos políticos (Hazan e Rahat, 2010: 33). Siavelis e Morgenstern não deixam claro qual seria a metodologia adequada para descobrir quem selecionam os candidatos. Os autores fundem essa dimensão com a dimensão organizativa do partido, deixando em aberto critérios objetivos para análise desta dimensão.

Não por acaso, é nessa dimensão que os autores colocam o maior peso da tipologia elaborada. Segundo os autores: “[...]é o *selectorate* que impõe as mais significativas e permanentes consequências para os políticos, partidos e parlamentares, mais do que qualquer outra dimensão da seleção de candidatos<sup>29</sup>”. (*idem*). Do ponto de vista do neo-institucionalismo de escolha racional e dos modelos de partido *catch-all* e cartel, poderíamos imaginar que interessa somente aos partidos selecionar candidatos dotados de alto potencial eleitoral e pouco interessados em manter a ordem organizacional ou padrões de carreira no interior dos partidos. Contudo, Best e Cotta (2000) apontam que a seleção de candidatos é resultado de uma complexidade de escolhas que envolvem não somente o potencial para o sucesso eleitoral, como a lealdade do candidato e sua possível disciplina em relação ao partido, sua experiência política, a ideologia e até mesmo a expectativa do candidato em se tornar um parlamentar.

Norris e Lovenduski (1993) encontram um dado interessante sobre o Reino Unido quando afirmam que a idade pode não estar ligada a *expertise* política. Ao longo dos anos, as autoras percebem que candidatos mais jovens ganharam espaço para serem selecionados pelos partidos. A interpretação desse movimento é voltada para as habilidades políticas: os partidos estariam escolhendo candidatos mais jovens que fossem capazes de ter carreiras flexíveis e posturas políticas em conformidade com os novos valores democráticos na Europa, diferente das seleções de candidatos nas décadas de 1960 e 1970 onde o tempo de militância interna ou a longevidade em cargos públicos era sinônimo de pertencimento às listas eleitorais.

Esse mesmo movimento pode ser captado quando tratamos de *quem seleciona* os candidatos. Olguin e Freidenberg (2007) mostram que a ampliação da participação na seleção dos candidatos no México foi um movimento com vistas a legitimar a democracia interna nos partidos, atendendo demandas mais gerais dos eleitores. A interação entre a percepção que os partidos fazem das demandas eleitorais e o aparato organizativo dos partidos são o que determinam qual será a forma para a escolha de

---

<sup>29</sup> “it is the selectorate that imposes the most significant and far-reaching consequences on politicians, parties, and parliaments more than any other dimension of candidate selection”

candidatos. Dentro dessa perspectiva, Hazan e Rahat (2010: 35) mais uma vez elaboram um continuum que vai desde a seleção sendo realizada por todos os eleitores, até esta sendo feita por um líder único. Nas posições de meio, encontramos a seleção sendo realizada por filiados do partido, por filiados que cumprem alguns critérios (como tempo mínimo de filiação), grupos de delegados que representam os filiados, ou até colégio de líderes.

O problema dessa classificação é que ela é linear e se aplicaria a processos de estágio único. Quando Norris (1997) analisa o processo de seleção do Labour Party britânico, vê que cada candidato passa por mais de uma seleção e que cada etapa do processo possui diferentes procedimentos e varia de acordo com os distritos. A tipologia de Hazan e Rahat soluciona esses problemas ao aproximar o modelo da realidade. Seriam assim três naturezas de seleção de candidatos: i) sortida; ii) multi-estágio e; iii) balanceada. A primeira contempla seleções onde mais de um *selectorate* pauta sobre a seleção de candidatos, onde alguns são selecionados por um *selectorate* e outros por terceiros diferentes entre si. A segunda, o mesmo corpo de candidatos vai sendo ‘peneirado’ por diferentes selecionadores. E o último tipo utiliza dois ou mais *selectorates* atuando juntos no tempo e sob a mesma base de candidatos. Sem dúvida, como apontaremos no capítulo terceiro, a combinação entre diferentes corpos de selecionadores é a mais adequada para análise empírica dos partidos brasileiros. Em nenhum dos partidos que estudamos encontramos algum tipo de corpo selecionador único e sim uma combinação entre vários que nomeiam parte dos candidatos por uma via, e outra parte por outra. O maior problema dessa complexidade de selecionadores é que não conseguimos determinar em que medida um pesa mais do que outro. No nosso caso, isso talvez fique claro ao leitor, pois através da percepção dos candidatos conseguimos traduzir em números essas proporções, mas certamente estamos longe de determinar o impacto organizacional e o peso de cada um deles. Ou seja, é impossível saber em que medida *quem seleciona* através de participação de filiados e ao mesmo tempo por indicação de lideranças, qual dos dois métodos teria maior peso no perfil dos candidatos.

Determinado o corpo selecionador, o terceiro aspecto a ser investigado no interior dos partidos é a descentralização da seleção de candidatos. Como vimos acima, federalismo e listas abertas tendem a promover dinâmicas descentralizadas, assim como distritos de baixa magnitude. Por outro lado, os partidos podem compensar tais determinações com condutas internas que visem alterar o curso da seleção de

candidatos. Para usar uma figura de linguagem, é como se os partidos políticos fossem um ‘desvio’ nas imposições do sistema eleitoral. A capacidade e a força desse desvio vai depender da organicidade dos partidos.

A centralização pode assumir três modos: a geográfica, a social e a organizacional. A geográfica pode ou não coincidir com a organizacional, porém é possível que ocorra centralização organizacional com descentralização geográfica. Por exemplo, no caso brasileiro vemos que o federalismo e as listas abertas tendem a descentralizar a seleção de candidatos para os estados com baixa interferência das executivas nacionais dos partidos. Porém, se a seleção for realizada por líderes regionais ou um único líder temos um processo altamente centralizado organizacionalmente e descentralizado geograficamente. De outro modo, Hazan e Rahat (2010: 55) argumentam que pode existir ainda descentralização social ou funcional. Esse tipo de descentralização ocorreria quando o partido conta entre seus selecionadores grupos que representam interesses específicos ou minorias sociais e étnicas.

Temos então três tipos de descentralização<sup>30</sup>: territorial, organizacional e social. Usualmente as duas últimas se sobrepõe com a participação. “*Marsh (2000) estava correto quando afirma que essas duas dimensões – centralização e participação – não são completamente independentes uma da outra. Certamente, métodos de seleção mais centralizados são usualmente mais excludentes e vice-versa*”<sup>31</sup> (Hazan e Rahat, 2010: 55). A descentralização organizacional não é classificada desse modo no texto de Hazan e Rahat. Para os autores existiria a coincidência entre a social e a organizacional, ponto do qual discordamos. Como podemos ver em Perissinotto e Bolognesi (2009), a centralização pode ser organizacional e não social, ou podemos pensar que existe descentralização social, do ponto de vista da participação de minorias, porém a mesma ocorra através de um líder ou pequeno colegiado de líderes que atua por essa minoria.

Candidatos selecionados por líderes do partido ou por órgãos formais dos partidos (delegados eleitos, colégio de líderes) tendem a ser mais disciplinados quando eleitos e durante as campanhas eleitorais. Por outro lado, candidatos selecionados por membros da base ou por eleitores tendem a voltar seu comportamento para as regiões ou

---

<sup>30</sup> Hazan e Rahat dedicam uma parte inteira do seu quarto capítulo para discutir as nuances entre descentralização e democratização. Também, ao final do livro, realizam um balanço acerca das teses sobre democratização e as causas e consequências desse fenômeno. Não estaremos discutindo detidamente o processo de democratização dos partidos políticos na seleção de candidatos, apesar do tema ser utilizado como um indicador para avaliação da organização partidária, como vimos na introdução.

<sup>31</sup> “*Marsh (2000) was correct when he stated that this two dimensions – centralization and participation – are not entirely independent of each other. Indeed, more centralized selection methods are usually more exclusive , and vice-versa*”

grupos que representam e estão mais dispostos a rebelarem-se contra os líderes do partido (Hazan e Rahat, 2010: 58). Podemos pensar que essas possíveis consequências para o comportamento desemboque nas tipologias de candidatos formadas por Siavelis e Morgenstern (2009). Candidatos selecionados por instâncias partidárias tendem a ser *leais ao partido*; os escolhidos por eleitores ou filiados tendem a ser do tipo *delegados de grupo* (quando selecionados por grupos sociais específicos) ou *servidores de distrito* quando sua lealdade se direciona muito mais à circunscrição geográfica ou territorial dos selecionadores e; quando os candidatos são nomeados por um líder único ou auto selecionados, estes devem compor o tipo *empresarial* de candidatos, dotados de baixa lealdade aos partidos ou leal ao líder responsável pela progressão de sua carreira.

Respondidas as questões sobre *quem pode ser candidato, quem seleciona e onde a seleção acontece* resta saber *como* a seleção ocorre. Siavelis e Morgenstern (2009: 101) advertem que um importante aspecto da forma com que são selecionados os candidatos é o nível de burocratização:

“[...]el nivel de burocratización en el proceso de selección de candidatos, diferenciando entre aquellos que descansan sobre patrones de reclutamiento altamente institucionalizados y basados en normas y aquellos que lo hacen en una fórmula de patronazgo, basada en las actividades de actores poderosos no partidistas y importantes gatekeepers que pueden o no representar facciones particulares entre los partidos”.

A burocratização dos processos de seleção tende a aumentar o grau de previsibilidades dos envolvidos, tanto pelo lado da oferta de candidatos, quanto pelo lado da demanda dos selecionadores. É importante ressaltar, como lembram Siavelis e Morgenstern, que processos burocratizados não querem dizer processos formais de seleção. A burocratização é entendida aqui como a regularidade de práticas que levam à institucionalização dos partidos (Levitsky, 2009). Pela tipologia de Siavelis e Morgenstern a seleção de candidatos burocratizada leva a candidatos com lealdades direcionadas aos partidos, enquanto que processos de seleção baseados em patronagem direcionam os candidatos aos líderes do partido ou a base que o selecionou. Isso é particularmente importante em nosso estudo quando Samuels (2008) lembra que recursos de patronagem são importantes recursos nos partidos brasileiros.

Para além da dinâmica dos processos apontados acima, é importante notar que a diferença entre sistemas de votação e de indicação tem impactos importantes na seleção

de candidatos e no perfil dos mesmos. Um sistema de votação poderia ser classificado desse modo em duas condições: se o voto for a única opção para a formação das listas ou se o voto fosse utilizado para legitimar ou justificar as candidaturas. Do segundo ponto de vista, as candidaturas no Brasil seriam sempre classificadas como sistemas de votação, visto que há uma exigência legal para que a seleção de candidatos seja ao menos homologada nas convenções dos partidos. Por outro lado, um sistema de indicação seria caracterizado pela decisão de um único líder ou de um grupo de líderes. Esse grupo, segundo Hazan e Rahat (2010), não poderia ultrapassar o tamanho de uma dúzia de pessoas.

O problema é que se o voto é utilizado apenas como homologação de escolhas feitas por elites, não podemos dizer que isso é um sistema de votação. Por outro lado, uma dúzia de delegados que representa os filiados poderia ser considerada um sistema de votação. A diferença entre um ou outro tipo de sistema caracterizaria níveis de democracia interna nos partidos. Porém, o que encontramos na prática política é que os partidos utilizam mais de um método de seleção ou então que esses métodos são pouco verificáveis, já que ocorrem em reuniões que fogem ao olhar do analista. As consequências desses dois métodos, ao nosso ver, dependem muito mais dos envolvidos no processo do que na forma com que os candidatos foram selecionados. Um outro leque de consequências pode ser atribuído para o partido em si e para a legitimidade democrática dele frente aos eleitores e filiados, o que é diferente do possível comportamento de um candidato ou eleito.

Por fim, aspecto não abordado por Hazan e Rahat, o financiamento político é um ponto chave para compreender qual tipo de candidato e parlamentar se espera do partido. Candidatos financiados com recursos partidários tendem a ser mais leais aos partidos. Candidatos que recebem recursos dos grupos de interesse ou geográficos que representam tendem a direcionar seu comportamento a estes indivíduos. Já candidatos que se autofinanciam ou que recebem financiamento difuso provavelmente apresentarão comportamento individualista ou, como colocam Siavelis e Morgenstern (2009: 102) “*sin deberle lealtad a nadie*”.

Até então, apontamos as principais consequências da seleção de candidatos por meio de variáveis que compõem o processo de seleção dentro dos partidos. Os quatro tipos ideais de candidatos e os níveis de democracia interna no interior dos partidos seriam as principais consequências para uma avaliação da seleção como variável

independente. Porém, podemos realizar algumas ilações sobre outros aspectos da vida partidária.

Os níveis de participação, de permeabilidade a novos membros e de inclusividade de minorias podem levar sistematicamente a três indicadores que usaremos para auferir não só os partidos, como o processo de seleção de candidatos em si. Respectivamente, os indicadores possíveis seriam o de responsividade, competitividade e representatividade. Esses indicadores elaborados por Rahat, Hazan e Katz<sup>32</sup> serão trabalhados tendo a seleção como variável independente no decorrer do quarto capítulo.

Além desses três indicadores, Siavelis e Morgenstern mostram que os tipos ideais de candidatos – entendidos no sentido weberiano do termo como uma abstração da realidade – tendem a produzir uma série de comportamentos diferentes entre si. Hazan e Rahat (2007) tentam mostrar que a seleção de candidato pode interferir no comportamento dos parlamentares. Candidatos escolhidos por processos de seleção altamente partidarizados tendem a ter maior disciplina, ao passo que candidatos escolhidos por líderes tendem a atender apenas ao seu líder. Por fim, candidatos selecionados por eleitores ou pela base do partido comportam-se em relação às manifestações da opinião pública e não seguem orientação do partido e/ou do líder. Não concordamos com a associação entre comportamento parlamentar e seleção de candidatos sem que se faça uma análise acerca do comportamento legislativo e das teses que o cercam. Apenas se conseguirmos isolar as atitudes nos parlamentares de outras questões como a constrangimento institucional, a distribuição de recursos e cargos, o funcionamento dos legislativos como instituição que responde aos partidos e às eleições é que podemos iniciar uma pesquisa que tente relacionar a seleção de candidatos com comportamento legislativo.

Não obstante esses apontamentos teóricos, Ranney (1965), ao realizar uma comparação entre os processos de recrutamento entre Estados Unidos e Reino Unido, aponta que as diferenças entre os comportamentos parlamentares se devem muito mais aos arranjos institucionais do presidencialismo e do parlamentarismo do que à seleção em si. Outro importante achado empírico em Israel de Shomer (2009) mostra que os comportamentos parlamentares mais ou menos individualistas não encontram correlação de nenhuma natureza com a seleção de candidatos. A explicação para um maior ou

---

<sup>32</sup> Rahat, Hazan e Katz, 2008.



menor componente individual do comportamento estaria calcada no estágio da carreira que cada parlamentar possui, conclusão que partilham também Koop e Bittner (2011).

De outra forma, acreditamos que o comportamento durante as eleições possa estar relacionado com a seleção de candidatos. Siavelis e Morgenstern afirmam com clareza: “*en ciertos casos, las variables partidistas pueden resultar más significativas que las legales [do sistema eleitoral], desconcertando a los estudiosos institucionalistas y sus proposiciones teóricas sobre la relación entre variables legales y resultado políticos*” (2009: 104). Ou seja, é preciso saber dosar e lançar mão de qual conjunto de variáveis parece importar mais para as questões a serem respondidas. Encontraram-se dados que diferem os partidos quanto a seleção e o comportamento eleitoral, podemos dizer que as variáveis organizacionais impactam de forma mais incisiva na formação das candidaturas. Por outro lado, se as seleções são diferentes e o comportamento eleitoral é semelhante, o sistema eleitoral pode ser encarado como um determinante mais forte dos comportamentos durante a campanha, sendo assim é preciso que se discutam essas relações.

Segundo o modelo teórico de Siavelis e Morgenstern (2009), candidatos leais ao partido teriam como estratégia de campanha promover a plataforma do partido, não buscar voto pessoal, representar mais o partido do que sua circunscrição ou grupo e buscar recursos mais programáticos do que financeiros. Os servidores de distrito apelariam mais às características de sua circunscrição eleitoral, buscariam mais votos pessoais, representariam mais a sua base do que o partido e estariam interessados em recursos para renovar os laços com seus eleitores e não com o partido. Os candidatos do tipo delegado de grupo representariam interesses de demandas específicas, poderiam ou não buscar voto pessoal – a depender da importância dos indivíduos do grupo e buscam recursos entre os grupos e não no partido ou no distrito. Por fim, os candidatos do tipo empresário promoveriam campanhas voltadas ao personalismo com busca frequente de votos personalizados, os recursos que buscam advém daqueles que interessa somente o apoio político e a lealdade seria progressiva, preocupada com a manutenção ou futuro da carreira política. Segundo Samuels (1999; 2008) a fragilidade dos partidos políticos brasileiros levaria ao predomínio deste último tipo de candidatos.

Para que a seleção de candidatos possua lastro empírico linear, que tenha começo e fim, o uso da tipologia de Hazan e Rahat e de Siavelis e Morgenstern combinadas parece ser a solução.

Tendo em vista a seleção de candidatos como variável independente, devemos tentar estabelecer de que modo o sistema eleitoral e as demais estruturas institucionais de um dado país influenciam ou não os comportamentos dos partidos políticos.

Ao percebermos que, mesmo partilhando de um quadro institucional-eleitoral semelhante, os partidos apresentam formas diferentes para formarem suas listas, o partido político passa de variável independente à interveniente, protagonizando a seleção de candidatos ao atender à competição eleitoral e aos constrangimentos organizacionais.

Em síntese, como queremos avaliar se a seleção de candidatos possui consequências temos, portanto, dois pressupostos a serem analisados. O primeiro é utilizá-la como um critério para avaliarmos procedimentos democráticos e conteúdos democráticos nos partidos. O segundo é admitir que a seleção de candidatos produz tipologias e comportamentos diferentes de candidatos, a depender mais da forma como são selecionados do que do sistema eleitoral exclusivamente.

O problema teórico e metodológico de se trabalhar com uma tipologia – ou pior, com a combinação de duas como no caso aqui proposto – é que não há um estudo detalhado sobre cada aspecto, ou mesmo sobre cada variável do modelo. É no acúmulo de achados que tentamos delinear como os candidatos são selecionados no Brasil e quais os resultados desses processos no interior dos partidos.

#### **1.4 Conclusões parciais**

Como vimos o debate sobre seleção de candidatos parte de perspectivas mais amplas que buscam explicar o motivo pelo qual os partidos optam por escolher um método de seleção em detrimento a outro, ou os eventos que motivam legendas a alterarem seu modo de formar listas eleitorais.

Contudo, fatores como o sistema eleitoral, o arranjo institucional do país ou variáveis históricas e conjunturais parecem ter um efeito secundário na forma com que os partidos selecionam os candidatos ao legislativo. A diversidade de aportes achados diversos em relação ao sistema político e às especificidades de cada regime em cada país nos leva a entender que o partido político seja a chave para a explicação acerca dos métodos de seleção.

À primeira vista, apenas o modelo de partido como organização, que tem em conta a interação do partido com o seu ambiente e não despreza nem a arena interna

quanto a relação do partido com o eleitor parece satisfazer a análise de seleção de candidatos, entendida como o ponto chave desta relação.

Contudo, as relações entre modelos teóricos e processos políticos têm levado em conta duas perspectivas formalistas. Por um lado os teóricos do neo-institucionalismo conferem ao sistema político o principal determinante do comportamento de partidos, líderes, parlamentares e candidatos. Por outro, os modelos de partido apresentados foram baseados sempre em considerações acerca da dicotomia entre Europa e Estados Unidos. As consequências da adoção de um dos dois modelos são as mesmas. Os partidos políticos latino-americanos são apontados como instituições incapazes de controlar suas atividades senão por meio de práticas nocivas à democracia.

Se os partidos estão inseridos num contexto onde o sistema incentiva o personalismo, o clientelismo e a patronagem, não haveria espaço para o surgimento de práticas institucionalizadas e restariam aos candidatos concorrer uns com outros para amealhar a maior quantidade de votos possível, independente de sua filiação ou experiência política. Também, se os partidos não desfrutam de um aparato burocratizado e mostram-se pouco organizados, são pouco eficientes para tomarem decisões centradas na instituição em contraposição das vontades dos líderes.

Talvez a proposta de Levitsky (2009) seja um avanço para o entendimento dos partidos na América Latina. Ao considerar a informalidade dos procedimentos como um elemento importante a ser analisado, o autor aponta que os modelos de partido de massa ou profissional-eleitoral podem contar com doses de informalismo dentre suas tomadas de decisão e, nem por isso, serem tratados como frágeis. Haja vista o caso de longa existência do Partido Judicialista na Argentina, um modelo que não contraponha apenas líderes personalistas versus aparatos burocráticos pode ser uma alternativa que compreendamos com maior acurácia os partidos políticos e sua forma de controlar as zonas de incerteza que os compõem.

## **Capítulo 2. O sistema político no Brasil e as consequências para a seleção de candidatos**

Os arranjos político e eleitoral do país estão relacionados, como forma como os partidos escolhem seus candidatos e com o resultado final dessa escolha, qual seja, o perfil das candidaturas. A proposição mais comum é que os partidos não possuem força na arena eleitoral e seriam pouco capazes para influenciar a formação das listas eleitorais (Mainwaring, 1991; Pereira e Muller, 2003). Por outro lado, Braga (2008; 2009) já demonstrou a capacidade dos partidos em regular a formação de suas listas eleitorais, bem como, o incentivo organizacional para o controle partidário.

Porém, o debate travou-se apenas em relação à falta (ou não) do controle partidário sobre os processos eleitorais e comportamento legislativo. Há muito pouco debate acerca das possíveis – ou prováveis – consequências do arranjo institucional sobre a forma com que os partidos políticos atuam no processo de formação das listas de candidatos (Nicolau, 2007; Lima Jr, 1999). Seguindo a estrutura proposta da pesquisa, este capítulo debruça-se sobre as consequências do sistema eleitoral para a composição dos nomes dos candidatos a deputado federal nas eleições de 2010 tendo como foco principal dois elementos: a magnitude dos distritos brasileiros e; as estratégias de competição eleitoral em lista aberta. As dimensões da reeleição e do federalismo serão tratadas apenas como os achados da literatura e não submetidas aos testes comparativos. Uma das hipóteses da literatura a ser testada neste capítulo é a de que os partidos tendem a maximizar seus resultados lançando a maior quantidade de candidatos possível em todos os distritos eleitorais (Nicolau, 2007: 102).

Os elementos mais celebrados para entender de que forma o sistema eleitoral atua na conformação das escolhas políticas são, segundo Farrell (2001: 154): fórmula eleitoral, magnitude distrital e estrutura da cédula de votação<sup>33</sup>. Porém, apenas o primeiro e o segundo fatores é que possuem consistência empírica para análise. A forma com que a cédula eleitoral é apresentada possui efeito marginal sobre as consequências

---

<sup>33</sup> Notadamente alguns autores brasileiros tem apontado importantes impactos da urna eletrônica sob o comportamento eleitoral, mas não há estudos que associem este fenômeno com a seleção de candidatos (Limongi e Mesquita, 2008).

nos sistemas eleitorais (*idem*: 155). Sabendo que a fórmula eleitoral é a mesma em todo Brasil, resta apenas que demonstremos empiricamente a relação entre magnitude distrital e seleção de candidatos<sup>34</sup>, tratada especialmente neste capítulo como a capacidade dos partidos em formarem suas listas tendo em vista as estratégias eleitorais disponíveis em relação as pressupostos sistêmicos. Teoricamente, tomamos a magnitude distrital aliada ao tipo de lista, se aberta ou fechada.

Este capítulo aborda então o primeiro elemento presente na tipologia proposta por Siavelis e Morgenstern (2009): as variáveis legais. Como proposto na introdução, o capítulo inicia com as hipóteses e sugestões levantadas pela literatura apresentam os resultados da análise com os dados agregados e, em seguida, os dados desagregados por partido, sublinhando as diferenças entre o PT, PMDB, DEM e PSDB.

## **2.1. Os pressupostos do sistema: lista aberta, magnitude distrital, federalismo e reeleição**

Para ser justo com a literatura política devemos dizer que alguns autores de forma direta ou indireta tentaram estabelecer o *link* entre as características institucionais brasileiras e a seleção dos candidatos. Nicolau (2007) faz um trabalho que resume bem o debate em torno da lista aberta, levantando os principais pontos de inflexão. Carey e Shugart (1995) não tratam exatamente da seleção de candidatos para nosso país, mas oferecem diversas pistas de como o sistema brasileiro poderia afetar o comportamento de partidos e candidatos. Por fim, Nicolau e Schimitt (1995) elaboram um excelente texto, que também não trata diretamente a seleção de candidatos, trazendo importantes hipóteses e achados acerca da magnitude distrital como fator preponderante para análise eleitoral.

Não sobre as consequências, mas sobre a importância de se levar em conta as estratégias regionais como elemento central da análise política, Lima Jr. (1983) reforça que a ideia de representação passa pelos subsistemas eleitorais no Brasil. Ou seja, entender se existe uma lógica por trás das magnitudes distritais e de como os partidos

---

<sup>34</sup> Para uma análise do impacto da fórmula eleitoral sob a seleção de candidatos seria preciso um estudo comparado entre Brasil e outros países.

lançam seus representantes é um dos elementos chave para o processo de formação de elites políticas.

Siavelis e Morgenstern (2009: 97) lançam a primeira hipótese de que em sistemas de lista aberta, a reputação pessoal do candidato aumenta na medida em que se incrementa a magnitude do distrito. Por reputação pessoal adotamos a definição de Carey e Shugart (1995): se o resultado eleitoral tende a crescer diante do fato de ter reputação pessoal amplamente conhecida em detrimento ao rótulo que o partido confere ao candidato a reputação é personalizada. O contrário caracteriza reputação partidarizada (*idem*:419). Sem uma análise qualitativa sobre as campanhas eleitorais é impossível constatar em que medida a reputação de um candidato é personalizada ou partidarizada. Como o objetivo fundamental desta pesquisa não são as campanhas eleitorais, iremos utilizar alguns dados que nos sugerem estratégias mais voltadas à candidaturas individuais ou mais voltadas ao comportamento partidário.

Os primeiros dados tratam o partido como unidade de análise. Tentamos demonstrar que os partidos possuem uma estratégia de formação de suas listas tendo em vista a leitura da competição distrital. A hipótese é que os partidos conseguem lançar suas listas de candidatos de acordo com formatos de competição mais ou menos exigentes. Se um distrito apresenta competição elevada, espera-se que os partidos lancem candidatos muito competitivos para conquistarem a maior quantidade de cadeiras possível. Em distritos de baixa competitividade, os partidos optariam por formar as listas de candidatos com apenas alguns nomes competitivos diminuindo os custos de estratégia eleitoral. Complementarmente, verificamos a possibilidade de padrões nacionalizados na formação das listas. Isso significa que os partidos teriam formas diferenciadas entre si para extratos desagregados de competição distrital (Bolognesi, 2010).

O segundo bloco de dados mostra a inclinação dos candidatos em relação um comportamento mais ou menos partidarizado. Neste momento a unidade de análise segue em direção ao candidato e a hipótese defendida é a de que os recursos utilizados pelos candidatos estão ligados ao comportamento previsto em sistemas com lista aberta muito mais do que mobilizados em relação aos partidos políticos.

Podemos pensar que num sistema de lista aberta e onde o voto de legenda tem baixa adesão<sup>35</sup> levaria os partidos a concentrarem a lista eleitoral com poucos nomes de alto potencial eleitoral, os chamados puxadores de voto (Samuels, 1999). Esse movimento evitaria, ao mesmo tempo, alta competição intra-lista e garantia de campanhas sólidas o suficiente para assegurar cadeiras no legislativo nacional.

De forma diversa ao que acontece em listas fechadas, os candidatos em sistema de lista aberta com alta magnitude<sup>36</sup> encontram-se num paradigma entre utilizar o partido como estratégia eleitoral para diferenciarem-se dos concorrentes ou ignorá-lo e apostar em seus dotes individuais numa disputa altamente competitiva (Siavelis e Morgenstern, 2009: 97). Ou seja, a combinação de lista aberta e alta magnitude distrital promoveria escolhas múltiplas por parte dos partidos, ora privilegiando alto potencial eleitoral, ora apelando a candidatos capazes de colaborar com a lista.

Contudo, segundo Cross (2008), a autonomia dos partidos em relação às determinações do sistema aumenta na medida em que temos aumento da magnitude em listas abertas. Se em sistemas de lista fechada e baixa magnitude o controle da formação das listas pelos partidos é dada como certa, no primeiro caso é incerta. Isso não se traduz em absoluto descontrole dos partidos, mas sim em liberdade de escolher estratégias mais voltadas aos partidos políticos em si do que ao sistema eleitoral. Ou seja, sistemas de lista aberta não travam a estratégia eleitoral ao partidarismo. Pelo contrário, dão opção para que os partidos optem, a partir da leitura da competição nos distritos, mobilizar candidatos de reputação pessoal ou não.

Para além das implicâncias da estratégia a ser perseguida pelos candidatos diante das estruturas de oportunidade, Lima Jr. (1983: 56) lembra o fato de que o presidencialismo promove o voto centrado no executivo o que dificultaria ainda mais a escolha da adoção de opções eleitorais para candidatos ao legislativo. Se o cálculo do voto é centrado no executivo e no legislativo as carreiras personalistas ganham campo, podemos imaginar que a seleção de candidatos realizada pelos partidos políticos é feita tendo em vista estes dois critérios: reputação pessoal consolidada e alto potencial eleitoral (Samuels, 2008: 78). A reputação pessoal garante visibilidade política ao

---

<sup>35</sup>Nicolau (2002) mostra que de 1986 até 1998 o voto de legenda no Brasil teve média de 13,5%.

<sup>36</sup>A magnitude distrital no Brasil é de 18 cadeiras, isso caracterizaria distritos gigantes na classificação internacional (Nicolau e Schimitt, 1995).

candidato e o alto potencial eleitoral é segurança de participação do partido na Câmara dos Deputados.

A lógica inversa deste argumento é que, se os votos são centrados nos candidatos e estes não desfrutam de níveis altos de carreirismo interno no partido, podemos supor que os partidos exercem pouco controle sob eles e optam por maximizar seus ganhos concentrando poucas posições na lista para indivíduos com alto potencial eleitoral, muitas posições com candidatos de baixo potencial, dirimindo assim a competição intrapartidária. Segundo Samuels (2008) esse é o perfil predominante no Brasil, com exceção ao PT.

A magnitude distrital afetaria os níveis de competitividade nos distritos ao mesmo tempo em que instrumenta o cálculo das opções de conduta eleitoral. Distritos com baixa magnitude, mesmo em sistemas de lista aberta, promoveriam candidaturas mais ligadas ao partido, visto que a chance de uma filiação institucional aumentaria a visibilidade frente os eleitores e a capacidade de controle do partido. Em distritos de magnitude alta o personalismo seria a chave para que os candidatos diferenciassem entre si e conquistassem o voto do eleitor (Carey e Shugart, 1995). Segundo Siavelis e Morgenstern (2009: 98): *“Em sistemas de lista aberta e magnitude de distrito grande, os partidos se tornam quase irrelevantes dado os limites para vitória e a decrescente importância da etiqueta partidária”*.

Segundo Shugart (2001) a maior ou menor personalização do sistema eleitoral se deve também à forma com que os candidatos são selecionados. O entrave é que esta relação entre a seleção de candidatos e os incentivos do sistema tem duas consequências complementares: reforça a individualização das campanhas, focando as mesmas nos chamados ‘puxadores de votos’ e dá força aos ‘partidos de aluguel’, favorecendo candidatos com perfil exógeno ao partido e alto capital individual (Nicolau e Shimitt, 1995: 136 e 138; Bolognesi, 2010: 10).

Um dos primeiros pontos de entrave é a quantidade de candidatos permitida para que cada partido forme suas listas e monte sua coligação eleitoral. Mesmo entendendo que a seleção de candidatos ocorre anteriormente a formação das coligações, a possibilidade de o partido lançar até 150% das cadeiras do distrito e 200% quando coligado é um fator que reduz a relevância do cálculo sobre as coligações proporcionais. Entretanto, os partidos políticos lançaram em média 0,44 do possível de candidatos para



as eleições de 2010 para a Câmara Federal (Cervi, 2012: 10). Um dos fatores que poderiam explicar tal comportamento, sugere Cervi, é a leitura que os partidos realizam da competitividade regional.

Segundo Mainwaring (1991) a incomum quantidade de candidatos lançada pelos partidos brasileiros diminuiria o controle das lideranças partidárias. Em sistemas de lista fechada, os partidos costumam lançar no máximo um candidato por cada cadeira em disputa.

Abaixo a tabela 2.1 apresenta a quantidade de candidatos que disputaram as eleições desde 1994.

Tabela 2.1 - Proporção de candidatos por Partido Político (1994-2010)

	1994		1998		2002		2006		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PT	373	12,2	328	9,5	422	<b>9,8</b>	351	<b>7,0</b>	339	<b>6,9</b>
PMDB	399	<b>13,1</b>	350	<b>10,1</b>	322	7,4	340	6,8	340	<b>6,9</b>
PSDB	272	8,9	292	8,4	275	6,4	308	6,2	274	5,6
PFL/DEM	236	7,7	276	7,9	230	5,3	227	4,5	191	3,9
Total dos quatro partidos	1.280	42,1	1.246	36,1	1.249	29,0	1.226	24,7	1.144	23,4
Total geral de candidatos	3.036	100	3.451	100	4.296	100	4.956	100	4.874	100
Vagas disponíveis por partido	694		694 <sup>37</sup>		694		694		694	

Fonte: Braga e Bolognesi (2011).

O que os primeiros dados indicam é que existe uma tendência de aumento da competição eleitoral no Brasil, como podemos ver pelo número crescente de candidatos totais. Desde 1994 os indicadores crescem substancialmente e no ano de 2010 vemos um decréscimo muito pequeno em relação ao ano anterior. Especificamente sobre as candidaturas de cada partido observamos que a partir de 2002 o PT passa a figurar como o partido responsável por lançar a maior proporção de candidatos entre os quatro maiores. Isso talvez se deva à chegada do partido ao governo federal, aumentando a capilaridade e o acesso a recursos, antes escassos. Ou ainda, revela uma estratégia do partido de penetração com mais candidatos para chegar à presidência da república.

<sup>37</sup>A lei eleitoral 9.504/97 altera a proporção de candidatos para partidos coligados que disputam os legislativos, porém o número de candidaturas disponíveis para cada partido permanece o mesmo desde 1994.

Do outro lado o PFL/DEM aparece sempre como o partido que lança a menor proporção de concorrentes. Isso comprova a constatação de que o partido atua muito mais como um satélite eleitoral do PSDB (Braga, 2010), à medida que saiu do governo federal a partir de 2002. O PSDB que em 1994 e 1998 parece adotar a mesma postura seguida pelo PT, nos anos seguintes perde força partindo para a oposição e tem pouca atração mesmo alcançando o segundo turno em todas as eleições presidenciais que disputou. Já o PMDB aparece como um grande partido legislativo, porém em queda. Isso em parte é explicado pela fragmentação da disputa eleitoral ao longo dos anos. Enquanto em 1994 os quatro partidos representavam 42,1% do total de candidaturas lançadas, em 2010 esse número reduz quase pela metade, chegando a 23,4%. A interpretação é que, por um lado, outros partidos ganharam força no cenário legislativo e, por outro, os pequenos partidos tem ocupado maior espaço nas coligações, capitalizando candidaturas de personalidades<sup>38</sup>.

Samuels (2001: 92-94) defende que a possibilidade que os partidos que desfrutam de um alto número de candidatos resultaria num processo de auto seleção. Como vemos nos dados da tabela acima, os partidos não lançam todos os candidatos que podem e também perseguem estratégias diferenciadas entre si e a partir do contexto eleitoral. A conclusão, da qual partilha Guarnieri (2004: 74), é que o processo de seleção não é tão permeável para a presença de candidatos auto selecionados ao mesmo tempo em que permite aos partidos um massivo apelo à maximização dos votos. O apelo aos votos não é realizado, ao primeiro olhar, através do inchaço das listas eleitorais. Mas sim com estratégias internas que determinam a composição das listas por outros critérios que não a maximização absoluta de candidatos.

Diante do exposto acima podemos pensar que uma primeira consequência direta do *background* institucional brasileiro seria um alto nível de competição distrital e um baixo nível de competição intra-lista. Os distritos grandes promoveriam a maximização de candidatos para a disputa e a lista aberta intensificaria a presença dos puxadores de voto. Contudo, a não utilização de todas as candidaturas pelos partidos não diz nada acerca da competição no interior das listas. Apenas mostra que o sistema não é capaz de determinar sozinho este fenômeno.

---

<sup>38</sup>Em 2010 esse fenômeno fica evidente com a enorme quantidade de ‘celebridades’ que foram candidatos a deputado federal e tiveram enorme repercussão na mídia, candidaturas estas, capitaneadas em boa parte pelo Partido da República, do então ex-vice-presidente.

Neste momento, examinamos a competição intra-lista no Brasil. Para auferir a competição dentro dos partidos utilizamos primeiramente um indicador de potencial eleitoral. O objetivo deste indicador é oferecer lastro empírico a saber sobre quem são de fato os candidatos capazes de vencer a eleição e inferir competição dentro do partido político. Tal indicador foi elaborado inicialmente por Rahat e Hazan (2001)<sup>39</sup>. Porém, outros autores já indicam que a utilização de sinalizadores de potencial eleitoral baseado em comportamentos passados podem servir como locus ótimo para realizar cálculos futuros (Ranney, 1965; Gallaher, 1988). Rahat e Hazan mobilizam os dados levando em conta tanto o quociente partidário, quanto o quociente eleitoral. Entendemos que, para uma discussão sobre os sistemas de lista fechada como os analisados pelos autores, o quociente eleitoral seja fundamental, dando crédito ao desempenho do partido sob a lista total de candidatos vencedores. No caso brasileiro, discordamos no sentido de que o quociente eleitoral seja um bom indicativo. Ocorre que, sendo a lista aberta, muitos candidatos elegem-se sem atingirem o quociente eleitoral. Os candidatos beneficiam-se dos puxadores de voto e do desempenho individual de outros candidatos de alto potencial eleitoral. Em sistemas de lista fechada o partido ganha tantas cadeiras quantas o quociente eleitoral lhe der, porém não há diferença de votação entre um candidato ou outro, os votos são dados ao partido e depois distribuídos numa lista pré-ordenada, o que facilitaria o estabelecimento de critérios como o quociente eleitoral.

Assim, o indicador elaborado leva em conta dois elementos. O desempenho dos candidatos nas eleições de 2010 e o desempenho do partido nas eleições legislativas de 2006. A ideia é utilizar uma referência empírica acessível tendo em vista um cálculo racional do desempenho dos candidatos em *vis-a-vis* sua eleição. Tanto os selecionadores do partido, quanto o candidato em si tem na última eleição um patamar mínimo para medir sua densidade eleitoral<sup>40</sup>. A lógica do indicador é simples. Mensurar empiricamente um patamar mínimo de densidade eleitoral a partir do desempenho da lista partidária nas últimas eleições (Bolognesi, 2010: 14).

A fórmula para o cálculo do indicador de potencial eleitoral é a razão entre o total de votos do candidato nas eleições de 2010 pelo total de votos do último candidato

---

<sup>39</sup>Uma versão prévia deste indicador foi delineada por Rahat e Hazan (2001), a versão que utilizo é a versão mais acabada do mesmo presente na publicação de 2006.

<sup>40</sup>Segundo os dados do *survey* que aplicamos, os candidatos entrevistados em 30,5% das vezes afirmaram que “possuir boa densidade eleitoral” e “boa reputação pessoal e/ou profissional fora da vida política” são características importantes para ser escolhido como candidato a deputado federal por seu partido.

eleito por seu partido nas eleições de 2006<sup>41</sup>. Isso nos revela o potencial eleitoral bruto dos candidatos. Para fins de análise agregamos o valor absoluto em categorias segundo Rahat e Hazan (2006). A categoria *candidatos inviáveis* – aqueles com baixas chances de serem eleitos e com pouca contribuição à lista – compreendem a proporção de até 0,5; os *candidatos viáveis* - que colaboram com a lista, porém com poucas chances de ocuparem cadeira legislativa – realizam de 0,51 a 0,75 dos votos da eleição de referência; os *candidatos bons de voto* – com boas chances de elegerem-se, colaborar com a lista partidária e ainda aumentar a competição interna – compreender de 0,76 a 0,99 do quociente partidário último, por fim; os *super candidatos* – altíssimas chances de eleição e puxadores de voto – apresentam 100% ou acima da votação da última cadeira do partido nas eleições passadas<sup>42</sup>.

Porém o indicador em si possui um problema de consistência lógica<sup>43</sup>. O resultado da votação em 2010 não seria adequado para extrapolarmos conclusões sobre uma prática anterior ao dia votação. Ou seja, dizer que determinado candidato foi escolhido por conta do seu potencial eleitoral e mensurar tal potencial com o resultado eleitoral posterior à escolha parece fazer pouco sentido. Hazan e Rahat (2010) utilizam o conceito de *candidaturas reais*. Seriam aquelas candidaturas que ocupariam os *safe-seats* nas listas eleitorais e desfrutariam de alta chance de serem eleitas. Esse indicador é perfeitamente adequado para sistemas proporcionais de listas fechadas, ou de votos preferenciais. Em sistemas de lista aberta os *safe-seats* devem ser determinados de outro modo. A opção que realizamos aqui foi considerar como posições seguras àquelas ocupadas por candidatos à reeleição. Tal proposição já foi empiricamente testada por Perissinotto e Bolognesi (2010), Braga, Veiga e Miríade (2009) e Codato, Perissinotto e Cervi (2013). Qual seja, de que candidatos que disputam eleições pela recondução desfrutam de chances muito maiores de sucesso do que desafiantes. Resumindo, podemos entender que os *incumbets* possam ser encarados como os ganhadores dos *safe-seats* e nossos candidatos reais. São estes *incumbents* que estiveram presentes em ambos os pleitos, e por isso faz sentido que os tomemos como este tipo de candidatos.

---

<sup>41</sup>O cálculo do indicador foi realizado tendo por base o desempenho do partido por distrito.

<sup>42</sup>Este mesmo indicador foi apresentado de forma experimental no V Congresso Latinoamericano de Ciência Política em Buenos Aires e no II Seminário Nacional de Sociologia e Política, em Curitiba, ambos em 2010. Sobre o uso deste indicador específico, agradeço os comentários de Luciana Fernandes Veiga e de Emerson Urizzi Cervi.

<sup>43</sup> Sobre isso, agradecemos especialmente a Pedro Floriano Ribeiro que deu importantes sugestões sobre o uso deste e melhorias na apresentação dos dados.

A tabela abaixo apresenta o perfil geral por potencial eleitoral dos candidatos reais a deputado federal dos quatro partidos estudados nas eleições de 2010. Os dados foram obtidos no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral e representam o universo de candidatos apresentados pelo PT, DEM, PSDB e PMDB.

Tabela 2.2 - Potencial Eleitoral Candidatos 2010<sup>44</sup>

	Percentual Válido (%)	Percentual Acumulado (%)
Candidato Inviável	2,8	2,8
Candidato Viável	7,2	10,1
Candidato Bom de Voto	12,2	22,3
Super Candidato	76,8	100
	100	
N=	181	

Fonte: o autor a partir de dados coletados no site do TSE.

Em primeiro lugar é preciso dizer que as eleições de 2010 representam um ponto na história política do Brasil de grande relevância. É nesse ano que o país experimenta uma real possibilidade de rotação no poder realizada por grandes partidos e de posições ideológicas opostas. Da perspectiva da consolidação democrática, o fato de que não encontramos interrupções no regime mesmo com a alternância entre PSDB e PT no executivo nacional coloca o ano em análise como ponto de inflexão possível, abrindo a possibilidade de continuidade de um governo de dois mandatos por um partido, e pelo retorno do desafiante que desfrutou também de um duplo mandato presidencial. Como mostramos na tabela 2.1, estar no governo ou na oposição afetou o desempenho dos partidos que disputavam a eleição nacional e o ano de 2010 representaria um ponto crítico para as definições estratégicas do futuro político das legendas. A eleição de 2010, nesse sentido pode servir aqui como um exemplo de ruptura depois de dois governos bem sucedidos, onde as agendas dos partidos estão consolidadas. Contudo, a ampla vantagem desfrutada pelo Partido dos Trabalhadores que experimentava o

<sup>44</sup>O indicador de potencial eleitoral poderia ser questionado por realizar uma análise pré-eleitoral a partir de dados pós-eleição. Isso é verdade em parte. Em primeiro lugar, aceitamos que os candidatos olhem para as eleições passadas como um indicador de qual seria o seu potencial eleitoral (Guarnieri, 2004: 74). Em segundo lugar, não há evidência empírica sobre um modo mensurável e quantitativo para a densidade eleitoral dos candidatos em sistemas de lista aberta. Para sistemas de lista fechada, Rahat e Hazan (2010) sugerem que se use o quociente eleitoral para definição dos candidatos de alto potencial eleitoral (super e bons de voto). Em listas abertas vemos pouco sentido em utilizar o quociente eleitoral tendo em vista que candidatos com pouco potencial eleitoral em relação ao quociente podem tornarem-se super candidatos, já que no *pooling* eleitoral o candidato individualmente vencendo nem sempre cumpre o critério distrital.

governo no ano corrente, não permite que nossas extrapolações alcancem além do ano em questão.

Tomando o Brasil todo como alta magnitude, a hipótese de que os partidos concentrariam esforços em poucas candidaturas de alta densidade eleitoral e evitariam competição intra-lista não se confirma. Os quatro partidos abordados apresentam em sua maior parte candidatos reais bons de voto ou super candidatos, fazendo com que as listas sejam altamente competitivas. A baixa proporção de candidatos reais inviáveis ou viáveis (10,1%) mostra que não há nas listas um esforço de assegurar aos candidatos baixos níveis de competição. Ao que tudo indica, ao menos nas eleições de 2010, Samuels (2008) apresenta um quadro muito próximo da realidade brasileira. Veremos então se os níveis de concentração e alta competitividade estão também associados às disposições dos partidos ou se não há associação entre estratégias de competição.

Tabela 2.3 - Potencial Eleitoral Candidatos Reais por Partido Político 2010<sup>45</sup>

	Partido (%)				Total
	PT	PMDB	DEM	PSDB	
Candidato Inviável	0	1,8	3,7	7,7	2,8
Candidato Viável	5,2	3,6	14,8	10,3	7,3
Candidato Bom de Voto	10,3	9,1	7,4	23,1	12,3
Super Candidato	84,5	85,5	74,1	59	77,7
	100	100	100	100	100
N=	58	57	27	39	181

Fonte: o autor a partir do site do TSE

Os dados mostram que os partidos se comportam de forma diferente entre si quanto à competição intra-lista. A diferença entre candidatos de alto potencial eleitoral só é considerável se compararmos o PT e o PSDB, porém mesmo no PSDB a proporção de super candidatos é próxima de 60% dos concorrentes. A baixa incidência de *incumbents* de potencial eleitoral baixo (inviáveis e viáveis), aponta que não há refresco para competição dentro das listas partidárias. Isso mostra que o PT, mesmo aumentando consideravelmente o montante de candidatos lançados (como exposto na tabela 2.1), opta por uma estratégia em que a competição interna seja alta. Dentre os partidos analisados, o PT é o que apresenta maior nível de competitividade interna: 84,5% de

<sup>45</sup> Não realizamos testes de associação de variáveis visto que apresentamos aqui os dados do universo para candidatos reais.

candidatos de altíssimo potencial eleitoral. O PMDB adota a mesma postura petista. Para o DEM observamos que somados os valores de candidatos viáveis e inviáveis (18,5%) a elite de candidatos do partido ainda desfruta de conforto para chegar ao legislativo, mesmo tendo menor disputa internamente do que PT e PMDB. Por fim, o PSDB adota uma postura menos competitiva, dando ainda menor ênfase na competição intra-lista, com apenas 59% de super candidatos e ainda com 18% de candidatos de baixo potencial eleitoral, se somarmos viáveis e inviáveis.

Podemos pensar que os dados revelam uma alta capacidade dos partidos políticos no Brasil em identificarem as características do sistema e conquistarem posições no legislativo, já que lançam alta quantidade de candidatos de alto potencial e poucos inviáveis, elevando a competição intrapartidária (Samuels, 2008: 81). Por outro lado, a maximização dos votos não é perseguida estritamente pelos partidos, já que nem todas as cadeiras são ocupadas. O que parece é haver um equilíbrio entre o controle do partido sobre a formação das listas eleitorais maximizando a **estratégia** a ser seguida na competição. Isso pode estar relacionado com os perfis regionais das candidaturas na medida em que o partido opta por concentrar ou não candidatos reais de alto potencial em distritos de alta competitividade.

Porém, tomando os dados gerais para o país, os achados apresentados coadunam com os levantados por Guarnieri (2004). Os partidos procuram equilibrar as listas de candidatos a fim de reduzir as incertezas externas. Lançar a maior quantidade possível de candidatos não é a ação ótima dos partidos, a ponderação entre autonomia dos super candidatos e alguma parca colaboração de candidatos de menor potencial eleitoral demonstra que os partidos perseguem objetivos específicos e formam suas listas tendo em vista não ameaçar os dotados de alto potencial eleitoral e, conjuntamente, atrair voto para o partido através da presença de alguns candidatos reais com poucas chances de eleição.

A partir da hipótese de Ames (2003), candidatos com alta densidade eleitoral seriam mais autônomos em relação ao partido. O simples fato de que esses indivíduos são capazes de agregar um montante de votos que sobrepaja a conquista de sua cadeira, levaria a um comportamento individualista destes. Como lembra Guarnieri (2004: 83):

*“[...] podemos esperar que um candidato “viável” dependa mais do partido, visto que não possui número de votos suficiente para se eleger e, por isso,*

*se submeta à disciplina partidária. Os candidatos “bons de voto” também dependeriam da votação total do partido, ainda que em menor grau”.*

Ou seja, por parte do PMDB e do PT (os partidos com a maior proporção de super candidatos) esperaríamos um comportamento mais autônomo em relação ao partido. O oposto ocorreria em relação ao PSDB, onde a proporção menor de super candidatos faria com que o partido tivesse maior capacidade em disciplinar seus membros. Para essa análise, Guarnieri (*idem*) examina o comportamento político dos candidatos. O exame do comportamento legislativo está ligado à disposições próprias da Câmara dos Deputados, estando mais atrelado à distribuição de recursos parlamentares, formação de coalizões de governo, etc. Por essa razão, perguntamos aos candidatos qual a razão para a sua candidatura<sup>46</sup>. Espera-se que onde a presença de candidatos com alto potencial eleitoral é mais intensa (PT e PMDB), as razões para candidatura estejam mais ligadas a motivos pessoais ou representação de interesses que não estão vinculados ao partido político. Seguindo a mesma lógica, em partidos onde há menor concentração de super candidatos, esperamos que as respostas estejam mais ligadas à motivação institucional. A tabela 2.4 apresenta dados agregados entre motivações pessoais e motivações partidárias<sup>47</sup>. Por pessoais foram agregadas todas aquelas que não estavam relacionadas diretamente com o partido político, como status do cargo, representar grupos de interesse, entre outros. As motivações partidárias representam àquelas onde foi feita referência a representar o partido ou consolidar carreira político-partidária por um único partido.

Tabela 2.4 - Motivação para candidatura para deputado federal no Brasil em 2010

	Motivação Não-partidária (%)	Motivação Partidária (%)
DEM	86,5	13,5
PMDB	78,4	21,6
PSDB	88,8	11,2
PT	78,7	21,3
Total	83,1	16,9
n=	295	60

<sup>46</sup>A referência sobre o *survey* utilizado nesta pesquisa pode ser encontrada na seção introdução. A pergunta feita aos candidatos era: “Quais as razões que levaram o senhor a sair como deputado federal por seu partido?”. No anexo I podemos encontrar uma cópia completa do questionário que foi aplicado aos candidatos.

<sup>47</sup> Para criar estas duas categorias, agregamos como motivações partidárias todas as respostas dadas que citavam representar o partido como motivação. Todas as outras, como “representar o grupo social ou profissional”; “estabelecer uma carreira política”, etc., foram classificadas como “não partidárias”.



---

Fonte: *Survey*<sup>48</sup>

Para esta amostra o coeficiente de contingência não apresentou significância estatística (*p value* de 0,144). Mesmo que toleremos o valor de significância, o valor do coeficiente de contingência foi também muito baixo (0,122). Por um lado, isso mostra que não existe associação entre a motivação dos candidatos e a estratégia escolhida para a composição das listas. Ou seja, não é possível identificar a partir dos dados de estratégia eleitoral o conteúdo das disputas. Ignorados os valores estatísticos, podemos observar que as razões partidárias para a disputa eleitoral são majoritariamente desprezadas pelos candidatos nos quatro partidos analisados. O mesmo dado foi encontrado por Carvalho (2003: 149), quando mostra que o peso dos esforços individuais para a eleição de deputados é muito maior do que os do partido dentre os eleitos em 1998 e 2002. A hipótese de que partidos com menor quantidade de super candidatos promoveria uma maior dependência do partido não é confirmada para as eleições de 2010, tanto quanto a hipótese contrária: a resposta dos candidatos do PSDB e PT, nesta ordem, mostram justamente o contrário. O partido com menor competição intra-lista – PSDB – apresenta a maior quantidade de respostas ligadas às razões pessoais, concentrando nessa parcela 88,8% dos casos. No PT, onde identificamos maior competição interna, vemos que a proporção de razões partidárias é mais elevada, com 21,3%. Isso sugere que as motivações para a candidatura pouco tem relação com o potencial eleitoral do candidato ou com níveis de competição interna. Uma possível natureza de explicação, que será explorada no capítulo seguinte, é que o partido apresente maior peso quanto ao conteúdo da competição política, mesmo que o sistema eleitoral seja capaz de determinar sua forma.

Porém, mesmo adotando estratégias eleitorais para vencer, valorizando aspectos pessoais e não partidários, as consequências para o desempenho dos partidos podem ser absolutamente diferentes. Os partidos podem preservar suas cadeiras e evitar derrotas eleitorais jogando de acordo com o mercado político.

Se a conquista de votos é determinada pela forma com que os partidos formam suas listas e pelas posturas em campanha, devemos olhar então para os resultados

---

<sup>48</sup>O n é de 355 observações realizadas para a amostra do *survey* de 120 indivíduos. Isso ocorre pois foi solicitado para que cada respondente indicasse três razões para sua candidatura, totalizando 360 observações para a mesma amostra. O n apresentado na aqui não inclui 5 casos de *missing*.

efetivos (Hazan e Voerman, 2006: 154). Para saber em que medida os partidos foram mais bem sucedidos em suas escolhas abaixo apresentamos os dados para erro do partido em reter posições de lista (Figueiredo e Limongi, 1996; Nicolau, 2007) e a taxa de sucesso absoluta dos partidos nas eleições de 2010 para a Câmara Federal. O erro do partido seria aquele onde a cadeira foi perdida para um candidato de outro partido. Já as derrotas intra-lista são àquelas onde o candidato à reeleição teve seu posto tomado por um desafiante do mesmo partido.

Tabela 2.5 - Partidos e Estratégia Eleitoral nas eleições de 2010

Partido	N de Incumbents	% de Reeleitos	% Derrotas Intra-lista	% Derrotas Partido	% Tx. de Sucesso
PT	58	87,9	7,9	4,2	35
PMDB	57	75,4	17,9	6,7	29,7
DEM	27	74,1	16,2	9,7	29
PSDB	39	61,5	28,3	10,2	23,9

Fonte: Elaboração do autor com base em Nicolau (2007:107) e do site do TSE.

Uma das formas para avaliar se o partido adotou um comportamento exitoso na montagem do *pool* concorrente nas eleições é verificar o desempenho dos candidatos em busca da reeleição (Figueiredo e Limongi, 1996: 22). O argumento é que os *incumbents* têm vantagens inúmeras para assegurar a cadeira legislativa, como dissemos. Como candidatos à reeleição eles desfrutam de boa inserção com sua base eleitoral, conhecimento da vida política, apoio do partido, tempo para dedicaram-se às eleições, entre outros (Norris, 1997). Estes elementos estruturariam as oportunidades de forma favorável tanto ao partido, mantendo as cadeiras na Câmara, quanto aos candidatos, permitindo maior leque de opções<sup>49</sup>.

Os dados apresentados na tabela 2.5<sup>50</sup> evidenciam que uma estratégia de maior competitividade interna pode levar a resultados melhores. Segundo Nicolau e Schmitt

<sup>49</sup>Rahat e Hazan (2010) afirmam que as assertivas que utilizam o prospecto de *incumbents* como base para auferir estratégia eleitoral e desempenho partidário podem apresentar viés. Isso ocorre devido à desistência de alguns candidatos em disputar a eleição seguinte e outras circunstâncias que podem levar o legislador abandonar a carreira política (como escândalos de corrupção, constrangimentos orçamentários, ascensão na carreira, aposentadoria, etc.). Sobre os desistentes da carreira legislava ver Florentino, 2008.

<sup>50</sup>Como a análise deste capítulo recai sobre o universo de candidatos, a opção foi por não realizar testes estatísticos de associação de variáveis ou de correlação com fins de extrapolação estatística. Os testes realizados referem-se somente a hipóteses de associação dos elementos entre si (Figueiredo Filho *et. Al.*, 2011).

(1995: 144): “*O sucesso eleitoral de um partido tem relação direta com a presença de candidatos competitivos (capazes de obter votações expressivas) na lista*”. Além de obter a maior taxa de sucesso entre os partidos analisados, com 35%<sup>51</sup>, o PT é o partido com a maior proporção de reeleitos, 87,9%, e com a menor taxa de derrotas do partido, 4,2%. Para derrotas no partido e derrotas na lista utilizamos a definição de Nicolau (2007: 106):

*“A derrota de um candidato é atribuída ao partido quando não há nome novo na lista final dos eleitos por aquele partido (ou seja, os parlamentares da legislatura passada reelegeram-se), ou quando o partido pelo qual concorreu não elegeu ninguém. A falha é do candidato quando o partido elege algum nome novo e ele fica de fora”.*

A afirmação de que a competição intra-lista confere status de maior ou menor sucesso aos partidos é confirmada pelo desempenho do PSDB. O partido foi o que teve ao mesmo tempo menor taxa de sucesso eleitoral e maior erro do partido, com 10,2%. Uma das possíveis razões que podemos pensar para o desempenho desfavorável dos candidatos peessedebistas é a baixa competição entre eles. O partido lança mão de uma estratégia pouco competitiva internamente (conforme dados da tabela 2.3), dedicando grande espaço para candidatos de baixo potencial e ao mesmo tempo a taxa de reeleição, na casa de 61,5%, é a mais baixa entre os partidos comparados. Além do desempenho do partido em si ter sido tucano em relação aos demais, a renovação dos postos legislativos foi alta, deflagrando 28,3% de derrotas no interior da lista, ou seja, *incumbents* derrotados por desafiantes.

O DEM e o PMDB gozam de taxas de sucesso muito próximas, com 29,7% para o primeiro e 29% para o segundo. A diferença entre os dois partidos é que o PMDB apresenta uma porcentagem menor de derrotas do partido (6,7 contra 9,7). A proporção de reeleitos é praticamente a mesma (75,4% para o PMDB e 74,1% para o DEM), bem como a razão de derrotas intra-lista, com 17,9% no PMDB e 16,2% no DEM. Esses resultados mostram que o PMDB, mesmo com taxa de sucesso semelhante ao DEM,

---

<sup>51</sup>A taxa de sucesso eleitoral absoluta foi calculada pela razão entre o total de eleitos e totais de candidatos de cada partido.

tende a errar menos como partido. Mais uma vez o reforço na competição dentre os candidatos do partido pode ser uma explicação para isso<sup>52</sup>.

Os dados apresentados tendem a concordar em alguma medida com a tese de Samuels (2008) e Carey e Shugart (1995): o sistema de lista aberta no Brasil combinado com elevada média de magnitude distrital tende a criar alta competição no interior dos partidos. Contudo, isso pode não ser resultado de absoluto descontrole por parte dos partidos. Entendemos até aqui que é uma estratégia política visando menor erro do partido e maiores taxas de sucesso eleitoral.

Para responder se de fato se trata efetivamente de uma estratégia e não de fraco controle por parte dos partidos, em seguida examinamos a competição eleitoral nos partidos em relação a competitividade distrital.

### **2.1.1 A magnitude distrital e a formação das listas eleitorais**

Como apontamos anteriormente, o Brasil possui magnitude eleitoral média elevada, na casa de dezoito cadeiras para cada um. Porém, a desigualdade entre as magnitudes é um elemento que pode modificar a leitura que os partidos realizam da competição e, por conta disso, sua estratégia ao montar as listas de candidaturas reais. De oito a setenta, são sessenta e duas cadeiras que separam a magnitude eleitoral dos estados brasileiros. Por um lado, podemos pensar que nos distritos grandes, o caso extremo seria São Paulo, a competição é muito elevada já que a relação entre o número de candidatos e o número de cadeiras disponíveis é muito alta (Nicolau e Shcmitt, 1995: 140). Em distritos pequenos a competição seria também elevada, visto que o contingente de vagas é muito diminuto em relação à população de elegíveis. Apenas distritos médios desfrutariam de níveis de competição toleráveis entre candidatos e vagas disponíveis<sup>53</sup>. Para isso, classificamos os distritos brasileiros em relação ao seu

---

<sup>52</sup>Para um desempenho apurado, seria preciso uma análise das coligações eleitorais e de como os partidos se aproveitam de posições conquistadas por seus coligados. Porém, para efeitos de análise, entendemos que os partidos têm autonomia suficiente para empenhar esforços num momento anterior à formação das coligações, ou seja, essas escolhas têm também reflexo no desempenho eleitoral destes partidos independente das alianças políticas.

<sup>53</sup> Aqui seria preciso verificar também a presença de outros partidos no distrito e o peso eleitoral de cada um dos quatro que analisamos. Contudo, de uma forma geral, pensamos que a competição distrital pode

nível de competitividade. Entendemos que, previamente à afirmação sobre a competitividade distrital em relação a seu tamanho, é preciso inferir se isso de fato importa. Ou seja, não podemos assumir, de saída, que o tamanho do distrito determine seus níveis de competitividade.

Segundo a sugestão de Santos (1997) a competição distrital foi calculada utilizando o Índice de Competitividade (IC). A fórmula para tal é<sup>54</sup>:  $[\frac{N}{2W} - 1]$ , onde  $N$  é o número de candidatos e  $W$  é a magnitude do distrito<sup>55</sup>. Os dados para as eleições de 2010 são apresentados na tabela abaixo<sup>56</sup>.

Tabela 2.6 – Índice de Competitividade por Distrito nas Eleições Legislativas Federais (2010)

Distrito	M(W)	N	IC
Acre	8	36	1,25
Amapá	8	72	3,50
Amazonas	8	51	2,19
Distrito Federal	8	94	4,88
Mato Grosso	8	67	3,19
Mato Grosso do Sul	8	67	3,19
Rio Grande do Norte	8	60	2,75
Rondônia	8	71	3,44
Roraima	8	62	2,88
Sergipe	8	54	2,38
Tocantins	8	40	1,50
Alagoas	9	64	2,56
Espírito Santo	10	72	2,60
Piauí	10	87	3,35

ser dada pela relação entre candidatos e cadeiras disponíveis, já que cabe aos partidos individualmente decidirem quem serão e quantos os membros de cada lista.

<sup>54</sup>A explicação do autor: “Se o número de candidatos fosse igual ao número de vagas, não haveria competição pelos lugares disponíveis. Minimamente, é necessário que existam dois candidatos para cada vaga, de onde o  $2W$  do denominador, exprimindo a fórmula  $[\frac{N}{2W} - 1]$ , o número de vezes em que o número real de candidatos é superior ou inferior ao que, normativamente, deveria ser para que se alcançasse o grau mínimo de competitividade. Retirar uma unidade desse resultado permite exigir maior competição entre candidatos para que se classifique uma eleição como altamente competitiva”.

<sup>55</sup>Santos utiliza também o termo “candidatos reais” para avaliar a competição. Entendemos que isso é válido para avaliar níveis de disputa no interior dos partidos, porém, para o distrito, onde os candidatos tendem a interagir todos entre si, visto que o eleitor é quem ordena a lista, utilizaremos todos os candidatos. Em outros momentos, ao avaliarmos as consequências do processo de seleção por exemplo, utilizamos candidatos reais.

<sup>56</sup> Cervi (2012: 16) sugere que o índice de competitividade seja ponderado pelo número efetivo de candidatos (ou pela taxa de vagas possíveis não ocupadas nas listas). Entretanto, os resultados desta ponderação mostraram-se quase uniformemente distribuídos por todas as regiões do país. Assim, já que não estamos discutindo o indicador ou a competição distrital em si, opto por deixar os resultados na forma com que estão apresentados a partir da sua fórmula original assumindo que o ruído dessa ponderação seja está homoganeamente distribuído.

Paraíba	12	77	2,21
Santa Catarina	16	146	3,56
Goiás	17	117	2,44
Pará	17	118	2,47
Maranhão	18	151	3,19
Ceará	22	113	1,57
Pernambuco	25	176	2,52
Paraná	30	264	3,40
Rio Grande do Sul	31	271	3,37
Bahia	39	243	2,12
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>46</b>	<b>750</b>	<b>7,15</b>
Minas Gerais	53	522	3,92
<b>São Paulo</b>	<b>70</b>	<b>1029</b>	<b>6,35</b>

Fonte: o autor a partir do site do TSE e Santos (1997).

Como podemos ver acima, o tamanho do distrito nem sempre tem relação com a competitividade do mesmo. Se imaginarmos que o tamanho da circunscrição interfere no modo como os partidos controlam a escolha de candidatos poderíamos supor que em grandes distritos o papel do partido seria central, enquanto que em pequenos distritos o partido delegaria as suas instâncias inferiores a função de controlar as listas já que o grau de conhecimento do eleitor nos candidatos tende a decrescer na medida em que se aumenta a magnitude (Lundell, 2004: 33). Infelizmente, os dados que dispomos a partir do *survey* não nos permite realizar uma comparação entre os distritos brasileiros, já que a pesquisa realizada não encontra amostra válida para uma comparação regional. A solução que encontramos foi auferir em que medida a competitividade distrital faz com que os partidos lancem mão de estratégias eleitorais diferenciadas, supondo que os mesmos sejam assim capazes de levar em conta o contexto regional na composição das listas eleitorais.

Para classificar o tamanho das circunscrições eleitorais no Brasil, adaptamos a classificação de Taagapera e Shugart (1989) a partir de Nicolau e Schmitt (1995)<sup>57</sup> e chegamos a seguinte classificação: onde M representa a magnitude eleitoral,  $M \geq 36$  (o dobro da média nacional) como grandes distritos;  $13 < M < 36$  como distritos médios e; pequenos distritos com  $M \leq 12$ . Assim, no primeiro bloco temos os distritos classificados como pequenos, no segundo os médios e, por último, os grandes.

<sup>57</sup>Esse experimento foi apresentado no V Congresso Latino-americano de Ciência Política (Bolognesi, 2010) analisando apenas seis estados brasileiros. A partir de críticas positivas, adotamos o mesmo procedimento para esta análise.

Dentro da distribuição proposta, distritos grandes como Bahia apresentam níveis de competição distrital menor até mesmo do que distritos pequenos, como o caso do Distrito Federal ou Piauí. Poderíamos argumentar que os níveis de competição são conjunturais e afetados pelo contexto da disputa. Porém, comparado com dados das eleições de 2006, a Bahia permanece como um distrito pouco competitivo com alta magnitude e o oposto ocorre com o estado do Mato Grosso, um pequeno distrito e altamente competitivo, em ambas as eleições (Bolognesi, 2010: 12).

Isso poderia ocorrer caso a classificação acerca do tamanho dos distritos estivesse agregada em estratos muito próximos, porém, uma diferença de oito cadeiras separam os distritos médios dos grandes e vinte e sete dos pequenos. Ou seja, é uma diferença muito razoável para supormos que a magnitude do distrito tivesse alguma relação com os indicadores de competitividade.

Se o tamanho do distrito não interfere com o grau de acirramento da disputa eleitoral, podemos supor que os partidos políticos realizariam um cálculo ao ler a contenda eleitoral a partir da competitividade em que seus representantes concorrem. Samuels (2009) afirma que existe uma opção consciente dos partidos em lançar candidatos competitivos independentemente dos traços regionais da competição eleitoral. Ou seja, os partidos fariam uma escolha priorizando candidatos de alto potencial eleitoral e ignorando as possíveis determinações dos graus da disputa presentes nos respectivos distritos. Abaixo se associou a estratégia em lançar os candidatos com uma possível leitura da competição distrital.

Para os cálculos do IC (Índice de Competitividade Distrital) agregamos os valores entre 0 a 1,999 como baixa competitividade. De 2,000 a 3,999 distritos de média competitividade. E Acima de 4,000 distritos de alta competitividade<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup>Santos, 1997, coloca padrões internacionais para tal classificação. Nestes padrões o Brasil teria em sua maioria distritos de alta competitividade, já que a classificação supunha que distritos com IC acima de 3 seriam altamente competitivos. Optamos por balizar o indicador para padrões brasileiros, a fim de apurar nossa análise e aproximá-la de nosso caso de estudo.

Tabela 2.7 – Crosstabs: Potencial Eleitoral de Candidatos Reais por Índice de Competitividade Distrital (2010)

IC	Potencial Eleitoral (%)				Total
	Candidato Inviável	Candidato Viável	Candidato Bom de Voto	Super Candidato	
Baixa Competitividade	0	15,4	7,7	76,9	100
Média Competitividade	1,7	7,6	8,4	82,4	100
Alta Competitividade	6,4	4,3	23,4	66	100
Total	2,8	7,3	12,3	77,7	100

sig < 0,084 – Spearman's rho= -,122 - N= 181

Fonte: site do TSE/Elaboração do autor

A tabela 2.7, como já demonstrado anteriormente, reafirma a presença majoritária de candidatos de alto potencial eleitoral em todos os tipos de distrito. Porém, os dados acima revelam um movimento interessante dos partidos políticos ao comporem as listas. Os distritos de alta competitividade apresentam menor quantidade de supercandidatos, com 66% destes, do que os distritos pouco competitivos onde a proporção de supercandidatos salta para 76,9%. A baixa incidência de candidatos viáveis, não superando a barreira dos 6,4%, em todos os estratos de competitividade mostra que PT, PSDB, PMDB e DEM se preocupam de uma forma geral em oferecer competição aos nomes escolhidos para ganhar a eleição, mantendo a quantidade de possíveis vitoriosos sempre elevada. Esse seria um artifício importante que os partidos apresentam para criar competição intra-lista<sup>59</sup>. Contudo, os partidos tendem a ler com precisão a contenda regional. Em distritos pouco disputados, a proporção de candidatos de baixo e médio potencial eleitoral (excluindo os supercandidatos) foi de 23,1%, em distrito de competição média, essa proporção representou 17,7% das candidaturas. Já quando olhamos para os locais altamente competitivos, essa soma salta para 34,1%.

Por outro lado, poderíamos supor que em distritos de alta competitividade a dispersão do voto seria maior e, por essa razão, a presença de candidatos com alto potencial eleitoral seria menor. Entretanto, isso não invalida o argumento de que os partidos optam por essa dispersão quando a competitividade é maior. Para evitar este mecanismo bastaria que os partidos inserissem em suas listas mais ‘puxadores de voto’ quando maior fosse a competição. Longe disso, concordamos com Samuels (2009: 83),

<sup>59</sup>Segundo Nicolau (2007), para verificar a hipótese de que os partidos não cometem “canibalismo” político, seria preciso ver em quais regiões as candidaturas competitivas surgiram e como estaria configurado o mapa da disputa eleitoral em todos os distritos.



ao afirmar que os partidos preferem garantir suas posições onde o jogo eleitoral tem papel menos relevante, como nos distritos onde a disputa é menos acirrada. Ou seja, em distritos de média e baixa competitividade os partidos aumentam a competição dentro de suas listas, enquanto que em locais de disputa elevada encontram maior dificuldade em emplacar candidaturas muito competitivas, tendo de pulverizar o potencial eleitoral dos candidatos em outros estratos da lista, como dentre os bons de voto, com média de 23,4% deste tipo de candidatos reais. Ou seja, ao aumentar drasticamente a competitividade distrital, os partidos tendem a suavizar a competição intra-lista.

Mesmo negando que a maximização de candidaturas seja a estratégia privilegiada dos partidos aqui analisados, os dados apontam que eles tendem a incrementar a competição no interior das listas e equilibrar os estratos na medida de potencial eleitoral quando aumenta a competitividade distrital. Isso fica evidenciado pelo crescimento do número de candidatos bons de voto quando aumentamos a competitividade distrital e pela redução de candidatos viáveis (colunas dois e três na tabela acima). Há uma substituição destes dois estratos entre os candidatos reais, ou seja, uma linearidade entre competição distrital e intra-lista. Mesmo com o teste de Rho de Spearman tendo um valor baixo (-0,122), e muito provável que isso ocorra pela não linearidade da proporção de candidatos reais de alto potencial eleitoral conforme a competitividade se eleva, o universo dos dados mostra que os partidos conseguem ler minimamente as condições de competição dos distritos em que concorrem e controlam a formação das listas.

Podemos concluir que candidatos que voltam à disputa possuem densidade eleitoral acumulada e recursos importantes para amealhar votos. A profissionalização política então, é variável fundamental para que o candidato tenha um alto desempenho nas urnas (Perissinotto e Bolognesi, 2010). Os partidos não fazem escolhas aleatórias, pelo menos ao que indicam os dados, para concorrer nas eleições legislativas. Priorizam perfis de alto potencial e inflam o desempenho em bloco nas listas quanto maior a competição no distrito.

Para finalizar testamos a hipótese, também para a magnitude eleitoral e os seus efeitos de competitividade, de que os partidos individualizados teriam estratégias próprias a partir da leitura do contexto regional. Isso é menos verdade para o caso do PT, onde a presença de candidatos com alto potencial é mais intensa do que nos outros

partidos e mais verdade para o PSDB. Abaixo os resultados para o comportamento dos partidos desagregados pelo tipo de distrito.

Tabela 2.8—Índice de Competitividade Distrital Agregado por Potencial Eleitoral por Partido Político nas Eleições Legislativas de 2010

		Potencial Eleitoral(%)				Total
		Candidato Inviável	Candidato Viável	Candidato Bom de Voto	Super Candidato	
PT*	Baixa Competitividade	0	25	0	75	100
	Média Competitividade	0	2,8	5,6	91,7	100
	Alta Competitividade	0	5,6	<b>22,2</b>	72,2	100
	N= 58					
PMDB*	Baixa Competitividade	0	14,3	14,3	71,4	100
	Média Competitividade	0	2,4	7,3	90,2	100
	Alta Competitividade	14,3	0	<b>14,3</b>	71,4	100
	N= 55					
DEM	Baixa Competitividade	0	0	0	0	0
	Média Competitividade	0	19	9,5	71,4	100
	Alta Competitividade	16,7	0	0	83,3	100
	N= 27					
PSDB	Baixa Competitividade	0	0	0	100	100
	Média Competitividade	9,5	14,3	14,3	61,9	100
	Alta Competitividade	6,3	6,3	<b>37,5</b>	50	100
	N= 39					

Fonte: TSE – All sig>0,050 Somer's d: PT= -0,111, PMDB= -0,004, DEM=0,064 e PSDB= -0,115

De uma forma geral não há associação entre as variáveis ou elas são muito fracas. Mesmo que ignoremos a significância estatística e voltemos nossa análise somente para o coeficiente de Somer's d, não encontramos forte evidência de que os partidos coordenam a lista eleitoral a partir da competitividade distrital. Em todos os partidos e, em todos os tipos de distrito, encontramos dominância de supercandidatos. O que corrobora a visão mais geral de que os partidos traçam estratégias a partir do sistema eleitoral como um todo.

Ainda, o único movimento similar entre todos eles é a diminuição de supercandidatos e inserção de candidatos bons de voto quando o partido sai de disputas de média competitividade para alta. Com exceção ao DEM, os outros três partidos

inserir em suas listas *bons de voto* a fim de oferecer níveis menores de competição intra-lista quando inseridos em distritos altamente competitivos.

Começando pelo Partido dos Trabalhadores chama a atenção o fato do partido não investir em candidatos reais inviáveis. Em situações de baixa competitividade apresenta uma maior proporção de supercandidatos com 75% e nenhum candidato bom de voto, o que faz com que a disputa no interior do partido seja aliviada apenas pela presença de 25% de candidatos viáveis. Já em distritos de competição mediana, o PT acompanha o comportamento dos outros partidos, distribuindo melhor seus candidatos dentre as fileiras de potencial eleitoral, mas deixando a disputa ainda mais intensa do que nos distritos de baixa competitividade. O PMDB adota a mesma estratégia petista: em distritos de baixa competitividade lança 71,4% de supercandidatos garantindo as cadeiras disponíveis e aumentando a disputa interna. Comparando com o PT, vemos que a conduta peemedebista é também similar a dos outros partidos quando a competição é média. Em distritos altamente competitivos o PMDB acompanha o PT, diluindo a competição entre os diferentes estratos e investindo também em candidatos de menor potencial para garantir sucesso eleitoral, ou seja, há uma redução da competição dentro da lista eleitoral quando saímos de distritos menos competitivos. Mesmo assumindo que tanto PT, quanto PMDB possuem massivamente candidatos não partidários, como apontado na tabela 2.4, é interessante pensar que esses partidos conseguem aliar níveis altíssimos de competição intra-lista e ainda manter algum conteúdo de partidarismo dentre seus candidatos.

O DEM por outro lado, sequer lança candidatos em distritos de baixa competitividade. Isso mostra que o partido ou tem pouca penetração no território, ou que os custos políticos para adentrar em distritos pouco competitivos são ignorados pelo partido. Em distritos de alta competitividade o DEM se assemelha aos outros partidos, lançando uma grande quantidade de supercandidatos capazes de agregar votos ao partido ao mesmo tempo em que diluem um pouco a competição interna com a presença de 16,7% de candidatos inviáveis. Em distritos de competição média, apesar de apresentar menor proporção de supercandidatos (71,4%), em relação a PT e PMDB, existe um investimento na distribuição de candidatos reais entre as diferentes camadas.

A quantidade de supercandidatos em distritos de pouca competitividade para o caso do PSDB é de 100%. Essa proporção é enorme, se comparada aos outros três

partidos. Ou seja, uma ultra competitividade estimulada pelo partido nestes distritos. Em distritos de competição média o partido dilui a competição e o segue fazendo quanto mais se aumenta a competição distrital. O partido diminui a exigência no interior da lista quando se chega a distritos de alta competitividade, comportamento semelhante aos outros partidos, mas radicalizado pela linearidade da relação, como aponta a maior força do teste de associação entre os quatro. O que nos leva a observar que a estratégia de personalismo associada a menor competição intra-lista permitiu uma alta taxa de renovação dos quadros tucanos em 2010, com 28,3% de derrotas no interior do partido (tabela 2.4), mostrando que a capacidade do partido em reter cadeiras e promover seus candidatos num quadro de estabilidade (possibilidade de reeleição) é afetada pela leitura equivocada da competição. Isso se refletiu na taxa de erro do partido, a maior entre os quatro analisados.

As categorias de candidatos viáveis e inviáveis trazem pouco rendimento analítico. Um dado apenas nos chama atenção. A estratégia petista e peemedebista parece ter resultado melhores frutos, dando ênfase e oportunidade de competição real entre seus candidatos e aumentando a taxa de sucesso. Já PSDB e DEM, ao deixarem os níveis de competição interna diminutos, apresentam taxas de sucesso menores e erros do partido maiores.

Isso poderia ser explicado por dois fatores conjuntos. Em primeiro lugar, podemos imaginar que a dispersão de votos em sistemas de alta competição é maior do que naqueles onde a competição é baixa, onde aumentaria a concentração em torno de alguns nomes. Porém, estudos recentes sobre as eleições de 2010 para o estado do Rio de Janeiro, justamente o distrito mais competitivo nesta eleição, mostram que a concentração de votos é um fenômeno longe de ocorrer em torno de candidatos ou partidos (Terron; *et. al.*, 2012). As estratégias partidárias têm apontado muito mais para uma pulverização do voto, tentando atingir na mesma medida todo o distrito e beneficiar o partido como um todo, não somente um único candidato (Davidian; Silva e Mesquita, 2012: 50-51). Em segundo lugar, poderíamos imaginar que os partidos, em distritos altamente competitivos, optam por lançar candidatos no atacado em prol do partido. Ou seja, os partidos lançam uma grande massa de candidatos imaginando que estes possam amearhar uma boa quantidade de votos para legenda e, após o *polling* das cadeiras, os candidatos de maior potencial possam fazer uso da distribuição do partido.

Por fim, a quase ausência de candidatos nos setores de potenciais eleitorais mais baixos sugere que os quatro partidos analisados, além de adotarem estratégias distintas conforme a competição distrital, tentam aumentar a disputa interna, estimulando os supercandidatos ao oferecer uma quantidade de indivíduos capazes de ameaçar as posições mais confortáveis eleitoralmente. Vale recordar que as evidências aqui apresentadas não devem ser entendidas como um comportamento de padrão partidário ou sistêmico. Para tanto, um levantamento de longo prazo e com um espectro maior de partidos brasileiros seria fundamental.

## **2.2 A reeleição**

A reeleição, segundo Siavelis e Morgenstern (2009), quando permitida seria capaz de direcionar a lealdade dos candidatos, se prospectiva ou retrospectiva. Se a reeleição é permitida, é possível pensar que os candidatos se comportem tendo em vista aqueles que lhe garantirão postos futuros na carreira. Se a reeleição não é permitida os candidatos tendem a ter lealdade em relação àqueles que lhe trouxeram ao poder (Siavelis e Morgenstern, 2009: 98).

Entretanto, segundo Samuels (1999), o baixo grau de carreirismo político aliado em função do baixo grau de atração do legislativo nacional promove candidatos autocentrados e distantes de apresentarem lealdade partidária. Exceção a isto seria o caso do PT que conta com constrangimentos institucionais como restrições à candidatura e carreirismo partidário alto. Como a primeira seção mostrou, é justamente o PT que possui a maior proporção de candidatos com motivações partidárias para a eleição. Isso resulta que os candidatos petistas não sejam autocentrados. Para todos os outros partidos estudados o individualismo seria a chave para a estratégia partidária, privilegiando indivíduos com reputação pessoal e pouco partidária. Para Samuels (2008: 82) a reeleição no Brasil faria com que as carreiras políticas no país fossem as mais individualistas do mundo.

Supondo a hipótese de Samuels, deveríamos esperar que os candidatos que responderam nosso *survey* declarem poucas razões partidárias para disputar um cargo para deputado federal e uma grande proporção de razões pessoais ou extrapartidárias,

como apontado na seção anterior. Ainda, é preciso observar que a dicotomia entre motivações partidárias ou individualistas é pouco verdadeira. Como sugerem Siavelis e Morgenstern (2009), ainda poderemos encontrar candidatos com lealdades direcionadas ao grupo ou segmento social de origem ou ainda que representem localidades geográficas específicas. A tabela 2.9 abaixo traz os dados sobre a principal razão que levou os indivíduos lançarem-se como candidatos a deputado federal desagregada em todas as possibilidades. Enquanto que na tabela 2.4 mostramos os dados apenas dicotomizados entre razões partidárias e não partidárias, aqui apresentamos os dados levando em conta as possibilidades de representação que superam esta dualidade.

Tabela 2.9 - Razão para a Candidatura Legislativa Federal em 2010

	Frequência	%
O status que se obtém através do cargo de deputado	13	3,7
A possibilidade de se lutar por ideais que defende	84	23,7
Possibilidade de colaborar com o bem público e comum	67	18,9
Chance de ser eleito	34	9,6
Possibilidade de representar meu grupo social ou profissional	42	11,9
Possibilidade de representar a região onde vivo	55	15,5
Possibilidade de representar meu partido	34	9,6
Possibilidade de desenvolver uma carreira política	24	6,8
Outras	1	0,3
Total	354	100
NR/Missing	6	1,7
	n <sup>60</sup> = 360	

Fonte: *Survey* aos candidatos – NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar.

Perguntamos aos candidatos quais eram as três principais razões que os levaram a candidatarem-se para deputado federal naquelas eleições.

Os dados apontam que a hipótese de Samuels é parcialmente refutada quando saímos da simplificação da representação política. Tendo em vista o conceito de representação de Pitkin (1967), não pretendemos realizar um balanço sobre a representação política nos moldes de Loureiro (2009), mas sim utilizar um conceito que possa dar conta da transposição das atitudes manifestadas pelos candidatos com a representação em si. O conceito de Pitkin é elaborado a partir da teoria do principal-

<sup>60</sup> O n da amostra aqui é novamente de 360 **observações** para 120 indivíduos. Ou seja, para cada respondente foi solicitado que anotasse três opções de respostas possíveis para a pergunta.

agente, onde o agente é responsabilizado em relação ao principal. Ou seja, para cumprir a exigência que a autora impõe é preciso que os representantes respondam o principal de algum modo. Como aqui estamos lidando apenas com candidatos, sem saber quais deles serão eleitos, tomamos a representação política como uma relação mecânica entre indivíduos e grupos. As atitudes dos representantes são encaradas como reflexo das possíveis delegações ou origens dos representados, caracterizando assim representação descritiva. A semelhança entre representado e representante se dá aqui não nos atributos sociais, mas sim nas atitudes dos representantes em relação às matizes de opinião e valores dos representados. Não supomos, portanto, que o dualismo entre partidarismo e individualismo seja verdade na medida em que os partidos podem representar não somente estes em si, mas também interesses diversos canalizados por organizações que compõem as bases sociais das legendas.

Desse modo, os candidatos entram na disputa eleitoral em sua maioria defendendo ideais nos quais acreditam. Esse primeiro achado pode ser dúbio. Não podemos supor que motivações em torno de ideais sejam os ideais partidários compartilhados pelos indivíduos. Porém, o elemento coletivo da motivação diverge da afirmação de Samuels (2008 : 82) de que existe, por conta do arranjo institucional, uma dificuldade em torno de ações coletivas e não calcadas em perfis pessoais. A segunda maior proporção de respostas entre os candidatos foi em torno de colaborar com o bem público e comum, mais uma evidência de que os candidatos não se sentem atraídos pela vida política apenas por conta de suas carreiras pessoais. Entretanto, uma pergunta como esta tem um grave problema no que se refere às pesquisas do tipo *survey*. É o chamado *social desirability bias* (Fisher, 1993) que atrai as respostas dos entrevistados para as opções mais aceitas socialmente, dentro da lógica em que o mesmo está inserido ou frente a seus pares. Esse viés de resposta ocorre claramente nesta questão e será abordado em outros momentos da análise dos dados. Em resumo, era esperado que (ao menos uma larga parte, 18,9%) dos candidatos a deputado federal respondessem que o objetivo de sua candidatura era zelar pelo bem público e comum, afinal, esta é a função pública do representante.

Não pelo mesmo viés, mas por uma resposta absolutamente carente de formação cognitiva, os 23,7% de respostas que encontramos em lutar por ideais que defende podem ir desde a democracia absoluta até o teocracismo. Ou seja, não é possível que, neste momento, possamos esmiuçar o conteúdo dos ideais dos candidatos.

Em seguida, com 15,5% das respostas, a representação da região onde o deputado vive sugere que o tipo ideal servidor de distrito encontra margem no Brasil. Não só de empresários políticos é composto o rol de candidatos. Representantes de seus distritos e das bases sociais e profissionais mostram que motivações individuais não são o principal atrativo para disputar as eleições. Ainda, à frente de motivações puramente pessoais como “o status que se obtém através do cargo de deputado” e “possibilidade de desenvolver uma carreira política”, a motivação para representar o partido atinge 9,6% das afirmações.

Podemos pensar, por outro lado, que a representação da região onde vive ou do grupo social ao qual pertence não está associado às bases do partido e que representar a região seria um incentivo às práticas clientelísticas. Então, perguntamos aos mesmos candidatos quais eram as principais características para que o mesmo fosse eleito, estabelecendo assim a ligação entre a razão pela qual o indivíduo se candidatou e a expectativa deste em relação ao possível comportamento político.

Tabela 2.10 - Principais Características para ser Eleito - 2010

	Frequência	%
Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	42	11,9
Recursos financeiros próprios	46	13,1
Domínio da oratória e retórica política	21	6
Possuir bom trânsito no partido	27	7,7
Possuir boa densidade eleitoral	56	15,9
Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	63	17,9
Firmeza ideológica	32	9,1
Apoio de movimentos sociais e de base	37	10,5
Disponibilidade (tempo)	23	6,5
Outras	5	1,4
Total	352	100
NR/Missing	8	2,2
	n=	360

Fonte: *Survey* aos candidatos - NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

De forma geral, os candidatos no Brasil – ao menos os 120 respondentes – enxergam que a combinação entre recursos financeiros próprios, alto potencial eleitoral e boa reputação pessoal são elementos chave para o sucesso eleitoral. Comparando os achados da tabela acima com a anterior percebemos que existe um descompasso entre as



motivações para a disputa eleitoral e o que os candidatos acreditam ser fundamental para elegerem-se. A firmeza ideológica, o apoio da base partidária e o bom trânsito no partido são certamente características secundárias que o candidato identifica para angariar votos junto ao eleitorado. Mesmo tendo motivações coletivas, a possibilidade de reeleição aliada às determinações do sistema eleitoral parece fazer com que apenas os que apelam para os pressupostos pessoais saiam vitoriosos. Esses achados vão de acordo com o que Samuels (2008) encontra para o caso brasileiro. Mesmo que os candidatos intentem representar diferentes setores de interesse ou o partido político ao qual pertence, o sistema eleitoral exige uma alta carga de variáveis pessoais para o sucesso eleitoral.

Se somarmos os dados agregando os achados entre recursos ‘pessoais’ e recursos ‘institucionais’, vemos que os recursos puramente pessoais representam 71,3% das opções feitas pelos candidatos como cenário ideal para elegerem-se. A soma dos recursos institucionais e coletivistas, 27,3% (firmeza ideológica, apoio de movimentos sociais e de base e bom trânsito no partido). A discrepância dos dados e a dominância de recursos pessoalizados para a vitória caracterizam os candidatos como muito mais voltados às expectativas do sistema eleitoral, adotando o individualismo como **estratégia eleitoral ótima**. A diferença de perfil entre os dados nas duas tabelas aponta claramente a diferença entre representação e estratégia, ou entre as motivações e as exigências do sistema eleitoral.

O capítulo seguinte, que debaterá as questões internas ao partido, retomará a discussão sobre os critérios para eleição de forma com que possamos discriminar as diferenças entre os partidos políticos. Por hora, a determinação do sistema político sugerida por tantos brazilianistas se confirma talvez não pelo conteúdo inerente às candidaturas para deputado federal, mas por uma exigência simples da lógica eleitoral como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 2.11 - Como o eleitor vota: auto percepção dos candidatos nas eleições de 2010<sup>61</sup>

	(%)	(%) Válido
Por simpatia pessoal ao candidato	59,2	64
Por adesão às ideias do candidato	21,7	23,4
Por simpatia pelo partido	2,5	2,7
Por adesão às ideias do partido	9,2	9,9
Total	92,5	100
NS	1,7	
NR	5,8	
Total	7,5	

Fonte: *Survey* com os candidatos –  
NUSP/UFPR - CEPLA / UFSCar  
n=120

Como podemos ver na tabela 2.11 a soma entre a forma como o candidato percebe o voto do eleitor ultrapassa a casa dos 80% quando está em jogo o indivíduo e não o partido político. Apenas 12,6% dos respondentes acreditam que o eleitor vota lançando mão de motivações partidárias. Mais ainda, a reputação pessoal surge como estratégia eleitoral ao saber que 80,9% dos candidatos entrevistados creditam à reputação pessoal, e à simpatia pessoal, do candidato o fator preponderante na decisão do voto. Supondo que as idéias do partido coincidam com as idéias do candidato, o percentual dessas respostas somadas chega apenas um pouco acima da casa dos 30%. Mesmo no melhor dos cenários, 36% de adesão à idéias do candidato e ao partido em si é um valor muito pequeno para se pensar que candidatos investiriam numa proposta partidária de campanha.

Em resumo: o descompasso entre motivações mais voltadas à coletividade no momento da candidatura em relação às características necessárias para vencer eleitoralmente revela muito mais comportamento estratégico do que condutas clientelísticas em todas as esferas da atividade política. Veremos quais são as diferenças entre estes comportamentos, e se eles existem. Por enquanto é possível afirmar que as práticas individualistas são uma generalidade causada pelo sistema eleitoral. Os candidatos apresentam respostas que remetem a recursos partidários e aspirações coletivas, mas não acreditam que isso possa leva-los a obter sucesso eleitoral se

<sup>61</sup> A pergunta feita para os entrevistados foi: “O senhor acredita que o eleitor vota por?”. Apresentamos um caderno de anexos com as opções de respostas, suprimidas as de “Não sei” e “Não respondeu”.

notamos a diferença entre as motivações para a candidatura, as características para ser eleito e a crença na forma como o eleitor realiza sua escolha eleitoral.

Tabela 2.12 - Expectativa de voto por Partido Político em 2010: auto percepção dos candidatos

	Como o eleitor vota (%)				Total
	Por simpatia pessoal ao candidato	Por adesão às ideias do candidato	Por simpatia pelo partido	Por adesão às ideias do partido	
DEM	80 (1,1)	16,7 (-0,8)	0 (-0,9)	3,3 (-1,1)	100
PMDB	50 (-0,9)	34,6 (1,2)	3,8 (0,4)	11,5 (0,3)	100
PSDB	82,1 (1,2)	17,9 (-0,6)	0 (-0,9)	0 (-1,7)	100
PT	40,7 (-1,5)	25,9 (0,3)	7,4 (1,5)	25,9 (2,6)	100
Total	71 64,0	26 23,0	3 3,0	11 10,0	111 100,0

n= 120 - sig< 0,006; Coeficiente de Contingência = 0,416

Fonte: *Survey* – NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

Na tabela 2.12 apresentamos os mesmos dados da tabela anterior agora desagregados por partido político. Como podemos ver, existe uma associação entre a expectativa da forma como o eleitor se comportará nas urnas e o partido ao qual pertence o candidato. Em proporções absolutas, observamos que o PMDB, o PSDB e o DEM apresentam maior crença na reputação pessoal de seus candidatos, com 84,6%, 100% e 96,7% respectivamente, de respostas favoráveis à simpatia pessoal ao candidato ou às suas ideias. Ainda, por parte do PT, mesmo com 33,1% de percepção de que o eleitor votaria no de alguma forma no partido, a predominância de uma estratégia eleitoral personalista é dominante, como já havíamos sustentado na tabela 2.11.

A completa ausência de respostas no sentido partidário por parte do PSDB pode sugerir que os candidatos deste creditam suas campanhas eleitorais um peso muito maior em direção a reputação pessoal e, por conseguinte, as lealdades pessoais do que os outros partidos. Entretanto, a distribuição da proporção da amostra nas caselas pode influenciar a interpretação dos dados. Assim, ao analisar os resíduos padronizados – os valores entre parênteses na tabela, observamos que as maiores diferenças estão,

positivamente para o PT quanto a expectativa de voto em relação às idéias do partido com resíduos em 2,6. Ou seja, em caráter comparado apenas os resíduos acima do valor crítico de 2 podem ser considerados, o que mostra que a maior parte da associação das variáveis está calcada na percepção partidarizada dos candidatos petistas em relação à ausência destes em relação ao PSDB e ao DEM.

De um modo geral todos os candidatos examinados dos quatro partidos enxergam no voto pessoalizado um caminho para o parlamento. Esta primeira tendência leva a crer que a impotência da reputação pessoal foi o fator preponderante nas eleições de 2010, como já supunham os achados anteriores da literatura, essencialmente Mainwaring (2001: 394) e Samuels (2008) que reafirma o papel pessoalizado das elites representativas. O pertencimento ao partido, mesmo sendo critério obrigatório para as candidaturas é certamente um ente secundário quando se trata de acumular votos para ocupar uma cadeira legislativa.

Mesmo no caso petista, onde a crença de que o eleitor vota direcionado ao partido supera os trinta pontos percentuais, a postura personalista é dominante. É claro que a diferença entre PT e os outros três partidos é merecedora de nota. O Partido dos Trabalhadores é tradicionalmente voltado à posturas mais organizacionais e enxerga em sua base um importante lócus para atuação política, mesmo tendo aproximado-se do modelo profissional-eleitoral já tão celebrado nas democracias de massa européias (Meneguello e Amaral, 2008:21). Para o caso dos partidos legislativos no Brasil, a ausência de apelos da estrutura interna sugere que os seus candidatos estejam mais preocupados em estabelecer vínculos diretamente com o eleitor, sem que o partido seja necessariamente um intermediário ao disputar voto.

Para responder a hipótese de Siavelis e Morgenstern sobre a reeleição, os dados apontam que existe uma diferença pequena entre o PT e o outros partidos, mas essa característica específica do sistema eleitoral tende a promover candidatos mais preocupados com a reputação pessoal quando se trata de conseguir votos. Quando a arena é puramente partidária, como as motivações para a candidatura, vemos que recursos institucionais entram em cena. Não podemos afirmar com os dados mostrados se é a reeleição o principal fator que motiva candidaturas pessoais em todos os partidos analisados. O que podemos concluir é que a combinação desta com outros fatores como a lista aberta e o presidencialismo levam a esta conduta.

### 2.3 A organização geográfica e o federalismo no Brasil

É importante, desde o início, realizar a distinção entre centralização geográfica e organizacional (ou funcional como preferem Teixeira e Freire, 2011). É esperado que em países federativos a distribuição geográfica coincidissem em alguma medida com a organizacional quando se trata dos processos de formação de listas eleitorais. Lundell (2004) sugere que a centralização geográfica e organizacional estariam sobrepostas e seria um erro interpretar a ocorrência de uma sem a outra.

A literatura insiste em afirmar a preponderância de sistemas unitários (como Portugal ou Israel) como exemplos ótimos da sobreposição entre centralização geográfica e organizativa. Para países federados a descentralização geográfica seria o esperado já que os partidos tem, quase sempre, o intermediário regional na cadeia de decisão organizativa (Teixeira e Freire, 2011: 16). Isso pode ser verdade em parte. Podemos imaginar que em países unitários os partidos contem com uma série de descentralizadores organizativos capazes de promover seleções de candidatos ainda mais dispersas do que em Estados federados. Por exemplo, no caso britânico (Norris, 1997) onde mesmo em sistemas não federados, a magnitude distrital uninominal promove a descentralização geográfica e organizacional da seleção de candidatos.

Hazan e Rahat (2010: 55) definem centralização como a capacidade dos partidos políticos em interferir na seleção de candidatos em seu nível nacional ao invés de acatar ou delegar as decisões as suas esferas estaduais ou regionais. Os autores realizam uma diferenciação entre descentralização geográfica, organizacional e social. No capítulo seguinte realizaremos a distinção entre descentralização social e organizacional. Por descentralização geográfica, entendemos a não intervenção da instância superior no processo de seleção de candidatos. Se o país apresenta configuração territorial-eleitoral unitária, uma seleção descentralizada seria àquela onde a instância nacional do partido não interfere nas decisões locais ou regionais. Em estados federados ou países de grandes extensões territoriais, como Brasil, Estados Unidos ou Canadá, não supomos que os partidos tenham capacidade de controlar nacionalmente a formação das listas eleitorais. Assim, entendemos descentralização geográfica quando a seleção é realizada

por instâncias ou lideranças locais dos partidos, em detrimento à estrutura da distribuição eleitoral do país.

Para o Brasil supomos que o sistema federativo faria com a centralização na seleção de candidatos fosse das mais baixas do ponto de vista territorial. Além disso, a legitimidade da seleção de candidatos é conferida pelos estatutos às esferas estaduais das agremiações partidárias (Braga, 2008: 460). Juntamente à federação dos estados brasileiros, o sistema plurinominal de lista aberta faria com que os partidos estivessem menos dispostos a centralizar a nomeação de seus candidatos do que em países com sistema de lista fechada, como em alguns partidos do Reino Unido, onde a centralização do processo se dá em grande parte por conta disso (Lundell, 2004; Cross, 2008). A descentralização em sistemas de lista aberta (ou semiabertos) se daria, pois é preciso denotar aos comitês locais dos partidos algum crédito no conhecimento das preferências eleitorais. Em listas fechadas, onde não ocorre a possibilidade de que o eleitor ordene eleitoralmente a lista apresentada, o partido possuiria maior espaço de manobra para conduzir uma seleção que apele mais à instituição e menos aos aspectos contextuais do localismo político.

O terceiro argumento para a descentralização do recrutamento político no Brasil está calcado na fragilidade das organizações políticas e – como bem lembra Braga (2008: 458) ao resumir e criticar os argumentos do neo-institucionalismo de escolha racional predominante até então na literatura – na ausência de uma linha de autoridade em seu interior. De qualquer modo, a suposta fragilidade das legendas faria com que os líderes fossem reféns de personalidades e tradicionalismos políticos e tivessem baixa capacidade para comandar o processo de formação dos representantes. Samuels (2008) talvez escreva o mais contundente texto sobre a fragilidade das organizações políticas no tocante ao processo de seleção de candidatos. Deixando claro que trata apenas dos partidos legislativos, segundo a terminologia duvergeniana, todos os partidos estariam subjugados às lideranças regionais e acordos políticos daqueles que controlam as arenas estaduais dos partidos. A ausência de fidelidade partidária faria com que os candidatos e legisladores não se sentissem em nada ameaçados pelos líderes, visto a escassa gama de recursos institucionais que os partidos dispõem para manter seus candidatos leais à legenda (*idem* :89). Em outro texto, Samuels (1999), aponta que o impacto de um partido de massa com fortes amarras disciplinares seria capaz de gerar adesões ao rótulo

partidário<sup>62</sup>. Ou seja, há espaço para que partidos dotados de aparato organizacional desenvolvido possam sobressair aos determinantes do sistema político e da cultura política focada no candidato.

Por último, vale lembrar que os estudos sobre recrutamento legislativo reforçam a ideia de que a composição social da Câmara dos Deputados é muito homogênea quanto ao *background* sócioocupacional dos eleitos (Marengo dos Santos, 2001; Rodrigues, 2002). A baixa heterogeneidade do legislativo nacional aponta uma suposta ação concertada das elites locais para reproduzir as características sociais celebradas no país (Borges, 2011). Esse instrumento de manutenção da elite política reduziria a capacidade dos partidos políticos intervirem nos arranjos de poder já estabelecidos. Mesmo que a lei<sup>63</sup> determine que todos os partidos devem prever em seus estatutos regras formais para a nomeação de seus candidatos, os partidos o fazem de forma absolutamente descentralizada territorialmente. Talvez o único constrangimento legal para que os partidos adotem descentralização social seja o cumprimento das cotas legislativas de gênero, porém a falta de punição e fiscalização do cumprimento destas pouco obriga a esta atitude, direcionando a discussão para a estrutura social como um todo e não para o papel institucional na absorção de cotas (Araújo, 2009).

Então concluímos que a soma de federalismo, lista aberta e candidato-centrismo faria com que os partidos políticos selecionassem seus candidatos de forma completamente descentralizada territorialmente.

---

<sup>62</sup> É preciso reconhecer que Samuels deixa claro nas conclusões que não são todos os partidos de esquerda, tampouco todos de direita, que fazem uso apenas do escrutínio personalista. A ideologia partidária não é a variável que melhor explica o perfil coletivista do PT e sim a sua estrutura organizativa que acaba por disciplinar seus candidatos e legisladores (1999: 513).

<sup>63</sup> Lei 9.504/1997 que regula os partidos políticos. Mais especificamente sobre a formação de listas eleitorais e registro de candidaturas, ver a modificação de 02 de dezembro de 2003.

Tabela 2.13 – Como se dá o Processo de Seleção de Candidatos:  
Classificação por Partido Político nas Eleições de 2010

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Hierárquico	35,7	29,3	21,1	16,1	26,3
Burocrático	16,7	24,4	26,3	16,1	21,1
Centralizado	31	14,6	15,8	16,1	19,7
Descentralizado	16,7	31,7	36,8	51,6	32,9
Total	60	55	58	54	227
	100	100	100	100	100

Fonte: *Survey* – NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar - n=120 - Coef. Contingência 0,302 - sig= 0,042

A tabela acima aponta que majoritariamente as principais características atribuídas ao processo de seleção são respectivamente descentralizado e hierárquico. Na aplicação dos questionários aos candidatos solicitamos aos entrevistados que indicassem como ocorria a escolha dos candidatos no partido. Perguntamos: “O senhor diria que o processo pelo qual o senhor foi escolhido candidato pelo seu partido é?”. A aplicação desta pergunta foi também acompanhada por cartão de resposta apresentado sem as opções de ‘não sabe’ ou ‘não respondeu’. Diante de possíveis dúvidas sobre a compreensão dos termos de resposta adotamos a seguinte barra de probes: por “hierárquico” entendemos que a seleção ocorre por indicação de líderes respondendo a uma estrutura de poder; por “burocrático” entendemos que o processo segue normas e etapas; por “centralizado” que ocorre intervenção da Executiva do partido (nacional ou estadual) na seleção e; por “descentralizado” que esta intervenção não ocorreu e o processo foi feito na base eleitoral do candidato.

Dada essa pequena explicação do momento da aplicação, podemos concluir que a intervenção da Executiva dos partidos não ocorre em um terço (32,9%) do total dos casos. Já a indicação de líderes acontece em 26,3% dos processos de escolha. Em 21,1% dos casos a adesão procedimental foi a tônica ao selecionarem os candidatos. Por fim, em apenas 19,7% das vezes encontramos casos onde a Executiva partidária tomou as rédeas das nomeações e interveio na formação das listas.

Feito esse apanhado geral dos dados, nos deteremos sobre os dados de centralização e descentralização. Os dados sobre burocratização e hierarquização serão trabalhados no momento em que o tema da inclusividade dos processos de seleção for tocado.



Dentre os quatro partidos, o PT é o mais descentralizado: 51,6% dos respondentes apontaram como sendo essa a principal característica da formação das listas. No extremo oposto, o DEM apresentou apenas 16,7% de respostas referentes a esta categoria e foi também o partido que apontou mais vezes a centralização geográfica dentre os quatro abordados. Já PSDB e PMDB indicam valores próximos, porém ainda sim apontam nesta categoria a maior concentração de resposta em relação às outras, com 36,8% e 31,7% respectivamente. Do ponto de vista do impacto do sistema político, os partidos atendem as suposições aqui almejadas. A combinação entre federalismo, lista aberta, fragilidade partidária e baixa renovação social dentre os eleitos leva a práticas muito descentralizadas em todos os partidos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores.

Segundo Hazan e Rahat (2010: 55) existe uma sobreposição entre inclusividade, participação e centralização. Quanto mais descentralizado o processo de seleção seria, mais inclusivo e participativo tende a ser. Entendemos que a inclusividade e a decorrente participação estão relacionadas à descentralização organizacional ou social. Podemos encontrar um único líder selecionando candidatos mesmo no processo mais descentralizado geograficamente possível.

Dado o número reduzido da amostra, é expressivo que o coeficiente de contingência tenha apresentado valores tão elevados e com significância estatística. A maior parte dos candidatos percebe que são escolhidos de forma muito descentralizada, mostrando que os partidos controlam a formação das listas eleitorais ou através de líderes locais ou com a ausência de interferência da executiva estadual ou nacional do partido.

Vemos, portanto, que além de responder à estrutura eleitoral que acompanha o arranjo federativo, os partidos descentralizam geograficamente a seleção de candidatos dando maior crédito às instâncias locais.

## **2.4 Conclusões parciais**

Este capítulo delineou a primeira dimensão da tipologia para análise da seleção de candidatos, qual sejam as variáveis formais. Do ponto de vista metodológico para

aplicação da tipologia encontramos alguma dificuldade pela escassez de dados que no fornecessem evidências contundentes sobre a direção da lealdade dos candidatos. Em termos mais gerais, podemos dizer que quanto ao impacto do sistema eleitoral a baixa lealdade ao representar os partidos é entendida como uma estratégia para arrecadar votos. Talvez seja aqui que resida a fragilidade em se adotar uma tipologia como *framework* de análise. Não conseguimos discutir exaustivamente todas as variáveis que formam o modelo e acabamos por empilhar evidências a fim de formar um caminho pelo qual conseguimos chegar a alguns resultados.

Em primeiro lugar, vimos que a combinação entre magnitude distrital elevada e lista aberta faz com que os partidos se comportem de forma não aleatória em relação ao sistema político. A primeira hipótese, colocada na introdução, é então negada, vendo que os partidos são capazes de ler a competitividade dos distritos e elaborar listas de candidatos que atendam os parâmetros da disputa eleitoral aumentando os níveis de competição intra-lista para o sucesso eleitoral. O PSDB que acaba por enfatizar menos esta estratégia política, acaba também com a maior proporção de derrota do partido e a menor taxa de sucesso eleitoral. Por outro lado, o PT impõe quase que à risca o investimento em alto potencial em estados de baixa e média competição e garantindo cadeiras com candidatos de baixo e médio potencial em distritos bastante competitivos, maximizando assim sucesso e dirimindo competição intra-lista.

Ao observarmos as motivações dos candidatos, vemos que as motivações partidárias raramente ultrapassam a casa de vinte pontos percentuais nas respostas. De outro modo, mesmo aceitando que os partidos invistam em dispersão da competição eleitoral para amealhar votos para si e não somente para o candidato, o conteúdo das candidaturas sugere uma estratégia que leva em conta dois momentos: inicialmente o candidato se sente compelido a demonstrar apelos à organização política e à posturas menos individualistas; posteriormente, os candidatos admitem que para vencer as eleições é preciso um alto investimento em reputação pessoal e acúmulo de recursos dessa natureza. Essa via dupla de informações acarreta que os candidatos, mesmo reconhecendo que aspirações organizativas são importantes para a candidatura, percebem que é preciso investir no modo como o eleitor se comporta, aproximando o comportamento eleitoral do personalismo como estratégia para ser bem votado.

Porém, diferenças entre os partidos persistem. O DEM e o PSDB são os partidos que apresentam maior quantidade de candidatos que percebem os atributos pessoais como essenciais tanto para a candidatura, quanto para a vitória eleitoral. O PT é onde os candidatos entendem que o partido possui um papel central em sua candidatura e eleição, entretanto, há ainda uma maioria de candidatos que atribuem ao desempenho pessoal a chave para acumular pontos nas urnas. O PMDB apresenta uma dominância de individualismo, mas ainda preserva um pequeno espaço para candidatos investirem no *label* do partido. O dado mais importante apresentado, não é a predominância de individualismo dentre os partidos de origem legislativa. Mas sim o mesmo comportamento no caso do PT. Tido como uma exceção no quadro dos grandes partidos brasileiros, os candidatos do partido percebem o mesmo que todos os outros: o sistema eleitoral valoriza a reputação pessoal e mesmo o partido que tem apelo organizacional interno se rende às exigências para o sucesso eleitoral.

Em segundo lugar, vemos que a centralização geográfica do processo de seleção de candidato no Brasil é impraticável por duas razões: a primeira, a quantidade de candidatos que disputam a eleição; a segunda, porque são muitos distritos. Isso impede em boa parte que a Executiva Nacional do partido exerça algum tipo de intervenção direta na escolha dos nomes restando às esferas regionais compor as listas de candidatos.

### **3. A seleção de candidatos nos partidos políticos: a organização partidária como variável interveniente**

A segunda parte da tipologia de análise estabelecida por Siavelis e Morgenstern (2009) trata das variáveis partidárias que determinariam o *output* da seleção de candidatos. Durante este capítulo discutiremos se e de que forma os partidos adotam procedimentos de seleção de candidatos diferentes entre si. As dimensões para análise serão a centralização (organizacional e social), a inclusividade das candidaturas, a forma como os candidatos são escolhidos e os recursos que os candidatos tem a sua disposição para a campanha eleitoral.

No capítulo anterior mostramos que o sistema eleitoral faz com que os partidos incrementem a competição no interior de suas listas e que a maior parte das candidaturas apresente conteúdo personalista como estratégia eleitoral ótima mesmo diante de motivações institucionais ou coletivas dos candidatos.

A partir daqui, trataremos a seleção de candidatos como variável dependente dos partidos políticos. O escopo organizacional de cada partido será entendido como elemento central para uma explicação de como o sistema eleitoral impacta a seleção de candidatos. Deste modo, o partido político deve ser entendido como um possível desvio, uma variável que não determina sozinha como os candidatos são selecionados, mas que sem ela não conseguimos compreender como a seleção ocorre.

Mesmo que utilizemos o partido político como variável interveniente, seguindo a proposta de Siavelis e Morgenstern, os autores não apresentam em sua tipologia a forma como as dimensões propostas devem ou podem ser analisadas. Para tanto nos valeremos do esquema analítico de Hazan e Rahat (2010), como anunciamos na introdução, combinando duas tipologias teóricas.

A opção por combinar estes dois quadros analíticos atende à duas demandas específicas, além do ganho evidente metodológico. Em primeiro lugar, o desenho de pesquisa proposto por Siavelis e Morgenstern levanta hipóteses para sistemas eleitorais e modelos de partido encontrados na América Latina. Por exemplo, Hazan e Rahat apresentam modelos complexos e indicadores que são muito adequados para sistemas eleitorais de listas fechadas. Já Siavelis e Morgenstern apresentam especificidades como

a combinação entre listas abertas e representação de interesses diversos, mais comuns onde os partidos não são tão profissionalizados e estruturados como nas democracias avançadas da Europa Ocidental. Em segundo lugar a tipologia de Siavelis e Morgenstern oferece como consequência do processo de seleção de candidatos tipos ideais destes, apontando tendências de comportamento eleitoral. Já o modelo de Hazan e Rahat fornece escopo teórico para que possamos classificar não somente os candidatos que são resultado da seleção realizada, mas que a seleção de candidatos seja um critério para entendermos de que modo os partidos são mais ou menos democráticos e, conseqüentemente, fornecendo lastro para o a qualidade do regime.

A seleção de candidatos se apresenta na literatura sobre recrutamento político como uma parte de um processo maior de formação de elites, sendo uma das partes que constituem tal fenômeno. De um grande número de elegíveis, surgem interessados, em seguida, politicamente ativos, dos quais somente alguns poucos serão eleitos. Czudnowski (1975) argumenta que o recrutamento político envolve diferentes etapas que podem ter seu início nos estágios primários de socialização até culminar com a ocupação de um posto político formal. Contudo, diferentemente das análises de recrutamento legislativo<sup>64</sup> que entendem a formação de elites políticas como um todo, o estudo de seleção de candidatos tem privilegiado duas instâncias. A primeira o *tempo* do processo. A segunda é o *local* onde ocorre.

Como colocam Rahat e Hazan (2001), a seleção de candidatos se refere ao momento particular onde os indivíduos abandonam sua condição de qualificados politicamente e passam a integrar um grupo específico de candidatos responsáveis por representar eleitoralmente suas filiações. Ou seja, a dimensão *tempo* (no sentido de trajetória de vida) é crucial na medida em que oferece o ponto exato em que aspirantes passam a integrar um corpo politicamente e legalmente habilitado para disputar eleições. E o *local*, qual seja, os partidos políticos como instituições singulares e detentoras legítimas do controle sobre a representação política (Braga, 2008: 481).

O ponto de partida aqui é que a seleção de candidatos é um processo privilegiado para entender o modo como os partidos políticos elaboram a disputa pelo poder e esta tem importantes conseqüências para os regimes democráticos e para os

---

<sup>64</sup> É importante frisar que a diferença é que os estudos de recrutamento estão mais ligados a traças comparativos entre elites e populações mais gerais, enquanto que os estudos de seleção de candidatos se voltam para análises institucionalistas.

partidos políticos tomados como organizações que atuam tanto na arena legislativa quanto na eleitoral (Rahat, 2009). A seleção de candidatos é o modo pelo qual podemos ver quem é recrutado (Gallagher e Marsh, 1988), permite observar como ocorre a dinâmica intrapartidária e os conflitos internos (Ware, 1996) e ainda serve como um elemento fundamental para avaliarmos a democracia em si, já que neste regime, espera-se que suas instituições sejam também dotadas internamente de práticas democráticas (Billie, 2001; Freidenberg, 2003).

A seleção de candidatos é apontada como uma função central dos partidos políticos, senão como a principal função desempenhada por eles. Schattschneider (1942: 64) chega a afirmar que quem controla o processo de seleção de candidatos é “o dono do partido”. Porém, a maior parte dos trabalhos que descrevem a seleção de candidatos como fundamental, refere-se usualmente às consequências externas que dele podem resultar a fim de justificar sua relevância. Billie (2001) mostra que a participação no processo de seleção de candidatos pode servir como um indicador para compreender o quão representativas são as instituições políticas de um dado país. Cross (2008) sugere que a seleção de candidatos é o principal ‘filtro’ em operação e determina na maior parte a oferta de futuros representantes. Outros estudos, essencialmente Hazan, Rahat e Katz (2008) e Hazan e Rahat (2010), apontam que a seleção de candidatos tem também importantes consequências para a vida interna dos partidos políticos, incrementando ou diminuindo níveis de *accountability*, participação e competição. Por fim, Hazan e Rahat (2007) e Koop e Bittner (2011) mostram que a seleção de candidatos tem impacto não somente para os partidos tomados como unidades de análise, mas também no comportamento dos eleitos e conformação das bancadas parlamentares. Em linhas gerais, a seleção de candidatos afeta diversas esferas da vida política nas democracias representativas. Porém, operacionalmente, a seleção de candidatos tem sido mobilizada como indicador empiricamente viável para avaliarmos diferentes graus de democracia interna nos partidos políticos.

É importante salientar que, como lembram Hazan e Rahat (2010:23), a pesquisa sobre seleção de candidatos deve centrar-se num ponto específico do tempo e tendo o partido político como *unidade de análise*<sup>65</sup>. O que tentamos aqui fazer é uma

---

<sup>65</sup> É importante realizar a distinção de que mesmo que a *unidade de observação* sejam os candidatos dos partidos tomados individualmente, eles refletem o comportamento do partido político como um todo, tomado então como *unidade de análise*.

comparação entre as diferenças e similitudes entre os quatro partidos que mais lançam candidatos a deputado federal no Brasil<sup>66</sup> sabendo que esses partidos partilham de um aparato institucional-legal equivalente, operando num mesmo sistema eleitoral e partidário e disputando um eleitorado comum. Outros estudos evidenciam que a comparação ao longo do tempo pode ser útil para compreender processos de (des)democratização e outros movimentos internos do partido (Hazan e Rahat, 2010). Assim, o objetivo central é realizar uma comparação entre os partidos, a partir do processo de seleção de candidatos, a fim de estabelecer um gradiente que possa nos fornecer indicadores sobre como cada partido opera a relação de poder no interior da organização.

A seleção de candidatos é, portanto, a variável independente<sup>67</sup>. Assim, analisaremos a organização interna dos partidos políticos tendo em vista os processos de seleção de candidatos em si, quão centralizados e inclusivos são os mesmos e de que forma revelam a autonomia organizacional dos partidos.

### **3.1. A seleção de candidatos nos partidos políticos**

É consenso na literatura que uma das principais funções dos partidos políticos é escolher candidatos que irão disputar as eleições e representar o partido nos parlamentos<sup>68</sup>. Sobre isso, Gallagher (1988: 02) mostra que os processos de nomeação de candidatos eliminam 99,96% dos possíveis elegíveis, restando para o crivo do voto apenas 0,04%. Ou seja, é na seleção de candidatos que se determina em larga escala qual será o perfil dos eleitos e quais serão as políticas públicas que o partido defenderá ao longo dos mandatos. Desse último ponto de vista, seleções de candidatos mais democráticas deveriam produzir legislaturas mais representativas, incrementando não só a forma com que se conduz o regime, mas também o conteúdo das democracias<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> Cfe. Braga e Bolognesi (2013).

<sup>67</sup> Mesmo tratada deste modo, propomos algumas explicações para as diferenças entre os métodos de seleção de candidatos utilizados pelos partidos ao longo do texto e testamos algumas hipóteses para as causas das diferenças nos métodos de seleção no capítulo seguinte.

<sup>68</sup> Uma série de autores enfatiza que a seleção se tornou cada vez mais importante na medida em que os partidos políticos se diferem de outras instituições pelo seu objetivo intrínseco de disputar espaços de poder (Billie, 2001; Freidenberg, 2003; Schattschneider, 1942; Panebianco, 2005; entre outros).

<sup>69</sup> As transformações ocorridas recentemente nos partidos europeus mostraram uma tendência em democratizar procedimentos internos de tomada de decisão e de escolha de líderes como uma possível

Como anunciam Hazan e Rahat (2010), não é apenas incluindo novos atores no processo de seleção de candidatos que níveis de democracia são aumentados. Além da ampliação da participação, ou seja da inclusividade, a forma com os novos membros atuam, por votação ou indicação, reflete também indicadores fundamentais para que a democracia interna ganhe corpo no interior das agremiações políticas. Porém, a combinação entre estas duas dimensões pode levar a enganos ao classificarmos os partidos. Rahat (2009) e Katz (2001) sugerem que a inclusão de um grande número de filiados ou a abertura da seleção de candidatos na forma de primárias tende a aumentar o espaço de manobra das elites partidárias, diluindo o poder de instâncias intermediárias do partido numa massa de votantes que acaba por somente homologar decisões consertadas por elites políticas<sup>70</sup>. Ou seja, apenas o incremento da participação política pode não ser exatamente um aumento da democracia nos partidos<sup>71</sup>.

Por outro lado, do ponto de vista do arranjo organizativo, um aumento na participação e na inclusividade de quem seleciona os candidatos seria suficiente para mensurarmos democracia interna nos partidos. O debate com os defensores da democracia como conteúdo, supondo que o aumento da representatividade ou da pluralidade social nos partidos é um indicador válido, conclui que a mensuração de democracia interna é dependente destes conteúdos, quando na verdade o inverso é o que ocorre. Não é possível tomar uma consequência de um procedimento, por exemplo, a seleção de candidatos, como indicador para classificá-lo.

A democracia interna só pode ser entendida do ponto de vista procedimental do conceito. Dizer que mais mulheres compõem a lista final de candidatos e por isso a seleção foi mais democrática é tomar a consequência pela causa, já que todos os processos políticos contam com certa dose de incerteza (Freidenberg, 2009: 286-288).

---

resposta à crises eleitorais e de legitimidade dos partidos políticos frente ao eleitorado cada vez mais midiático e menos envolvido com o cotidiano partidário (Pennings e Hazan, 2001). Esse movimento produziu consequências também na América Latina, onde muitos partidos reformaram suas formas de eleições internas e ampliaram a participação dos filiados nas decisões importantes dos partidos (Freidenberg, 2003). Tal quadro de mudanças abriu fronteira para a avaliação dos níveis de democracia interna nos partidos, tomando por conta a proposição de Mainwaring e Scully (1997) que, para sistemas partidários estáveis e democráticos, é preciso que existam dentro deste partidos de mesma natureza.

<sup>70</sup> Além do que, Barnea e Rahat (2007) mostram que fatores externos como a inserção de um novo partido no sistema eleitoral, mudanças na estrutura de relações sociais ou nas dinâmicas internas dos partidos políticos, podem determinar a escolha por democratizar o processo de seleção de candidatos.

<sup>71</sup> Freidenberg (2009: 290) mostra evidências de que a abertura de processos de seleção para primárias em uma série de partidos latino-americanos não levou a uma melhora imediata na qualidade dos representantes eleitos, dando fôlego empírico à tese de que o incremento na participação e na inclusão deve ser também qualificado.



Isso não quer dizer que não devemos direcionar nossos esforços para as consequências do processo de seleção de candidatos. Apenas entendendo a relação entre seleção e os seus efeitos é que podemos diagnosticar quais os problemas que podem ser compreendidos, resolvidos ou melhorados (*idem*, 2002: 03).

Na tentativa de criar um equilíbrio entre inclusividade e democracia, Hazan e Voerman (2006: 160) mostram que processos que descentralizam radicalmente e aumentam severamente a participação da escolha de candidatos tendem a produzir fenômenos clientelísticos, candidatos personalistas e pouco leais aos seus partidos. O aumento desqualificado de quem seleciona os candidatos cria um ambiente em que o eleito ou não sabe a quem se dirige para prestar contas, ou que o selecionado corresponda à média da preferência dos selecionadores, limitando possibilidades de aumento da representação de minorias (sem falar no aumento de custos monetários e políticos que seleções realizadas por primárias acarretam).

Consequentemente, o procedimento metodológico adotado aqui é que, através da seleção de candidatos, poderemos estabelecer indicadores mensuráveis nos quatro grandes partidos brasileiros tendo em vista as dimensões acima apresentadas quanto aos *procedimentos* na tomada de decisão. No Brasil, os estudos de seleção de candidatos são muito recentes (Álvares, 2008; Braga, 2008; 2009; Araújo e Borges, 2012; Perissinotto e Bolognesi, 2009; Braga e Bolognesi, 2013). Os estudos que levantaram algumas hipóteses derivadas do arranjo institucional do país, como Mainwaring (1991), Mainwaring e Scully (1997), Samuels (2008), chegaram a conclusões muito focadas ou no comportamento legislativo dos candidatos eleitos, ou numa suposta inexistência de controle por parte dos partidos políticos. Essencialmente Braga (2008, 2009) mostrou que a combinação entre sistemas eleitoral proporcional de lista aberta, federalismo, sistema presidencial com foco no executivo e multipartidarismo não acarretam em imediato descontrole dos partidos políticos sobre a representação. Pelo contrário, os partidos desfrutam de mecanismos institucionais que atestam um controle dos mesmos sobre a formação das listas eleitorais.

O principal problema da análise da seleção de candidatos pelos seus determinantes, o arranjo partidário-eleitoral, e consequências, o comportamento legislativo (evidenciados especialmente por Samuels (2008)) é que não foi conduzida nenhuma análise que destrinche o processo de seleção de candidatos e suas

consequências no interior dos partidos, que é onde ocorre de fato. Mesmo que aceitemos – o que não iremos fazer – a hipótese de Hazan e Rahat (2007) do determinismo da seleção de candidatos para o comportamento legislativo, em nenhum momento Samuels traz uma discussão de como são formadas as listas no interior dos partidos. A suposição do carreirismo e ambição progressiva como explicação para altos níveis de personalismo<sup>72</sup> e individualismo dos candidatos está focada essencialmente na esfera dos eleitos e não em estudos realizados com perdedores e vencedores, momento anterior ao crivo das urnas. Assim a seleção de candidatos será analisada *descritivamente* aqui tendo em vista as cinco dimensões propostas em conjunto por Hazan e Rahat (2010) e Siavelis e Morgenstern (2009).

A primeira delas se refere à *inclusividade dos requisitos* para candidatura. A imposição de requisitos formais e informais revela o quão inclusivo o partido é para dar oportunidades à inserção de candidatos. Quanto mais inclusivo nesta dimensão, mais democrático é o partido. A segunda refere-se à *inclusividade do selectorate*. Feita a ressalva da intensidade de participação dos filiados e a distância em relação destes à elite do partido, quanto maior o envolvimento de atores intermediários na seleção, como delegados de partido, mais democrático é o partido. No sentido oposto, quanto maior o envolvimento de líderes ou predomínio de um líder único na seleção, menos democrático seria. A terceira dimensão se refere à *descentralização do processo*. Como dissemos antes, essa dimensão não encontra relação íntima com a democracia interna dos partidos políticos. Contudo, entendemos que a descentralização organizativa, quando os partidos mobilizam diversas instâncias para selecionarem seus candidatos, revela um importante traço de fortalecimento da máquina organizativa. Por fim, avaliamos as *formas de escolha dos candidatos*. Candidatos escolhidos por sistemas de votação colocam os partidos mais próximos de serem tidos como democráticos, haja visto que votações sempre supõem a participação de um número razoável de pessoas, mesmo que sejam grupos de lideranças. Por outro lado, sistemas de indicação reforçam práticas clientelísticas e tendem a ligar o candidato às pessoas que tomam a decisão. A última dimensão é quais os recursos ou tipos de financiamento disponíveis para os candidatos. A pergunta de Siavalis e Morgenstern (2009) que orienta esta dimensão é:

---

<sup>72</sup> É preciso lembrar que para o autor, o PT não se encaixa neste padrão. Porém chega a este conclusão pelos mesmos caminhos que levam a concluir que os outros partidos são personalistas e não controlam a nomeação de candidatos, pelo comportamento legislativo e não pela seleção em si. Configura aqui um erro lógico de tomar a consequência pela causa.

quem paga a conta? A independência dos recursos em relação ao partido tende a produzir candidatos menos preocupados com lealdades partidárias, dando espaço para o estabelecimento de ligações entre candidatos com outros atores que não a legenda a qual pertencem.

### **3.2. Quem pode ser candidato: requisitos formais e informais nos partidos políticos**

Conforme o modelo apresentado, a primeira variável a ser examinada é a restrição que regras formais e informais podem impor para que o cidadão comum adentre na arena eleitoral<sup>73</sup>. Hazan e Rahat (2010) e Gallagher e Marsh (1988) colocam este elemento como possível responsável por eliminar a maior parte dos aspirantes a candidatos. A partir de um continuum de inclusividade e exclusão, os autores posicionam no polo mais inclusivo a possibilidade que todo cidadão cumpra os requisitos necessários para ser candidato. No extremo oposto encontramos uma série de restrições que podem ser legais e partidárias, formais ou informais.

A formalidade do processo tem, na maior parte das vezes, pouco peso para barrar os candidatos. Mesmo em países onde a legislação é mais específica, como no caso dos EUA, usualmente só se impõem restrições quanto à idade e a naturalidade do aspirante. As barreiras legais no caso brasileiro restringem-se a lei eleitoral 9.504/97 que estabelece critérios para a elegibilidade de deputados federais: idade mínima de vinte e um anos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição do candidato, filiação partidária de, no mínimo, um ano antes da data das eleições e não possuir ações penais pendentes. Do ponto de vista formal, os requisitos são facilmente cumpridos pela maior parte dos interessados. O requisito que mais interessa é saber que os partidos detêm o monopólio das candidaturas<sup>74</sup>. Esse primeiro controle permite que os partidos possam impor suas próprias regras para escolher candidatos, amparados legalmente, os partidos desfrutam de poder para estabelecer estruturas de hierarquia ou horizontalidade e cadeias de poder sob seus candidatos e eleitos.

---

<sup>73</sup> É interessante notar que Siavelis e Morgenstern pouco tocam na inclusividade para ser candidato nos partidos políticos da América Latina. Talvez isso se deve pela escassez de candidatos generalizada e grande quantidade de oportunidades que encontram nos partidos políticos.

<sup>74</sup> Segundo Freidenberg (2003), apenas El Salvador e Equador permitem candidaturas independentes dos partidos políticos na América Latina.

Mesmo sendo um requisito pouco eficaz para escolher os candidatos, a idade média dos respondentes do *survey* aplicado foi de 49,9 anos. Uma idade avançada em relação ao requisito legal para a candidatura de deputado federal. De saída, este dado mostra que o requisito legal é fraco e que outras variáveis, como por exemplo experiência política, podem ser critérios informais para entrada na lista eleitoral. Outro dado interessante é que mesmo com a lei de cotas prevendo mínimo de 30% de algum dos sexos nas listas eleitorais, apenas 14,2% dos entrevistados eram mulheres. Mesmo se olharmos para os dados de todos os candidatos registrados, os números não sobem muito. Conforme Braga e Bolognesi (2013), a proporção de mulheres candidatas para deputado federal em 2010 não passou de 19,1%. A primeira interpretação poderia sugerir que mulheres candidatam-se pouco para este cargo. Porém, ao vermos que a média de idade das mulheres entrevistadas foi de 47,1 anos, enquanto que a dos homens ficou na casa de 50,4 anos, podemos pensar que alguns poucos anos de experiência política possam dar maior estofamento para as candidaturas masculinas. Este achado é confirmado pelos dados apresentados por Araújo e Borges (2012: 359) que mostram que as mulheres representam o sexo definitivamente minoritário não chegando a 10%, dentre os “potenciais eleitos”, àquelas candidatas que possuem experiência política e partidária e são mais velhas.

Adicionalmente a estes requisitos, os partidos podem estabelecer algum requisito formal específico para a candidatura que vá além daquele estabelecida na lei nacional. Dentre os partidos aqui analisados, apenas o estatuto do PT traz algum adicional neste sentido<sup>75</sup>. PMDB, PSDB e DEM exigem apenas que seus candidatos estejam filiados aos partidos com pelos menos um ano de antecedência para que concorram a cargos eletivos. Já no estatuto petista, é preciso que o candidato “esteja em dia com a tesouraria do partido”, ou seja, tenha contribuído regularmente com as finanças da legenda; “assine e registre em cartório o *Compromisso Partidário do Candidato Petista*”, uma forma, mesmo que simbólica, que os líderes do partido podem exercer controle e estabelecer vínculos entre partido e candidato. Um bom exemplo disso é que o conteúdo do “*Compromisso Partidário do Candidato Petista*” deixa claro que, no caso de vitória eleitoral, o mandato legislativo pertence ao partido e não ao candidato, endossando o pertencimento do indivíduo à organização (Braga e Bolognesi, 2013). De forma análoga, Gallagher (1988) mostra que a maior parte dos partidos da Irlanda exigem

---

<sup>75</sup> Artigo 128 do estatuto do PT.

também uma ‘declaração de lealdade’ (*pledge of loyalty*), atrelando o mandato e o comportamento legislativo ao partido pelo qual irá disputar a eleição. Esse tipo de adesão simbólica ao partido pode não surtir efeito, sendo apenas mais um critério formal. Contudo, ela pode eliminar alguns aspirantes que não se sintam confortáveis em abrir mão de suas preferências individuais em nome da organização (Hazan e Rahat, 2010: 26).

Do ponto de vista da competição política, a inclusão de candidatos sem grandes restrições pode ser uma estratégia visando sucesso eleitoral onde os partidos estão preocupados somente em amearhar votos. Por outro lado, requisitos restritivos revelam que o partido está em busca de maior controle da oferta de candidatos e dos seus futuros representantes (*idem*: 20). Portanto, do ponto de vista estritamente formal, apenas o PT está preocupado em ter algum controle inicial sob suas listas, excluindo potenciais candidatos ao exigir contribuição financeira e compromisso partidário. Os outros três partidos analisados são amplamente inclusivos de modo que respeitam apenas o previsto em lei.

Abandonando as exigências formais, perguntamos aos candidatos quais seriam, na percepção deles, as principais características que um indivíduo deveria possuir para ser candidato por seu partido<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> A pergunta feita aos candidatos foi a seguinte: “Quais as **três** principais características que o senhor julga serem as mais importantes **para ser candidato a Deputado Federal?**”. Os entrevistadores fizeram uso de barras de probes para esclarecimento do conteúdo das respostas.

Tabela 3.1 - Requisitos Informais Percebidos para Candidatura Legislativa Federal em 2010<sup>77</sup>

	Partido				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	12,6	14,9	12,6	8,9	12,3
Recursos financeiros próprios	10,3	6,9	8	5,6	7,7
Domínio da oratória e retórica política	8	6,9	4,6	2,2	5,4
Possuir bom trânsito no partido	6,9	9,2	11,5	11,1	9,7
Possuir boa densidade eleitoral	14,9	10,3	13,8	8,9	12
Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	21,8	21,8	21,8	<b>8,9</b>	18,5
Firmeza ideológica	10,3	12,6	9,2	<b>22,2</b>	13,7
Apoio de movimentos sociais e de base	6,9	5,7	11,5	<b>18,9</b>	10,8
Disponibilidade (tempo)	8	8	6,9	8,9	8
Outras	0	3,4	0	4,4	2
Fonte: <i>Survey</i> Coef. Cont. 0,118 = $p$ value < 0,0433					
Total	100	100	100	100	100

n: 351<sup>78</sup>

Como mostra a tabela 3.1 acima, podemos ver que as exigências informais são bem distribuídas entre os partidos. Na análise dos resíduos padronizados, apenas os três valores destacados apresentaram números acima de 1,96 ou abaixo de -1,96. (valores que cercam o limite crítico dos resíduos). O uso dos resíduos aqui revela a diferença entre o observado e o esperado do comportamento de uma variável em determinado grupo, aqui no caso, partido político. Resíduos acima de 1,96 apontam que aquele valor está acima do esperado, bem como o contrário, para valores abaixo de -1,96. Em primeiro lugar, notamos que todos os valores que tiveram resíduos significativos referem-se ao PT. Todos os demais partidos não apresentam diferenças significativas entre os critérios que os candidatos acreditam ser importantes para fazerem parte das listas eleitorais, ou seja, estão distribuídos de forma bastante homogênea dentre eles. Em segundo lugar, a exigência possuir *Boa reputação pessoal ou prestígio fora da vida política* apresentou resíduos, para o PT, no valor de -2,1. Isso mostra que os candidatos petistas, em relação aos dos outros partidos, percebem esta como uma característica significativamente menos importante para candidatura. Interessante notar também o fato dos candidatos petistas darem pouco valor à experiência extra política, *Possuir bom trânsito no partido* atingiu valores muito parecidos para todos os partidos. Para resumir:

<sup>77</sup> É preciso notar que apresentamos aqui características para candidatura, diferente do que abordamos no capítulo anterior como razões para candidatura.

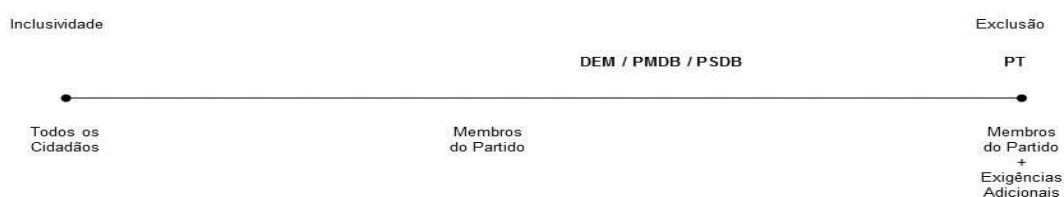
<sup>78</sup> O n da amostra aqui salta de 120 indivíduos e sobe para 351 novamente porque pedimos que cada respondente indicasse três características que o mesmo julgava importante. Assim, estão contabilizadas aqui três observações para cada entrevistado, sendo que nove delas não foram respondidas.

o fato de valorizarem pouco a experiência pessoal, não faz com que os candidatos do PT apresentem *bom trânsito no partido* como uma exigência que difere dos outros partidos. Isto talvez seja mais bem explicado a seguir pelos resíduos positivos.

Por outro lado, possuir *firmeza ideológica* apresentou resíduos padronizados na casa de 2,2, revelando que os candidatos deste partido creditam à ideologia um papel acima do esperado para lançarem-se no pleito eleitoral pelo PT. Por fim, ter *Apoio de movimentos sociais e de base* atingiu o valor de 2,3 nos resíduos, mostrando ser a exigência informal com valores muito superiores àqueles apresentados pelos outros partidos. Ou seja, apenas para o PT ter este tipo de apoio destacou-se além do esperado na amostra de observações. Esperaríamos que a oposição automática à *Boa reputação pessoal*, seria a valorização da *partidária*. Porém, no caso específico, os dados sugerem que esta diferença está nas bases que fundamentam os partidos políticos e, mais especificamente para o PT, nos *movimentos sociais* e na *ideologia*.

Aplicando os achados ao modelo de Hazan e Rahat (2010), o continuum da inclusividade da candidatura ficaria como o abaixo<sup>79</sup>:

Figura 01 – Inclusividade na Candidatura



O PT foi o único partido que apresentou critérios formais e informais, diferentes dos demais, para que o filiado pudesse concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de 2010. Os três outros partidos encontram-se à direita do ponto ‘membros do

<sup>79</sup> Nesse sentido, nossas conclusões vão à mesma linha que Braga (2008) aponta em seu trabalho.

partido' no continuum, pois todos exigem, em alguma medida, requisitos informais para a candidatura. O que coloca o PT no ponto mais extremo de exclusão é a significativa diferença apresentada nos resíduos padronizados em relação ao esperado comportamento das variáveis em todos os partidos<sup>80</sup>.

Hazan e Rahat (2010: 21) lembram que partidos orientados eleitoralmente, como partidos cartel e *catch-all*, tendem a ser menos rigorosos nos critérios de candidaturas, visto que esses tipos de partidos estão preocupados essencialmente com o sucesso eleitoral. O estudo de Suri (2007) sobre partidos do sul da Ásia chega a mesma conclusão. Partidos do tipo cartel e *catch-all* de países como Índia e Paquistão, apresentaram o mesmo comportamento. Já partidos de orientação ideológica à esquerda, como o caso do PT – do Partido Socialista Belga ou do Partido Comunista Italiano<sup>81</sup> - (Obler, 1974: 180; Hazan e Rahat, 2010: 25), tendem a impor uma quantidade maior de regras para que os membros sejam candidatos. Essa estratégia, segundo Katz (2001: 281), privilegia um maior equilíbrio entre as arenas eleitorais e partidárias (*public face of the party* e *party on the ground*, para utilizar a terminologia do autor). A organização de grandes partidos de esquerda, como mostra Panebianco (2005), privilegia a organização partidária desde sua fundação. Partidos de trabalhadores tendem a contar com recursos parcos fora das legendas partidárias, o que fortalece e, ao mesmo tempo, constrange os membros do partido a possuir laços de lealdade mais densos. Já partidos legislativos e orientados de forma ideologicamente oposta ou de centro, tendem a lançar mão de membros que portam recursos advindos de outras esferas que não só o partido, o que torna mais difícil a operacionalização de constrangimentos para filiação e candidatura. Podemos pensar que, à primeira vista, PMDB, PSDB e DEM aproximaram-se mais do modelo *catch-all* de partido político (Ames e Power, 2007: 03). Especificamente sobre o PT, vemos que o partido, mesmo diante de mudanças importantes em sua estrutura organizacional ao longo dos anos (Marenco dos Santos e Serna, 2007; Amaral, 2011), o partido ainda mantém traços de sua origem e ligações com as bases sociais.

---

<sup>80</sup> Além disso, a baixa quantidade de não-respostas ao item, revela que a proposição de Samuels (2008), da qual os candidatos seriam auto selecionados faz pouco sentido. A não resposta poderia indicar esse fenômeno de fundo, mas, como vemos, a quantidade de indivíduos que não apontaram ao menos três características foi mínima em relação à amostra.

<sup>81</sup> Fiquem claro que nosso objetivo aqui não é fazer uma comparação com partidos de mesma orientação ideológica de outros países, os exemplos citados são somente ilustrativos de outros achados semelhantes aos nossos.



Além da constatação acerca dos modelos de partido e as consequências para a seleção de candidatos, o principal achado geral é que, diferente do que Mainwaring (1991) e Samuels (2008) afirmam acerca do controle dos partidos sobre a seleção de candidatos, os partidos exigem de seus candidatos algumas características importantes para integrarem suas listas. Mesmo que as evidências mostrem que a ‘boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política’ predomine dentre as exigências para candidatura, conforme a tabela 3.1, e esta seja um requisito extrapartidário, a presença deste requisito reafirma a tese de Braga (2008: 480) de que os partidos políticos controlam minimamente a escolha de candidatos desde a imposição de elementos informais para a candidatura. Caso isso não ocorresse, todos os partidos estariam exatamente acima do ponto “filiados” na reta de inclusividade, cumprindo apenas as exigências legais.

### **3.2.1 Exigências adicionais para candidatura**

Exigências adicionais podem ser impostas tanto no estatuto do partido ou nas leis partidárias, quanto apresentarem-se informalmente, privilegiando este ou àquele grupo de pessoas. Dinheiro, tempo, carreiras flexíveis, apoio de bases sociais e/ou geográficas são elementos que dão volume às candidaturas através de preconceitos indiretos. Esse *background* social dos aspirantes é capaz de atender ou não às demandas dos responsáveis por fazer a seleção, eliminando indiretamente grupos específicos que não atendam aos objetivos do partido ou ao eleitorado (Norris e Lovenduski, 1993). Porém, boa parte da literatura sobre recrutamento político e seleção de candidatos destaca a figura do candidato à reeleição como central para o sucesso eleitoral (Rush, 1969; Perissinotto e Bolognesi, 2010; Braga; Veiga; Miríade, 2009; Siavelis e Morgenstern, 2009; Hazan e Rahat, 2010). É de se esperar que *incumbents* desfrutem de privilégios dentre as listas partidárias por razões lógicas. Em primeiro lugar, eles já passaram em alguma vez pela seleção que todos os desafiantes estão experimentando. Em segundo lugar, contam votos de eleitores já conquistados em eleição ou eleições anteriores, o que os garante uma boa moeda de troca frente aos líderes partidários. Em terceiro lugar, candidatos à reeleição podem contar com plataformas de campanha mais sólidas, apresentado em seu currículo sua atuação legislativa para conquista de votos.

Por fim, a soma destes recursos reverte em apoio de líderes políticos, da mídia e recursos financeiros de apoiadores de campanha (Hazan e Rahat, 2010: 28).

Se por um lado a presença de candidatos à reeleição pelo mesmo partido pode indicar estabelecimento de laços de lealdade<sup>82</sup>, a monotonia nas listas de partido pode prejudicar a imagem do mesmo frente aos eleitores. É necessário um equilíbrio entre desafiantes e *incumbents* para garantir boa quantidade de votos e ao mesmo tempo promover a renovação no partido. No Brasil a chamada ‘candidatura nata’<sup>83</sup>, vigente até 2002, promovia automaticamente os detentores de mandato representativo a candidatos sem que o partido pudesse intervir. Esse traço institucional certamente serviu para asseverar o papel dos candidatos à reeleição nos partidos ao longo dos anos.

Desse ponto de vista todos os quatro partidos apresentaram valores muito semelhantes quanto à quantidade de *incumbents* e quanto à quantidade média de vezes que cada um de seus candidatos foi candidato pelo partido antes das eleições daquele ano.

Tabela 3.2 - Proporção de Candidatos à Reeleição por Partido em 2010

	Partido (%)				Total
	PT	PMDB	DEM	PSDB	
No Incumbent	82,9	83,2	85,9	85,8	84,2
Std. Res.	(-0,3)	(-0,2)	(0,3)	(0,3)	
Incumbent	17,1	16,8	14,1	14,2	15,8
Std. Res.	(0,6)	(0,4)	(-0,6)	(-0,7)	
Total	339	340	191	274	1144
	100	100	100	100	100

Fonte: TSE. Sig. Coef. Contingência =  $p$  value > 0,500.

Como mostra a tabela 3.2 acima, não há diferença significativa entre os partidos na quantidade de candidatos à reeleição que eles lançam. Todos os quatro partidos usam do potencial destes candidatos para montarem suas listas eleitorais. A média de *incumbents* está na casa de 15,8%, com um mínimo de 14,1% para o caso do DEM e um máximo de 17,1% para o PT em 2010.

<sup>82</sup> Entendemos lealdade aqui nos termos colocados por Siavelis e Morgenstern (2009), onde os autores frisam que as lealdades se dão a longo prazo e em relação, principalmente, ao *selectorate*.

<sup>83</sup> A candidatura nata era um direito que os candidatos que disputavam a reeleição gozavam no Brasil até esta data. Qualquer candidato que estivesse disputando mais de uma vez consecutiva o mesmo cargo era automaticamente inserido na lista eleitoral de seu partido, independente das vontades ou regulações da legenda pela qual disputava.

Poderíamos imaginar então que os partidos estabeleçam a lealdade exigindo que os candidatos concorram por várias eleições ao longo de suas filiações partidárias. Isso poderia estar relacionado com o fato de que o candidato que assume o mandato pela primeira vez terá privilégios para se recandidatar por quantas vezes quiser. Porém, diante da relativamente baixa quantidade de candidatos à reeleição, como exposto na tabela 3.2, podemos pensar que esse número de candidaturas é também um requisito específico. Norris e Lovenduski (1997: 183) colocam a ‘persistência’ como recurso do sucesso eleitoral. Rush (1969: 71) frisa que a experiência eleitoral prévia é um dos mais importantes critérios para que os indivíduos sejam escolhidos para disputar as eleições, é um traço que os líderes partidários identificam como relevante na medida em que tomar conhecimento do cotidiano da política é fundamental. Para tanto, perguntamos aos candidatos: “O senhor(a) poderia nos dizer quantas vezes foi candidato a Deputado Federal pelo seu partido?”, as respostas abaixo na tabela abaixo.

Tabela 3.3 – Análise Descritiva da Quantidade de Vezes como Candidato a Deputado Federal por Partido Político antes de 2010

Partido Político	Mean	N	Std. Deviation	Median	Minimum	Maximum	Range
DEM	1,43	30	1,906	1	0	7	7
PMDB	1,03	30	1,129	1	0	4	4
PSDB	1,2	30	1,4	1	0	4	4
PT	1,07	30	1,388	1	0	6	6
Total	1,18	120	1,472	1	0	7	7

Fonte: *Survey* com os candidatos – NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

Como podemos ver na tabela acima todos os partidos possuem médias muito próximas quanto à quantidade de vezes que seus candidatos foram candidatos por seus partidos antes das eleições de 2010. Apesar das médias serem muito próximas e do teste de análise de variância (ANOVA) não ter resultado em significância estatística, alguns dados merecem ser sublinhados. Em primeiro lugar que PMDB é o partido com menor desvio padrão para este dado, o que mostra que os candidatos deste possuem comportamento mais homogêneo e em torno da média dos outros dois. Isso se reflete também na amplitude do dado. Já PSDB e PT possuem médias e desvios padrão muito próximos, sendo que a diferença recai na amplitude, sugerindo que alguns candidatos petistas precisam persistir mais para candidaturas do que os peessedebistas. O DEM possui uma média de número de candidaturas anteriores mais elevada, porém o desvio

padrão é também elevado, revelando que apenas alguns poucos indivíduos ajudam a subir esta média. Ainda sim, é notável que o partido tenha dentre seus candidatos alguns que se candidataram sete vezes pelo partido. Do ponto de vista do estabelecimento de lealdades, então, parece que o PT e DEM possuem uma maior capacidade de fazê-la, com destaque para o PT que consegue imprimir persistência a uma maior quantidade de candidatos.

Como um todo, esta primeira dimensão que apresentamos *os requisitos para candidatura*, aponta o PT como o partido mais excludente no tocante a *quem pode ser candidato*, enquanto os outros três partidos cumpriram as exigências previstas na legislação eleitoral e algumas exigências adicionais mais homogêneas entre si. Sobre as exigências adicionais, destacamos a importância da presença de *incumbents* nas listas de partido e também a homogeneidade da distribuição da proporção deste tipo de candidato entre os analisados. Por fim, o possível estabelecimento de lealdade entre partido e candidato estaria na dimensão da persistência, porém as diferenças foram muito pequenas para que possamos chegar a traçar uma distinção quanto a isso entre as quatro agremiações até aqui.

De um modo geral, é a combinação entre os requisitos formais informais que fazem com que os candidatos do PT tendam a serem mais leais ao partido ou às bases sociais dos partidos. Já os outros três partidos apresentam maiores chances de terem candidatos com lealdades autocentradas, já que os principais requisitos para candidatura são essencialmente atributos pessoais ou características individuais.

### **3.3 O *selectorare*: quem seleciona os candidatos**

O termo *selectorate* foi cunhado inicialmente por Paterson (1967) para designar o corpo de indivíduos, instituições ou instâncias burocráticas que detém o poder de influenciar e/ou determinar quem serão os candidatos dos partidos nas eleições que seguem. Em seu estudo sobre os partidos britânicos (mais especificamente o *Labour* e o *Conservative*), o autor levanta uma série de possíveis *selectorates* que vão desde sindicatos ligados aos partidos, até associações locais que influenciam a composição final das listas. É importante notar que uma tradução livre do termo para ‘selecionador’,

‘selecionadores’ ou ‘corpo selecionador’ reduz a dimensão do conceito. Falar em selecionador ou selecionadores acaba por limitando o escopo da análise a um grupo de pessoas de qualquer natureza que participam em algum momento da escolha dos candidatos. A intenção em manter o termo *selectorate* é designar, por outro lado, a componente abstrato, deixando o mesmo permeável para a participação de pessoas, instituições ou um misto das duas coisas.

Rahat e Hazan (2001) afirmam que o *selectorate* é o filtro mais importante na seleção de candidatos. Outros autores como Gallagher e Marsh (1988)<sup>84</sup> e também Hazan (2002) notam que é justamente sobre este elemento que as análises devem estar mais preocupadas. A definição de Hazan e Rahat (2010: 33) de *selectorate* é a seguinte: “Ao tratarmos de partidos políticos em geral e seleção de candidatos especificamente, o ‘*selectorate*’ é o corpo que seleciona os candidatos do partido para o cargo público<sup>85</sup>”.

Siavelis e Morgenstern (2009: 99) mostram que é em relação a este elemento que em geral as lealdades são construídas. Candidatos selecionados por órgãos partidários tendem a ser mais leais ao partido, enquanto que candidatos nomeados por organizações associadas ao partido tendem a ser leais antes às organizações do que ao partido em si; candidatos auto selecionados, sem que haja a participação de um *selectorate*, se comportam de forma independente em sua vida política, enquanto que candidatos escolhidos por um líder único devem sua lealdade somente a ele. Da mesma forma que as consequências podem ser individualizadas em relação ao comportamento dos escolhidos, o *selectorate* é também o principal indicador para que possamos auferir níveis de democracia interna dos partidos políticos. É através dele que podemos verificar quais são os atores envolvidos, como se dá a distribuição de poder no partido e como os envolvidos garantem – ou deixam de – a representatividade nas listas eleitorais.

Em tese, o *selectorate* age de acordo com uma complexidade de cálculos que levam em conta a garantia do sucesso eleitoral (como vimos com a proporção de *incumbents* na tabela 3.2), o equilíbrio de forças no interior do partido e a imagem que o partido pretende projetar durante as campanhas eleitorais. Um indicador simples para

---

<sup>84</sup> Gallagher e Marsh utilizam *participação* como sinônimo de inclusividade, mas na prática o significado da dimensão é exatamente o mesmo.

<sup>85</sup> *When speaking of political parties in general, and candidate selection in particular, the selectorate is the body that selects the party’s candidates for public office.*

que possamos mensurar essa complexidade de cálculos dos líderes do partido é analisar o *selectorate* a partir de um continuum de inclusividade, do mesmo modo como fizemos com a análise dos requisitos para candidatura. Seguindo o modelo de Hazan e Rahat (2010: 35) temos que no polo mais inclusivo os candidatos seriam selecionados por todos os eleitores habilitados naquela eleição, como nas primárias americanas por exemplo. No polo extremo oposto, um único líder seria responsável pela seleção de todos os candidatos. Num ponto de baixa inclusividade os filiados do partido seriam responsáveis por selecionar os candidatos. O ponto de equilíbrio seriam os delegados do partido realizando a seleção. O altamente exclusivo representado pela escolha feita pela elite partidária. A figura 02 abaixo apresenta o modelo teórico da inclusividade no *selectorate*.

Figura 02 – *Selectorate* Partidário



O problema é que modelos teóricos dificilmente correspondem à realidade que encontramos nos partidos políticos. A lista de candidatos que é homologada na convenção estadual do partido, no caso do Brasil, pode ter sido composta pela escolha de diferentes tipos de *selectorate* combinando as formas com que isso ocorre. Hazan e Rahat (*idem*: 35-8), descrevem três possíveis combinações complexas entre os *selectorates* para realizar a seleção de candidatos: i) método sortido; ii) multi-estágio e; iii) método balanceado.

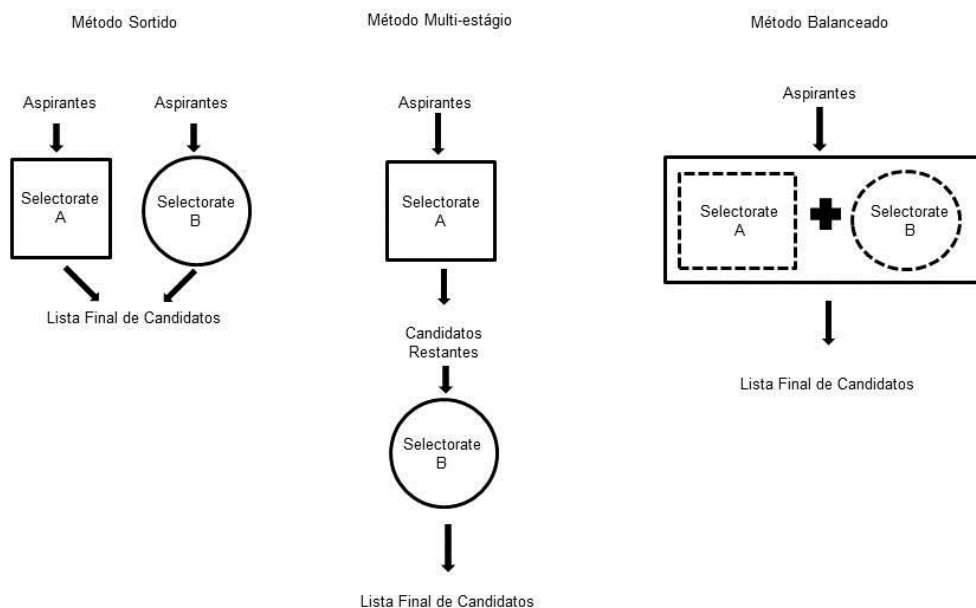
i) Método sortido: neste método diferentes candidatos passam por diferentes *selectorates* que distinguem em relação ao seu nível de inclusividade. Por exemplo, uma parte dos candidatos é selecionada por delegados do partido, enquanto outra parte é escolhida por um colégio de líderes.

ii) Método multi-estágio: neste método o mesmo grupo de candidatos passa por mais de um *selectorate* durante a composição da lista. Podemos imaginar uma situação onde num primeiro momento os filiados do partido apresentem uma lista que sofrerá cortes e será filtrada por um líder único do partido.

iii) Método balanceado: aqui o mesmo grupo de candidatos passa por dois tipos de seleção que são levadas em conta para, a partir do peso de cada processo de seleção, ter como resultado uma lista balanceada. Podemos pensar que a lista seria composta, por exemplo, por candidatos selecionados pelo voto de delegados do partido e ao mesmo tempo pelo voto do colégio de líderes, cada um dos *selectorates* tendo um peso diferente na escolha.

A figura 03 abaixo, reproduzida a partir de Hazan e Rahat (*idem*: 37) representa graficamente como cada um destes métodos funcionaria no interior dos partidos políticos.

Figura 03 – Representação Gráfica dos Métodos Complexos de Seleção de Candidatos



Nos partidos aqui abordados, todas as respostas evidenciam que o método de seleção adotado foi o sortido. O mesmo corpo de candidatos foi selecionado por diferentes *selectorates* com níveis desiguais de inclusividade. Não houve respostas que nos levem a acreditar que o mesmo candidato passou por mais de um método de seleção ou que dois *selectorates* distintos atuaram de forma balanceada para compor as listas. A tabela 3.4 a seguir aponta por quais métodos os respondentes afirmaram terem sido selecionados. Para atribuir esta resposta, foi perguntado aos candidatos o seguinte: “Tendo em vista sua experiência durante o processo de seleção de candidatos a deputado federal em seu partido, o senhor(a) diria que o processo é feito por:”.



Tabela 3.4 - Quem Selecionou os Candidatos nos Partidos em 2010

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Filiados do Partido	11,1	28,6	22,2	17,9	20,0
Std. Res.	(-1)	(1)	(0,3)	(-0,3)	
Delegados do Partido	7,4	0,0	18,5	67,9	23,6
Std. Res.	(-1,7)	(-2,6)	(-0,5)	(4,8)	
Líderes do Partido	55,6	60,7	51,9	14,3	45,5
Std. Res.	(0,8)	(1,2)	(0,5)	(-2,4)	
Líder Único do Partido	25,9	10,7	7,4	0,0	10,9
Std. Res.	(2,4)	(0)	(-0,6)	(-1,7)	
n	27	28	27	28	110
Total	100	100	100	100	100

Fonte: *Survey* aos candidatos - NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

n missing=10<sup>86</sup>

Coef. Contigência 0,568

p value < 0,000

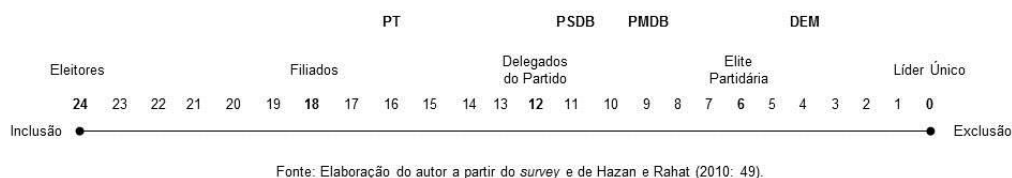
Como no Brasil a seleção de candidatos é monopólio legítimo dos partidos políticos, não é possível que eleitores participem do processo. De saída, a legislação já torna a seleção de candidatos menos inclusiva do que poderia ser. Assim, na prática, o polo mais inclusivo aqui é a escolha realizada por filiados do partido. Essa opção de *selectorate* foi pouco mobilizada por todos os partidos e, quando ocorreu, não apresentou diferenças significativas entre os eles. Mesmo no caso do PMDB onde 28,6% dos candidatos afirmaram terem sido escolhidos por este *selectorate*, a diferença não foi tão grande para que os resíduos padronizados ficassem acima de 1,96. Majoritariamente os quatro partidos optaram por escolher seus candidatos através de líderes, 45,5% das respostas indicaram que chegaram até a lista final de candidatos pelas mãos destes. Chama a atenção os resíduos negativos do PT para este caso. O valor de -2,4 indica que o partido difere significativamente de seus pares quanto a mobilizar os líderes para a formação das listas. Por outro lado, o mesmo PT apresentou resíduos muito altos, na casa de 4,8, quando a opção de escolha de candidatos estava atribuída aos delegados do partido, onde 67,9% das respostas apontaram neste sentido. O oposto ocorre com o PMDB, onde os resíduos negativos de 2,6 atestam a nulidade na mobilização deste método para selecionar candidaturas. O DEM apresentou resíduos

<sup>86</sup> Boa parte deste número de *missing* refere-se aos candidatos que afirmaram terem sido selecionados por organizações externas aos partidos políticos, como associações profissionais, de classe ou sindicatos. Para fins de análise, esse dado será aqui tratado como *missing* e será retomado quando discutirmos a descentralização social da seleção de candidatos. A mesma observação sobre não resposta ao item podem ser realizada aqui. A não incidência de respostas do tipo 'não sabe' ou 'não respondeu', aponta que um possível processo de fundo em que os candidatos são auto selecionados não ocorre.

positivos de 2,4 para a seleção por líder único do partido. 25,9% de seus candidatos foram selecionador por este *selectorate*. Mesmo admitindo que este não foi o principal método usado no partido, já que outros 55,6% de candidatos afirmaram terem sido selecionador por líderes do partido, é importante notar que o DEM é o que mais se valeu desse escrutínio. Por fim, o PSDB apresentou uma distribuição equilibrada em relação à distribuição dos *selectorates*. Tendo seus candidatos terem sido selecionados majoritariamente por líderes do partido, 51,9% das respostas, os outros pontos de inclusividade na seleção não mostraram diferenças reais em relação aos outros partidos.

Mais uma vez, o debate com os autores brazilianistas, essencialmente Mainwaring (1991) e Samuels (2008), que, como vimos no primeiro capítulo, atribuem ao sistema eleitoral e partidário brasileiro os motivos do baixo controle dos partidos sobre seus candidatos, mostra que tal afirmação não encontra pé na realidade quando tratamos de seleção de candidatos. A evidência contundente de que a maior parte dos candidatos é selecionada por líderes do partido mostra que existe sim importante mecanismo de controle (Braga, 2008). Em segundo lugar, a participação de filiados e delegados de partido é bastante alta, apontando que não há somente controle, mas que órgãos formais das legendas atuam diretamente num processo central como formação de listas. Ou seja, além de controle, existe distribuição de poder entre as ‘camadas’ que compõem o partido. Em alguns partidos esse equilíbrio é mais proporcional, como no caso de PT e PSDB, enquanto que nos outros a balança tende a pesar mais para os líderes.

Voltando nossa atenção para os valores mais altos das respostas, a presença da multiplicidade de *selectorates* dificulta uma classificação linear no continuum de inclusividade. Por exemplo, no caso específico do PSDB destas eleições, onde a maior parte dos candidatos foi selecionada por líderes do partido, não podemos excluir o fato de que boa parte dos que chegaram ao final da lista partidária foram escolhidos por filiados e delegados. Para solucionar este problema analítico da inclusividade, Hazan e Rahat (2010: 48-9), propõem o uso de uma escala de vinte e cinco pontos onde podemos classificar métodos complexos de seleção de candidatos. Abaixo a reprodução da escala com a distribuição dos partidos de acordo com os dados disponíveis na tabela acima.

Figura 04 - Distribuição dos Partidos no Continuum de Inclusividade do *Selectorate* nas Eleições de 2010

A escala proposta possui dois postulados para o posicionamento dos partidos no continuum. O primeiro, que os intervalos entre cada *selectorate* representam o espaço para seleções complexas, podendo ser do tipo sortida, balanceada ou multi-estágio. A cada seis pontos na reta, podemos aproximar os métodos de atuação do *selectorate* de acordo com a complexidade e multiplicidade de *selectorates* que cada partido contou. O segundo, que o posicionamento dos partidos no continuum é feito de acordo com a predominância de um *selectorate* sobre outros. Por exemplo, no caso do PT a maior parte dos candidatos afirmou ter sido selecionada por delegados do partido. Se utilizássemos apenas este critério, o PT estaria posicionado exatamente acima do ponto doze. Como a participação de filiados foi também presente para este partido, o PT ficou no ponto mais inclusivo da reta. O PSDB apresentou alguns pontos de maior exclusão, mobilizando na maior parte das vezes líderes, mas contando também com delegados de partido e filiados numa forma bastante sortida de atuação do *selectorate*. Portanto, adotamos o critério da predominância de líderes para este partido e aproximamos o partido do pólo mais inclusivo levando em conta as outras duas formas de seleção apresentadas. Já o DEM foi posicionado no ponto mais excludente em relação aos outros partidos, posto que a maior parte da seleção é realizada pela combinação de lideranças do partido e de um líder único, deixando pouquíssimo espaço para a participação de delegados e filiados do partido.

O PMDB merece uma interpretação mais detida. O partido apresentou seleção por delegados do partido inexistente. Por outro lado a combinação entre predominância de seleção realizada por líderes do partido (incluído aqui seleção por líder único) e seleção por filiados aproxima o partido do modelo cartel de organização. Katz (2001) enfatiza a substancial separação entre líderes e base do partido para definição do modelo cartel de partido e suas consequências para a seleção de candidatos. O PMDB aproxima-se deste modelo ao anular completamente a possibilidade de existências de intermediários capazes de exercer algum controle efetivo sobre a elite do partido. A participação de filiados ocorre descolada de meios que empoderam os membros ordinários do partido, como os delegados. A tese da cartelização da seleção fica muito evidente no caso peemedebista, onde não há possíveis desafiantes para o poderio das elites (*idem*: 281). Deste modo, os filiados possuem apenas um poder pulverizado, não sendo capazes de determinar em nada a seleção de candidatos. Essa abordagem nos levou a posicionar o PMDB num ponto mais exclusivo do que o PSDB, por exemplo, aceitando a tese de que a separação absoluta entre elite partidária e filiados aumenta ainda mais o espaço de manobra das elites do partido.

Fica muito claro aqui que os partidos controlam a seleção de candidatos de formas diferentes, mas todos exercem algum controle. Não é preciso retomar, mais uma vez, as teses dos brasilianistas, mas é patente que o sistema eleitoral e o sistema partidário encontram um anteparo quando os partidos exercem funções de escopo interno. Nesse sentido, os partidos políticos aqui devem ser definitivamente entendidos como variáveis intervenientes<sup>87</sup> no processo de seleção de candidatos. Em 69,1% das respostas os candidatos afirmaram terem sido escolhidos por líderes do partido ou por delegados, camadas intermediárias da tomada de decisão. Estas duas instâncias excluem os pólos de inclusividade onde o estabelecimento de lealdades é mais enfraquecido. Siavelis e Morgenstern (2009) e Hopkin (2001) mostram que a seleção quando realizada por larga participação de filiados tende a produzir candidatos que atendem ao eleitor médio do partido e incapazes de identificar para com quem deve prestar contas de suas atividades políticas e seu possível mandato. Hopkin é claro ao notar que a seleção por membros sem poder real dentro dos partidos pode levar a uma consequência inesperada oposta, onde os candidatos adquirem autonomia total e não se responsabilizam em

---

<sup>87</sup> Utilizamos a definição de variável interveniente proposta por Rosenberg (1976: 71): “A *variável interveniente* [...] é encarada como *consequência da variável independente* (aqui o sistema eleitoral e partidário) e como *determinante da variável dependente* (a seleção de candidatos)”.

relação a nenhum órgão do partido. Um fenômeno parecido ocorreria com a predominância de seleção de candidatos realizada por um único líder: os candidatos não teriam incentivos para direcionar suas lealdades para o partido como organização, mas sim para o líder que foi responsável pela sua chegada até a lista eleitoral. Qualquer mudança na orientação do líder, mesmo que vá contra o partido como instituição, teria efeitos sobre os candidatos assim selecionados (Siavelis e Morgenstern, 2009: 100).

Não resta dúvida de que o *selectorate* é a dimensão mais importante da seleção de candidatos em qualquer partido político. Contudo, a centralização do processo pode ter consequências para os níveis de democracia interna e, principalmente, para a representação de minorias nos partidos políticos. Volto a lembrar que a dimensão do conteúdo não pode ser utilizada para a classificação dos partidos em mais ou menos democráticos. Apenas é possível que se fale em consequências nesse sentido. Assim, não basta que as legendas sejam capazes de controlar o processo por meio de líderes e de delegados, mas que as escolhas tenham também conteúdo democrático. Deste modo, a (des)centralização da seleção é fundamental para garantir à lista eleitoral a participação de grupos minoritários como mulheres, minorias étnicas ou religiosas.

### **3.4. Descentralização: entre organização e representação política**

A descentralização talvez seja o tema de maior controvérsia nos estudos de seleção de candidatos. Há três tipos de descentralização possíveis. O primeiro é a descentralização territorial, onde os partidos políticos selecionam seus candidatos de acordo com o grau de participação da executiva nacional do partido no processo de seleção (Rahat e Hazan, 2001) e foi tratada no capítulo anterior a este. Em segundo lugar, a participação de múltiplos *selectorates* no mesmo processo de seleção indica descentralização organizativa. Corpos de candidatos que experimentam individualmente serem escolhidos por mais de um *selectorate* refletem que o partido descentraliza organizativamente seus órgãos internos para esta função. A descentralização organizativa pode ou não estar associada à territorial. Podemos pensar num processo de seleção local onde todos os candidatos são selecionados por um único *selectorate*, sem coparticipação de nenhum tipo (balanceada, sortida ou multi-estágio) (Hazan e Rahat,

2010: 65)<sup>88</sup>. Em terceiro lugar, a descentralização pode ser social, quando há participação de grupos associados ao partido ou ações afirmativas que garantem a representatividade de grupos minoritários.

Ignorando a possível intervenção da executiva nacional para as eleições de 2010, mostramos que a seleção de candidatos no Brasil, nos partidos examinados, é descentralizada territorialmente. Já a descentralização social pode ser observada na tabela 3.5 abaixo.

Tabela 3.5 - Descentralização Social na Seleção de Candidatos nas Eleições de 2010

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Seleção por órgãos internos do partido	96,7	100	96,7	96,7	97,5
Indicação por associações ou instituições ligadas ao partido	3,3	0,0	3,3	3,3	2,5
	n	30	30	30	120
	Total	100	100	100	100

Coef. Contingência =  $p$  value > 0,795.

A mesma pergunta<sup>89</sup> que norteou os dados da tabela anterior foi utilizada aqui para sabermos em que medida os candidatos contaram com a participação de organizações externas ao partido ao serem indicados nas listas eleitorais. A única diferença é que na tabela 3.4 apresentamos os dados desagregados por órgãos internos do partido e suprimimos o dado acerca das associações externas. Aqui, por outro lado, apresentamos os dados organizativos agregados numa só categoria e consideramos para fins de análise o papel das instituições ligadas ao partido.

Como mostra a tabela 3.5, as associações ou instituições externas contam muito pouco no processo de indicação de candidatos para deputado federal. Nem numa

<sup>88</sup> Os autores não realizam a separação analítica entre descentralização territorial e organizativa. Apenas afirmam que essa nova perspectiva deve ser entendida a partir da percepção dos candidatos – como é aqui nossa proposta através do uso de *survey* – e não deve ser confundida com graus de inclusividade, como coloca Lundell (2004). A inclusividade do *selectorate* é dada, como mostramos na seção anterior, pela participação, para usar os termos de Gallagher e Marsh (1988), de indivíduos e órgãos partidários no processo de seleção, sem importar-se se são mais de um *selectorate* ou vários combinados. Apesar de reconhecermos que, empiricamente, os métodos complexos são mais utilizados, a mobilização destes reflete também o grau de descentralização organizativa do partido, quando e somente se, utilizados mais de um *selectorate*.

<sup>89</sup> “Tendo em vista sua experiência durante o processo de seleção de candidatos a deputado federal em seu partido, o senhor(a) diria que o processo é feito por:”

tabulação entre os partidos políticos encontramos alguma correlação estatisticamente significativa que nos permita crer que tais associações exerçam algum papel de modo a descentralizar socialmente a seleção de candidatos. Por outro lado, poderíamos pensar que a legislação que obriga os partidos políticos a contarem com 30% de alguns dos sexos dentre seus candidatos resultaria numa descentralização social e no aumento da representatividade. Esta afirmação tem lastro empírico em parte. É uma forma de descentralização do ponto de vista formal, exigência legal, conforme a lei 9.504/1997. Contudo, como mostra Bolognesi (2012: 126), não havia nas eleições de 2010 qualquer punição para os partidos que não cumprissem esta determinação legal. Lembramos que dentre os nossos entrevistados, a quantidade de mulheres ficou na casa de 14,2%, não atingindo sequer a metade da exigência legal. Ou seja, não podemos atribuir às cotas, a presença de mulheres nas listas. Apenas com a exigência legal sendo claramente cumprida poderemos atribuir descentralização social para os partidos brasileiros. Para resumir: a partir destes dois indicadores não é possível falar em descentralização social nos partidos analisados, apenas vale notar que o PMDB apresentou nulidade quanto à possibilidade de selecionar seus candidatos por associações externas.

Para examinar o último modo possível de descentralização sumarizamos os dados presentes nas tabelas 3.4 e 3.5 num quadro que indica apenas o uso ou não de determinado *selectorate*. A existência de uma multiplicidade de *selectorates* indica não somente o método de seleção utilizado, como também a descentralização organizativa do mesmo.

Quadro 02 - Descentralização Organizativa na Seleção de Candidatos em 2010 por Partido Político

	DEM	PSDB	PMDB	PT
Filiados	Sim	Sim	Sim	Sim
Delegados do Partido	Sim	Sim	Não	Sim
Associações ou Instituições Ligadas ao Partido	Sim	Sim	Não	Sim
Líderes Partidários	Sim	Sim	Sim	Sim
Líder Único	Sim	Sim	Sim	Não
Total de <i>selectorates</i> mobilizados	5	5	3	4

Fonte: *Survey* com os candidatos. Elaboração do autor.

Os dados do quadro acima apontam que DEM e PSDB contam com processos de descentralização organizativa mais intensos. Por outro lado, PT e PMDB mobilizaram menos suas esferas partidárias, com destaque para a maior centralização do PMDB,

utilizando apenas três dos cinco possíveis *selectorates*. O gráfico abaixo sumariza a distribuição dos partidos quanto a descentralização social e organizacional, já que assumimos que a territorial seria fixa para todos eles.

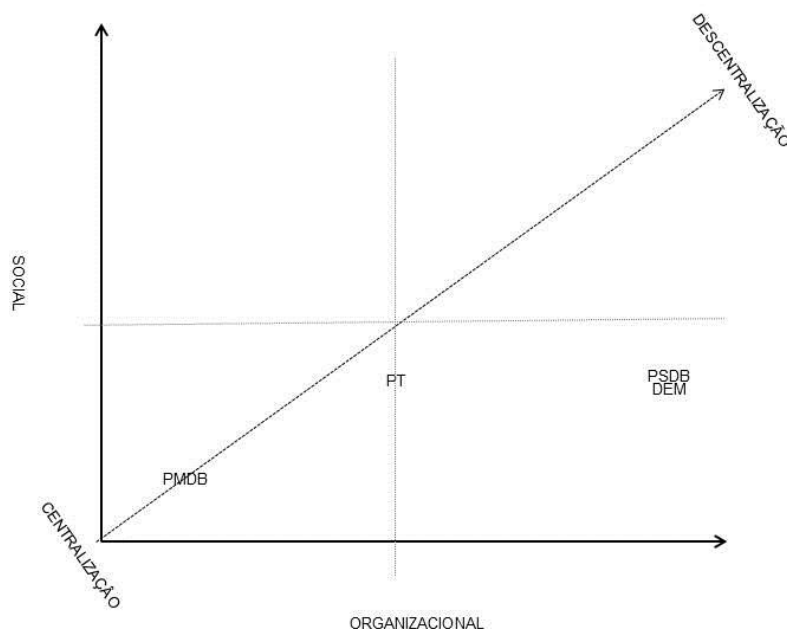


Gráfico 01 – Descentralização Social e Organizacional na Seleção de Candidatos

O PMDB encontra-se no quadrante esquerdo inferior apresentando níveis mais centralizados para ambas as dimensões. O partido utilizou menos seus órgãos internos e sequer mobilizou para um único candidato associações correlatas para selecioná-lo. Ao centro, temos o PT, que, assim como PSDB e DEM, teve o uso muito restrito de ligações externas para formar as listas de candidatos. Por fim, no alto do quadrante inferior direito encontramos PSDB e DEM, que além da semelhança descentralizadora social mínima com os petistas, mobilizaram todos os níveis internos possíveis para escolherem seus candidatos.

Os dados são muito inconclusivos sobre todos os partidos. Não é possível estabelecer uma comparação que defina claramente as fronteiras da descentralização entre os mesmos. Neste sentido, podemos dizer que o a inclusividade do *selectorate* é até agora, a dimensão que mais impacta as diferenças entre os partidos tomados como variáveis intervenientes. Nesse sentido, concordamos com Hazan e Rahat (2010: 71)



que os altos níveis de descentralização territorial, coincidente com a descentralização do sistema eleitoral, criam barreiras para que os partidos adotem mecanismos de descentralização social. É preciso centralização em alguma medida para que as diretrizes mais gerais do partido sejam cumpridas e assim garantir, por exemplo, a inclusão de minorias quando esta for parte programática da organização. Por outro lado, a mesma falta de unidade territorial nas eleições, onde cada partido goza de autonomia regional, cria uma multiplicidade de *selectorates* que estão associados aos distritos em que cada candidato é recrutado aumentando níveis de descentralização organizacional.

Para o estabelecimento de lealdades, Siavelis e Morgenstern (2009: 99-100) afirmam que a descentralização do processo só reforça os determinantes da inclusividade do *selectorate*. Mesmo aceitando que grupos externos ou que a existência de vários *selectorates* possa mesclar a direção da lealdade, é em relação a quem seleciona o candidato, independente de onde isso ocorra, que a formação de laços será estabelecida. Desse modo, a descentralização do processo pode vir a reforçar laços com comunidades locais ou grupos de interesse que o candidatos representa, por exemplo. Mas está longe de romper a responsabilidade que o candidato possui com quem o levou até àquele posto. Nesse sentido, a centralização social e organizacional parece ter pouca ou nenhuma interferência nas lealdades possivelmente determinadas por *quem selecionou* os candidatos.

A hipótese de Freidenberg (2003) sobre a descentralização dos processos é colocada em xeque na medida em que partidos que apresentaram níveis muito semelhantes de centralização, diferenciam-se substancialmente quanto à inclusividade do *selectorate*. Partindo desta comparação, concordamos com Billie (2001) ao afirmar que descentralização e inclusividade não revelam em conjunto seleções de candidatos mais democráticas.

### **3.5. Como são escolhidos os candidatos: voto ou indicação**

Candidatos escolhidos por sistemas de votação tendem a ser legitimados por este, ou seja, utilizar o voto a seu favor na medida em que é uma escolha realizada supostamente de forma mais democrática do que sistemas de indicação. Na literatura há

uma infinidade de discussões sobre a fórmula de votação utilizada nos partidos políticos (Hazan e Rahat, 2010: 72). Desde sistemas de lista fechada, voto transferível e sistemas proporcionais, como apontam por exemplo Luca, Jones e Tula (2002) ao analisarem a seleção de candidatos na Argentina. Porém, no caso do Brasil, não investigamos se nos sistemas de votação foi mobilizada alguma fórmula de voto baseada nas eleições. Apenas perguntamos aos candidatos se eles haviam sido indicados para a lista ou se passaram por escolhas pelo voto. As respostas estão apresentadas na tabela 3.6.

Tabela 3.6 - Forma de Escolha por Partido na Seleção de Candidatos em 2010

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Indicação	73,3	86,7	63,3	23,3	61,7
Std. Res.	(0,8)	(1,7)	(0,1)	<b>(-2,7)</b>	
Votação	26,7	13,3	36,7	76,7	38,3
Std. Res.	(-1)	<b>(-2,2)</b>	(-0,1)	<b>(3,4)</b>	
n	30	30	30	30	120
Total	100	100	100	100	100

Fonte: *Survey* - Coef. Contingência 0,437 =  $p$  value < 0,000

A primeira evidência clara é que os partidos tendem, em geral, indicar os candidatos para suas listas, independente de quem o faça, do que votar em seus futuros representantes. 61,7% das respostas revelam que a indicação é a forma de escolha predominante. Segundo Braga (2008), esse é um traço fundamental para rebater as conclusões que, sobretudo Mainwaring (1991), chega sobre o controle dos partidos sobre seus representantes. O uso de indicações seria, segundo a autora, um traço forte de que os partidos estão longe de não controlarem seus processos internos. Não seria correto, portanto, atribuir institucional e eleitoral a suposta ausência de manejo que os partidos teriam sobre, particularmente, sobre essa zona de incerteza.

O segundo ponto geral é que para que um sistema seja classificado como sistema de votação ou sistema de indicação é preciso que a forma de escolha seja única para determinar a lista de candidatos e que tal forma legitime e justifique a candidatura (Rahat, 2009). Novamente, nos casos concretos, temos sistemas mistos de formas de escolha. Nenhum dos quatro partidos apresentou apenas uma forma ou outra de seleção dos candidatos. Dito isso, algumas diferenças entre os partidos merecem ser destacadas.

Em primeiro lugar, é muito interessante o fato do PSDB em todas as análises que conduzimos até agora não ter apresentado resíduos padronizados acima dos valores críticos para nenhuma variável. O partido tucano não apresenta universalismo procedimental em qualquer dimensão que analisamos neste trabalho. Em todos os dados apresentados, os peessedebistas acompanharam as médias dos outros três partidos quando não houve diferença entre eles, e quando houve, no caso da inclusividade do *selectorate*, o partido se destacou por não apresentar proporções observadas inesperadas em relação à distribuição dos seus pares. Ignorando os resíduos padronizados, podemos dizer que o PSDB, dentre os partidos que utilizam majoritariamente sistema de indicação, é o mais democrático, contando com 36,7% das respostas de seus candidatos associadas à votação como forma de sua escolha.

Seguindo para o DEM, que também não apresentou resíduos padronizados significativos para esta dimensão, há igualmente o predomínio de indicações ao invés de votações para a escolha dos candidatos. Mais acentuado do que o PSDB, porém, a percepção que os candidatos demistas apresentam coloca o partido muito próximo dos tucanos no que se refere a forma de escolha como critério para avaliação da democracia interna. 73,3% dos candidatos responderam que foram indicados para as listas de partido, acima dos tucanos, porém, ainda abaixo do PMDB que apresentou índices de votação muito baixos.

O PMDB poderia ser classificado, numa perspectiva comparativa entre estes quatro, o menos democrático quanto à forma de escolha. O partido não difere significativamente dos demais quanto ao uso de indicação, porém os resíduos negativos na casa de -2,2 para mobilização de votos mostram que em relação aos demais o partido se difere muito além do esperado e no sentido oposto, ou seja, menor proporção de candidatos que foram selecionados por votos do que os a diferença entre esperado e observado para os outros partidos.

Já o PT foi o único partido que apresentou resíduos positivos (3,4) acima do valor crítico para a percepção de que seus candidatos chegaram até a lista final de candidatos pelo voto. E ao mesmo tempo, apresentou resíduos significativamente negativos (-2,7) para as indicações de candidaturas. A oposição entre tais valores não é óbvia, como vimos no caso do PMDB. Os resíduos nos ajudam a enxergar aquilo que pode estar mascarado pela distribuição das frequências relativas entre os partidos. O

fato de termos uma larga diferença entre votação e indicação no caso petista, poderia não refletir numa diferença em relação aos seus pares nas eleições de 2010, por exemplo. Portanto, podemos afirmar com segurança que o PT foi o partido que apresentou melhores indicadores de democracia interna no quesito forma de escolha.

Sistemas onde predominam indicações tendem a garantir maior coesão das escolhas do partido como um todo. Esse caso só é violado quando predominam indicações de um líder único do partido, caso que não ocorreu nas eleições apresentadas em nosso estudo. Mudanças no sentido de sistemas de voto são encaradas como processos de democratização da seleção de candidatos e um bom indicador de democracia interna dos partidos políticos (RAHAT, 2009). Porém, isso não garante que encontraremos maior representatividade quando os candidatos são escolhidos assim. Hazan e Rahat (2010: 85), afirmam que processos onde líderes controlam a seleção tendem a garantir oportunidades melhores para a inserção de minorias. Segundo Rahat, Hazan e Katz (2008) isso ocorre em grande medida, pois o voto secreto, tido como norma democrática, tende a desconsiderar a preservação de minorias, revertendo-se numa ditadura da maioria. O resultado da supremacia da maioria é a composição de listas que contam com uma aproximação do candidato médio e longe da inclusão de setores desprivilegiados social ou materialmente.

### **3.6 Recursos e lealdade política: os apoios recebidos pelos candidatos**

A última dimensão da tipologia de Siavelis e Morgenstern (2009: 102) mostra que os apoios e recursos recebidos pelos candidatos antes e durante a eleição tendem a reforçar os processos conduzidos durante a seleção de candidatos. Se candidatos selecionados por instâncias partidárias contarem com financiamento dos partidos, espera-se que os níveis de lealdade aumentem. Já quando o financiamento é público e não intermediado por agremiações políticas, os candidatos tem maior liberdade para prestar contas àqueles que lhes apoiaram.

A fonte dos recursos nem sempre é qualificada em relação a sua natureza, se partidária, não partidária ou pessoal. Ribeiro e Souza (2011: 14) apresentam um resumo de como os candidatos eleitos em 2010 foram financiados. Os autores mostram que a

maior parte dos eleitos neste ano obteve como principal fonte de recursos para campanha doações vinda de pessoas jurídicas. Empresas interessadas em apoiar as candidaturas. Em segundo lugar aparecem doações de pessoas físicas e recursos próprios. Os recursos dos partidos aparecem como somente a quarta e última fonte para os candidatos. Isso mostra que o financiamento de campanha através de dinheiro tende a dar liberdade para que os candidatos, em geral, sejam pouco leais aos partidos políticos e atendam às exigências de grupos de interesse ou aos seus próprios.

Contudo, as campanhas políticas exigem não somente apoio financeiro. Cervi e Bolognesi (2011) mostram que o peso do recurso financeiro varia de partido para partido, onde alguns necessitam de maior montante para converter em votos. Uma das possíveis explicações é que os partidos distribuem outros recursos simbólicos e materiais importantes para o sucesso eleitoral. A fim de mensurar quais são estes recursos e como poderiam afetar a direção e a intensidade dos candidatos de nosso estudo, perguntamos a eles: “Que tipo de apoio o senhor obteve para se candidatar?”. As respostas são apresentadas na tabela 3.7 abaixo.

Tabela 3.7 - Apoios recebidos pelos candidatos para disputar as eleições em 2010

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Apoio de família e amigos	61,7	61,2	67,1	44,2	58,5
Apoio do partido	18,5	22,4	21,2	32,6	23,7
Apoio de organizações	13,6	12,9	9,4	18,6	13,6
Não teve apoio	6,2	3,5	2,4	4,7	4,2
Total (n)	81	85	85	86	337
	100	100	100	100	

Fonte: *Survey* aos candidatos - NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

Coef. Contingência =  $p$  value > 0,050

Como apontam os dados acima, a maioria dos candidatos teve maior apoio da família e de amigos, com 58,5% das respostas. Os partidos políticos incentivaram as candidaturas numa proporção de 23,7% em relação às outras opções, enquanto que 13,6% das respostas indicam suporte de organizações não ligadas ao partido<sup>90</sup>. Os dados reforçam os achados sobre as doações de campanha de Ribeiro e Souza. Mesmo com

<sup>90</sup> Como apoio do partido agregamos as respostas que assinalavam apoio de militantes do partido, da base social do partido ou de sindicatos ligados ao partido. As organizações citadas na tabela são àquelas indicadas pelos candidatos que não estavam associadas ao partido político de nenhuma forma, ou seja, organizações externas.

um uma boa quantidade de apoio do partido aos candidatos petistas, 32,6%, predominam incentivos vindos de outros setores que não as organizações partidárias. Esse achado reforça a autonomia do candidato em relação ao partido político e às organizações que ele possa representar. No limite, os candidatos tendem a se comportar como *empresários* políticos para essa dimensão em especial.

Mesmo que consideremos que os recursos partidários são importantes e os candidatos desfrutam deles durante a campanha e não como um incentivo à candidatura, estes recursos podem se diferenciar reforçando posturas mais partidárias ou mais individualistas. Os partidos como organização podem ser portadores de critérios de distribuição de recursos que não atenda aos interesses da própria organização, mas sim a um grupo de líderes ou à um líder único, por exemplo. A tabela 3.8 mostra que a maior parte dos candidatos entrevistados de todos os partidos esperava receber de seu partido espaço no horário eleitoral gratuito, concentrando 28,8% das respostas que o indicaram.

Tabela 3.8 - Expectativa de recurso partidário dos candidatos nas eleições de 2010 por partido político<sup>91</sup>

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Recurso financeiro	10,5	6,6	4,8	5	6,6
Std. Residual	(1,3)	(0)	(-0,7)	(-0,6)	
Material de campanha	21,1	22,4	20,2	17,5	20,3
Std. Residual	(0,2)	(0,4)	(0)	(-0,5)	
Espaço no horário eleitoral gratuito	32,9	27,6	31	23,8	28,8
Std. Residual	(0,7)	(-0,2)	(0,4)	(-0,8)	
Apoio da militância	5,3	17,1	9,5	22,5	13,6
Std. Residual	<b>(-2)</b>	(0,8)	(-1)	<b>(2,2)</b>	
Apoio político de parlamentar ou líderes de partido	21,1	13,2	19	6,3	14,9
Std. Residual	(1,4)	(-0,4)	(1)	<b>(-2)</b>	
Desfrutar do programa do partido	1,3	5,3	9,5	7,5	6
Std. Residual	(-1,7)	(-0,3)	(1,3)	(0,5)	
Desfrutar do prestígio do partido	1,3	5,3	4,8	16,3	7
Std. Residual	<b>(-1,9)</b>	(-0,6)	(-0,8)	<b>(3,1)</b>	
Não espero/Não obtive apoio	6,6	2,6	1,2	1,3	2,8
Std. Residual	<b>(1,9)</b>	(-0,1)	(-0,9)	(-0,8)	
Total (n)	76	76	84	80	316

Fonte: *Survey* com os candidatos - NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

Coef. de contingência = 0,357 e *p* value < 0,001

<sup>91</sup> Foi perguntado aos candidatos: “Que tipo de recurso o senhor recebeu ou espera receber do seu partido para sua candidatura?”.

Dentre os recursos disponíveis para a campanha eleitoral o que menos os candidatos esperam fazer uso é do programa do partido, do prestígio do partido e do dinheiro do partido, nesta ordem. Nenhum destes recursos ultrapassou o patamar de 10% das respostas observadas. O espaço do horário eleitoral gratuito como recurso predominante é esperado para todos os partidos, já que, em alguma medida a lei obriga que os candidatos tenham seus espaços garantidos na TV.

Tomando os partidos individualmente, vemos que apenas PT e DEM apresentaram resíduos padronizados acima do limite crítico. O coeficiente de contingência foi significativo para esta associação e apresenta força moderada (,357). O DEM foi o único partido que superou as expectativas quando a opção de resposta era não esperar obter nenhum apoio. Ao mesmo tempo, apresentou resíduos negativos para desfrutar do prestígio do partido e receber apoio da militância. A combinação destes achados mostra um perfil de candidatura muito individualizada onde o partido ou esferas específicas do partido servem apenas como formalidade às candidaturas demistas. Além disso, a maior expectativa comparada em não receber nenhum tipo de apoio mostra que os candidatos deste partido concorrem contando com seus atributos pessoais, o que levaria a lealdades autocentradas.

Já no PMDB não houve algum tipo de recurso que estivesse com valores além do esperado em relação aos outros partidos. Do mesmo modo que o PSDB, os candidatos peemedebistas concentraram suas expectativas de recursos no material de campanha e no tempo no horário gratuito. Do ponto de vista da organização partidária, a distribuição de recursos dentro destes partidos é mais equilibrada, contando com alguma presença de apoio de líderes do partido e de apoio da militância. A lealdade dentro destes dois partidos tende a ser mais difusa, com parcelas diferentes de candidatos leais a partes diversas do partido ou de grupos que o circundam.

O PT apresentou resíduos padronizados positivos acima do limite crítico para desfrutar do prestígio do partido e obter apoio da militância. Isso aponta na direção da preservação das características dos partidos burocráticos de massa, que tendem a desfrutar da legenda como instituição (Levitsky, 2009) e das bases do partido (Samuels, 2004; Meneguello e Amaral, 2008). O mesmo pode ser dito acerca dos resíduos negativos que o PT apresenta para apoio de líderes ou parlamentares do partido. Seus candidatos estão claramente mais preocupados do que os dos outros três partidos em

angariar recursos que reflitam o partido em si do que as pessoas que ocupam posições de poder dentro ou fora da legenda.

Os recursos financeiros não são nem de longe o que os candidatos esperam receber dos partidos. Se, como colocam Hazan e Rahat (2010: 162) o dinheiro é provavelmente o segundo recurso mais importante para as candidaturas, atrás apenas da possibilidade de disputar a reeleição, a presença maciça de expectativa em receber outros tipos de recurso tende a dar maior liberdade para que os candidatos não apresentem lealdade em relação ao partido, mas sim aos seus financiadores individuais, o que confirma os dados de Ribeiro e Souza (2011).

### **3.7. Conclusões parciais**

Neste capítulo apresentamos como a seleção de candidatos ocorre no interior dos partidos políticos. Como variável interveniente, vemos que os partidos respondem em parte às determinações do sistema eleitoral, mas alguns deles promovem processos de nomeação diferentes daqueles previstos pela combinação entre lista aberta e alta magnitude distrital.

Três dos quatro partidos estudados não apresentam exigências formais além das exigidas pela legislação partidária para que filiados possam candidatar-se como deputados federais pela legenda. Apenas o PT impõe algum adicional de exigências formais. Quanto às exigências informais, os mesmos três partidos colocam exigências mínimas e que não diferem entre si para a inclusão de candidaturas. Novamente, apenas os trabalhadores limitam à entrada de candidatos que não atendam ou à ideologia do partido ou pertençam às bases sociais que compõem a organização. Os entrevistados dos outros três partidos, mostram o único requisito dominante para candidatura é àquele celebrado pela literatura acerca do sistema político brasileiro: capital pessoal e individualizado como principal característica para candidatura. Quando analisamos apenas as exigências para candidatura, concordamos com Samuels (2008) que os partidos legislativos respondem ao sistema eleitoral, enquanto o PT aparece como uma clara exceção.



Os dados sobre descentralização seja social, organizacional ou territorial não revelam grandes achados sobre os partidos analisados. Todos apresentam processos de seleção descentralizados organizacionalmente em alguma medida, com destaque para o PSDB que mobiliza todas as camadas organizativas do partido para formar suas listas. A possível consequência disto é que os candidatos tendem a apresentar lealdade em direção à uma multiplicidade de atores. Por fim, nenhum dos partidos mostrou significativa descentralização social, excluindo associações ou organizações associadas ao partido.

Quanto às dimensões *quem* e *como seleciona* os candidatos, vemos que as diferenças são mais acentuadas entre os partidos. O PT é o partido que possui a maior participação de delegados para essa tarefa agindo por meio do voto. A hipótese é que, além de apresentar melhores indicadores de democracia interna, o PT seja mais capaz de criar laços de lealdade partidária entre seus candidatos. Além de realizar a seleção por uma instância organizativa intermediária, a faz por votação, o que confere legitimidade à lista final de candidatos. O caso oposto é o PMDB, partido onde predominam decisões tomadas por líderes do partido e essencialmente por indicação. Espera-se que encontremos pouca lealdade em relação ao partido neste caso e que os candidatos valorizem mais os líderes do que o partido. Quanto ao DEM, também encontramos predomínio de indicação como sistema de escolha, mas ainda há uma pequena participação de líderes que não um líder único, o que confere alguma organicidade ao partido. Por fim, no PSDB a multiplicidade do *selectorate* aliada a um misto de indicação e votação mais acentuado do que no DEM tende a apresentar candidatos com direções de lealdade mais difusas.

Sobre o *financiamento* vemos que os partidos desempenham um papel muito secundário na distribuição de recursos. Mesmo se ampliamos o conceito do financiamento e entendemos que incentivos possam ser distribuídos pelo partidos, ainda sim estes desempenham um papel pequeno na formação das candidaturas. Com clara exceção ao PT e ao DEM, os dois outros partidos difundem recursos dentre os candidatos de suas listas, não deixando claro qual é a linha que o partido adota para apoiar os futuros representantes. Assim, se de um lado o PT mantém o peso do partido como instituição capaz de mobilizar e constranger seus candidatos, o DEM calca seus incentivos no individualismo e nos recursos próprios. PSDB e PMDB oferecem uma

multiplicidade de recursos que está distante da total apatia dos partidos, mas também não apresentam uma linha clara que crie laços entre legenda e candidato.

No capítulo seguinte apresentaremos as possíveis causas e consequências da seleção de candidatos nos partidos políticos. A hipótese, como mostramos na introdução, é que a forma e a direção da institucionalização dos partidos políticos determinam também o modo como eles selecionam seus candidatos.

Sobre as consequências, iremos apontar três processos. O primeiro, a existência dos tipos ideais de candidatos e sua relação com os processos de seleção nos partidos. O segundo, como a seleção de candidatos pode servir como um indicador válido para mensurarmos democracia interna. E o terceiro, se processos de seleção mais democráticos apresentam também conteúdos quanto à representatividade e competitividade interna mais plurais.

#### **4. Causas e consequências da seleção de candidatos**

Os estudos que buscaram investigar quais são os fatores que determinam a escolha deste ou daquele método de seleção pelos partidos políticos quase sempre aventaram explicação de cunho institucional, contextual ou histórico. Field e Siavelis (2009) apontam que sistemas políticos instáveis, como democracias em transição tendem a promover processos de recrutamento mais centralizados no interior dos partidos. Essa centralização está associada à percepção que os líderes tem de que é preciso garantir que as instituições preservem o regime recém instaurado.

Outros levantamentos que apontam possíveis causas da forma de escolher candidatos estão calcadas em mudanças contextuais e de conjunturas políticas. Hopkin (2001) e Pennings e Hazan (2001) associam a democratização dos métodos de seleção de candidatos à mudanças nos contextos políticos, seja com a entrada de um novo partido na disputa eleitoral, seja com a busca de legitimidade partidária quando ocorrem crises políticas.

Lundell (2004) é o único texto que aponta de forma os determinantes dos métodos de seleção de candidatos e não das formas com que eles mudam. Um levantamento sobre os partidos na Europa ocidental revela que diante de outras variáveis como região de origem do partido, idade do mesmo ou se faz parte do governo, apenas o tamanho do partido explicaria a maior centralização na formação das listas de candidatos. Hazan e Rahat (2010) sugerem que a ideologia poderia ser outro fator que determinaria não a centralização, mas a inclusividade da seleção. Partidos à esquerda tendem a impor critérios mais rígidos para a candidatura, enquanto que partidos de centro e direita estariam mais abertos à candidaturas. Por fim, Katz (2001) mostra que partidos do tipo cartel ou *catch-all* tendem a ser também mais inclusivos, oferecendo poucas barreiras para os candidatos a fim de maximizar o quociente eleitoral.

Como aqui estamos tratando de quatro grandes partidos brasileiros em apenas uma eleição, não faria sentido falarmos que o tamanho do partido ou que a conjuntura política podem determinar os diferentes níveis de inclusividade que os partidos apresentaram neste estudo. Iremos tratar da apenas da inclusividade para a candidatura, bem como do *seleção*, visto que a centralização – territorial, social e organizacional – e o financiamento não foram dimensões que diferenciaram os partidos entre si. Além disso, os especialistas em seleção de candidatos, notadamente (Hazan e Rahat, 2010;

Siavelis e Morgenstern, 2009<sup>92</sup> e Gallagher e Marsh (1988), apontam que é em relação ao *selectorate* que as lealdades são estabelecidas e a democracia interna deve se concentrar.

No segundo capítulo desta tese mostramos que o sistema eleitoral, quando não interage com as variáveis de organização partidária, tende a produzir candidatos preocupados em garantir votos mesmo que o custo disto seja suprimir o apelo ao partido político que pertence. Contudo, isso não se reflete em descontrole dos partidos sobre as listas. Ao longo do capítulo seguinte vimos que os partidos controlam a seleção de candidatos e apresentam métodos que diferenciam entre si justamente quanto à inclusividade de candidaturas e de quem as escolhe<sup>93</sup>. Ou seja, o sistema eleitoral não é capaz de determinar a diversidade – ou a suposta falta dela - de formatos de escolha nos partidos.

O que então explicaria os diferentes níveis de inclusividade na seleção? A hipótese que apresentamos é que uma possível explicação estaria no grau e na direção da institucionalização partidária. Freidenberg (2003:10) sugere que partidos mais institucionalizados tendem a mobilizar com maior frequência instâncias organizativas do partido, como delegados ou primárias. A mobilização da estrutura partidária tende a uma postura de autonomia da organização frente aos pares e ao ambiente em que está inserida. Já partidos com baixa institucionalização apresentariam maiores dificuldades em contornar os ditames do sistema eleitoral, pois contam apenas com os humores dos líderes e do mercado eleitoral como parâmetro para sua ação. Por outro lado, Siavelis e Morgenstern (2009: 101) mostram que processos de seleção e institucionalização podem estar ligados pela burocratização dos procedimentos. Norris (1996: 295) aponta que burocratização está mais relacionada com a regularidade de procedimentos do que com regras de condutas formalizadas e controladas por especialistas técnicos. Assim, quanto maior a institucionalização, mais previsibilidade os atores teriam e maior a capacidade do partido em imprimir lealdade. Sistemas onde predominam auto seleções ou realizadas por líderes em relações de patronagem, tendem a produzir candidatos menos leais ao partido e mais em relação aos grupos ou líderes que o selecionaram.

---

<sup>92</sup> Segundo os autores: “*a inclusividade se refiere al número de personas incluidas en la elección de un candidato, con implicancias importantes para la lealtad del candidato*”, p. 100.

<sup>93</sup> Mesmo reconhecendo que haja uma pequena diferença entre os partidos quanto a descentralização organizacional, esta coincide em alguma medida com a inclusividade do *selectorate*, embora não seja o mesmo conceito.

Desse ponto de vista, o conceito de burocratização de Norris se aproxima do que definimos aqui como institucionalização: a rotinização de procedimentos e infusão de valores que aumentam a previsibilidade e segurança dos atores, independente de um conteúdo formal ou informal. Peres (2000: 07) mostra que o próprio conceito de institucionalização está ligado à percepção sociológica de que as instituições modernas necessitavam de equilíbrio e coesão. Ou seja, acreditamos que o uso da institucionalização e não da burocratização, fornece uma explicação mais precisa sobre possíveis causas de como os partidos selecionam candidatos.

#### **4.1 A não linearidade da institucionalização dos partidos políticos**

Os primeiros estudos sobre institucionalização política conduzidos por Huntington (1968) mostram que democracias consolidadas exigiriam também subunidades do sistema político institucionalizados. Desse ponto de vista, como apontamos nas definições conceituais, partidos são organizações que buscam criar entre seus membros e simpatizantes valores e padrões de conduta para disputarem no mercado eleitoral e governar. O fato de os partidos apresentarem os elementos estruturais, organização interna e regras de conduta, e uma imagem junto à eleitores faz com que possamos classificar os mesmos também como uma instituição política nos termos de Huntington (1968) e O'Donnell (1996).

Isso quer dizer que os partidos possuem, ao menos, duas dimensões para que possamos avaliar sua institucionalização: a estrutural (ou organizacional) e a atitudinal. Para que cada uma destas dimensões fosse avaliada, o modelo de institucionalização partidária de Huntington (*idem*) forneceu aos pesquisadores quatro variáveis: i) adaptabilidade; ii) complexidade organizacional; iii) autonomia e; iv) coerência. O modelo de Huntington é uma complexificação do apresentado por Selznick (1962) baseado na rotinização de comportamento e na infusão de valores.

Dix (1992) ecoa o modelo de Huntington para os partidos latino-americanos, após a onda de democratização ocorrida na região. Por adaptabilidade entendemos a capacidade do partido em moldar-se às pressões externas e estar em diferentes posições frente ao governo e à sociedade ao longo do tempo. Os critérios mais mobilizados para isso são medir a idade cronológica ou geracional dos partidos. Ainda são utilizados critérios

sobre a mudança funcional do partido, quando ocorrem (por exemplo, na estruturação das preferências eleitorais mesmo em ano não eleitoral para atuação só nas campanhas eleitorais) os partidos seriam mais institucionalizados. Por *complexidade organizacional* entendemos a multiplicidade de órgãos funcionais e hierárquicos dentro dos partidos. A criação destes órgãos criaria uma interdependência entre as diferentes esferas do partido, o que facilitaria o reconhecimento institucional e o universalismo procedimental. Por *autonomia* Huntington defende a liberdade que o partido goza em relação à influência (ou como prefere Panebianco (2005), ‘patrocínio’) de instituições externas. Por fim, a *coerência* seria o reconhecimento pelo partido de que existe um procedimento para resolução de conflitos e disputas de poder dentro do partido.

Como coloca Daza (2005: 109) o problema das dimensões apontadas por Huntington e por seus seguidores é que muitas vezes elas “*levantam dúvidas sobre a convergência ou divergência dos critérios de mensuração*”. Por exemplo, o aumento da complexidade ou da autonomia pode gerar uma diminuição na coerência do partido. Uma instituição pode criar severos padrões de autonomia organizacional e ser pouco adaptável, ser ‘rígida’, nas palavras de Daza. Ainda a adaptabilidade pode ser um critério um tanto tautológico, como coloca Levitsky (2009: 322). Se imaginarmos que a adaptabilidade e a institucionalização andam *pari passu* não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre as duas dimensões, não sabemos se um partido é mais institucionalizado porque se adaptou ou se adaptou-se porque é mais institucionalizado.

Ao mesmo tempo, Levitsky afirma que os conceitos bidimensionais (ou multi), como o de Huntington e Selznick, insistem na adoção do arquétipo virtual do partido de massa como modelo teórico. Segundo o autor, isso seria um problema incontornável para novos partidos ou partidos em democracias emergentes, como os latino-americanos, onde os partidos podem apresentar altos níveis de institucionalização sem que cumpra todos os critérios previstos nas dimensões clássicas. Segundo Tarouco (2010), conceitos com muitas dimensões tornam as pesquisas onerosas e a interpretação dos dados ambíguas. Desse ponto de vista, discordamos que o *framework* com mais de uma dimensão possa acarretar problemas empíricos ou teóricos. Pelo contrário. A mobilização de mais de uma dimensão permite ao analista vislumbrar quais são as esferas do partido mais institucionalizadas, mesmo que não haja uma linearidade do processo.

As mudanças nas análises dos partidos políticos, entendendo que são organizações que possuem diferentes esferas de atuação, leva ao movimento metodológico oposto. A complexificação dos quadros analíticos capta com maior precisão as chamadas faces dos

partidos e permite conclusões, ainda que imprecisas, mais próximas da realidade das agremiações partidárias.

A dificuldade, como coloca Sigelman (1979), é saber se as dimensões conceituais levam a um modelo final unilinear onde um partido seja mais institucionalizado ou institucionalizou-se mais que os demais ao longo do tempo; ou se as dimensões possam ocorrer independente de outras e se a somatória delas oferece uma resposta final. Não há, portanto, que se fazer uma recusa do modelo. É preciso que os indicadores e os dados coletados respondam mais ou menos a um tipo ideal de institucionalização dos partidos e isso não ocorre com a exclusão de uma dimensão ou de outra.

Dessa forma, o conceito de institucionalização e suas formas de aferição parecem mais próximos de um denominador comum com a proposta de Randall e Svasand (2002). A diferenciação entre arenas, externa e interna, e dimensões estrutural e atitudinal referem-se exatamente às dicotomias que os partidos encontram no momento de disputarem eleições e controlar suas demandas internas. Não se trata apenas do momento pontuado no calendário eleitoral para entendermos de que modo os partidos apresentam melhores ou piores indicadores nesta arena, mas a ligação permanente do partido com os eleitores parece ser mais importante do que a capacidade dos partidos em amealhar votos. Este ponto em especial, retomaremos na apresentação dos indicadores empíricos para o caso brasileiro.

O quadro abaixo apresenta as dimensões da institucionalização partidária sumarizados por Randall e Svasand (2002). Os autores tem como critério a adoção das variáveis mais recorrentes e menos polêmicas na literatura para a formação de seu modelo para os países de terceiro mundo e para os países de democracias recentes.

Quadro 03 - Dimensões da Institucionalização Partidária		
	<b>Interno</b>	<b>Externo</b>
<b>Estrutural</b>	Sistematicidade	Autonomia decisional
<b>Atitudinal</b>	Infusão de valores	Reificação

Fonte: Randall e Svasand, 2002, p. 13.

Tomando os pares um por vez, no primeiro deles, estrutural-interno o modelo pressupõe que a sistematicidade seria a esfera interna dos partidos políticos. A sistematicidade fica no polo estrutural por fazer parte do cotidiano do partido, da rotinização de condutas e procedimentos que aumentam a previsibilidade dos atores em relação às incertezas dos conflitos. Polsby (2008) aponta também para a rotinização de

procedimentos e universalismo procedimental como um elemento para a institucionalização.

Ainda na esfera interna do partido, a dimensão atitudinal prevê a infusão de valores da organização frente a seus membros. Aqui a variável ganha dimensão ímpar no sentido que a maior parte dos autores que leva em conta a infusão de valores (Huntington (1968); Mainwaring e Scully (1997); Panebianco (2005), Selznick (1962); Dix (1992)) tende a elaborar essa variável de dois modos: a capacidade da organização em fazer valer seus valores dentre os filiados e a medida em que o partido é reconhecido como um valor em si mesmo, independente das funções ou capacitações técnicas exigidas para sua existência. Randall e Svasand não se dirigem exatamente a capacidade da instituição em penetrar seus valores em sua esfera interna, mas sim na representação de alguns interesses específicos. Esse critério poderia levar a pensar que partidos que representam interesses muito específicos, como os partidos religiosos seriam mais institucionalizados e menos adaptáveis que os demais. Ou seja, essa forma de medir a dimensão atitudinal-interna poderia colapsar com outras.

Sobre os aspectos organizacionais, ou seja, internos, Polsby (2008) oferece três elementos para a análise da institucionalização baseados na complexidade e na sistematização. Diferente do que Randall e Svasand (2002) e Basedau e Stroh (2008) colocam, o marco de Polsby é estritamente estrutural. A valorização dos aspectos estruturais tem em conta que a organização em questão possui autonomia suficiente para contar com um emaranhado de variáveis que dão cabo da dimensão interna das instituições. Em linhas gerais, a dimensão estrutural interna de Polsby seria quanto mais institucionalizada quanto mais o universalismo procedimental fosse adotado como prática rotineira nos partidos, que a organização quanto mais fosse delimitada ao recrutar seus membros e utiliza procedimentos não clientelísticos ou personalistas para a escolha de seus líderes e que fosse complexa, possuindo funções separadas e executadas por órgãos específicos. Mesmo entendendo que a esfera interna ou organizacional possa ter influência no desempenho eleitoral dos partidos (Braga, *et. al.*, 2012), ainda é preciso que demonstremos de que modo podemos interagir essas duas esferas.

Passamos então a dimensão externa. Por autonomia decisional entendemos a capacidade dos membros do partido em tomar decisões sem que sejam afetados por organizações correlatas. Randall e Svasand retomam o conceito clássico de que



instituições autônomas possuem baixa incidência de dependência material ou humana de outras organizações ou associações, porém com uma diferença fundamental. Ao reconhecer a disposição de Panebianco (2005) em afirmar que instituições patrocinadoras podem ser benéficas aos partidos novos ou a partidos em regimes de transição<sup>94</sup>, os autores direcionam sua abordagem não para o envio ou manutenção de recursos, mas para a influência dessas instituições no processo de tomada de decisão. Para eles, a relação deve ser *top-down* a favor do partido, uma relação onde o partido é dominante na tomada de decisões.

Por fim, a última variável que os autores elaboram se dá no quadrante da dimensão atitudinal-externa. Esse talvez seja o ponto de inflexão entre as teorias que veem no sistema partidário elementos que possam ser aplicados para os partidos políticos (como por exemplo em Mainwaring e Torcal, 2005). Não se trata de estabelecer se os partidos têm apenas na eleição seu desempenho avaliado. Os dados como volatilidade eleitoral podem acontecer a despeito das vontades dos partidos e de sua capacidade de impor uma agenda ao eleitorado. Ou seja, a institucionalização a partir de dados estritamente eleitorais estaria sob o julgo da institucionalização de outros elementos das subunidades que compõe a estabilidade eleitoral, qual seja, o mercado político ou o clientelismo do voto (Peres, 2000: 09). Portanto, os autores trabalham voltados ao conceito de reificação (que poderia ser entendido também como o enraizamento social proposto por Mainwaring e Scully, 1997). A reificação seria a presença do partido dispersa entre o eleitorado como um ator político legítimo e relevante no exercício democrático-representativo.

O que interessa aqui é saber que os indicadores clássicos para o estudo da institucionalização partidária tinham como objetivo final buscar um índice que pudesse auferir quais são os partidos mais ou menos institucionalizados a partir da sobreposição das formas de mensuração em variáveis e um ideal de partido político. Não obstante, esse *continuum* elaborado contempla em sua maior parte quatro variáveis, porém nenhuma dimensão ou esfera partidária. O primeiro indicador comum seria o desenvolvimento de uma organização extraparlamentar consolidada, o segundo a

---

<sup>94</sup> Panebianco afirma ainda que instituições internacionais podem ser um indicativo positivo de institucionalização e não de dependência visto que não há capacidade de ação para modificar a condução política nos países patrocinados. Entretanto, Randall e Svasand (2002) lembram que o patrocínio internacional pode causar danos à institucionalização partidária, como os partidos esquerdistas coreanos, que dependem exclusivamente de organizações internacionais de sindicatos de trabalhadores.

complexidade organizacional das instâncias no interior do partido, seguido pela independência do partido frente outras organizações patrocinadoras, por último o universalismo procedimental e a adoção de regras explícitas para a conduta dos atores.

Por outro lado, é consenso nos textos sobre institucionalização dos partidos políticos, que os mesmos são encarados como instituição quando deixam de ser um arranjo organizacional e adquirem valor em si mesmo (Panebianco, 2005) e estabilidade (Janda, 1980; Basedau e Stroh, 2008). Como colocam Ghunter e Hopkin (2007: 171), “*a institucionalização envolve compromissos estáveis em longo prazo com o partido como uma instituição ‘legítima em abstrato’*”. O problema dessas duas dimensões da institucionalização é que elas não têm lugar para ocorrer. Podem acontecer tanto eleitoralmente, com a estabilidade do voto (muito utilizado com o indicador de volatilidade eleitoral de Pedersen) ou com a base social do partido, representando um determinado grupo, ou setor social mais amplo. O chamado ‘enraizamento social’ de Mainwaring e Scully (1997) poderia ser entendido tanto em sua face externa do partido (confiança dos eleitores no partido e estabilidade eleitoral) quanto na representação social de um grupo específico no interior do partido. Ou seja, a mudança de um indicador em uni para um multidimensional parece atender a maior parte das dificuldades de operacionalização das variáveis e de suas formas de mensuração.

Feito esse longo preâmbulo sobre a institucionalização partidária, apresentamos sumariamente os dados que utilizamos para estabelecer um indicador de institucionalização bidimensional e que tenha lastro empírico. Então, adotando ao mesmo tempo, o modelo multidimensional de institucionalização e uma definição de partido que leva em conta suas diferentes arenas, nossas variáveis devem responder a esta multiplicidade de exigências teóricas. Sabendo que os partidos atuam em uma multiplicidade de arenas, o conceito de Randall e Svasand (2002) sofrerá algumas modificações em sua forma de mensuração para adequação ao caso brasileiro, essencialmente a partir das sugestões de Daza (2005) e Basedau e Stroh (2008).

O quadro abaixo apresenta o resumo das variáveis que utilizamos para mensurar a institucionalização dos partidos aqui estudados.

Quadro 04<sup>95</sup> – Modelo de Institucionalização Partidária para os Partidos Latino-Americanos<sup>96</sup>

Variável	Indicadores Empíricos	Forma de Mensuração
<i>Dimensão Estrutural</i>		
Sistematicidade	Complexidade organizacional	- Número de Setoriais ou Órgãos Funcionais dos Partidos - Número de filiados - Replicação da estrutura nacional nas estruturas regionais
	Rotinização	- Realização regular de convenções partidárias
Autonomia Decisional	Nível organizacional	- Manifestação expressa de subordinação ao partido - Aplicação de ações disciplinares internas - Justaposição parlamentar-partidária
	Inflexão Territorial	- Crescimento do partido por difusão territorial ou penetração
<i>Dimensão Atitudinal</i>		
Infusão de Valores	Coerência	- Pode ser medido pela forma como os candidatos do partido apelam para a organização durante o pleito eleitoral - Participação de grupos sociais no interior dos partidos políticos - Proporção de votos por filiados do partido nas eleições
	Densidade Eleitoral	
Reificação	Presença no eleitorado (passiva)	- Pode ser medido por quanto os eleitores preferem um ou outro partido ou quanto confiam neste ou noutro partido
	Disposição eleitoral (ativa)	- Capacidade do partido em lançar candidatos próprios às eleições presidenciais consecutivas

Fonte: Elaboração do autor .

Em nenhum momento desejamos afirmar que os partidos aqui apresentados são institucionalizados ou não institucionalizados. Em alguma medida, o fato de estes serem os quatro maiores partidos brasileiros e estarem em atuação a, pelo menos vinte anos,

<sup>95</sup> Uma explicação detalhada de cada variável pode ser encontrada no anexo II desta tese e foi também apresentada em Bolognesi (2012: 17-21).

<sup>96</sup> Sobre este indicador específico agradeço aos comentários de Timothy Power, Oswaldo Amaral, Andréa Freitas, Jairo Pimentel, Maria Luiza Gatto, Renato M. Perissinotto e Hugo Borsani (que debateu o *paper* que apresentamos e baseou essa discussão no Encontro Anual da ANPOCS em 2012).

mostra que um patamar mínimo de institucionalidade é ocupado por todos. Nos interessa o valor do indicador em sua perspectiva comparada, permitindo afirmar dentre eles quais são os partidos com níveis mais elevados de institucionalização e em qual ou quais dimensões este indicador se encontra. Para essa comparação iremos utilizar a técnica sugerida por Basedau e Stroh (2008: 11). Os autores utilizam a atribuição de valores que vão de 0 a 2 para cada uma das, aqui quinze, mensurações de dados. A depender da disponibilidade e da natureza dos dados, alguns indicadores são quantitativos, outros qualitativos. Para os indicadores quantitativos, os menores valores e os seus próximos são codificados como 0. Os intermediários como 1 e os valores altos como 2. Para os dados qualitativos a ocorrência total de um fenômeno na realidade é codificada como 2, a parcial como 1 a ausência do fenômeno como 0<sup>97</sup>. É preciso dizer, que nem para todos os indicadores encontramos dados sobre os partidos. Sendo assim, os resultados encontrados são parciais e tem serventia apenas como um meio para comparação entre os partidos estudados, não podem, e não devem, ser extrapolados para comparações com outros partidos ou com outros países. Depois da atribuição de códigos de valores para cada indicador, a média aritmética entre eles representará o valor da variável, assim teremos um quadrante de duas linhas e duas colunas para cada partido, com valores médios e comparáveis. A predominância de uma dimensão com valores mais elevados demonstra que a institucionalização do partido tem maior ênfase numa ou outra dimensão, porém, não há modo de saber com os dados apenas aqui apresentados se os indicadores ocorrem de forma integrada. Para isso, seria preciso um investimento numa pesquisa de recorte temporal elevado e uma comparação com outros partidos inclusive de outros países para saber em que medida os indicadores dos partidos brasileiros podem ser comparados com seus pares latino-americanos.

#### **4.1.1 Resumo dos indicadores para PT, PMDB, DEM e PSDB**

Para fins de apresentação didática, serão colocados aqui apenas o resumo dos *scores* das variáveis para cada partido. Os anexos que acompanham esta tese

---

<sup>97</sup> O anexo II apresenta os dados coletados para a formulação dos indicadores. Como as fontes são em sua maior parte secundárias e dispersas, não realizamos uma sistematização dos valores brutos. Porém, a forma de coleta, fontes e os valores em si podem ser encontrados lá.

apresentam a forma de coleta e os valores absolutos de cada uma das variáveis encontradas em dados secundários dispersos na literatura. Todos os dados se referem ao ano de 2010.

Tabela 4.1 - Sistemática dos Partidos

	Complexidade Organizacional		Rotinização	Score
	Órgãos	Filiados/1000	Encontros	
	Funcionais <sup>98</sup>	Eleitores		
PT	2	1	2	1,66
PMDB	0	2	1	1
PSDB	0	1	1	0,66
DEM	1	0	1	0,66

Fonte: Elaboração do autor a partir do site eletrônico dos partidos.

Tabela 4.2 - Autonomia Decisional dos Partidos Políticos

	Autonomia Decisional			Score
	Subordinação	Justaposição	Financiamento	
PT	2	2	0	1,33
PMDB	1	0	2	1
PSDB	1	1	1	1
DEM	0	0	2	0,66

Fonte: TSE e dados secundários disponíveis no anexo II.

Tabela 4.3 - Infusão de Valores nos Partidos Políticos

	Coerência	Densidade Eleitoral	Score
	Representação	Filiados/Eleitores	
PT	2	0	1
PMDB	0	2	1
PSDB	0	1	0,5
DEM	1	1	1

Fonte: dados secundários disponíveis no anexo II.

<sup>98</sup> Por órgãos funcionais entendemos aqueles com especificidade organizativa no interior do partido, destinados a atender uma parcela específica do eleitorado ou a promover atividades que os partidos julgam essenciais como secretária de minorias sociais, órgãos de jovens ou grupos específicos.

Tabela 4.4 - Reificação dos Partidos Políticos

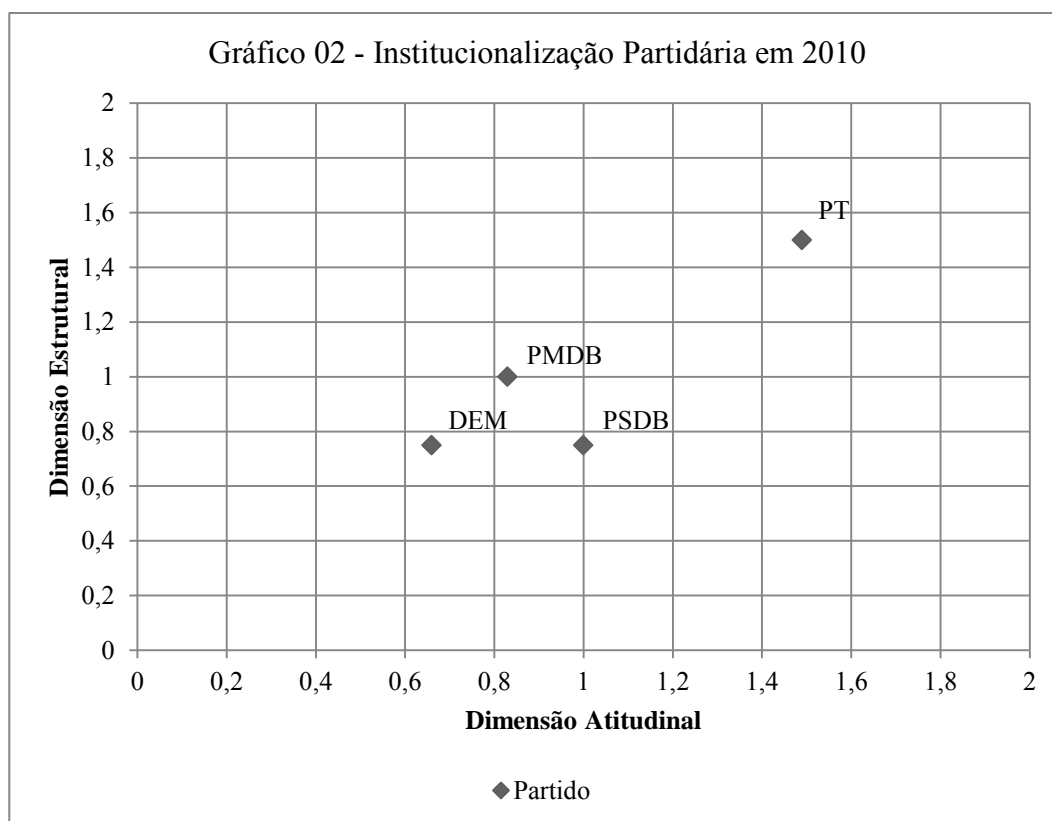
	Presença no Eleit.	Disposição Eleitoral	Score
	Preferência	Candidatos Pres.	
PT	2	2	2
PMDB	1	0	0,5
PSDB	1	2	1,5
DEM	0	0	0,5

Fonte: dados secundários disponíveis no anexo II.

De modo a sumarizar a relação entre os dados das quatro tabelas apresentadas acima, fizemos a média aritmética dos *scores* para encontrar um indicador geral de institucionalização para cada dimensão e para cada partido.

Tabela 4.5 - Índice de Institucionalização Partidária

	Dimensão Estrutural			Dimensão Atitudinal			$\Sigma$ Total
	Sistematicidade	Autonomia Decisional	Média Parcial	Infusão de Valores	Reificação	Média Parcial	
PT	1,66	1,33	1,49	1	2	1,5	5,99
PSDB	0,66	1	0,83	0,5	1,5	1	3,66
PMDB	1	1	1	1	0,5	0,75	3,5
DEM	0,66	0,66	0,66	1	0,5	0,75	2,82



Como podemos ver nos dados da tabela 4.5 ou no gráfico 02, o PT é o partido que apresenta o maior índice de institucionalização dentre os quatro comparados. Além disso, é também o partido que apresenta em todas as variáveis os maiores níveis de mensuração codificada. Isso se deve essencialmente a combinação entre um partido dotado de forte organização interna e perspectiva eleitoral profissionalizada. Os trabalhos mais recentes sobre o PT, como Amaral (2011), mostram que a legenda foi capaz de promover uma profissionalização eleitoral de seu desempenho mantendo ainda laços com sua base social.

Já o PSDB apresenta um indicador muito próximo do PMDB e a maior diferença entre as variáveis está na reificação do partido frente ao eleitorado. Tal semelhança é esperada para o caso dos dois partidos, visto que o PSDB tem sua origem exatamente dentro do PMDB e carrega seus matizes genéticos ao longo da vida partidária, como aventado por Panebianco (2005). Porém pequenas discrepâncias nos *scores* não devem ser ignoradas, visto que são de dados de diferentes montas e o valor final apresentado está normalizado a partir dos critérios que estabelecemos. O fato de que o PSDB possui uma presença mais forte no eleitorado mostra uma preocupação do partido com o mercado eleitoral e com a capacidade desempenhar papel no sistema partidário mesmo

em anos não eleitorais. Já no PMDB vemos que a estrutura organizacional do partido tem maior peso.

Por fim, o DEM apresenta um menor índice de institucionalização geral e seu maior valor se concentra na capacidade de conquistar votos entre seus eleitores, apresentando indicadores muito enfraquecidos para as dimensões organizacionais e para a presença no eleitorado.

Quando analisamos apenas as dimensões estrutural e atitudinal agregadas, vemos que o PT apresenta um bom equilíbrio entre as duas esferas, atingindo valores quase idênticos para as dimensões. O PSDB apresenta uma tendência mais centrada na dimensão atitudinal e conta com um leve enfraquecimento organizacional frente ao PT e ao PMDB. Por outro lado, o PMDB tende a ter melhor desempenho quando analisamos a dimensão estrutural do partido do que a atitudinal, quando comparado ao PSDB e ao DEM. Por fim, o DEM demonstra que os indicadores são equilibrados entre as duas dimensões, porém o partido é de fato menos institucionalizado que todos os outros três quando colocados lado à lado.

#### **4.1.2 Institucionalização e seleção de candidatos**

A hipótese que apresentamos é a de que a seleção de candidatos caminhará no sentido e foco da institucionalização dos partidos. O que vemos é que há uma coincidência no modo como os partidos conduzem a seleção de candidatos e as dimensões mais fortalecidas da institucionalização dos mesmos.

Analisando caso a caso.

O Democratas foi o partido que apresentou menores níveis de institucionalização tanto na arena estrutural quanto na atitudinal. Contudo, a média da arena atitudinal é mais elevada. A coincidência entre a dimensão é que o partido não conta com uma estrutura organizacional suficientemente robusta para que as determinações do sistema político sejam contornadas. Quanto à inclusividade de candidatos, o DEM atendeu somente às exigências legais e os mesmos requisitos informais que os outros partidos. O *selectorate* do partido é composto em sua maior parte de líderes ou de um único líder que decide os rumos das candidaturas, o que mostra enfraquecimento organizacional



apontado pelo indicador de institucionalização. Desse modo, esperamos que o Democratas seja o partido que apresente candidatos com baixa lealdade ao partido e dotado de candidaturas com ausência de lealdade que não as autocentradas nos próprios candidatos.

O PSDB apresentou indicadores mais elevados do que DEM e PMDB, porém com ênfase na dimensão atitudinal, enquanto o PMDB possui maior média para a estrutural. A associação entre a institucionalização e a inclusividade na seleção de candidatos ocorre pelo equilíbrio entre a participação de líderes, delegados e filiados, dando vazão ao partido nas duas dimensões.

No caso do PMDB a sobreposição entre as dimensões da institucionalização e a distribuição do *selectorate* é evidente. A seleção de candidatos sendo realizada ao mesmo tempo por filiados do partido e por líderes partidários mostra que o partido desfruta de um equilíbrio entre as duas dimensões do mesmo modo que o PSDB. Além disto, os dados sobre estes dois partidos da tabela 2.12 mostram que a pequena valorização dos candidatos peemedebistas de atributos partidários é mostrada aqui pela maior média do partido na dimensão estrutural. Já no caso do PSDB, os candidatos não acreditam de modo algum que os eleitores votam em relação por simpatia ou adesão à legenda. Isso seria explicado pela ênfase que o partido dá à dimensão atitudinal, oferecendo poucos elementos estruturais para sistemas de seleção que valorizem a instituição em si.

Por fim, o PT é o partido que apresenta melhor nível de institucionalização geral e nas médias de cada dimensão. A simetria entre as duas dimensões mostra que o partido equilibra a seleção de candidatos reforçando os aspectos organizacionais ao limitar as candidaturas com critérios formais e informais. O mesmo pode ser verificado pela predominância de delegados como *selectorate* principal do partido. Ainda sim, o PT se preocupa com a dimensão eleitoral e busca atender o mercado político dando espaço para o voto centrado no candidato e o voto centrado no partido, como apresentado na tabela 2.12. Dentre os quatro partidos analisados o PT é o que apresenta melhores condições para desviar-se do individualismo e personalismo impostos pelo sistema político. Em oposição clara ao DEM, os altos níveis de institucionalização petista provam que a organização é capaz de ser autônoma independente do sistema eleitoral.

## 4.2 Os candidatos e os partidos: representação e disciplina como uma *proxy* de lealdade política

Podem-se imaginar uma representação gráfica para o processo de seleção de candidatos e as variáveis nele envolvida, a representação gráfica abaixo aponta o caminho conceitual e empírico que fizemos até aqui.

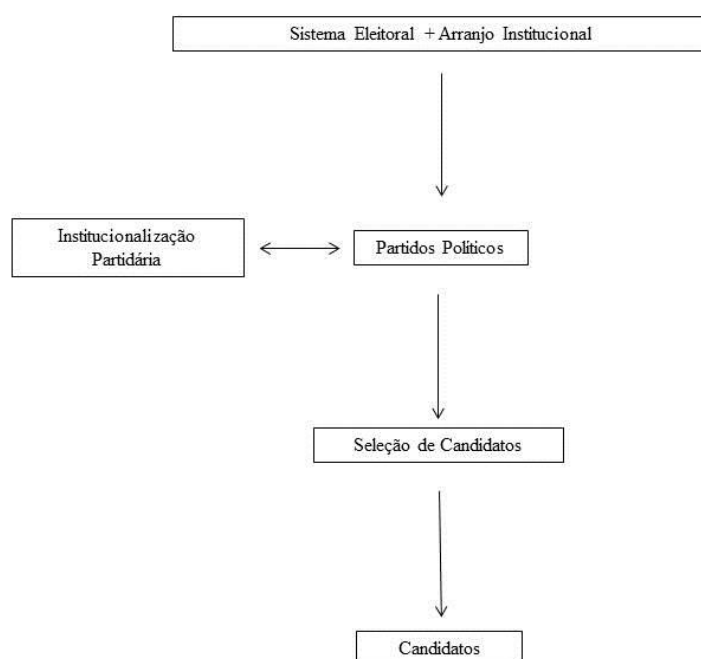


Figura 04 – Esquema de Análise Geral

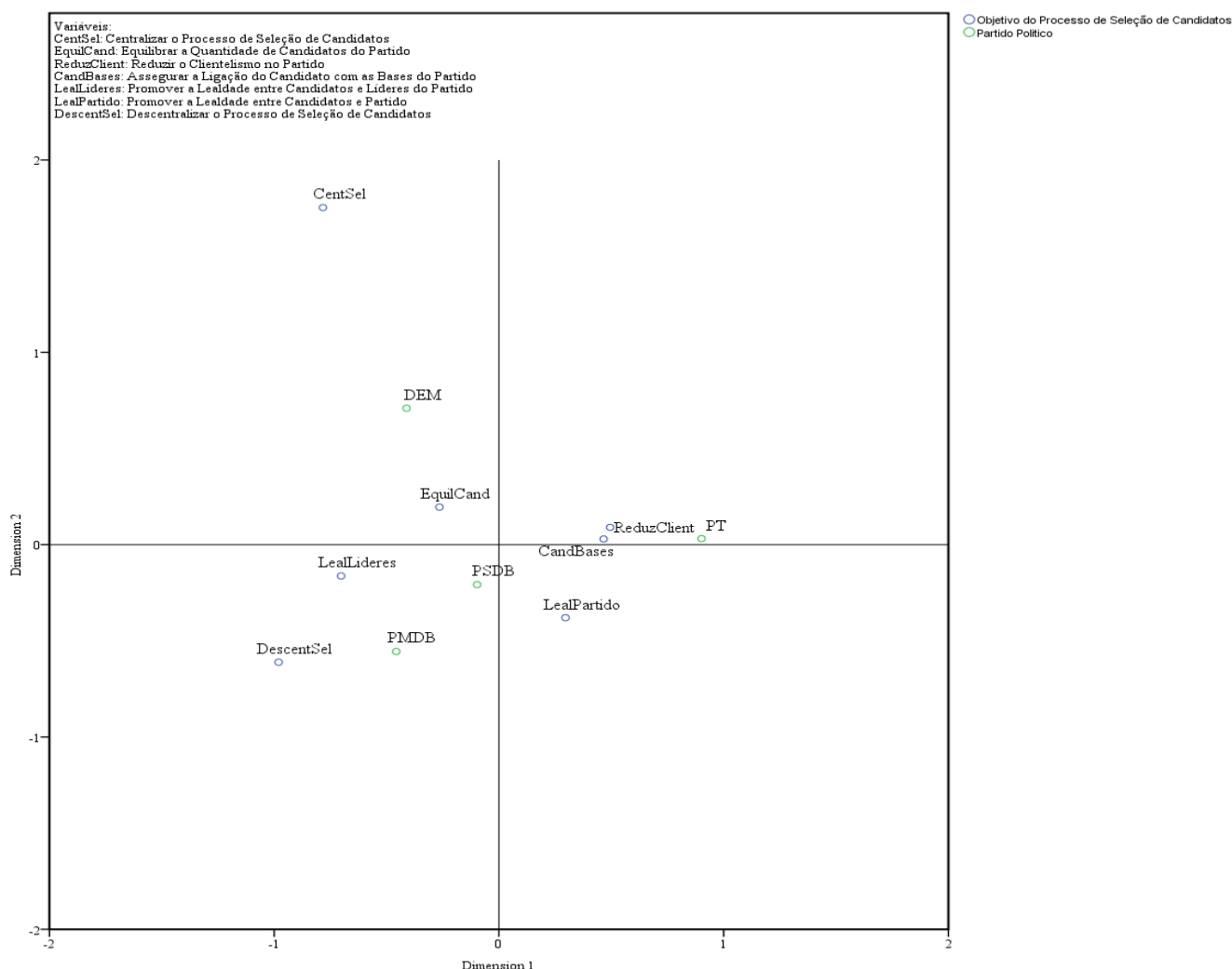
Até então, chegamos numa possível explicação de como os partidos podem determinar os métodos de seleção de candidatos que adotam. Como lembramos durante todo o texto, cada etapa da seleção influenciaria na direção da lealdade que os candidatos teriam com os seus selecionadores. Contudo, a tipologia de análise de Siavelis e Morgenstern (2009) mostra que é o acúmulo de constrangimentos que leva os candidatos a se comportarem de acordo com suas lealdades.

As variáveis institucionais e legais apontam que no Brasil a maior parte dos candidatos estaria no tipo ideal empresário ou servidores de distrito. A combinação entre alta magnitude distrital, lista aberta, federalismo e possibilidade de reeleição faria

com que os candidatos não dessem muita atenção ao partido político e devotassem seu sucesso e comportamento a si mesmos, à figura do líder que o selecionou ou aos seus constituintes.

Como apontamos, os partidos são capazes de dirimir as determinantes do sistema eleitoral e arranjo institucional, selecionando candidatos de formas muito diferentes, principalmente quanto à inclusividade do *selectorate* e a forma de escolha. Das variáveis partidárias, algumas se mostraram constantes para todos os partidos. A descentralização foi a que teve menor variação entre os partidos analisados. Tanto a territorial, a social e organizativa tiveram medidas muito aproximadas não permitindo inferir qualquer consequência específica por partido a partir dela. Por outro lado, o financiamento também apresenta pouca força. Mesmo admitindo que os candidatos do PT busquem recursos simbólicos ligados ao partido como instituição, em sua maioria os candidatos estão preocupados com recursos materiais que não possuem necessariamente ligação com a organização. Porém, o que não perguntamos foi qual era o objetivo dos partidos em selecionarem seus candidatos. Ou seja, será que existe uma ligação entre a percepção dos candidatos quanto ao processo de seleção em si e os efeitos desejados deste processo?

Gráfico 03 - Correspondência entre Partidos e Objetivo do Processo de Seleção de Candidatos nas Eleições de 2010



Como podemos ver no gráfico 03, de acordo com a percepção dos candidatos existe uma associação entre os objetivos do processo de escolha de candidatos e os partidos políticos. Para a análise de correspondência utilizamos a normalização simétrica e distância de *chi-square*, partindo do pressuposto de que queríamos medir a interação entre as duas variáveis e não só entre as categorias em linha ou colunas das associações. Em primeiro lugar é preciso dizer que o valor do *Chi-square* foi de 36,365, com 18 graus de liberdade. O *p value* foi de 0,006, mostrando que existe uma relação de dependência entre partido político e objetivo do processo de seleção de candidatos. A dimensão 1 apresentou uma inércia de 0,093 e uma proporção explicada de 62,8% em relação ao total das dimensões. A dimensão 2 apresentou uma massa de 0,044 e uma proporção explicada de 29,7% e a dimensão 3 (não plotada no gráfico) inércia de 0,011

e proporção explicada de 7%. Isso mostra que a maior parte das associações entre as variáveis ocorre na dimensão 1. O baixo valor da inércia da dimensão 2 e 3 mostra que estas devem ser desconsideradas em nossa análise e interpretaremos apenas a horizontalidade das relações<sup>99</sup>.

Observando as variáveis em si, vemos que a variável que mais contribui para a variação na dimensão 1 foi reduzir o clientelismo, com inércia de 0,257. Por outro lado, a menor contribuição foi a de equilibrar a quantidade de candidatos, com valor de 0,035. Já quanto aos partidos, foi o PT que contribuiu mais com a variação, apresentando um ponto de inércia de 0,693. O oposto foi o PSDB com 0,008.

A pergunta que fizemos aos candidatos para que nos revelassem o objetivo do processo de seleção em seu partido foi: “Das opções abaixo, quais o Sr. considera serem os objetivos do processo de seleção de candidatos em seu partido? Responda sim ou não. Agora, aponte os três mais importantes.”.

O n das respostas foi de 246, visto que pedimos que cada candidato indicasse **até** três objetivos da seleção em seu partido. Portanto, computamos aqui mais uma vez as observações agregadas. Como podemos ver no gráfico o PSDB apresentou uma multiplicidade de motivos, contribuindo muito pouco para estar associado a um único ou a uma pequena quantidade deles. Isso leva o partido a ocupar a posição mais central do gráfico, não estando associado a nenhuma outra variável com força suficiente. Por outro lado, o DEM esteve mais ligado à garantir um equilíbrio no interior da lista de candidato e reforçar laços de lealdade entre candidatos e líderes do partido, conclusão da qual partilha Braga (2008: 475) ao analisar o estatuto do partido. Isso faz sentido, visto que o partido adota duas posturas que visam aumentar o sucesso eleitoral: lançar poucos candidatos (como exposto na tabela 1.1) e dar um papel central às lideranças, valorizando os atributos individuais tão preciosos para sobreviver eleitoralmente e ser votado. Parece então que mais uma vez a institucionalização busca determinar também os objetivos perseguidos pelos partidos. O PFL valoriza pouco tanto a dimensão estrutural quanto atitudinal do partido, dando vazão às relações de patronagem e clientelismo identificadas por Samuels (2008).

---

<sup>99</sup> Isso reforça nosso achado de que a centralização importa pouco para os partidos analisados. Os dois objetivos que tratavam da presença ou ausência desta intenção apresentam pouca associação com os partidos políticos como mostram os pontos afastados do gráfico.

O PMDB é o único partido que aparece próximo à descentralização do processo de escolha de candidato e também ao estabelecimento de lealdades com líderes. Esse dado revela que o partido reside sua força no estabelecimento de lealdades com líderes regionais do partido. Diferente do DEM, o partido está mais preocupado em dar espaço para diversas lideranças, contemplando a multiplicidade de líderes que participam do processo de escolha. Segundo Braga (2008: 477) no PMDB a instância de decisão final da lista de candidatos, a convenção do partido, é formada por líderes e detentores de mandatos. Isso aumentaria a disputa pelo controle da lista eleitoral, criando cismas entre facções controladas por líderes regionais em cada distrito.

O PSDB também apresenta, segundo Braga, a mesma faccionalidade de líderes participando das decisões finais da lista eleitoral. Contudo, como vimos no capítulo anterior, o partido foi o que indicou maior *score* para a descentralização organizacional. Isso pode refletir numa multiplicidade tão severa de objetivos da seleção que encontramos sequer alguma relação do partido com algum dos aqui expostos.

Por fim, o PT parece espelhar seus objetivos na forma como o partido está organizado e escolhe os candidatos. Contando com uma estrutura institucional fortalecida e com a participação de instâncias partidárias burocratizadas, como delegados e filiados em sistema de votação, o partido apresenta associações com a redução do clientelismo, da relação dos candidatos com a base social do partido e, numa associação mais fraca, assegurar a lealdade do candidato com o partido. A relação com a base social do partido fica clara pela dimensão atitudinal e de sua complexidade estrutural. Além disso, este era um dos principais requisitos para candidatura entre os candidatos petistas, o que denota coesão entre objetivos e exigências. Processos burocratizados tendem a combater relações de clientelismo, portanto podemos imaginar que esta seja uma explicação para esta forte associação. Por fim, a lealdade ao partido aparece como um elemento um pouco mais distante, muito provável que a explicação para isso esteja na percepção da necessidade da composição com as bases sociais do partido, como aponta Amaral (2011).

Resta saber se tais objetivos são atingidos pelo partido. Até o momento foram apresentadas as possíveis causas para que os partidos portem um desejo em detrimento de outro. O *output* desse processo seriam os diferentes tipos de candidatos que os partidos contam em suas fileiras. Em primeiro lugar, adotaremos a dicotomia proposta

por Samuels (2008) para saber a medida da relação entre partidarismo e individualismo nas legendas analisadas. Para isso perguntamos aos candidatos: “Caso exista uma divergência pontual entre o programa político do seu partido e as opiniões do senhor o comportamento durante a campanha deveria ser...”. A tabela 4.6 abaixo mostra os resultados.

Tabela 4.6 - Divergência Política e Comportamento Eleitoral por Partido em 2010

	Partido Político (%)				Total
	DEM	PMDB	PSDB	PT	
Manter minha posição pessoal	86,2	55,6	46,7	24,1	53
Std. Residual	(2,5)	(0,2)	(-0,5)	(-2,1)	
Acatar a posição do partido	13,8	44,4	53,3	75,9	47
Std. Residual	(-2,6)	(-0,2)	(0,5)	(2,3)	
Total	29	27	30	29	115
	100	100	100	100	100

Coef. Contingência = 0,409; *p value* < 0,000

Fonte: *Survey* com os candidatos - NUSP/UFPR e CEPLA/UFSCar

Como mostram os dados acima, as conclusões de Samuels só fazem sentido para os casos de PT e DEM. Essa relação é a que exerce maior contribuição para o valor de 0,409 no coeficiente de contingência, estatisticamente significativo. O primeiro por ser o ponto fora da reta, a exceção, nas palavras do autor. O partido, por contar com forte carreirismo e estrutura organizativa, seria capaz de aderir à posições mais ligadas à legenda. Por outro lado, sustenta que todos os outros partidos legislativos brasileiros teriam o mesmo comportamento. O que observamos é que isso é verdade em parte. Dentre os três partidos legislativos abarcados na tabela 4.6, apenas o DEM apresenta uma quantidade de individualismo alta, com resíduos padronizados em 2,5 pontos para manter minha posição pessoal ao invés de acatar a posição do partido (com resíduos negativos de 2,1). Aqui temos um caso claro onde o partido não passa de vitrine para carreiras políticas calcadas na reputação pessoal.

Do lado oposto, o PT também se comporta confirmando os dados de Samuels. O partido consegue imprimir a seus candidatos o peso da organização política (resíduos positivos de 2,3) e, ao mesmo tempo, uma diminuição severa do comportamento desligado à agremiação (resíduos negativos de 2,1). Como se trata de uma variável do tipo *dummy* é de se esperar que a incidência de um comportamento presente

simetricamente a oposição de outro. Porém, segundo Kiewiet e McCubbins (1991, *apud* Carvalho, 2003: 150), existiria uma dificuldade em imprimir investimento na sigla partidária especialmente nas eleições. Isso é pouco verdade para o caso do Partido dos Trabalhadores. Os dados de Carvalho são referentes aos candidatos eleitos<sup>100</sup> o que desconsidera em grande medida o comportamento eleitoral e valoriza em larga medida o sucesso eleitoral.

Por fim, PSDB e PMDB apresentam uma distribuição equilibrada entre acatar a posição do partido e manter a posição pessoal. Como em todas as dimensões da seleção de candidatos e da institucionalização partidária, os dois partidos não apresentam diferenças significativas entre os comportamentos. Isso pode ser entendido como um reflexo dos processos de institucionalização moderados e com equilíbrio entre as dimensões. Ambas legendas contam com um misto de candidatos personalistas, mas que utilizam o partido como uma forma de capitalizar a carreira. Diferente do DEM, por exemplo, onde o partido é nada além de uma exigência legal.

Contudo, como vimos no segundo capítulo, o comportamento personalizado deveria ser encarado como uma estratégia eleitoral ótima. Não estando exatamente relacionado aos constrangimentos organizacionais, mas sim à capacidade do candidato se fazer ver em relação aos seus pares na lista e ao eleitor. Os dados da tabela 4.7 reforçam esta estratégia.

Tabela 4.7 - Média percentual da personalização *versus* partidarização dos mandatos por bancada<sup>101</sup>

	PSDB	PFL	PMDB	PT	Total
Esforços Pessoais	79	83	74	52	75
Partido	21	17	26	48	25

Fonte: Carvalho, 2003: 149.

Mesmo assumindo que a comparabilidade dos dados não seja possível, visto que há um hiato eleitoral de mais de dez anos entre eles, o que podemos pensar a título de hipótese é que a diminuição do peso do partido entre PMDB, PSDB e PT dentre os

<sup>100</sup> Além disto, os dados que o autor apresenta são válidos para a legislatura de 1999-2003, o que certamente impede que nossas comparações tenham grande efeito conclusivo. De todo modo, é interessante notar que há diferenças entre os eleitos e os candidatos.

<sup>101</sup> A pergunta feita aos deputados de cada bancada partidária foi: “Qual foi o peso percentual do partido e de seus esforços pessoais para a sua eleição?”. Estão apresentados aqui somente os dados que competem aos partidos que analisamos.



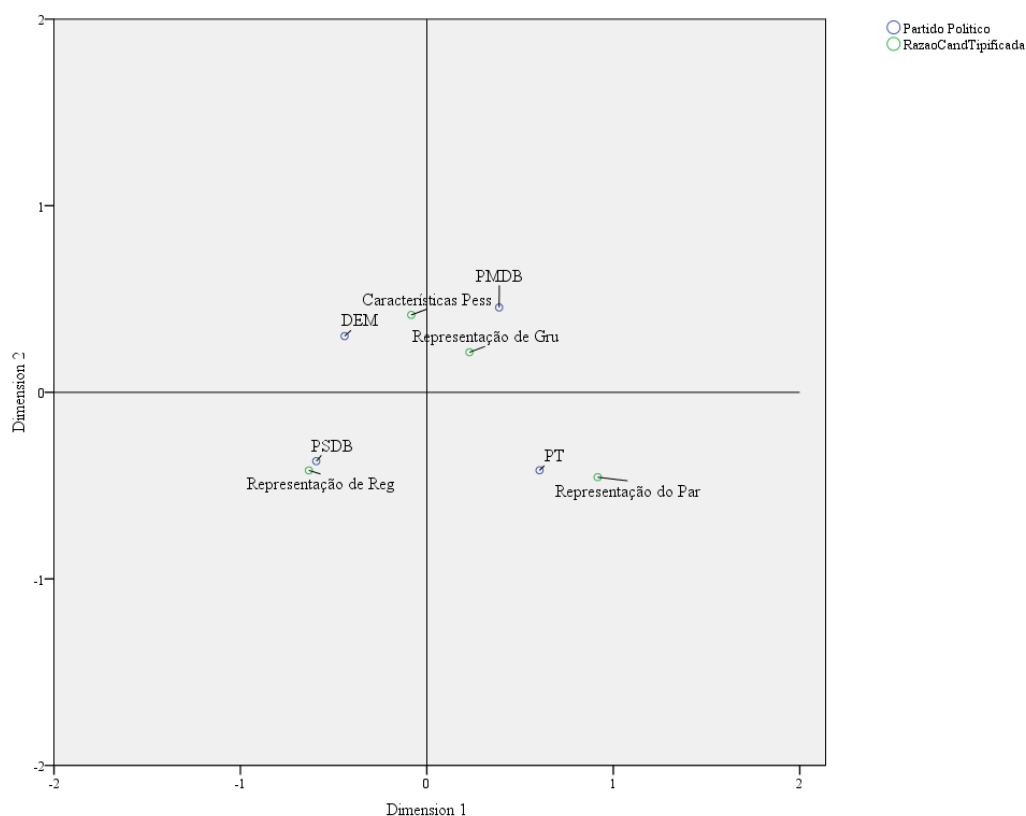
eleitos reforça a estratégia para o sucesso eleitoral. Quando são analisados todos os candidatos, independentemente do seu sucesso eleitoral o partido ganha densidade, evidenciando a relação do pleiteante com a organização. Por outro lado, tomando apenas os vitoriosos, há uma tendência em reconhecer que as chances de ganhar a eleição aumentam na medida em que os esforços pessoais são mais intensos.

Em resumo, o comportamento para vitória eleitoral está diretamente relacionado com às exigências do sistema eleitoral e da configuração institucional do Brasil. Por outro lado, devemos esperar que os candidatos no momento da seleção devam prestar contas também aos partidos, sendo mais ou menos leais a estes dependendo da seleção, como afirmamos. O conceito de lealdade política possui duas vertentes pouco úteis para a mobilização aqui. A primeira é a proposta por Hirschman (1973) que aludindo aos mercados e a política econômica aponta a lealdade como um equilíbrio entre a insatisfação e a possibilidade de abandono. Indivíduos leais às organizações tendem a tolerar intempéries se contam com possibilidades de contar com recursos, participar e terem poder de mudança nas decisões da organização. Outro modo de entender a lealdade é o proposto por Müller (2005: 372): diferença da disciplina partidária no legislativo, a lealdade política deve ser entendida como a confiança que os selecionadores depositam em seus candidatos. Ou seja, candidatos que demonstram ligação com o partido em longo prazo (como colocam Siavelis e Morgenstern, 2009) tendem a receber um voto de confiança por parte daqueles que o selecionam para determinada função. O texto de Müller debate a lealdade em torno da migração partidária no interior das bancadas legislativas, ou seja, em relação à capacidade do partido em escolher melhor aqueles que se pode confiar para manter a disciplina partidária. Como aqui não estamos na arena legislativa, uma possível *proxy* da lealdade política está em primeiro lugar, nos dados apresentados acima, na capacidade do partido impor sua vontade em relação aos seus membros e que isso seja aceito e em segundo lugar na disposição que os candidatos possuem em representar o partido ou grupos que o constituem.

Para analisar a relação entre lealdade e representação utilizamos o conceito de representação mecânica, como colocado no segundo capítulo e agregamos os dados de representação que foram apresentados na tabela 2.9 para quatro tipos de representação possível: representação pessoal, o que classificamos como candidato do tipo empresário; representação de grupo profissional, o que entendemos como a tipo

delegado de grupo; representação de região, que denotaria o servidor de distrito e; representação do partido, os leais ao partido. Segundo a tipologia de Siavelis e Morgenstern (2009: 105) o comportamento destes tipos de candidatos seria dado exatamente pela ligação entre a representação e o comportamento eleitoral. A análise de correspondência abaixo aponta a ligação da natureza da representação dos candidatos e os partidos políticos.

Gráfico 04 - Análise de Correspondência: Partidos por Razão para Candidatura



Como podemos ver há uma forte associação entre o tipo de representação e o partido político. Do mesmo modo que na análise de correspondência anterior, utilizamos a normalização simétrica e as distâncias foram dadas pelo *chi-square* e não por distâncias euclidianas, visto que são duas variáveis nominais com variância equivalente entre as categorias. O valor do *chi-square* foi de 18,775, com nove graus de liberdade e *p value* < 0,027, rejeitando a hipótese nula de que não há relação entre as

duas variáveis (Figueiredo, *et. al.*, 2011). As correlações entre as dimensões dadas pela linha (dimensão 1) e a coluna (dimensão 2) apresentaram valores de 0,264 e 0,153 respectivamente. O potencial de explicação da dimensão 1 foi de 74,1% e da dimensão 2 de 24,7%<sup>102</sup>. Isso nos autoriza a somente levar em conta a dimensão horizontal para fins de análise da associação entre as categorias. O ponto mais ao centro da categoria representação de grupo (“Representação de Gru” no *plot*) mostra que este ponto contribui pouco para a variação na dimensão e na associação entre os outros pontos dispersos. O mesmo ocorre com a inércia do DEM, sendo a menor entre os partidos e conduzindo o partido a uma dependência menor em relação às outras categorias.

Contudo, fica muito claro no gráfico que os candidatos de cada partido buscam representar características específicas durante a campanha eleitoral, mesmo que isso esteja associada à uma estratégia individualista de comportamento. O PSDB e PT são os partidos que mais se dissociam dos outros dois e tendem a representar aspectos muito diferentes entre si. Enquanto os tucanos foram motivados a representar a região (“Representação de Reg”) de onde vem, os petistas elencaram como razão principal para a candidatura representar o partido pelo qual pertencem (“Representação de Par”).

Estes primeiros dados mostram que a forma de institucionalização do PT e o método pelo qual escolhem seus candidatos, por votação e com participação de delegados e filiados na maior parte das vezes, reflete num comportamento eleitoral que valoriza o partido antes de outras possibilidades de representação política. Sobre o PSDB chama a atenção que seus candidatos estejam preocupados em dar voz aos seus distritos. Sobre isso em nada a institucionalização partidária parece ter efeito, apenas pontuar que seu valor inferior, se comparado ao PT, faz com que o partido adote uma estratégia de dar voz às conjunturas regionais de parlamentares que são designados a atuarem como líderes e delegados do partido, como já identificado por Braga, 2008: 477, quando analisou o estatuto do PSDB. Além disso, a forma como o partido escolhe seus candidatos, contando com votos em alguma parcela de casos, parece dar terreno às estruturas regionais do aparato partidário em oposição à uma liderança ou conjunto central de líderes.

---

<sup>102</sup> Cfe. Pereira (2004, pp. 140), apenas valores singulares de dimensão acima de 0,20 devem ser considerados para análise. Porém, acreditamos que diante da diferença entre as duas dimensões e a nulidade de uma terceira dimensão com valor 0,000, interpretar os dados somente na dimensão horizontal seria mais robusto do que levar em conta também a dimensão vertical da distribuição.

A oposição imediata ao caso peessedebista é o misto de representação que permeia o PMDB. O partido que tem por princípio uma institucionalização na mesma medida do que o PSDB, não possui entre suas fileiras a possibilidade de seleção de candidatos por meio de delegados, sejam eles filiados do partido ou parlamentares. Os candidatos são selecionados majoritariamente por líderes e por meio de indicação. Isso aparece claro na análise de correspondência quando a associação entre representação de características pessoais e de grupo de interesse se sobrepõe à partidária. Os laços de lealdade no PMDB estão voltados para os líderes que os selecionam e para os grupos que patrocinam suas candidaturas, deixando o partido ou a região de onde vieram em segundo plano.

Por fim, era esperado que o PT tivesse motivos para ser o único partido disposto à representar a legenda. A alta institucionalização estrutural do partido, a baixa inclusividade de candidaturas atrelada à participação em sua maior parte de delegados por meio do voto faz com que os candidatos deste partido vejam na organização o motivo pelo qual são escolhidos como candidatos. Isso difere diametralmente da motivação que eles possuem para elegerem-se, onde calculam também o comportamento do eleitor voltado à características pessoais. O estabelecimento desse tipo de lealdade pode estar relacionado com o tempo de filiação prévia que o partido exige informalmente para que seus filiados sejam candidatos à deputado federal. Conforme Braga e Bolognesi (2013), o PT é o único partido entre os quatro que apresentou diferença de média de tempo de filiação prévia em relação aos outros três partidos<sup>103</sup>. Esse tipo de explicação para o caso do PT especificamente concorda com as conclusões de Samuels (1999) ao mostrar que o partido por seu alto carrerismo interno pode apresentar comportamento não personalizado. Porém, não estamos afirmando que o nível alto de endogenia petista seja a chave explicativa, mas sim que esse é mais um traço organizacional que diferencia o partido dos outros três e colabora com os altos níveis de institucionalização partidária.

Contudo, o mesmo não podemos dizer das conclusões de Samuels (2008) sobre todos os outros partidos. A oposição que apresentamos na tabela 4.6 não é dicotômica como prevê o autor. O misto de representação entre partido e o próprio candidato,

---

<sup>103</sup> ANOVA sig<0,002 e F=5,322. Post-Hoc Bonferroni significativo apenas para o PT: em relação ao DEM sig< 0,006 e diferença de média de 8,207; ao PMDB sig< 0,021 e diferença de média de 7,276 e; ao PSDB sig< 0,006 e diferença de média de 8,223.

demonstrado no PMDB e PSDB se revela em outras naturezas de representação que não o candidato em si. A dicotomização da representatividade política nos estudos que não consideram o processo de seleção de candidato e os partidos políticos como variáveis independentes para mensurarmos a lealdade, comete um equívoco ao dizer que a delegação de regiões de origem ou de grupos sociais não podem ser entendidas como importantes para a dinâmica da representação nas democracias liberais. A oposição entre partidarismo e personalismo faz sentido para PT e DEM, notadamente os partidos com maior e menor institucionalização comparados. Grupos de origem ou de interesse compõem assim o conteúdo dos partidos e não são somente instrumentos para angariar votos.

Assim podemos indicar com alguma segurança que no DEM predominam candidatos do tipo empresário, valorizando a reputação pessoal e direcionando suas lealdades a si mesmos ou aos líderes e grupos de interesse que os escolheram. No PSDB predominam candidatos do tipo servidores de distrito, dando maior ênfase a representação da localidade onde possuem suas bases eleitorais. No PMDB há um composto de candidatos empresários e autocentrados e de delegados de grupo, colocando á frente do partido ou dos líderes os grupos que bancam suas candidaturas no partido. No PT há um claro domínio de postulantes leais ao partido, preocupados em, antes de outras propostas, fazer visto o partido como elemento central para o comportamento eleitoral.

### **4.3 A seleção de candidatos como um indicador para democracia interna dos partidos políticos**

De acordo com Freidenberg (2003: 10) os níveis de democracia interna dos partidos políticos podem ser efeitos do processo de institucionalização partidária. A adoção de práticas regulares e da participação de membros do partido de forma transparente serviria como referencial para a conduta dos atores partidários. Institucionalização, entendida como rotinização de procedimentos, poderia de fato aumentar os graus de previsibilidade dos atores. Por outro lado, não é possível estabelecer nenhuma associação a priori entre institucionalização partidária e seleção de candidatos. É preciso verificar empiricamente se a relação entre institucionalização -

seleção de candidatos - democracia interna encontra apoio nas evidências empíricas. Um partido que adote o clientelismo como procedimento universal a ponto de institucionalizá-lo pode não contar com bons indicadores de democracia em seu interior (Desposato, 2006: 59; Levitsky, 2009: 317).

Ao mesmo tempo, a democracia interna dos partidos políticos pode ser entendida como uma consequência da seleção de candidatos, por exemplo, quando o processo recruta parcelas mais diversas da sociedade ou conta com a entrada de minorias, aumentando níveis de representatividade. A inserção de setores diversos da sociedade poderia ser avaliada como aumento dos níveis de democracia quanto ao seu *conteúdo*. Por outro lado, podemos delimitar a seleção de candidatos como mais ou menos democrática quanto aos *procedimentos* mobilizados para a tomada de decisão. Seleções realizadas por sistemas de votação ou indicação poderiam caracterizar sinalizar processos opostos entre mais ou menos democráticos. O envolvimento dos membros e eleitores no processo poderia ser outro elemento procedimental para entender os níveis de inclusividade e democracia. Entretanto, a seleção de candidatos é apenas um indicador possível para mensurarmos democracia interna. Podemos imaginar que um partido tenha um avançado sistema de votação para determinar a composição de suas listas eleitorais, porém é o líder do partido quem toma as decisões importantes do partido, como distribuição de recursos de campanha (Freidenberg, 2006). O que sustentamos é que a seleção de candidatos pode ser um sinal de que, comparativamente, indica quais (ou qual) os partidos mais democráticos entre si. Ou seja, este é um indicador relativo e não absoluto sobre democracia interna.

O objetivo aqui é, a partir de Freidenberg (2003), estabelecer que a natureza da seleção de candidatos, afeta também os níveis de democracia dos partidos.

Contudo, o que é, afinal, democracia interna? O uso cotidiano deste termo pode levar a confusões conceituais e análises enfraquecidas ao nos depararmos com altos níveis de suposta inclusividade e participação. O movimento dos partidos políticos em clamar por suas bases em momentos de crise organizativa ou envolvimento em escândalos de corrupção, como apontam Pennings e Hazan (2001: 271), pode refletir-se num maior controle das elites partidárias sobre as zonas de incerteza dos partidos do que de fato democratização. Para cumprir um escrutínio mais completo de critérios, que não só a inclusão de novos atores, Freidenberg (2009: 283) define que democracia interna

esta associada a três indicadores: i) a seleção de candidatos aos cargos eletivos e partidários; ii) participação de minorias e setores subrepresentados no processo de definição programática do partido e; iii) prestação de contas dos eleitos do partido aos filiados. A seleção de candidatos, segundo a autora, merece destaque já que é o processo chave para determinarmos níveis de democracia interna, enquanto que os outros dois são parte e consequência, respectivamente, do primeiro

Diferente da proposta inicial de Flávia Freidenberg, optamos por classificar como mais democráticas aquelas seleções onde predominam instâncias *intermediárias* do partido, como delegados ou colégios de membros com poder de barganha política. Essa opção segue a mesma linha apresentada por Hopkin (2001: 346) ao afirmar que processos de seleção muito inclusivos, como as primárias, tendem a diminuir o poder de barganha dos participantes em relação aos líderes.

A hipótese de trabalho que testamos é dada por Freidenberg (2006): será mais democrático o partido que apresenta processo de seleção de candidatos mais inclusivo, com a participação de um maior número de atores (desde que empoderados pela organização partidária) e quando o processo for mais descentralizado. Por outro lado, processos de seleção levados a cabo por um número muito restrito de atores (como um único líder) e mais centralizados são menos democráticos. Quanto à inclusividade a literatura não faz objeção e não nos parece razoável fazer. Contudo, à descentralização do processo de seleção de candidatos não está necessariamente aliada à democratização. Billie (2001) frisa que apenas o processo de descentralização não é suficiente para classificar um partido ou seleção como mais democrática. Podemos imaginar que processos altamente descentralizados, realizados em instâncias locais do partido, sejam conduzidos por uma liderança única local, o que fere frontalmente a inclusividade. Ou seja, estas duas dimensões – inclusividade e descentralização - não devem ser sobrepostas. Assim, o foco para o estabelecimento de processos que apresentem democracia interna deve estar mais preocupado com a inclusividade de candidaturas e de quem escolhe os candidatos<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> A democracia interna dos partidos poderia ser questionada se encontramos partidos onde a total ausência de controle do processo de nomeação fosse constatada. Partidos que não selecionam efetivamente seus candidatos, permitindo que qualquer interessado se lance como tal, como colocam Siavelis e Morgenstern (2009) e Koop e Bittner (2011), não podem contar com níveis de democracia interna. Os candidatos auto selecionados são indicadores de que o partido não exerce nenhum tipo de

Do ponto de vista dos níveis de democracia interna, a inclusividade do *selectorate*, baseado nos critérios de Freidenberg (2003), revela que o PT é o partido mais democrático entre os quatro abordados. Além disso, não incorre nos possíveis efeitos inesperados que a seleção que mobiliza muito os filiados pode apresentar. Por outro lado, o DEM apresentou o perfil menos democrático, focando seu processo de seleção majoritariamente nos líderes do partido, quando não num líder único. Isso nos leva a entender que o Democratas está mais preocupado com as relações que os candidatos irão estabelecer individualmente com seus líderes do que com o partido em si. O mesmo ocorre com o PMDB, que adota um modelo cartelizado de seleção, dando nulidade de voz para agentes intermediários do partido e focando nos laços entre líderes e candidatos sua seleção. A diferença é que o PMDB não utilizou tão largamente a indicação de um líder único para apontar os candidatos. O PSDB apresenta níveis mais moderados de democracia, dando liberdade para a participação de delegados e filiados. Mas, ao mesmo tempo, preservando o controle do processo através de seus líderes.

Para auferirmos democracia interna levaremos em conta as quatro dimensões analisadas: requisitos para candidatura, *selectorate*, descentralização e forma de escolha. O quadro abaixo sumariza com *scores* para cada dimensão os dados encontrados para cada partido. Apenas para descentralização adotamos o critério de 0 para descentralizado e 1 para centralizado. Para as dimensões de forma de escolha e requisitos para candidatura, atribuímos 0 quando a dimensão era não inclusiva e 1 para dimensões inclusivas. Para o *selectorate*, utilizamos uma escala mais detalhada, que fosse capaz de captar as diferenças entre os partidos. Assim, atribuímos 0 para seleção majoritariamente conduzida por lideranças e/ou líder único e com baixa ou nenhuma ausência de participação de instâncias intermediárias ou de base; 1 para seleções majoritariamente dominadas por líderes, mas com baixa presença de líder único e com alguma presença de líderes intermediários; e 2 para seleções com ausência do pólo mais exclusivo e majoritariamente dominadas por seleção realizada por instâncias intermediárias e de base.

---

atividade que os leve até a lista. Segundo Samuels (2008: 85), a seleção dos candidatos neste tipo de partido estaria nas mãos do próprio candidato.



Quadro 05 - Sumarização de *scores* para democracia interna nos partidos políticos

	Requisitos para Candidatura	<i>Selectorate</i>	Descentralização	Forma de Nomeação	Score Total
DEM	1	0	1	0	2
PMDB	1	0	1	0	2
PSDB	1	1	1	0	3
PT	0	2	1	1	4

Como podemos ver no quadro acima, o PT é o partido que contou com maior *score* dentre os analisados. Isso se dá em grande medida pela diferença significativa que o partido apresenta em relação aos *selectorates* dos seus pares. A atribuição destes valores tem, é claro, um elemento *ad hoc*. O fato de que o *selectorate* do PT recebeu pontuação dobrada não em relação ao PSDB, por exemplo, não deve ser entendido como um peso dobrado ao contar com procedimentos mais democráticos. Os valores atribuídos referem-se ao predomínio ou não de certa característica, como na forma de nomeação, ou uma distribuição mais equânime das proporções apresentadas pelos partidos. Por outro lado, todos os partidos foram classificados como tendo seleções descentralizadas. Dessa forma, o PT é o partido com melhores níveis gerais de democracia, seguido pelo PSDB e partilhando níveis iguais PMDB e DEM.

#### **4.4 O conteúdo democrático das democracias internas: representatividade e competitividade nos partidos políticos**

Apresentamos abaixo as consequências do processo de seleção essencialmente para o critério de representação de minorias. Os dados que temos à disposição nos permitem falar acerca da participação das mulheres nas listas eleitorais de cada partido. A hipótese de trabalho é a de que partidos com processos de seleção de candidatos mais democráticos apresentariam também consequências mais democráticas, qual seja, maiores indicadores de representatividade. Nos estudos de recrutamento político, instituições são consideradas mais representativas se conseguem refletir minimamente a composição social, da diversidade de grupos cuja opinião é relevante na sociedade. Já na literatura sobre partidos e sistemas eleitorais, a representação está ligada à capacidade que o sistema eleitoral tem de converter votos em cadeiras legislativas. Num ponto ideal possível, os partidos deveriam dar oportunidades para que mulheres

disputassem posições que se reverteriam em cadeiras. Assim as duas condições, social e institucional, estaria cumpridas.

Para medir a representatividade utilizamos o caso das mulheres num indicador adaptado de Hazan e Rahat (2010: 110). O indicador criado pelos autores, chamado de *Index of Representation (IR)*, foi inicialmente forjado para sistemas de seleção de candidatos que utilizam listas fechadas. Nestes tipos de sistemas, os líderes dos partidos conseguem determinar quais são os chamados *safe-seats*, as posições seguras dentro da lista para que o candidato seja selecionado. Por exemplo, numa lista onde espera-se selecionar cinco candidatos, as cinco primeiras posições da lista são classificadas como *safe-seats*. Porém, para o caso brasileiro onde não há formato de seleção de candidatos formalmente institucionalizado, podemos imaginar que o número de *safe-seats* de cada partido é dado pela quantidade de candidatos à reeleição. Os *incumbents*, como dissemos antes, desfrutam de larga margem de vantagem para o pleito eleitoral, podendo classificá-los como detentores de posições seguras nas listas abertas.

As consequências do processo de seleção, quão representativos são os *outputs* resultantes e em que medida esse é um critério válido para mensurar democracia no interior dos partidos independente da forma de democracia executada. Isso se deve a que os partidos podem apresentar altos níveis de representação mesmo quando os candidatos são escolhidos por uma elite do partido. Segundo Hazan e Rahat (2010: 114) processos de seleção mais excludentes tendem a apresentarem melhores indicadores de representação, já que é mais fácil para pequenos grupos ou para líderes garantirem a representatividade. Quando a seleção ocorre através de grupos grandes ou por primárias, por exemplo, a representatividade tende à média dos selecionadores, muitas vezes excluindo minorias. Isso pode ser corrigido por mecanismos que fazem um balanço da seleção, como cotas voluntárias para mulheres (Norris e Lovenduski, 1993).

O indicador original dava a proporção de mulheres em *safe-seats* pelo total de *safe-seats*. No nosso caso, utilizaremos a proporção do total de mulheres candidatas à reeleição, pelo total de candidatos à reeleição. Quanto maior o indicador, melhor o nível de representação dentro do partido em relação à disposição da conquista de votos através dos *incumbents*.

$$\text{Indicador de Representatividade (IR)} = \frac{IW}{TI} * 100$$

*IW* representa o total de mulheres candidatas à reeleição

*TI* representa o total de candidatos à reeleição de ambos os sexos.

Outra forma de avaliar a inserção de mulheres nos partidos político é medir a taxa de desafio destas em relação a quantidade de *safe-seats* disponíveis. Ou seja, saber quantas mulheres desafiantes, portanto, que não disputam a reeleição, se apresentam em relação à quantidade de *safe-seats* disponíveis. Quanto mais alto o indicador, mais competição temos em relação às mulheres novatas, quanto menor o indicador, mais provável é que essas mulheres tenham oportunidade de se fazerem representadas renovando o partido.

Da mesma forma que o anterior, adaptamos o indicador de desafiantes de Rahat, Hazan e Katz (2008) para listas abertas.

$$\text{Índice de Renovação Relativa (IRR)} = \frac{AW}{TIM}$$

Onde *AW* representa a quantidade de mulheres que não concorrem pela reeleição.

*TIM* o total de candidatos homens que disputam a reeleição.

Os dados apresentados na tabela 4.8 abaixo foram calculados a partir de todo o universo de candidatos nas eleições de 2010.

Tabela 4.8 -  
Representatividade de  
Mulheres

Partido	IR	IRR
DEM	7,4	0,76
PMDB	8,77	1
PSDB	5,12	1,45
PT	8,62	1,24

Fonte: o autor a partir do sítio do TSE

Os dados da tabela 4.8 apontam três conclusões. Em primeiro lugar, não é possível dizer que partidos mais democráticos internamente possuem melhores indicadores de representatividade (IR) no que diz respeito ao conjunto das candidaturas femininas. PMDB e PT apresentaram ambos os valores próximos de nove enquanto um apresentou *score* democrático muito mais baixo do que outro. O mesmo vale para PSDB e DEM, não parecendo haver, pelo menos aqui, sustentação empírica para

associar representatividade com democracia interna enquanto procedimento, conforme os dados que apresentamos no quadro 03.

Em segundo lugar, o fato de termos representação não quer dizer que os grupos específicos encontrarão espaço dentro dos partidos. Partidos com alto indicador de representatividade, como o PT, oferecem ao mesmo tempo muita competição para estas minorias. Por outro lado, o lugar onde as chances são menores para as mulheres é o PSDB, com baixos níveis de representação e altos de renovação relativa. O melhor desempenho na comparação dos dois indicadores fica com o PMDB, que apresenta a mais alta taxa de representatividade e a segunda menor taxa de renovação relativa.

Muito provavelmente não são os nossos indicadores que não fazem sentido. É que talvez não seja suficiente utilizar a seleção de candidatos e as composições das listas para entender de que forma os partidos manejam a representação política. Desse ponto de vista, Norris e Lovenduski, (1995) argumentam que somente com o estudo sobre a quantidade de mulheres que não chegam a se tornarem candidatas é que podemos compreender o motivo pelo qual os indicadores de representatividade são relativamente baixos e os anteparos à renovação relativa altos<sup>105</sup>.

Especificamente sobre a competição no interior das listas, utilizamos os indicadores de Hazan e Rahat (2010: 126-9). Altos níveis de competição dentro das listas partidárias tenderiam a estimular a diferenciação entre os candidatos, aumentando o apelo para características pessoais e recursos financeiros. Indicadores moderados, levariam a um comportamento dependente do partido ou dos grupos que patrocinam as candidaturas.

Novamente utilizaremos como sinônimo de candidaturas reais os candidatos que estavam disputando as eleições no ano em questão. Os *safe-seats* são determinados novamente como a quantidade de detentores destas cadeiras legislativas por partido.

Uma eleição é considerada como competitiva no interior do partido no momento em que temos uma maior quantidade de candidatos do que as posições realistas, os *safe-*

---

<sup>105</sup> Um bom começo para isso seja talvez observar que os partidos têm baixíssima capacidade de atrair seus membros para candidaturas. A relação candidatos por filiados nos partidos foi de: DEM 0,016; PMDB 0,014; PSDB 0,019; PT 0,022 (Fonte: TSE), o que evidencia que é preciso buscar fora dos partidos explicações para a não inserção de minorias nas listas eleitorais.

*seats*, disponíveis. Devemos esperar que em todos os partido ocorra algum nível de competição, visto que os distritos pelos quais disputam cadeiras são todos plurinominais e estimulam a atração de candidatos, mesmo que, como apontamos, as listas não tem sido preenchidas nem em sua metade.

Uma primeira forma de analisar a competição no interior das listas é avaliar a quantidade total de candidatos que disputam em relação aos candidatos que concorrem em candidaturas realistas. O indicador AI1 (AI, *aspirants index*) foi calculado levando em consideração o seguinte:

$$AW1 = \frac{Cdd}{TI}$$

Onde *Cdd* representa a somatória do total de candidatos pela reeleição e *TI* representa a quantidade de candidatos que concorrem em posições realistas.

Esse indicador quanto mais alto for, revela que mais alta é a competição dentro do partido. Uma segunda forma de mensurar a competitividade nas legendas é saber em que medida a relação entre desafiantes e *incumbents* é mais severa.

$$AW2 = \frac{Ch}{TI}$$

Onde *Ch* representa a soma de todos os candidatos que não concorrem pela reeleição e *TI* o total de candidatos concorrendo em *safe-seats*. Este indicador em específico é mais exigente do que o anterior na medida em que mostra a capacidade dos candidatos à reeleição em enfrentarem desafiantes. Novamente, quanto maior for o valor de AW2, maior será a competição.

Por fim, o terceiro indicador leva em consideração a capacidade de um desafiantes ganhar uma posição dentre os novos eleitos. Alguns indicadores para este tipo de análise aplicam-se somente para listas fechadas, onde poderíamos ponderar os *safe-seats* pela ordem em que aparecem na lista. Como trabalhamos aqui com sistema de lista aberta, não é possível realizar essa ponderação. Uma alternativa para isso seria, segundo Goodliffe e Magleby (2000: 11) medir a diferença do percentual de votação entre os primeiros e segundos colocados, segundos e terceiros, e assim por diante. A concentração de votos em alguns nomes indicaria que a competição interna foi baixa durante a eleição. Contudo, não nos interessa aqui saber em que medida as eleições são

competitivas, mas sim as listas montadas pelos partidos e, por essa razão, preferimos o indicador abaixo.

$$NIWI = \frac{NIW}{TI}$$

Onde NIWI representa o indicador de *non-incumbents winners*, em que *NIW* representa a quantidade de candidatos que não estavam disputando em uma posição realista venceram a eleição e *TI* o total de candidatos que disputavam pela reeleição. Os resultados são apresentados na tabela abaixo. Quando maior o valor de NIWI, mais a permeabilidade do partido à novas candidaturas.

Tabela 4.9 - *Aspirants Index* - 2010

	AI1	AI2	NIWI	Média
PT	2,64	4,84	0,75	2,74
PMDB	3,35	4,96	0,55	2,95
DEM	3,89	6,18	0,7	3,59
PSDB	4,16	6,02	0,76	3,64

Fonte: TSE - Adaptado de Rahat e Hazan (2010: 126-130)

Em primeiro lugar vemos que a competição absoluta é mais acirrada no PSDB, com um indicador AW1 de 4,16. Isso mostra em parte, que o partido aumenta sua competição não via potencial eleitoral, mas sim na dificuldade em que os candidatos tem de enfrentar os detentores de mandato. O partido menos competitivo em termos gerais é o PT, dando maior margem para que os candidatos possam ter mais sucesso independente de sua posição segura. Se examinarmos a capacidade de desafiar os *incumbents*, através do AW2, observamos que é no DEM e no PSDB onde essa dificuldade é maior. São os dois partidos que apontam maiores indicadores e fazem com que os candidatos à reeleição estejam mais seguros. Por fim, observamos que mesmo com níveis de competição mais baixa, o PMDB é o partido onde os *challengers* conseguem menor sucesso. Já PT, PSDB e DEM, guardam proximidade entre esses valores.

A relação entre estes indicadores talvez seja mais bem entendida se olharmos também para os achados que apresentamos no segundo capítulo, onde o potencial eleitoral oferece uma melhor explicação da competição dentro das listas do que os

indicadores aqui apresentados. Uma possível explicação é que esses indicadores são influenciados por outras dinâmicas partidárias, como a distribuição de recursos entre os candidatos, *background* social, apoio financeiro ou investimento em propaganda eleitoral. Ou seja, apenas com esses indicadores podemos dizer que os partidos que investem mais em competição política, como PSDB e DEM o fazem distribuindo mais uniformemente o potencial eleitoral dos candidatos em suas listas, ou seja, pulverizando capacidade de desafio. Enquanto que partidos como PMDB e PT aumentam a competição horizontal, entre candidatos de alto potencial, contudo não oferecem grandes chances para que novatos componham quadros renovados do partido (ver tabela 2.2).

Se por um lado, não conseguimos com nossos dados comprovar a hipótese de trabalho que pretendíamos, por outro conseguimos mostrar que a seleção de candidatos pode ser um bom indicador para mensurar democracia interna nos partidos políticos. Sustentamos que é preciso uma investigação mais ampla, com maior quantidade de casos e maior quantidade de partidos para que possamos chegar à conclusões satisfatórias. Contudo, o uso da metodologia de *survey* nos pareceu muito adequada para compreender de que modo operam os partidos políticos ao formarem suas listas de candidatos.

#### **4.5 Conclusões parciais**

De um modo geral, o que podemos ver é que há uma forte associação entre institucionalização partidária e possibilidade de contorno dos determinantes do sistema político, ao menos daqueles levantados pela literatura. Não há uma evidência contundente que relacione a direção da institucionalização com a forma de seleção de candidatos. O que podemos concluir que importa mais a força e o equilíbrio para ter autonomia, do que concentrar os processos em uma ou outra dimensão.

Além disso, observamos que a seleção de candidatos pode ser um indicador interessante para mensurarmos democracia interna nos partidos políticos. Definida forma democrática como a essência deste conceito, a seleção se mostrou útil justamente por revelar a distribuição de poder organizacional nos partidos e dar pistas de como podemos ter expectativas em relação à instituições mais democráticas.

Sobre a representatividade, vemos que não há ligação entre esta e a forma de seleção. Ou seja, nem sempre procedimentos mais democráticos levam a conteúdos mais democráticos. Seria preciso, portanto, investigar os processos anteriores à seleção de candidatos, centrando esforços também no lado da oferta de aspirantes para os partidos.

Por último, observamos que a competição no interior das listas de partido ocorre de forma diferente entre eles, ora privilegiando o isolamento da competição horizontal, como no PT e PMDB, ora oferecendo maior dificuldade para que os candidatos que ocupam posições seguras as mantenham.



## 5. Considerações finais e sugestões de uma agenda de pesquisa

Em termos gerais, as conclusões que obtivemos neste trabalho demonstram que, teoricamente, a investigação da seleção de candidatos é um processo crucial para compreendermos o partido político como uma organização fundamental das democracias representativas, pois é por meio dessa atividade que os partidos vêm controlando o acesso às arenas de poder. Empiricamente, esse processo ainda é dotado de elementos informais como critérios de mensuração, colaborando para entendermos melhor o funcionamento interno das estruturas partidárias de um país. Como vimos, a conjugação entre examinar a arena interna do partido e o uso de metodologia de *survey* foi adequada para que respondêssemos às principais questões que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa, quais sejam as possíveis relações entre a seleção de candidatos e a institucionalização partidária. Mesmo assumindo que o sistema eleitoral e outros elementos que conformam a configuração do arranjo institucional tenham peso nas estratégias de partidos e candidatos, verificamos dimensões como a institucionalização e elementos internos dos partidos analisados, dão uma contribuição essencial quando objetivamos determinar os conteúdos dos processos e dinâmicas que são conduzidas exclusivamente pelas legendas partidárias.

Diferentemente da proposta elaborada pelos estudiosos do neo-institucionalismo de escolha racional, especialmente a contribuição de Samuels (2008), demonstramos que a perspectiva organizacional e institucional clássica pode ser útil na medida em que nos aproximamos dos acontecimentos em si e não somente de suas possíveis consequências para os comportamentos dos eleitos.

A partir de análise mais cuidadosa seguida de evidências empíricas mais contundentes verificamos que os partidos brasileiros examinados apresentam diferenças significativas tanto na forma como escolhem seus candidatos como na força de sua institucionalização e, ainda nas consequências desses processos. Os dados sobre a inclusividade na seleção dos candidatos e a força e forma como os partidos estão institucionalizados, apontam que o sistema eleitoral não é capaz de determinar todos os componentes dessas organizações.

Para isso foi fundamental demonstramos que a relação entre institucionalização e seleção de candidatos é válida. A hipótese de que partidos mais institucionalizados

seriam mais capazes de contornar os determinantes do sistema eleitoral não é somente amparada pelo PT, caso clássico de partido de base social e força organizacional e que por sua forte institucionalização, divergiu claramente dos determinantes do sistema eleitoral para selecionar seus futuros representantes. Também PSDB e PMDB apresentaram indicadores de institucionalização mais elevados do que o DEM, partido este que se aproximou mais das exigências eleitorais para selecionar seus candidatos, dando poder às lideranças e valorizando reputação calcada em características pessoais. De forma diferente, o PMDB foi capaz de apresentar uma estrutura organizacional mais robusta na dimensão organizacional da institucionalização e ainda, contar com representação de grupos de interesse e de características pessoais entre seus candidatos. Isso se deve essencialmente à fragilidade do partido em infundir seus valores em nível nacional bem como ao seu objetivo de escolher seus candidatos centrando fogo na descentralização e no estabelecimento de lealdade entre candidatos e líderes regionais. Os indicadores do PSDB, por sua vez, revelam que esse partido apresenta uma melhor inserção de valores e atitudes dentre seus membros e eleitores. Isso levaria o partido a conduzir a seleção de candidatos segundo as representações das regiões geográficas, mostrando, assim, como o segundo partido mais institucionalizado ainda desfruta de capacidade para fugir do domínio exclusivo das candidaturas personalistas.

Esses dados foram apresentados tendo em conta não somente as informações previstas no estatuto de cada agremiação ou no formalismo da estrutura legal. Por meio do *survey* aplicado aos candidatos dos partidos analisados demonstramos que há critérios e processos informais que também norteiam a seleção dos futuros representantes. São as dinâmicas e interações informais, para usar os termos de Levitsky (2009) e de Freidenberg e Levitsky (2007), que revelam a relação de poder e a estrutura dos partidos políticos aqui abordados. Evidenciam, sobretudo, que as lideranças e as diferentes esferas do partido possuem um papel relevante para a coordenação eleitoral, enfatizando diferentes formas de escolha e de opções de distribuição de poder nos partidos.

Sobre o diagnóstico teórico é importante ressaltar que esta pesquisa não tratou de realizar um novo debate acerca do papel fulcral das instituições políticas. Tentamos, por outra parte, inserir no equilíbrio da análise a dimensão da organização partidária como engrenagem do sistema político. São os processos que os partidos conduzem, sob o jugo do sistema eleitoral e partidário, que pesam para um lado ou outro da balança de

poder. É preciso que se lance luz sobre esta dimensão, seja com a seleção de candidatos, com o recrutamento partidário ou através de estudos que mobilizem a mecânica dos partidos políticos.

Ainda, me parece que a tese de Mainwaring (1994) acerca da fundamental importância em termos instituições democráticas para a consolidação da democracia toma ainda maior corpo. Longe de temermos a tinta normativa, acreditamos que estudos como o de seleção de candidatos nos dão pistas e ferramentas para que nossas poliarquias tenham níveis qualitativos maiores, permitindo um diálogo entre analistas e sociedade.

Ainda sobre a centralidade da seleção de candidatos, cabe acrescentar que a temática levanta importantes questões no sentido de questionarmos a imposição de uma agenda de pesquisa. A suposta superioridade do arquétipo virtual dos partidos de massa levou a conclusões que nublavam o futuro das democracias na América Latina. O surgimento de novas agendas de pesquisa tem fornecido diagnósticos que não asseveram uma consolidação completa do bom funcionamento das peças do nosso sistema político. Mas certamente aponta caminhos diferentes e menos tortuosos dos que estávamos acostumados. Além disso, esta, a seleção de candidatos, pode ser um bom indicador para determinarmos novos modelos de partido que não aqueles onde tentamos nos encaixar. A organização do partido deveria, ao menos, explicar o seu modelo e não o contrário. Tomar estudos de recrutamento político, nada mais é do que senão entendermos como os partidos se organizam e daí sim poderemos contribuir com novos modelos de partidos que deem cabo das nossas realidades específicas.

Por outro lado, isso nos leva a apontar alguns problemas e realizar algumas sugestões para futuras pesquisas na área. Em primeiro lugar, um questionário mais bem desenhado não revelaria vieses ou repetição de dados para diferentes propósitos. Durante o trabalho tentamos contornar tais questões com agregações, supressão de *missing data* e deixando claro ao leitor os problemas que ocorreram durante a aplicação do mesmo. Isso poderia acarretar um problema de validade dos dados. Porém, acreditamos que os procedimentos metodológicos tomados evitaram que incorrêssemos nesse erro de análise e coleta. Os conceitos apresentaram consistência lógica durante a aplicação do *survey* bem como, conseguimos operá-los de forma a encontrar na

realidade indicadores que nos forneceram evidências claras acerca do que desejávamos estudar.

Em segundo lugar seria preciso um investimento maior de nossa parte em pesquisas de maior fôlego, analisando mais estados da federação e entrevistando uma quantidade maior de candidatos. Uma amostra como a nossa, mesmo que aleatória e distribuída proporcionalmente entre os estados, não pode ser utilizada para extrapolação estatística se falamos de um universo de mais de quatro mil pessoas. Por fim, o uso de diferentes matrizes de dados é um problema na medida em que não conseguimos relacionar empiricamente nossos achados. Baseamos a relação entre institucionalização e seleção, ou entre seleção e representatividade, tomando por certo que a teoria nos legitimaria.

Contudo, pensamos que as relações entre a seleção de candidatos, a institucionalização partidária e as consequências para a representação política e disciplina partidária puderam ser estabelecidas. Mesmo que os dados não permitissem análises mais robustas, conseguimos mapear minimamente a sexta zona de incerteza elaborada por Panebianco (2005), o recrutamento político. Apontando que esta pode ser um reflexo da distribuição de poder organizacional, ora privilegiando os líderes do partido, como no PMDB e no DEM, ora estabelecendo uma relação de poder mais complexa, e, portanto menos coesa, no caso do PSDB e complexa e mais coesa no caso do PT. A relação entre os diferentes tipos de dados apresentados podem ser uma pista, um rascunho do que seria o mapa organizativo dos partidos. Podemos ter aqui uma boa opção para conduzir análises organizacionais dos partidos políticos sem que tenhamos de remontar todo o processo de institucionalização do partido ao longo dos anos.

A distribuição de poder no interior dos partidos talvez seja a questão mais importante que devemos ter em conta de queremos compreender como são organizadas nossas agremiações. Outros dados como a relação com o ambiente, o patrocínio, o controle da informação ou a composição social dos partidos são fruto do modo com que estas instituições operam suas instâncias decisórias. E fundamentalmente, para lembrar Wright Mills, quem manda é o mais importante também nos partidos políticos.

Como uma frutífera agenda de pesquisa, acreditamos que a seleção de candidatos possa cumprir o papel teórico ao qual foi destinado. Por um lado, podemos utilizá-la como um excelente indicador das relações de poder no interior dos partidos

(Ware, 1996) e ao mesmo tempo estabelecer, através dela, critérios mensuráveis para avaliarmos a democracia intrapartidária (Freidenberg, 2003). Além disso, pesquisas comparadas entre partidos na América Latina seriam de grande valia para avaliarmos tanto os impactos dos sistemas eleitorais, quanto possíveis comparações entre modelos teóricos e reais de partidos políticos tão específicos que aqui encontramos.

Como os estudos preocupados com a qualidade das democracias também na América Latina já apontaram, o exame do processo de seleção de candidatos desenvolvido nesta tese também sugere que precisamos aprofundar essa agenda de pesquisa para que sejamos capazes de colaborar em larga escala para que, como sustentam Mainwaring e Scully (1997), não só o regime seja democrático, mas que as instituições que o compõe também o sejam.

## Referências Bibliográficas

AHRAM, Ariel. 2009. The Challenge of Conceptual Stretching in Mixed-Methods Research. *The Committee on Concepts and Methods*. International Political Science Association.

ÁLVARES, M. L. M. 2008. Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no “jardim secreto”. *Paper apresentado no 6º. Encontro da ABCP*. Campinas.

AMARAL, Oswaldo. 2011. Ainda Conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*. Vol. 17, n. 01, pp. 01-44.

AMES, B. 2003. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_. e POWER, T. J. 2007. Parties and Governability in Brazil. In: Webb, P. e White, S. *Party Politics in New Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

ARAÚJO, Clara. 2009. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*. no. 02.

\_\_\_\_\_. e BORGES, Doriam. 2012. O “gênero” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: Alves, J. E. D.; Jardim, C. R.; Jordão, F. (orgs.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisa em survey*. 2001. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BARNEA, Shlomit e RAHAT, Gideon. 2007. Reforming Candidate Selection Methods: a three-level approach. *Party Politics*. Vol. 13, n. 03, pp. 375-394.

BASEDAU, Matthias e STROH, Alexander. 2008. Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: a new research instrument applied to 28 african political parties. *GIGA (German Institute of Global and Area Studies) Working Papers*. N. 69.

BEST, H. e COTTA, M. 2000. *Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven european countries*. Oxford: Oxford University Press.

BILLIE, Lars. 2001. Democratizing a Democratic Procedure: myth or reality?: candidate selection in Western European Parties, 1960-1990. *Party Politics*. Vol. 7, n. 03, pp. 363-380.

BOLOGNESI, Bruno. 2012. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia partidária? *Paraná eleitoral: revista de direito eleitoral e ciência política*. Vol. 1, n. 2, pp. 113-129.

\_\_\_\_\_. 2010. Impactos do sistema eleitoral, competitividade política e recrutamento de elites: partidos políticos brasileiros e a magnitude dos distritos. *Paper apresentado no V Congresso Latinoamericano de Ciência Política*. Buenos Aires.

BORGES, André. 2011. The political consequences of center-led redistribution in Brazilian federalism: the fall of subnational party machines. *Latin American Research Review*. Vol. 46, n. 03.

BRAGA, M. S. S. 2008. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, vol. 14, no. 02, pp. 454-485.

\_\_\_\_\_ e PIMENTEL, Jairo. 2011. Os partidos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*. Vol. 17, nº 02.

\_\_\_\_\_ ; RIBEIRO, Pedro F.; AMARAL, Oswaldo. 2012. El Sistema de Partidos no Brasil: estabilidad e institucionalización. *Paper apresentado no VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Quito.

\_\_\_\_\_ ; SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. 2012. Organização, território e sistema partidário: difusão territorial da organização partidária e seus impactos sob o sistema partidário no Brasil. *VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Gramado.

\_\_\_\_\_ 2009. Reclutamiento partidista y representación: proceso de selección de candidatos en la Cámara de Diputados Brasileña. In: FREIDENBERG, Flávia y SÁEZ, Manoel Alcántara. *Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. Tribunal Electoral del Distrito Federal: México.

\_\_\_\_\_ 2010. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 04.

\_\_\_\_\_ e BOURDOUKAN, Adla. 2007. Partidos Políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. *Perspectivas*, vol. 35, p. 117-148.

\_\_\_\_\_ VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. 2009. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24, n. 70. pp. 123-142.

\_\_\_\_\_ e BOLOGNESI, Bruno. 2011. Dimensões do Processo de Seleção da classe política brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. Paper apresentado no *Seminário Internacional "Os eleitos: como parlamentares tornam-se parlamentares"*. Porto Alegre.

\_\_\_\_\_ . 2013. Dimensões do Processo de Seleção da Classe Política Brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. In: Marengo dos Santos, André. (org.). *Os Eleitos. Representação e carreiras políticas em democracias*. Porto Alegre: Editora UFRGS.

CAMP, Roderic Ai. 1995. *Political Recruitment across two centuries*. Austin: University of Texas Press.

CAREY, J. and SHUGART, M. 1995. Incentives to cultivate a Personal Vote: a rank ordering electoral formulas. *Electoral Studies*, vol. 14, n. 4.

CARVALHO, Nelson R. 2003. *E no início eram as bases. Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

CERVI, Emerson U. 2012. Comportamiento electoral y nivel de disputa en Brasil: un análisis basado en el número efectivo de candidatos por distrito electoral para diputado federal en 2010. Paper apresentado no 6to. *Congreso Latino Americano de Ciencia Política*. Alacip: Quito.

\_\_\_\_\_ e BOLOGNESI, Bruno. 2011. Distribuição de recursos e sucesso eleitoral nas eleições de 2006: dinheiro e tempo de HGPE como financiadores de campanha a deputado federal no Paraná. *Paper apresentado no 35° Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu.

CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. 2013. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. In: SPECK, Bruno (org.). *Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012*. Cadernos Adenauer XIV, n.º 02. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.

CROSS, William. 2008. Democratic Norms and Party Candidate Selection: taking contextual factors into account. *Party Politics*. Vol. 14, n. 05, pp. 596-619.

CROTTY, William. J. 1968. *Approaches to the Study of Party Organization*. Boston: Allyn and Bacon.

CZUDNOWSKI, Moshe. 1975. Political Recruitment. In: Greenstein, F. e Polsby, N. *Handbook of Political Science. Micropolitical Theory*. Vol. 2. Reading: Addison-Wesley Publishing Company.

\_\_\_\_\_ 1970. Legislative Recruitment under Porportional Representation in Israel: a model and a case study. *Midwest Journal of Political Science*. Vol. 14, n.º 2. 216-248.

DAALDER, Hans. ¿Partidos negados, obviados o redundantes? Una crítica. In: MONTERO, J. R.; GUNTHER, R.; LINZ, J. (eds.). *Partidos Políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Fundación Martín Escudero/Editorial Trotta. 2007.

DAVIDIAN, Andreza; SILVA, Glauco e MESQUITA, Lara. 2012. A regionalização dos votos partidários para a Câmara Federal no Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. *Em Debate: opinião pública e cultura política*. Ano 04, no. 02.

DAZA, J. D. 2005. La Institucionalización Partidista. Una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. *Estudios Políticos*. N. 27.

DESPOSATO, Scott W. 2006. How Informal Electoral Institutions Shape the Brazilian Legislative Arena. In: Helmek, G. e Levitsky, S. (eds.). *Informal Institutions & Democracy. Lessons from latin america*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

DIAMOND, Larry and MORLINO, Leonardo. 2005. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

DIX, Roberth. 1992. Democratization and the Institutionalization of Latin American Political Parties. *Comparative Political Studies*. Vol. 24, n.º 488.



- DOWNS, Anthony. 1997. *Uma teoria econômica da democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- DUVERGER, Maurice. 1968. *Sociologia Política*. Rio de Janeiro: Forense.
- EPSTEIN, Leon D. 1967. *Political Parties in Western Democracies*. London: Transaction Publishers.
- ESCOBAR-LEMMON, Maria and TAYLOR-ROBINSON, Michelle. 2008. How do Candidate Recruitment and Selection Process Affect the Representation of Women? In: SIAVELIS, Peter M. and MORGENSTERN, Scott. *Pathways to power. Political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park: The Pennsylvania State University Press.
- FARREL, David M. 2001. *Electoral Systems: a comparative introduction*. New York: Palgrave.
- FIELD, Bonnie N. y SIAVELIS, Peter. M. 2009. Procedimientos de selección de candidatos en las democracias nacientes. FREIDENBERG, Flávia y SÁEZ, Manoel Alcántara. *Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. Tribunal Electoral Del Distrito Federal: México.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson B. 2011. *et. al.* When statistical significance is not significant? Paper apresentado no *II Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política*. São Carlos.
- FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. 1996. Câmara dos Deputados: organização interna e processo legislativo. *Cadernos de Pesquisa*, nº. 05. DF: Câmara dos Deputados.
- FISHER, Robert J. 1993. Social Desirability Bias and the Validity of Indirect Questioning. *Journal of Consumer Research*. vol. 20, n. 02.
- FLORENTINO, Renata. 2008. Saindo de Cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, n. 30.
- FREIDENBERG, Flávia. 2002. Incentivos Electorales y Selección de Candidatos en Organizaciones Neopopulistas: el Partido Roldosista Ecuatoriano (1984-2000). *Paper apresentado no V Congreso de la Asociación Española de Ciencia Política y de la Administración*. Tenerife.
- \_\_\_\_\_. 2003. Selección de Candidatos y Democracia Interna en los Partidos de la América Latina. *Biblioteca de La Reforma Política*. Nº 01. Lima: Asociación Civil Transparencia/International IDEA
- \_\_\_\_\_. 2006. La democratización de los partidos políticos en la América Latina: entre la ilusión y el desencanto. In: Thompson, J. e Sánchez, F. *Fortalecimiento de los partidos políticos en América Latina: institucionalización, democratización y transparencia*. San José de Costa Rica: IIDH.
- \_\_\_\_\_. 2009. ¿Qué es la democracia interna? Una propuesta de redefinición conceptual. *La democracia en su contexto. Estudios en homenaje a Dieter Nohlen en su septuagésimo aniversario*. In: Reynoso Núñez, José e Sánchez de la

Barquera y Arroyo, Herminio. México, D.F.: Instituto Investigaciones Jurídicas, pp. 277-295.

\_\_\_\_\_ e LEVITSKY, Steven. 2007. Organización Informal de los Partidos en América Latina. *Desarrollo Económico*, vol. 46, n° 184.

FREIRE, André e PEQUITO, Conceição. 2011. A escolha antes da escolha: a seleção de candidatos a deputados – Parte II: teoria e prática. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*. No. 02.

FREITAS, Andréa; *et. all.* 2012. Political Reform in Brazil: investigation into the impact on the party system and on representation. Working paper presented at XXII World Congress of Political Science. Madrid.

GALLAGHER, Michael. 1980. Candidate Selection in Ireland: the impact of localism and the electoral system. *British Journal of Political Science*, vol. 10, n° 04, pp. 489-503.

GALLAGHER, Michael. 1988. Introduction. In: GALLAGHER, Michael e MARSH, Michael. *Candidate Selection in Comparative Perspective. The secret garden of politics*. London: Sage Publications.

\_\_\_\_\_ e MARSH, Michael. 1988. *Candidate Selection in Comparative Perspective. The secret garden of politics*. London: Sage Publications.

GHUNTER, R. e HOPKIN, J. 2007. Una crisis de institucionalización: el colapso de UCD en España. MONTERO J. R., GUNTHER R. y LINZ J. (editores) *Partidos políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Fundación Alfonso Martín Escudero/Editorial Trotta.

GOODELIFFE, Jay e MAGLEBY, David B. 2000. Campaign spending in primary elections in the U.S. house. *Paper apresentado no Midwest Political Science Association Annual Meeting*. Chicago.

GUARNIERI, Fernando. *Partidos, seleção de candidatos e comportamento político*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP. 2004.

HAZAN, Reuven. 2002. Candidate Selection. In: Leduc, L.; Niemi, R.; Norris, P. (eds.). *Comparing Democracies*. Vol. 2. Thousand Oaks: Sage.

\_\_\_\_\_ and VOERMAN, Gerrit. 2006. Electoral Systems and Candidate Selection. *Acta Politica*. N. 46, pp. 146-162.

\_\_\_\_\_ and RAHAT, Gideon. 2007. The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators: theoretical propositions, methodological suggestions and empirical evidence. *The Journal of Legislative Studies*. Vol. 12, no. 3-4.

\_\_\_\_\_ 2009. Selección de candidatos: métodos e consecuencias. In: FREIDENBERG, Flávia y SÁEZ, Manoel Alcántara. *Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. Tribunal Electoral Del Distrito Federal: México.

\_\_\_\_\_. 2010. *Democracy Within Parties. Candidate selection methods and their political consequences*. Oxford: Oxford University Press.

HIRSCHMAN, Albert. 1973. *Saída, Voz e Lealdade*. São Paulo: Editora Perspectiva.

HOPKIN, John. 2001. Bringing the Members Back In?: democratizing candidate selection in Britain and Spain. *Party Politics*. Vol. 07, n. 03, pp. 343-361.

HUNTINGTON, Samuel P. 1975. *Ordem política nas sociedades em mudança*. São Paulo: Edusp.

HUNTINGTON, Samuel. 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.

JANDA, Kenneth. 1980. *Political Parties: a cross-national survey*. New York: The Free Press.

KATZ, Richard. 2001. The problem of candidate selection and models of party democracy. *Party Politics*. Vol. 07, n. 03, pp. 277-296.

\_\_\_\_\_ and MAIR, Peter. 1994. *How Parties Organize. Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. London: Sage Publications.

\_\_\_\_\_ 2004. El partido cartel: la transformación de los modelos de partido y de la democracia de partidos. *Zona Abierta*, pp. 09-39.

KINZO, M. D. 2005. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, n° 57.

KIRCHHEIMER, Otto. 2012. A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N° 07.

KOOP, Royce e BITTNER, Amanda. 2011. Parachuted into Parliament: candidate nomination, appointed candidates, and legislative roles in Canada. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*. Vol. 21, n. 04, pp. 431-452.

KUEHN, David and ROHLFING, Ingo. 2010. Causal Explanation and Multi-Method Research in the Social Sciences. *Committee on Concepts and Methods: working papers series*.

LaPALOMBARA, Joseph. 2007. Reflections on Political Parties and Political Development, four decades later. *Party Politics*. Vol. 13, n° 02.

LEVITSKY, Steven. 2009. Institutionalization: unpacking the concept and explaining party change. In: Coollier, D. e Gerring, J. *Concepts and Method in Social Science. The tradition of Giovanni Sartori*. Oxford: Routledge.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. 1983. *Partidos Políticos Brasileiros: 45 a 64*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

\_\_\_\_\_ 1999. Partidos, Eleições e o Poder Legislativo. In: MICELI, S. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. III, Ciência Política. São Paulo: Editora Sumaré: ANPOCS; Brasília: CAPES.

LIMONGI, Fernando e MESQUITA, Lara. 2008. Estratégia Partidária e Preferência dos Eleitores. *Novos Estudos CEBRAP*.

LOUREIRO, Maria Rita. 2009. Interpretações contemporâneas da representação. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.º. 01, pp. 63-93.

LUCA, M. D.; JONES, M. P; TULA, M. I. 2002. Back Rooms or Ballot Boxes? Candidate nomination in Argentina. *Comparative Political Studies*. Vol. 35, n. 04, pp. 413-436.

LUNDELL, Kristen. 2004. Determinants of Candidate Selection. The degree of centralization in comparative perspective. *Party Politics*. Vol. 10, n. 01, pp. 25-47.

MAINWARING, Scott. 1991. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais. *Novos Estudos*. N. 29.

MAINWARING, Scott. P. 2001. *Sistemas Partidários em novas democracias*. O caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto. Rio de Janeiro: Editora FGV.

\_\_\_\_\_ e SCULLY, Timothy R. 1997. La Institucionalización de los Sistemas de Partido en América Latina. *América Latina Hoy*. Vol. 16, pp. 91-108.

\_\_\_\_\_ e TORCAL, Mariano. 2005. Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários após a Terceira Onda de Democratização. *Opinião Pública*, vol. XI, n.º 02.

MAIR, Peter. 2003. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*. Vol. XXXVIII, n.º. 167, pp. 277-293.

MARENCO DOS SANTOS, André. 2001. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

\_\_\_\_\_ e SERNA, Miguel. 2007. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguay. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 22, n. 64, pp. 93-113.

MENEGUELLO, Rachel. 2000. *Partidos Conservadores no Brasil Contemporâneo. Quem são, o que defendem, quem são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ e AMARAL, Oswaldo. 2008. Ainda novidade: um revisão das transformações do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Occasional Paper presented at the *Brazilian Studies Program*. Oxford: Latin American Centre.

MICHELS, Robert. 1911. *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona.

MONTERO, J. J. E GHUNTER, Richard. 2007. Los Estudios sobre los Partidos Políticos. In: MONTERO, J. R.; GHUNTER, R. e LINZ, J. *Partidos Políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta.

MÜLLER, Gustavo. 2005. Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 48, n°. 1, pp. 371-394.

NICOLAU, Jairo. 2007. O sistema de lista aberta no Brasil. In: NICOLAU, Jairo e POWER, Timothy J. *Instituições representativas no Brasil. Balanço e reforma*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

\_\_\_\_\_ e SCHMITT, Rogério. 1995. Sistema eleitoral e sistema partidário. *Revista Lua Nova*. N° 36.

NORRIS, Pippa e LOVENDUSKI, Joni. 1997. United Kingdom. In: Norris, P. (ed.). *Passages to Power. Legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 158-186.

\_\_\_\_\_ 1995. *Political Recruitment. Gender, Race and Class in the British Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press.

NORRIS, Pippa. Legislative Recruitment. 1996. In: LeDUC, L.; NIEMI, R.; NORRIS, P. (eds.). *Comparing Democracies. Elections and Voting in Global Perspective*. London: Sage Publications.

\_\_\_\_\_ 1997. *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ and LOVENDUSKI, Joni. 1993. If only more candidates come forward: supply-side explanations of candidate selection in Britain. *British Journal of Political Science*. Vol. 23, n°. 03.

\_\_\_\_\_ 2004. *Electoral Engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_ Recruitment. 2006. In: KATZ, Richard S. and CROTTY, William. *Handbook of Party Politics*. London: Sage Publications.

NORTH, Douglas. 1993. *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico*. México: Fondo de Cultura Económica.

O'DONNELL, Guillermo. 1994. Delegative Democracy. *Journal of Democracy*. Vol. 5.

\_\_\_\_\_ 1996. Another Institutionalization: Latin America and elsewhere. *Kellogg Institute Working Paper*, n° 222.

OBLER, Jeffrey. 1974. Intraparty Democracy and the Selection of Parliamentary Candidates: the Belgian Case. *British Journal of Political Science*. Vol. 04, n° 02. Pp. 163-185.

OLGUÍN, Victor A. y FREIDENBERG, Flavia. 2007. El proceso de Selección del candidato presidencial en el Partido Acción Nacional. *Revista Mexicana de Sociología*. Vol. 69, n° 04.

- OSTROGORSKI, Moisei. 1907. *La democracia y los partidos politicos*. Madrid: Editorial Trotta.
- PAIVA, Denise e TAROUCO, Gabriela. 2011. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e as preferências dos eleitores. *Opinão Pública*. Vol. 17, n. 02.
- PANEBIANCO, Angelo. 2005. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- PATERSON, Peter. 1967. *The Selectorate. The Case for Primary Election on Britain*. London: MacGibbon & Kee.
- PENNINGS, Paul e HAZAN, Reuven. 2001. Democratizing Candidate Selection. Causes and Consequences. *Party Politics*. Vol. 7, n. 3, pp. 267-275.
- PERES, Paulo. 2000. *Sistema Partidário e Institucionalização Democrática: análise das teorias de sistemas partidários, do conceito de institucionalização e de suas formas de mensuração*. Available at: <http://works.bepress.com/pauloperes/16>.
- PERES, Paulo; RICCI, Paolo and GUARNIERI, Fernando. 2012. *How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design*. Manuscript not Published, <<http://works.bepress.com/pauloperes/19/>>.
- PEREIRA, Júlio C. R. 2004. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. São Paulo: Edusp.
- PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. 2003. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 46, nº 04.
- PERISSINOTTO, R. M. e BOLOGNESI, Bruno. 2009. O Recrutamento Político no PT e PFL Paranaenses nas Eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*. Vol. 14, n. 01, pp. 143-169.
- \_\_\_\_\_. 2010. Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). *Brazilian Political Science Review*. Vol. 4, n. 1. pp. 10-32.
- PESTANA, M. H. e GAGEIRO, J. 2005. *Análise de dados para Ciências Sociais*. 4ª ed. Lisboa: Edições Sílabo.
- PITKIN, Hanna F. 1967. *The concept of representation*. Berkley: University of California Press.
- POLSBY, Nelson. A Institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 16, n. 30. 2008.
- PREWITT, Kenneth. 1970. *The Recruitment of Political Leaders: A Study of Citizen-Politicians*. Indianapolis/New York: The Bobbs-Merril Company.

PUTNAM, Robert. 1976. *The comparative studies of political elites*. New Jersey: Prentice Hall.

RAHAT, Gideon. 2009. Which Candidate Selection Method is the Most Democratic?. *Government and Opposition*. Vol. 44; n° 01. 68-90.

\_\_\_\_\_. 2007. The choice before the choice. *Journal of Democracy*, vol. 18, n°. 01, pp. 157-170.

\_\_\_\_\_ e HAZAN, Reuven. 2001. Candidate selection methods: an analytical framework. *Party Politics*. Vol. 07, n. 03, pp. 297-322.

\_\_\_\_\_ e KATZ, Richard S. 2008. Democracy and Political Parties. On the uneasy relationships between participation, competition and representation. *Party Politics*. Vol. 14, n. 06, pp. 663-683.

RANNEY, Austin. 1965. *Pathways to Parliament. Candidate selection in Britain*. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press.

\_\_\_\_\_. Candidate Selection and Party Cohesion in Britain and the United States. In: CROTTY, William. J. *Approaches to the Study of Party Organization*. Boston: Allyn and Bacon. 1968.

RANDALL, Vicky e SVÁNSAND, Lars. 2002. Party Institutionalization in New Democracies. *Party Politics*. Vol. 08, n° 01.

RIBEIRO, Paulo S. S. e SOUZA, C. A. S. 2011. Padrões de Financiamento de Campanha entre Estados e Regiões Brasileiras. *Paper apresentado no 35° Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu.

RODRIGUES, Leôncio Martins. 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.

\_\_\_\_\_ 2006. *Mudanças na Classe Política*. São Paulo: Publifolha.

ROSE, Richard e MACKIE, Thomas. 1988. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWSON, K. & MERKL, P. (eds.), *When Parties Fail*. Princeton: Princeton University Press.

ROSENBERG, Morris. 1976. *A lógica da Análise do Levantamento de Dados*. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp.

RUSH, Michael. 1969. *The Selection of Parliamentary Candidates*. London: Thomas Nelson and Sons.

SAMUELS, David. 2008. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. In: Siavelis, P. e Morgenstern, S. *Pathways to Power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park: The Pennsylvania State Univeristy.

\_\_\_\_\_. 1999. Incentives to cultivate a Party Vote in candidate-centric Electoral Systems: evidence from Brazil. *Comparative Political Studies*.

\_\_\_\_\_. 2001. When does every penny count?: Intra-party competition and campaign finance in Brazil. *Party Politics*, v. 07, n. 01.

\_\_\_\_\_. 2004. As bases do petismo. *Opinião Pública*, vol. X, nº. 2, pp. 221-241.

SANTOS, Fabiano. 2000. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. *Elites Políticas e Econômicas no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1997. *Da Oligarquia à Poliarquia – Competição Eleitoral e Processos “Não-Encarceráveis”*. Série Estudos, n. 95. Rio de Janeiro: IUPERJ/SBI.

SAGARZAZU, Iñaki. 2011. Weak party institutionalization and the dynamics of political dialogue. *Nuffield’s College Working Papers Series in Politics*. Oxford.

SARTORI, Giovanni. 2005. *Partidos y Sistemas de Partidos*. Madrid: Alianza Editorial.

SCARROW, Susan. 2000. Parties without Members? Party Organization in a Changing Electoral Environment. In: DALTON, R. J. And WATTENBERG, M. P. *Parties without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

SCHATTSCHEIDER, E. 1942. *Party Government*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

SELZNICK, Philip. 1962. *El mando el la administración: una interpretación sociológica*. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín del Estado.

SHOMER, Yael. 2009. Candidate Selection Procedures, Seniority, and vote-seeking behavior. *Comparative Political Studies*. Vol. 42, n. 07.

SHUGART, Matthew. 2001. Extreme Electoral Systems and the Appeal of the Mixed-Member Alternative. In: SHUGART, M. e WATTEMBERG, M. *Mixed Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds?* Oxford, Oxford University Press.

\_\_\_\_\_ e CAREY, J. 1992. *Presidents and Assemblies. Constitutional design and electoral dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press.

SIAVELIS, Peter. 2005. La lógica oculta de la selección de candidatos en las elecciones parlamentares chilenas. In: *Estudios Públicos*. Nº 98.

\_\_\_\_\_ e MORGENSTERN, Scott. 2009. Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In: Freidenberg, F. e Saez, M. A. *Selección de Candidatos, Política Partidista y Rendimiento Democrático*. D.F. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal.

SIGELMAN, Lee. 1979. Understanding Political Instability: an evaluation of the mobilization-institutionalization approach. *Comparative Political Studies*. Vol. 12, nº 02.



STROM, Kaare. 1990. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*. Vol. 34, n° 02.

\_\_\_\_\_ and MÜELLER, Willian. 1999. *Policy, Office or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.

SURI, K. C. 2007. *Political Parties in South Asia: the challange of change*. Estocolmo: International Institute for Democracy and Electoral Assitance.

TAAGAPER, Rein e SHUGART, Matthew. 1989. *Seats and Votes: the effects and determinants of electoral systems*. New Haven: Yale University Press.

TAROUCO, Gabriela. 2010. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*. N° 04.

TAYLOR, S. 2000. Towards a Detailed Discussion of Candidate Selection in Latin America. Paper prepared for the *XXII International Conference of the Latin America Studies Association*. Miami.

TEIXEIRA, Conceição e FREIRE, André. 2011. A escolha antes da escolha: a seleção de candidatos a deputados – Parte I: o contexto legal e institucional. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*. No. 02.

TERRON, Sonia; RIBEIRO, Andrezza; LUCAS, Joyce F. 2012. Há padrões espaciais de representatividade na Câmara Municipal do Rio de Janeiro? Análise dos territórios eleitorais dos eleitos em 2008. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*. Vol. 21, n. 01.

TRIOLA, Mario F. 2008. *Introdução à estatística*. Rio de Janeiro: LTC.

VEIGA, Luciana F. e PERISSINOTTO, R. M. 2011. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para deputado federal de 2010. Paper apresentado no *35° Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu.

VEIGA, Luciana. 2007. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 02, p. 340-365.

WARE, Alan. 1996. *Partidos políticos y sistemas de partido*. Madrid: Ediciones Istmo.

WEBER, Max. 2002. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

**ANEXO I****UFSCar UFPR UFPA UFS PUC-RS***Caminhos para o poder: seleção de candidatos para Deputado Federal no Brasil nas eleições 2010***SURVEY – Aspirantes e Candidatos**

**Coordenadores:** Profa. Dra. Maria do Socorro Braga (UFSCar), Profa. Dra. Luciana Veiga (UFPR), Prof. Dr. Renato Monseff Perissinotto (UFPR), Profa. Dra. Maria Luzia Álvares (UFPA); Prof. Dr. Wilson Oliveira (UFS); Prof. Dr. Flávio Heinz (PUC-RS).

**Pesquisadores:** Prof. Dr. Emerson Cervi (UFPR), Bruno Bolognesi (UFSCar), Sandra Avi dos Santos (UFPR) e Ivan Ervolino (UFSCar).

**Bloco A - DADOS INICIAIS**

V.1. Nome:

\_\_\_\_\_

V.2. Idade: \_\_\_\_\_

V.3. Partido: \_\_\_\_\_

V.4. Origem Política: \_\_\_\_\_

CIDADE

UF

V.5. Sexo:

- 0. Feminino
- 1. Masculino
- 99. NR

V. 6. Estado civil:

- 1. Casado
- 2. Solteiro
- 3. Separado ou divorciado

4. Viúvo  
99. NR

**Bloco B - BACKGROUD POLÍTICO E PROFISSIONAL**

V.7. O senhor pode me dizer até qual nível educacional estudou? **[Se responder de 1 a 9 pular para a V.8.]**

[ ]

1. Ensino primário incompleto.
2. Ensino primário completo.
3. Ensino básico incompleto.
4. Ensino básico completo.
5. Ensino médio incompleto.
6. Ensino médio completo.
7. Ensino técnico incompleto.
8. Ensino técnico completo.
9. Ensino superior incompleto.
10. Ensino superior completo.
11. Especialização completa.
12. Mestrado completo.
13. Doutorado completo.

88. NS

99. NR

V.7.a. SE superior completo ou acima, o senhor poderia dizer qual curso?

---

V.8. O senhor poderia nos dizer a sua profissão? **[Se responder político profissional, ir para a V.9.]**

---

V.8.a. [No caso de **profissão NÃO POLÍTICA na V.8.**] O senhor exerce esta profissão junto com sua atividade política?

[ ]

- 0. Não
- 1. Sim
- 88. NS
- 99. NR

V.9. [ANEXO 01] Destas organizações, o senhor poderia nos dizer a qual o senhor é vinculado?

- 1. Organizações recreativas ou culturais
- 2. Organizações religiosas
- 3. Organizações sociais
- 4. Organizações acadêmicas
- 5. Sindicatos
- 6. Organizações profissionais que não sindicatos
- 7. Movimento estudantil
- 8. Organizações de mulheres
- 9. Associação de Bairro
- 10. Outras Qual? \_\_\_\_\_

V.10. O senhor poderia nos dizer desde quando o senhor é filiado a este partido?

\_\_\_\_\_

V.11. O senhor foi filiado a outro partido, anterior a este?

[ ]

- 1. Sim [Ir para v.11.a.]
- 0. Não [Ir para a V.12.]
- 88. NS
- 99. NR

V.11.a. Se **SIM**, qual outro partido o senhor já foi filiado?

Partido 1 \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

Partido 2 \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

Partido 3 \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

V.12. O senhor já ocupou **cargo político** antes desta candidatura?

1. Sim [**Ir para a V.13.**]

0. Não [**Ir para a V.14.**]

88. NS

99. NR

V.13. [**ANEXO 02**] Se SIM, marcar quantas opções foram necessárias **por ordem cronológica** (1ª, 2ª, etc):

Vereador

Prefeito

Deputado estadual

Deputado federal

Senador

Governador

Secretário de Estado

[  ] Secretário Municipal

[  ] Assessor parlamentar

[  ] Executivo de Empresa Estatal

[  ] Dirigente Partidário

[  ] Outros cargos político-administrativos

88. NS

99. NR

V.14. O senhor poderia nos dizer, quanto tempo em média dedica às atividades **político-partidárias** no período de um mês?

V.14.a. **Políticas** [  ]

1. Mais de 5 horas
2. De 5 até 10 horas
3. De 10 até 20 horas
4. De 20 até 40 horas
5. Mais de 40 horas

88. NS

99. NR

V.14.b. **Partidárias** [  ]

1. Até 5 horas
2. De 5 até 10 horas
3. De 10 até 20 horas
4. De 20 até 40 horas
5. Mais de 40 horas

88. NS

99. NR

### Bloco C - PROCESSO DE SELEÇÃO

V.15. [ANEXO 03] Dentre as razões a seguir, poderia nos dizer, **em ordem de importância**, as **três principais** que justificariam a sua candidatura para a Câmara dos Deputados?

1º[ ] 2º[ ] 3º[ ]

1. O status que se obtém através do cargo de deputado
2. A possibilidade de lutar por ideais que defende
3. Possibilidade de colaborar com o bem público e comum
4. Chance de ser eleito
5. Possibilidade de representar o meu grupo social ou profissional
6. Possibilidade de representar a região onde vivo
7. Possibilidade de representar meu partido
8. Possibilidade de desenvolver uma carreira política
88. NS
99. NR

V.16. [ANEXO 04] O senhor poderia nos dizer os **três tipos** de apoios que mais foram importantes para a sua candidatura? [**Marcar por ordem de importância**].

1º[ ] 2º[ ] 3º[ ]

1. Apoio da Família
2. Amigos e colegas de trabalho
3. Apoio dos militantes do partido
4. Apoio de organização em que participa ou representa
5. Apoio da mídia
6. Apoio dos dirigentes do partido
7. Apoio de eleitores
8. Não teve muito apoio
88. NS
99. NR

V.17. [ANEXO 05] Quais as **três** principais características que o senhor julga serem as mais importantes **para ser candidato** a Deputado Federal?

1ª[ ] 2ª[ ] 3ª[ ]

1. Conhecimento sobre o funcionamento da “política”
2. Recursos financeiros próprios
3. Domínio de oratória e retórica política
4. Possuir bom trânsito no partido

5. Possuir densidade eleitoral (bom de voto)
6. Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política
7. Firmeza ideológica
8. Apoio de movimentos sociais e de base
9. Disponibilidade (tempo)
88. NS
99. NR

V.18. [ANEXO 05] O senhor poderia dizer quais características avalia como as **três** mais importantes **para ser eleito** Deputado Federal?

1ª[ ] 2ª[ ] 3ª[ ]

1. Conhecimento sobre o funcionamento da “política”
2. Recursos financeiros próprios
3. Domínio de oratória e retórica política
4. Possuir bom trânsito no partido
5. Possuir densidade eleitoral (bom de voto)
6. Boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política
7. Firmeza ideológica
8. Apoio de movimentos sociais e de base
9. Disponibilidade (tempo)
88. NS
99. NR

V.19. [ANEXO 06] Sobre o processo de seleção de candidatos em seu partido, o senhor diria que o mesmo é [selecionar três opções de resposta].

[ ] [ ] [ ]

1. Democrático (participação de filiados e membros)
2. Competitivo (alta concorrência)
3. Hierárquico (indicação de líderes)
4. Burocrático (segue regras formais e etapas)
5. Centralizado (intervenção da executiva nacional e/ou regional)
6. Descentralizado (NÃO intervenção da executiva nacional e/ou regional)
88. NS
99. NR

V.20. Na sua opinião, o senhor considera adequada a quantidade de mulheres que concorrem à Câmara dos Deputados por seu partido?

[ ]

1. Sim [Ir para a V.21]



0. Não **[Ir para a V.20.a.]**

88. NS

99. NR

V.20.a. **[ANEXO 07]** Se **NÃO**, por favor, nos indique dentre as alternativas abaixo, quais fatores o senhor julga limitar as chances de candidaturas femininas **[selecionar 3 opções de resposta, por ordem de importância]**.

1º[ ] 2º[ ] 3º[ ]

1. As mulheres colocam a família acima de uma carreira política
2. As mulheres não têm um preparo adequado para o exercício de cargos políticos
3. As mulheres encontram dificuldade em conciliar as funções políticas com as atividades familiares e domésticas
4. Os partidos limitam as oportunidades de as mulheres alçarem cargos e postos políticos
5. As mulheres têm pouco interesse por política
6. A vida política é impraticável para as mulheres

88. NS

99. NR

V.21. **[ANEXO 08]** Das opções abaixo, quais o Sr. considera serem os objetivos do processo de seleção de candidatos em seu partido? Responda sim ou não.

1. Garantir a qualidade dos candidatos [ ] Sim [ ] Não
2. Promover renovação entre os candidatos e parlamentares [ ] Sim [ ] Não
3. Evitar excesso de concorrência entre os candidatos da lista [ ] Sim [ ] Não
4. Reduzir lógicas clientelistas dentro do partido [ ] Sim [ ] Não
5. Promover a participação de militantes e filiados na escolha dos candidatos [ ] Sim [ ] Não
6. Centralizar o processo de recrutamento dos candidatos [ ] Sim [ ] Não
7. Descentralizar a seleção, permitindo indicações de líderes regionais ou locais [ ] Sim [ ] Não
8. Criar laços de lealdade entre candidato e partido [ ] Sim [ ] Não
9. Criar laços de lealdade entre candidato e líderes [ ] Sim [ ] Não
10. Assegurar a ligação dos candidatos com a base social do partido [ ] Sim [ ] Não
11. Garantir disciplina dos candidatos e possíveis eleitos [ ] Sim [ ] Não
12. Preencher uma quantidade mínima de candidatos na lista do partido [ ] Sim [ ] Não

88. NS

99. NR

Agora, por favor, escolha as três opções mais importantes

1º[ ] 2º[ ] 3º[ ]

V.22. Caso exista uma divergência pontual entre o programa político do seu partido e as opiniões do senhor, o comportamento durante a campanha deveria ser...

[ ]

1. Manter a minha posição pessoal
2. Acatar a posição do partido

88. NS

99. NR

V. 23. Em que momento de sua vida começou a se manifestar o **seu interesse** por política:

[ ]

1. Na vida familiar, pois em casa sempre se discutiu política

2. Durante o segundo grau escolar, no movimento estudantil

3. Durante a faculdade, no movimento estudantil

4. No meu local de trabalho

5. No sindicato

5. Por influência de amigos

6. Outra: Qual? \_\_\_\_\_

V.24. O senhor se dedica à atividade política em **tempo integral**?

[ ]

1. Sim [**Ir para a V.24.a. E V.24.b.**]

0. Não [**Ir para a V.24.c.**]

88. NS

99. NR

V.24.a. [Se respondeu **SIM** na questão V.24] O senhor poderia nos dizer **em qual momento** de sua vida passou a se **dedicar integralmente** às atividades políticas?

[ ]

1. Antes de filiar-me ao partido político
2. Desde que me filiei ao partido
3. Desde quando tenho meu primeiro cargo no partido
4. Desde quanto assumi cargo de confiança
5. Desde quando assumi cargo eletivo
6. Outras Qual: \_\_\_\_\_

88. NS

99. NR

V.24.b. [Se respondeu **SIM** na questão V.24] O Senhor poderia nos dizer **qual a principal razão** que o levou a se **dedicar integralmente** à atividade política?

[ ]

1. O aumento de minhas responsabilidades político-partidárias
2. A vontade de me profissionalizar como político
3. Falta de tempo para me dedicar à outra atividade
4. Incentivo para me profissionalizar vindo de colegas e familiares
5. Outra: Qual? \_\_\_\_\_

V. 24.c. [Se respondeu **NÃO** na questão V.24] O senhor poderia nos dizer **qual a principal razão** que o impede de se **dedicar integralmente** à atividade política?

[ ]

1. Não tenho interesse em dedicar-me integralmente à atividade política
2. A minha renda depende substancialmente de minha outra atividade profissional
3. Gosto mais de minha profissão de origem do que da atividade política
4. A má fama dos políticos profissionais
5. Outra: Qual? \_\_\_\_\_

V.25. O senhor poderia nos dizer **qual a principal razão** que o levou a **se interessar** por política?

[ ]

1. Ter poder para tomar decisões importantes
2. Vontade de mudar a política
3. Seguir a carreira política
4. Como forma de obter prestígio e influência
5. Simples curiosidade
6. Outra:           Qual? \_\_\_\_\_

V.26. Tendo em vista o comportamento do eleitor, o senhor acredita que ele vota:

[ ]

1. Por simpatia pessoal pelo candidato
2. Por adesão às idéias do candidato
3. Por simpatia pelo partido
4. Por adesão às propostas do partido político
88. NS
99. NR

V.27. O senhor poderia nos dizer o quanto considera importante a participação de filiados do partido no momento da escolha dos candidatos?

[ ]

1. Muito importante
2. Importante
3. Tanto faz
4. Pouco importante
5. Nada importante
88. NS
99. NR

V.28. O quanto essa participação ocorre realmente em seu partido?

[ ]

1. Em todo o processo de seleção dos candidatos
2. Apenas pontualmente
3. Em nenhum momento do processo de escolha dos candidatos

88. NS

99. NR

V.29. [ANEXO 09] O senhor poderia nos dizer qual tipo de **apoio obteve ou espera obter de seu partido** para campanha eleitoral?

[ ] [ ] [ ]

1. Recurso Financeiro
2. Material de campanha (panfletos, santinhos)
3. Espaço no horário eleitoral gratuito
4. Apoio da militância
5. Apoio político de parlamentares ou líderes do partido
6. Desfrutar do programa do partido
7. Desfrutar do prestígio do partido
8. Não espero obter/Não obtive apoio

88. NS

99. NR

V.30. O senhor poderia nos dizer quantas vezes foi candidato a Deputado Federal por seu partido?

[ ]

V.31. [ANEXO 10] Tendo em vista sua experiência durante o processo de seleção de candidatos a deputado federal em seu partido, o senhor diria que o processo é feito em sua maior parte por (**após a respostas, solicitar a indicação do processo predominante no partido**).

Opção predominante: [ ]

1. Voto dos filiados do partido [ ] Sim [ ] Não

2. Indicação de filiados [ ] Sim [ ] Não
3. Indicação por associações ou instituições ligadas ao partido [ ] Sim [ ] Não
4. Voto por delegados e/ou representantes eleitos do partido [ ] Sim [ ] Não
5. Votos de lideranças e/ou Executiva do partido [ ] Sim [ ] Não
6. Indicação de lideranças regionais [ ] Sim [ ] Não
7. Indicação da Executiva (regional ou estadual) [ ] Sim [ ] Não
8. Indicação de um único líder do partido [ ] Sim [ ] Não
88. NS
99. NR

V.32. Sobre as lideranças do seu partido, o senhor poderia nos dizer as três pessoas que acredita serem as **mais influentes** em seu partido **no Estado**.

1. \_\_\_\_\_ Posição: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ Posição: \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_ Posição: \_\_\_\_\_

V.33. Por favor, o senhor poderia citar três nomes que considera importantes dentro do partido para o **sucesso** de sua candidatura.

1. \_\_\_\_\_ Posição: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ Posição: \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_ Posição: \_\_\_\_\_

V.34. Quando o senhor resolveu tornar-se candidato, o senhor acreditava que seria de fato escolhido pelo partido para compor a lista?

[ ]

1. Sim **[Ir para a V.34.a.]**
0. Não **[Ir para a V.34.b.]**

88. NS

99. NR

V.34.a [ANEXO 11] Por que o senhor acreditava que conseguiria de fato ser candidato pelo partido?

1º[ ] 2º[ ] 3º[ ]

1. Baixa concorrência dentro do partido
2. Baixa concorrência em meu estado
3. Sua boa inserção dentro do partido
4. Possibilidade de fazer uma boa votação
5. Boa reputação em minha vida pessoal e/ou profissional
6. Possibilidade de trazer votos para o partido, mesmo se não eleito
7. Influência de líder partidário importante
8. Posso boa quantidade de recursos financeiros próprios

88. NS

99. NR

V.34.b. [ANEXO 12] Por que o senhor NÃO acreditava que conseguiria de fato ser candidato pelo partido?

1º[ ] 2º[ ] 3º[ ]

1. Alta concorrência dentro do partido
2. Alta concorrência em meu estado
3. Pouca inserção dentro do partido
4. Pouca possibilidade de fazer boa votação
5. Não tenho apoio de líder partidário importante
6. Pouca quantidade de recursos financeiros próprios

88. NS

99. NR

V. 35. E o senhor acredita que pode vencer as eleições?

[ ]

1. Sim [Ir para a V.35.a.]

0. Não [Ir para a V.36.]

88. NS

99. NR

V.35.a. [ANEXO 13] Se **SIM**, por qual motivo?

1. Baixa concorrência dentro do partido
2. Grande montante de recurso financeiro
3. Boa inserção dentro do partido
4. Possibilidade de fazer uma boa votação
5. Boa reputação em minha vida pessoal e/ou profissional
6. Influência de líder partidário importante
7. Possuo boa quantidade de recursos financeiros próprios
88. NS
99. NR

V.36. E o senhor acredita que o partido aposta em sua vitória?

1. Sim [Ir para a V.36.a.]
2. Não [Ir para a V.36.b.]
88. NS
99. NR

V.36.a. [ANEXO 14] Se **SIM**, por qual motivo?

1. Baixa concorrência dentro do partido
2. Baixa concorrência em meu estado
3. Boa inserção dentro do partido
4. Possibilidade de fazer uma boa votação
5. Boa reputação em minha vida pessoal e/ou profissional
6. Influência de líder partidário importante
7. Possuo boa quantidade de recursos financeiros próprios
88. NS
99. NR

V.36.b. [ANEXO 12] Se **NÃO**, por qual motivo?

0. Alta concorrência dentro do partido



1. Alta concorrência em meu estado
2. Pouca inserção dentro do partido
3. Pouca possibilidade de fazer boa votação
4. Não tenho apoio de líder partidário importante
5. Pouca quantidade de recursos financeiros próprios

88. NS

99. NR

V.37. Sabendo das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem e tendo em vista uma escala de 1 a 7, onde 1 é a extrema esquerda e 7 é a extrema direita, o senhor poderia me dizer em que posição se situa?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS

99. NR

V.37.b. E o seu partido?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS

99. NR

Ficamos muito gratos por sua colaboração. Lembro que os dados serão apresentados sempre de forma agregada. Qualquer dúvida, o senhor esteja à vontade para entrar em contato conosco. Entrevistador: \_\_\_\_\_

V. 39. Data da entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Hora: \_\_\_:\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

## ANEXO II

Abaixo apresentamos os dados coletados e a sumarização dos mesmos que foram utilizados para atribuir o indicador de institucionalização partidária.

**Complexidade organizacional:** diferenças muito grandes foram encontradas entre os partidos quanto a complexidade organizacional. Enquanto que o Democratas conta com nada menos do que 14 órgãos ou secretarias funcionais específicas, como secretaria de assuntos de relações exteriores, habitação, saúde, direitos humanos, entre outras, o PMDB não conta com nenhuma secretaria especial ou órgão funcional dedicado, estão presentes em sua Executiva apenas os cargos administrativos, como presidente e tesoureiro. Um nível bastante baixo foi também apresentado pelo PSDB com apenas dois órgãos funcionais, PSDB-Mulher e Juventude. O PT apresentou uma complexidade alta, contando com 22 instâncias destacadas para assuntos específicos. Em relação ao número de filiados, o DEM conta com 9,35 filiados a cada mil eleitores, o PMDB com 19,15, o PSDB com 11,83 e o PT com 12,88. O número de filiados de PT e PSDB pode ser dito, na comparação entre os quatro levantados, como médio, o do DEM como baixo e o do PMDB como alto. As críticas de que o sistema de filiação no Brasil e na América Latina como um todo é absolutamente proforma são válidas (Daza, 2005), mas todos os partidos desfrutam das mesmas oportunidades para filiação. Então podemos assumir que o “ruído” do dados seja distribuído de forma igual entre as agremiação, tornando um referencia importante. Não houve disponibilidade de dados nem para a replicação da estrutura formal nacional do partido nos estados – nem no site dos partidos e nem no Tribunal Superior Eleitoral – e tampouco sobre a realização de convenções regulares ao longo do tempo.

**Rotinização:** o que podemos dizer é que todos os partidos brasileiros são obrigados a realizar convenções para registrar as candidaturas nacionais (Braga e Bolognesi, 2011), desse modo existe uma rotinação de procedimentos. Seria preciso auferir esse indicador por outro processo recorrente, como os encontros nacionais. Sobre os encontros nacionais o PT realizou nos anos de 2011 e 2012. Já o PMDB realizou de 2010 para cá apenas um encontro nacional, o mesmo ocorre para PSDB e DEM.

Para resumir os indicadores, a tabela abaixo apresenta os achados já codificados acerca da sistematicidade dos partidos.

Tabela A1 - Sistematicidade dos Partidos

	Complexidade Organizacional		Rotinização	
	Órgãos Funcionais	Filiados/milEleitores	Encontros	Score
PT	2	1	2	1,66
PMDB	0	2	1	1
PSDB	0	1	1	0,66
DEM	1	0	1	0,66

Fonte: site dos partidos e Basedau e Stroh (2008)

**Nível organizacional:** para medir de que forma os membros do partido estão subordinados à organização, utilizaremos os dados do *survey*, perguntamos: “*Numa situação hipotética em que o senhor discorde da posição do partido em relação a sua posição pessoal o senhor: 1) acataria a posição do partido ou; 2) manteria minha posição pessoal*”. No DEM, 86,2% dos respondentes afirmaram que manteriam sua posição pessoal. No PMDB 55,6% fariam o mesmo. No PSDB e no PT, a posição se inverte e a maioria dos candidatos acataria a posição do partido. O primeiro apresentou uma proporção de 53,3% de candidatos que tomariam essa decisão, o segundo 75,9%. Sobre a aplicação de sanções disciplinares internas, não conseguimos encontrar dados. Entretanto, a justaposição parlamentar-partidária foi analisada coincidindo os indivíduos da Executiva Nacional dos partidos que possuíam além de cargo nessa instância, cargos eletivos de qualquer natureza, no Executivo ou no Legislativo. O PT apresentou 30% de justaposição, sendo o partido com o menor valor, e por isso, o menos suscetível a dependência de seus membros eleitos. Em seguida, o PSDB apresentou uma proporção de 47,8% de justaposição de cargos. Já DEM e PMDB apresentaram respectivamente 70,5% e 69,2% de justaposição, sendo assim os partidos mais dependentes de suas posições no estados e a organizações menos autônomas por esse indicador.

**Inflexão territorial:** em recente *paper* Braga, Silveira e Borges (2012) afirmam que os grandes partidos brasileiros possuem um crescimento territorial e no número de filiados diretamente proporcional. Ou seja, diferente dos pequenos partidos que adotam a estratégia difusional, instalando bases no território para a conquista de filiados, os grandes partidos fazem as duas coisas ao mesmo tempo, não dando espaço para que surgimento de bases partidárias vazias. Entretanto, não temos dados suficientes para

saber em que medida o a ocupação territorial dá ou não espaço para o surgimento de novas lideranças regionais que contestariam a legitimidade da elite nacional do partido. Assim, esse indicador fica ausente de nosso índice geral. Sobre o patrocínio por instituições externas aos partidos os dados constantes em Braga, Ribeiro e Amaral (2012) mostram que os partidos, com exceção, do PT contam majoritariamente com recursos advindos do Estado, o que daria uma grande autonomia frente outras organizações. Apenas o PT tem 39,9% de seus recursos de outras fontes que não o fundo partidário. Esse dado pode ser questionado no sentido de que não sabemos se esses recursos viriam, por exemplo, de filiados do partido. O PSDB apresenta apenas 12,5% dos seus recursos de outras fontes. DEM e PMDB não chegam nem na casa dos 10%.

Do mesmo modo que a variável anterior, a tabela A2 abaixo resume as informações já codificadas por partido.

Tabela A2 - Autonomia Decisinal dos Partidos Políticos

	Autonomia Decisinal			Score
	Subordinação	Justaposição	Financiamento	
PT	2	2	0	1,33
PMDB	1	0	2	1
PSDB	1	1	1	1
DEM	0	0	2	0,66

Fonte: dados secundários e Basedau e Stroh (2008)

**Coerência:** para saber em que medida os candidatos utilizam a imagem do partido ou o programa do partido como plataforma de campanha seria preciso realizar um estudo sobre as campanhas eleitorais no Brasil. Infelizmente não temos dados acerca dessa informação e por isso será impossível mensurá-la. Por outro lado, os partidos aqui expostos podem ser medidos pela quantidade de setoriais que representam grupos sociais específicos no interior da estrutura partidária, utilizando o mesmo critério que mobilizamos para a complexidade organizacional.

**Densidade eleitoral:** o indicador da densidade eleitoral foi calculado tendo por base a votação do partido para a Câmara dos Deputados, tendo em vista os votos nominais aos candidatos do partido e os votos na legenda. O PT apresentou uma proporção de 10,6% de filiados em relação ao número de eleitores do partido ao legislativo nacional. O PSDB apresentou 14,8%, seguido pelo DEM com 16,5% e do PMDB com 19,7%.

Desse ponto de vista, o PT é o partido com a menor capacidade em reverter filiados em votos ao legislativo enquanto o PMDB é líder no quesito.

Os resultados da dimensão *infusão de valores* são apresentados abaixo codificados.

Tabela A3 - Infusão de Valores nos Partidos Políticos

	Coerência	Densidade Eleitoral	Score
	Representação	Filiados/Eleitores	
PT	2	0	1
PMDB	0	2	1
PSDB	0	1	0,5
DEM	1	1	1

Fonte: dados secundários e Basedau e Stroh (2008)

**Presença no eleitorado:** utilizamos os dados presentes tanto em Braga e Pimentel (2011: 280) para saber em que medida os partidos estão presentes no imaginário do eleitorado. Os autores realizam uma separação entre o partido que representa o eleitor e o partido que o eleitor gosta. Utilizaremos a média das duas respostas para ter um indicador mais sintético. Para o caso do PT (todos os dados se referem ao levantamento do ESEB tendo o ano de 2010 por base) 26% dos eleitores mostraram alguma manifestação em relação ao partido. Em relação ao PSDB, apenas 7% manifestaram algum sentimento, seguido pelo PMDB com 4% das respostas. O DEM foi o partido com o menor percentual, tendo como média apenas 1% das preferências.

**Disposição eleitoral:** aqui pretendemos medir de que forma os partidos agem proativamente para constar no imaginário do eleitorado. Uma das formas possíveis para tanto é lançar sempre candidatos, para o caso do Brasil, à Presidência da República. A partir dos dados constantes em Braga (2010: 66) observamos que no período de 1989 a 2010, PT e PSDB lançaram candidatos 6 vezes cada para a presidência. O PMDB lançou candidatos por 2 vezes e o PFL/DEM apenas 1 vez. O esforço dos dois primeiros partidos parece ter surtido efeito, já que são também os que desfrutam a maior fatia de preferência do eleitorado.

Os resultados são exibidos na tabela A4 abaixo.

Tabela A4 - Reificação dos Partidos Políticos

	Disposição Eleitoral		Score
	Presença no Eleit.	Candidatos Pres.	
PT	2	2	2
PMDB	1	0	0,5
PSDB	1	2	1,5
DEM	0	0	0,5

Fonte: dados secundários e Basedau e Stroh (2008)